



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIANO DE SOUZA FILHO

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO
AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019)**

Londrina
2023

FABIANO DE SOUZA FILHO

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO
AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Souza Filho, Osmar Fabiano de Souza Filho.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019) / Osmar Fabiano de Souza Filho Souza Filho. - Londrina, 2023.
204 f.

Orientador: Léia Aparecida Veiga Veiga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Espaço; - Tese. 2. Programa Minha Casa Minha Vida; - Tese. 3. Produtores imobiliários; - Tese. 4. Habitação de Interesse Social. - Tese. I. Veiga, Léia Aparecida Veiga. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

FABIANO DE SOUZA FILHO

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO
AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 24 de janeiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

As linhas seguintes são a exteriorização da minha mais profunda gratidão, do meu amor e de meu carinho para com todos aqueles que se fizeram presentes no processo de desenvolvimento deste trabalho e de minha trajetória até aqui. Os agradecimentos devem ser compreendidos em sua totalidade, enquanto um conjunto sistêmico que compôs/compõe o processo que eu experienciei em todos estes anos de Londrina, de UEL, de Programa de Pós-Graduação em Geografia, bem como desta pesquisa.

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Solange Souza Lino e a meu pai Osmar Fabiano de Souza. – Quero registrar aqui que o apoio de vocês foi fundamental para este processo, sem o qual nada disso seria possível. Se eu saí da nossa antiga casa em 2016 e caminhei até Londrina e até a UEL foi porque vocês, de inúmeras maneiras e sentidos, me proporcionaram isso. Aproveito para reforçar o meu sentimento de gratidão por tê-los em minha vida e por nunca terem me faltado em qualquer situação. Reforço, ainda, o meu profundo amor por vocês e por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim; e, como sempre digo, vocês são meus exemplos de seres humanizados, de quem eu tenho profundo orgulho e admiração. Essa conquista é nossa e de nosso esforço e trabalho conjunto desenvolvido ao longo de todos esses anos.

Quero agradecer à professora Dra Léia Aparecida Veiga, que aceitou o desafio de me orientar nesta pesquisa e que sempre se mostrou aberta ao diálogo durante todo o processo. Reforço a minha mais profunda gratidão pela formação e construção do conhecimento realizadas durante esses dois anos de orientação. Para além de uma formação técnica, teórica e acadêmica, a professora Léia contribuiu, sobretudo, para minha formação. – Professora Léia, você é uma gigante. Jamais esqueça do ótimo ser humano que você é e do grande coração que você tem.

Agradeço aos grupos de estudos, Geografando o Território, coordenado pela professora Dra Ideni Terezinha Antonello, e Habitação e Direito à Cidade, coordenado pela professora Dra Sandra Maria Almeida Cordeiro. As grandes discussões realizadas em ambos os grupos me auxiliaram e foram fundamentais na construção de minhas ideias. Para as duas professoras coordenadoras, e a todos os membros dos grupos, o meu mais profundo respeito, carinho e admiração.

Estendo meus agradecimentos ao Programa de Educação Tutorial de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, na figura de sua tutora a professora Dra Jeani Delgado Moura Paschoal. Graças a esse programa consegui realizar um desenvolvimento e técnico e

humanizador do qual sempre serei grato. Foi gratificante estar como colaborador desse programa nesses últimos anos.

Agradeço ao Instituto Federal do Paraná, em especial ao Campus Avançado Astorga. Fui estudante desta instituição no início da década passada e, após dez anos, retorno a ela na condição de professor substituto em Geografia. Sou e serei eternamente grato a essa instituição e a tudo o que ela me proporcionou e me auxiliou. Estendo esses agradecimentos aos meus camaradas Amir Limana, Bruno Henrique Strik, e Ronald Ferreira da Costa. Ser professor é uma atividade que exige respeito e afeto em sua prática, e a cada dia que passamos no trabalho vocês me ensinam isso. Obrigado por me auxiliarem a ser mais professor, mais sujeito e mais humano.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina. Para mim foi, e ainda é, um privilégio ter realizado minha graduação e minha pós-graduação nesta instituição. Agradeço porque, para além de toda construção acadêmica, a UEL me possibilitou uma formação social da qual sou profundamente grato, pois, me constitui enquanto ser. Se sou o que sou, um jovem apaixonado pela vida e que anseia contribuir para a construção de uma sociedade melhor e mais justa, foi a UEL, enquanto espaço privilegiado de construção de conhecimento e constituição de sujeitos acadêmicos, que me humanizou e quem me deu as condições para ter este olhar.

Por fim, finalizo esses agradecimentos lembrando que, desde 2016 quando comecei minha graduação em Geografia na UEL, eu tive um processo transformador em minha vida. Certamente eu não sou o mesmo sujeito que entrou na UEL em 2016 e entendo esse processo como consequência do viver e de minhas vivências. E como viver é a arte de compartilhar a vida, ter encontros e trocas com os outros, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que em algum momento compartilharam comigo momentos, sentimentos, vivências e experiências nesse caminho. Certamente em minhas memórias e em meu coração existe um espaço para cada detalhe de todas essas vivências das quais sou eternamente grato.

No mais, acredito que finalizo esta etapa da minha vida como sonhador e como alguém que tem muita vontade de auxiliar na construção de um mundo melhor e mais justo. Certamente devo isso a todo esse conjunto de instituições e relações.

Meu muito obrigado a todos e todas.

RESUMO

SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de. **A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA/PR (2009-2019)**. 2023. p.199. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

Compreendendo o espaço como resultado da luta de classe que o envolve, são necessárias reflexões no campo das políticas públicas, especialmente aquelas que envolvem o espaço, como a habitação social. A cidade carrega as características da estrutura social de seu período e das relações de classes postas, a exemplo quando se trata de políticas habitacionais e a moradia urbana. Assim, tendo por base o tema Políticas habitacionais no Brasil, com recorte no Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 na Região Metropolitana de Londrina, objetivou-se com essa pesquisa analisar a ação dos agentes produtores e a distribuição territorial dos empreendimentos Faixa 1 realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, via financiamento pelo FAR e FDS, no período de 2009 a 2019, entre os municípios pertencentes a Região Metropolitana de Londrina. Especificamente, objetivou-se: identificar o número de empreendimentos, Faixa 1 via FAR e FDS, construídos em diferentes momentos no recorte espacial; verificar como se encontra a localização dos empreendimentos Faixa 1 via FAR e FDS, do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Londrina; investigar os agentes produtores dos espaços envolvidos na produção dos empreendimentos Faixa 1, via FAR e FDS, do PMCMV na Região Metropolitana de Londrina. A metodologia utilizada divide-se entre o método de pesquisa e o método de interpretação. Quanto ao de pesquisa, as questões operacionais se deram com a coleta de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) acerca do programa. O método de interpretação foi o materialismo histórico-dialético, que compreende a realidade em sua totalidade histórica, em constante mutação, contínua e descontínua, e em movimentos solidários e contraditórios. Verificou-se que os empreendimentos do PMCMV na RMLO, principalmente nas cidades do aglomerado urbano de Londrina, contribuíram para a segregação ao passo que foram construídos em porções periféricas da cidade, submetendo os moradores a longos trajetos para obterem os serviços públicos de saúde, educação, lazer, assistência social, entre outros. E que o menor preço da terra nessas porções foi um dos fatores levados em consideração pelos promotores imobiliários. Conclui-se que os empreendimentos Faixa 1, do PMCMV na RMLO, revela a forte relação entre Estado e promotores imobiliários ao atender aos interesses políticos e econômicos das elites do mercado imobiliário local.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Espaço; Produtores imobiliários; Estado; Habitação de Interesse Social; Londrina.

ABSTRACT

SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de. **THE SOCIAL PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE MY HOUSE MY LIFE PROGRAM IN CITIES OF THE URBAN AGLOMERATE OF LONDRINA/PR (2009-2019)**. 2023. p.199. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

In order to understanding space as a result of the class struggle that surrounds it, reflections are necessary in the field of public policies, especially those involving space, such as social housing. The city bears the characteristics of the social structure of its period and of the established class relations, especially when it comes to housing policies and urban housing. Thus, based on the theme Housing Policies in Brazil, with a focus on the *Minha Casa Minha Vida* Program (*PMCMV*), Bracket 1, in the Metropolitan Region of Londrina (*RMLO*), the objective of this research was to analyze the action of the producing agents and the territorial distribution of the developments Bracket 1 carried out by the *PMCMV*, via financing by the Residential Lease Found (*FAR*) and Social Development Found (*FDS*), from 2009 to 2019, among the municipalities belonging to the *RMLO*. Specifically, the objective was: to identify the number of developments, Bracket 1 via *FAR* and *FDS*, built at different times in the spatial area; check the location of the developments Bracket 1 via *FAR* and *FDS*, of the *PMCMV* in the *RMLO*; investigate the producing agents of the spaces involved in the production of the developments Bracket 1, via *FAR* and *FDS*, of the *PMCMV* in the *RMLO*. The methodology used is divided between the research method and the interpretation method. As for the research, the operational issues occurred with the collection of data from the Ministry of Regional Development (*MDR*) about the program. The method of interpretation was historical-dialectical materialism, which understands reality in its historical totality, in constant mutation, continuous and discontinuous, and in solidary and contradictory movements. It was verified that the *PMCMV* developments in the *RMLO*, mainly in the cities of the urban agglomeration of Londrina, contributed to the segregation while they were built in peripheral portions of the city, subjecting the residents to long journeys to obtain the public services of health, education, leisure, social assistance, among others; and that the lowest price of land in these portions was one of the factors taken into account by real estate developers. It is concluded from that the *PMCMV* developments in the *RMLO*, Bracket 1, reveal the strong relationship between the State and real estate developers in meeting the political and economic interests of the elites of the local real estate market.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program; Space; Real estate producers; State; Social Interest Housing; Londrina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Região Metropolitana de Londrina	22
Figura 2. Fluxograma do procedimento de pesquisa realizado pelo autor	24
Figura 3. E destaque a divisão regional do Norte do Paraná pelo IBGE (1990) em três mesorregiões	42
Figura 4. A localização da Região Metropolitana de Londrina no Estado do Paraná.....	75
Figura 5. A malha urbana dos municípios da RMLO e suas integrações.....	80
Figura 6. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV na malha urbana de Lupionópolis.....	151
Figura 7. Mosaico de Imagens – PMCMV em Lupionópolis	152
Figura 8. Para o ano de 2012 em destaque a área na qual seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Lupionópolis.....	153
Figura 9. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Lupionópolis em 2022	153
Figura 10. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira, 2022	154
Figura 11. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira 2009	155
Figura 12. Mosaico de Imagens – PMCMV em Prado Ferreira.....	156
Figura 13. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira 2019	157
Figura 14. Mosaico de Imagens – PMCMV em Arapongas	158
Figura 15. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas.....	159
Figura 16. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas em 2005	160
Figura 17. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas em 2021	161
Figura 18. Mosaico de Imagens – PMCMV em Ibiporã	162
Figura 19. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã.....	163

Figura 20. Em 2006 a área onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã.....	164
Figura 21. Em 2016 a área onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã.....	164
Figura 22. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia.....	166
Figura 23. Mosaico de Imagens – PMCMV em Rolândia	167
Figura 24. Figura 24. Em 2011 a área onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia.....	168
Figura 25. Em 2021 a área onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia.....	168
Figura 26. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Cambé.....	170
Figura 27. Mosaico de Imagens dos conjuntos visitados do PMCMV, Faixa 1, em Cambé, 2022	171
Figura 28. O município de Cambé a porção norte ano de 2011 onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV	172
Figura 29. O município de Cambé a porção norte ano de 2011 onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV	172
Figura 30. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Londrina	174
Figura 31. Mosaico de Imagens – PMCMV Vista Bela em Londrina em 2022	176
Figura 32. Em destaque a área no ano de 2006 adquirida pelas construtoras para construir o Vista Bela	177
Figura 33. Imagem de Satélite dos empreendimentos Vista Bela em Londrina após de sua construção.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. A renda mensal em salários mínimos por grupos e o déficit habitacional no Paraná de 2010 a 2014.....	122
Gráfico 2. Número de empreendimentos construídos por município na Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019	129
Gráfico 3. Número de empreendimentos por construtora construído na RMLO de 2009 à 2019	130
Gráfico 4. Número de imóveis construídos por construtora na Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019	131
Gráfico 5. Porcentagem de empreendimentos faixa 1, FAR e FDS, construídos por construtora na RMLO de 2009 a 2019	142
Gráfico 6. Porcentagem de imóveis faixa 1, FAR e FDS, construídos por construtora na RMLO de 2009 a 2019.....	143
Gráfico 7. Número de empreendimentos FAR e FDS construídos de 2009 à 2019 na região metropolitana de londrina.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Atuação das construtoras pelas cidades da Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019	133
Tabela 2. Caracterização das empresas construtoras e sua atuação na RMLO de 2009 a 2019	139
Tabela 3. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Arapongas	158
Tabela 4. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Ibiporã.	162
Tabela 5. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Rolândia	165
Tabela 6. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Cambé	169
Tabela 7. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Londrina	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Aspectos gerais sobre os municípios inseridos na Região Metropolitana de Londrina	76
Quadro 2. Planos de Financiamento dos IAP's.....	95
Quadro 3. Quantidade de habitações produzidas pelos IAP's por plano	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CadÚnico	Cadastro Único
CAP's	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CEF	Caixa Econômica Federal
CEP	Código de Endereçamento Postal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COHAB	Companhia de Habitação
COHAPAR	Companhia Estadual de Habitação do Paraná
EC	Emenda Constitucional
EO	Entidade Organizadora
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FDS	Fundo do Desenvolvimento Social
FGHab	Fundo Garantidor da Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIS	Habitação de Interesse Social
IAP	Instituto de Aposentadoria e Previdência
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciantes
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Condutores de Veículos e Empregados de Empresas de Petróleo

IAPI	Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Previdência Marítimos
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
OGU	Orçamento Geral da União
PAC I	Programa de Aceleração do Crescimento I
PAC II	Programa de Aceleração do Crescimento II
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCC	Programa Carta de Crédito
PEHIS	Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Planos Locais de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
RFB	Receita Federal do Brasil
RM	Região Metropolitana
RMLO	Região Metropolitana de Londrina
RMs	Regiões Metropolitanas
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SUA APROPRIAÇÃO PELO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA 27	
2.1 DO ABSOLUTO AO RELACIONAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS RELAÇÕES DE PODER POR HENRI LEFEBVRE, DAVID HARVEY E MILTON SANTOS	29
2.2 A FORMAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO NORTE NOVO DO PARANÁ: PROCESSOS FORMADORES E RELAÇÕES DE PODER	41
2.3 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL: A DESVALORIZAÇÃO DO HABITAR E A BUSCA DA RENDA DA TERRA URBANA	51
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO METROPOLITANO E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	
3. A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL: HISTÓRICO DE AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS BRASILEIROS E DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS	83
3.1 A ELITE BRASILEIRA DO ATRASO E A NEGLIGÊNCIA ACERCA DA QUESTÃO DA MORADIA	84
3.2 O PRIMEIRO GRANDE CONJUNTO DE AÇÕES VISANDO A PROVISÃO HABITACIONAL: O CASO DOS IAP'S NO GOVERNO GETÚLIO.....	91
3.3 A FUNDAÇÃO CASA POPULAR (1946-1964): REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES .	98
3.4 A MORADIA COMO IMPULSIONADOR ECONÔMICO E MEIO LEGITIMADOR DA DITADURA: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO E O SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	103
3.5 O NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA ECONÔMICA DOMINANTE E A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL PÓS-86 (1986-2009)	108
4. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: CONSIDERAÇÕES E SUA APLICAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	114
4.1 A CONSTRUÇÃO DO PMCMV E ANÁLISE COMPARATIVA COM SEUS ANTECESSORES	114
4.2 A APLICAÇÃO DO PMCMV NAS CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA E EM SUA REGIÃO METROPOLITANA: CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES E SUA CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA	121

4.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DO PMCMV NAS CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS	189

1. INTRODUÇÃO

As questões urbanas e a produção do espaço, quando analisadas considerando alguns aspectos da luta de classes que as envolvem, contribuem para reflexões no campo das políticas públicas de habitação de interesse social. Para tal, é necessário compreender a cidade enquanto um fenômeno construído socialmente pelo conjunto coletivo no cotidiano, no qual suas (trans)formações estão inseridas dentro da dinâmica das relações de poder travadas entre os diferentes grupos sociais que coexistem em um determinado tempo e espaço, e que possuem diferentes visões e compreensões deles mesmos (HARVEY, 2005a).

Assim, este processo de produção do espaço contém as características da estrutura social de seu período histórico-geográfico, bem como as intencionalidades e as ideias hegemônicas nestas disputas travadas entre os diferentes grupos, o que se materializa no espaço de diferentes formas e com diferentes funções, mas que visam, sobretudo, manter o poder dos dominantes e o status quo (HARVEY, 2011).

Com o ressurgimento da importância da cidade e de seu poder com a estrutura social moderna capitalista – qual seja, o modo de produção capitalista e as relações de desigualdades inerentes ao capital e ao passado historicamente construído –, as cidades passaram por um processo de implosão-explosão. Ou seja, as cidades apresentam crescimentos não só quanto à sua fronteira, mas também, um considerável aumento populacional se tornando o locus de reprodução do capital e da força de trabalho (HARVEY, 2005a).

Estes elementos evidenciam que a cidade e a produção do espaço, como processos sociais, carregam em si as características da classe dominante, da estrutura social de seu período, e das respectivas intencionalidades. Desse modo, a cidade, a vida urbana e o espaço se tornam, até mesmo, condição importante para a manutenção da sociedade moderna (HARVEY, 2005a), que acontece em duas frentes, a saber: expandir a área dos espaços para que haja maiores níveis de atuação para o capital, construindo novos espaços para a sua reprodução; e o emprego de capitais excedentes na produção do espaço urbanizado. Antes de tudo, porém, deve ser considerado que o capital e sua lógica se dão enquanto uma relação social que tem por finalidade a acumulação e a produção de excedentes, de forma que parte desse excedente produzido deve ser reinvestida no processo produtivo, visando proporcionar no futuro mais acumulação.

A expansão das fronteiras espaciais se torna, portanto, necessária para a absorção do excedente produzido que, por algum motivo social ou não, se torna inutilizado. Pode-se dizer que, desse modo, ocorre a desvalorização de capital excedente quando ele não é reinvestido no

circuito produtivo e, assim, se desvaloriza. Essa desvalorização pode promover o colapso de todo o sistema capitalista e da estrutura moderna que tem como classe dominante os detentores do capital.

Ao expandir suas fronteiras de atuação, o capital avança para potenciais mercados consumidores que podem auxiliar na realização do excedente que se desvaloriza. Esse processo foi utilizado sobretudo com o imperialismo realizado pelos países de capitalismo central para com os da periferia, criando um sistema de exploração e subordinação (HARVEY, 2005a).

Para além da expansão da atuação do capital, há a possibilidade de urbanização de novos espaços. Assim, o investimento em urbanização – no qual o capital excedente é alocado para estruturar os espaços –, promove infraestruturas, a exemplo de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, prédios, habitações, redes de saneamento básico, de água, de energia elétrica, e linhas de transmissão, criando espaços urbanizados que ainda tem o potencial de auxiliar o capital a acelerar o seu processo de circulação. Ou seja, a urbanização passa a ser praticada com forte aliança entre o Estado e os agentes detentores do capital, tendo como fim a absorção do excedente para evitar as crises de acumulação (HARVEY, 2005a). Este fator se evidenciou com a crise de acumulação capitalista em nível global, acontecida em 2008, na qual o capitalismo recorreu, mais uma vez, à urbanização do espaço como a saída a esta crise.

Foi nesta esteira que se deu o grande processo de urbanização chinês na segunda década do século XXI, quando a China passou a consumir mais concreto e cimento que todo os Estados Unidos durante o século XX inteiro. Na prática, pós a crise de 2008, o mundo assistiu a um processo intensivo de ações públicas de intervenção nos espaços em diferentes países, visando promover a superação da crise do capitalismo em escala local e regional (HARVEY, 2011; 2019).

No Brasil, foram desenvolvidas, pela União Federal, políticas econômicas contracíclicas – medidas opostas aos ciclos de crise do capital e que aumentam o investimento nestes períodos, visando gerar um efeito multiplicador – que, em sua prática, visam alocar o capital excedente e para gerar novamente o processo de acumulação. Neste contexto, foram elaboradas políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento I (PAC I), o Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que, em conjunto, visavam, com a aplicação dos capitais excedentes na produção do espaço, superar os efeitos de crise econômica global, dando prioridade à construção de infraestruturas em Regiões Metropolitanas (RMs).

Formalizado pela Lei nº 11.977/2009, o PMCMV tinha o intuito de promover o mercado privado habitacional, fazendo com que a União Federal atuasse diretamente na relação

de oferta e demanda por moradias no país. O programa, assim, institucionalizou o financiamento, via bancos públicos com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos empreendimentos imobiliários desenvolvidos por promotores imobiliários privados, atuando, assim, no lado da oferta (BRASIL, 2009). Por meio da CEF se promovia o financiamento de compra dos imóveis destes empreendimentos através de fundos públicos como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), além de fundos privados como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de dotações orçamentárias do próprio orçamento da União.

Assim, o programa através de suas moralidades provia, também, a base para o financiamento aos compradores das moradias, seja com taxas de juros mais baixas, ou com garantias quando não até mesmo promovendo a subvenção de até 90% dos valores dos imóveis, de forma que o programa atuava, assim também, do lado da demanda (BRASIL, 2009).

Apesar de ter passado por alterações desde sua sanção presidencial em 2009, o PMCMV institucionalizou sua área de atuação de financiamento em três faixas de renda, a saber: Faixa 1 – R\$ 1.395,00 reais; Faixa 2 – R\$ 2.790,00 reais; e Faixa 3 – R\$ 4.650,00 reais, com reajuste de valores a cargo do Poder Executivo Federal.

Vale ressaltar, que o PMCMV, é composto de outros dois subprogramas de habitação: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que atuam considerando as mesmas faixas de renda e tem ao seu dispor, tanto para oferta quando para a demanda, as mesmas políticas de financiamento via bancos e fundos públicos (BRASIL, 2009).

Os financiamentos habitacionais eram contratados pelos possíveis mutuários nas junto a agências da Caixa Econômica Federal (CEF). Especialmente na linha Faixa 1, envolvia-se neste processo a participação das prefeituras municipais que eram responsáveis por promover o cadastramento e sortear as famílias que poderiam adquirir a moradia pelo MCMV.

Nesse contexto, tendo por base o Programa Minha Casa Minha Vida, e como recorte espacial a Região Metropolitana de Londrina (RMLO) no estado do Paraná, pergunta-se: Entre 2009 e 2019, quantos empreendimentos, e imóveis, foram construídos nas cidades da Região Metropolitana de Londrina? E quais foram os produtores imobiliários responsáveis por estes empreendimentos e imóveis? Qual a localização dos mesmos? E quais as possíveis implicações desses empreendimentos no processo de expansão urbana nas cidades da RM de Londrina?

Desta maneira, a pesquisa tem como hipótese que os empreendimentos, desenvolvidos na linha Faixa 1, em níveis dos municípios da RMLO apresentam o padrão de segregação

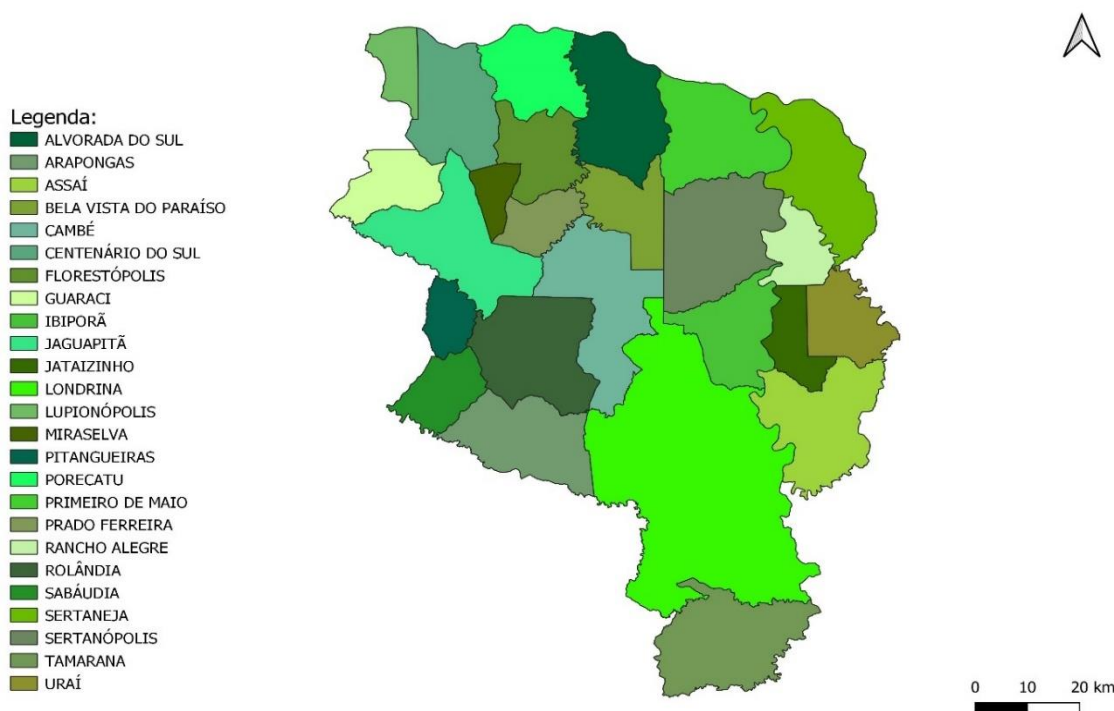
espacial que é possível visualizar em obras como as de Maricato (2017).

A justificativa da proposta se assenta na importância do mapeamento da distribuição territorial dos empreendimentos Faixa 1, resultante do PMCMV, na Região Metropolitana de Londrina (RMLO), uma vez que a mesma é composta por uma variedade de realidades socioespaciais em sua extensão territorial e diferentes intencionalidades de suas classes dominantes, o que impactam a produção e formação do espaço.

Cumprir destacar, que o objeto de pesquisa foi alterado como consequência de seu próprio desenvolvimento. Inicialmente a pesquisa possuía como recorte espacial a RMLO, todavia com realização das análises acerca dos dados do PMCMV na RMLO o recorte espacial da pesquisa acabou sendo circunscrito as cidades do aglomerado urbano de Londrina/PR. Por estarem em seu conjunto dentro de uma formação socioespacial e dos processos sociais que a dão origem e a gestam a RMLO, o aglomerado urbano de Londrina tem processos históricos semelhantes e interconectados ao da RM, entretanto, as análises centram seus esforços nos municípios de Londrina, Ibiporã, Cambé, Rolândia, e Arapongas, compõe tal aglomerado.

Criada, sobretudo, por interesses políticos, e não possuindo características de uma Região Metropolitana (RM), de acordo com o fenômeno espacial (DA CUNHA, 2014), a RMLO é composta por 25 (vinte e cinco) municípios das mais variadas características econômicas, sociais e populacionais. A figura 1 retrata a sua constituição espacial.

Figura 1. A Região Metropolitana de Londrina



Fonte: IPARDES, 2022. Elaboração: Autor, 2022.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em:

- Analisar a ação dos agentes produtores e a distribuição territorial dos empreendimentos Faixa 1 realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, via financiamento pelo FAR e FDS, no período de 2009 a 2019, entre as cidades pertencentes ao aglomerado urbano de Londrina/PR.

Especificamente, objetivou-se:

- Identificar o número de empreendimentos, Faixa 1 via FAR e FDS, construídos em diferentes momentos no recorte espacial;
- Verificar como se encontra a localização dos empreendimentos Faixa 1 via FAR e FDS, do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Londrina;
- Investigar os agentes produtores dos espaços envolvidos na produção dos empreendimentos Faixa 1, via FAR e FDS, do PMCMV nas cidades pertencentes ao aglomerado urbano de Londrina/PR;
- Apontar correlações entre esses empreendimentos e a expansão urbana em cada cidade da RM de Londrina e entre as cidades pertencentes ao aglomerado urbano de Londrina/PR;

Em se tratando da metodologia empregada para a realização da pesquisa, é importante destacar que a mesma é composta do método de pesquisa e o método de interpretação. O método de pesquisa diz respeito a questões operacionais, técnicas, dos quais o trabalho deve dispor para sua execução e cumprimento aos objetivos traçados. Já por método de interpretação o mesmo considera a construção do conhecimento teórico, e as bases filosóficas que o permeiam (DE ALMEIDA BORGES).

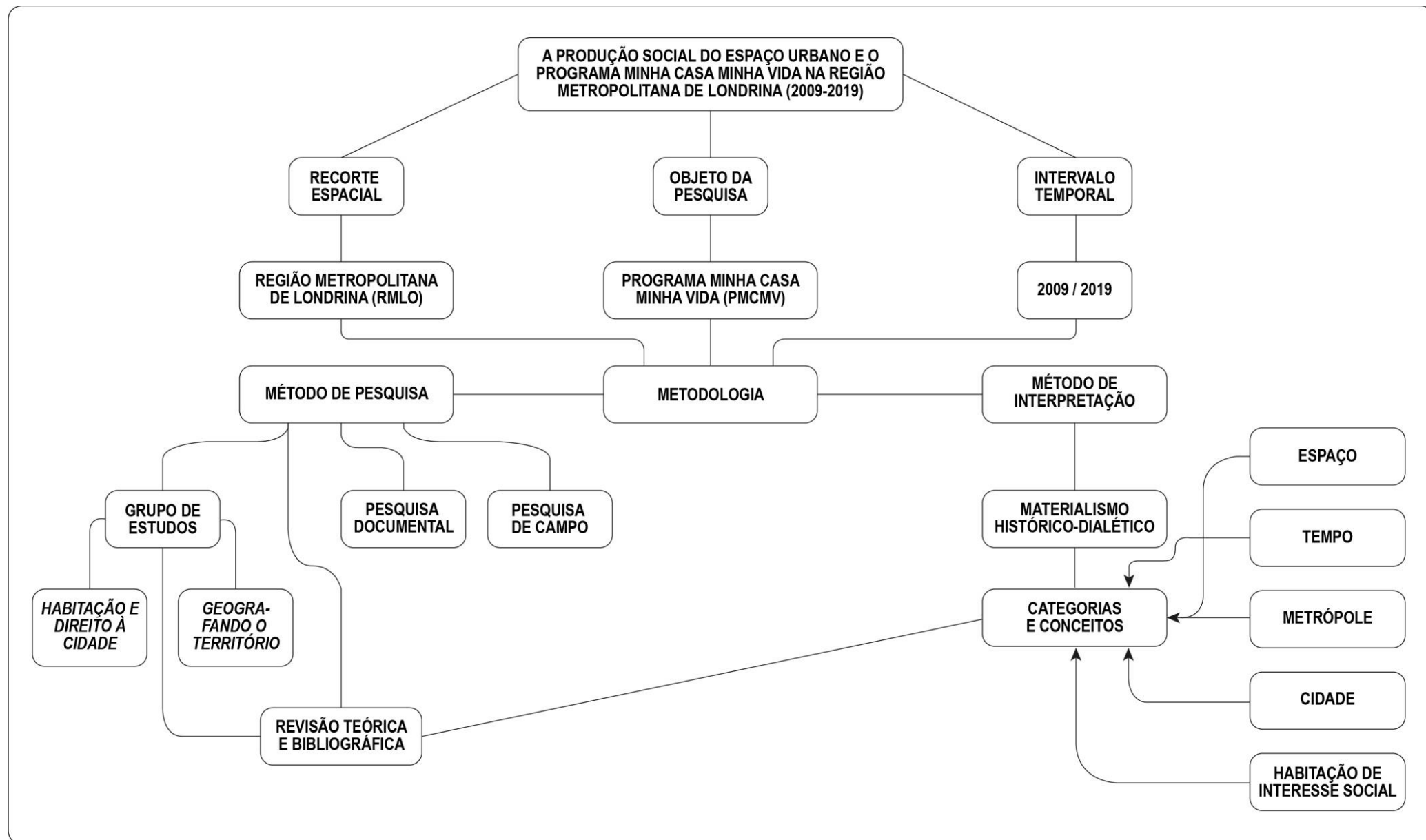
O método de pesquisa, ou seja, as questões operacionais para a realização da dissertação se deram com a solicitação de dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) acerca dos empreendimentos e imóveis Faixa 1 construídos via financiamento FAR e FDS (figura 2). Foram solicitados, dentro deste recorte, dados acerca da Origem do financiamento, se FAR ou FDS, o Nome do Empreendimento, a Data de Assinatura do Contrato, a razão social e o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proponente, o município, o endereço e o Código de Endereçamento Postal (CEP). Desta maneira a dissertação delimitou sua análise na área urbana uma vez que os fundos FAR e FDS atuavam dentro do subprograma do PNHU, bem como da primeira faixa de renda o Faixa 1 que financiava famílias com renda de até R\$ 1.395,00 reais¹.

¹ Esse processo de coleta de dados foi realizado seguindo parâmetros éticos exigidos pelo Comitê de Ética da

Ainda quanto ao método de pesquisa, com estes dados a dissertação realizou uma abordagem qualitativa destes dados coletados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Cabe ressaltar, porém, que apesar de se trabalhar com números, e dados estatísticos, para desenvolver as análises qualitativas, e realizar a espacialização destes dados em mapas temáticos com utilização de software *QCGIS*, as interpretações, fundamentar as discussões não consistiu em meramente pautar-se por uma análise delimitada aos dados, aliás, ressalta-se que a falsa dicotomia entre pesquisas quantitativas e qualitativas já é algo superado na ciência moderna, ou ao menos deveria ser.

Outro conjunto prático de ações em processo de finalização visando cumprir os objetivos propostos pela pesquisa, diz respeito às visitas de campo presenciais junto aos empreendimentos do PMCMV delimitados nessa investigação. Acredita ser importante e necessária a realização de práticas como essas uma vez que através do empírico e do trabalho de campo que o pesquisador pode investigar a realidade a partir de sua materialidade no real.

Figura 2. Fluxograma do procedimento de pesquisa realizado pelo autor



Elaboração: O autor, 2022.

Desta forma o método de interpretação aqui utilizado, e que consiste na prática na fundamentação teórica, epistemológica, e filosófica que auxilia a compreensão da realidade, e que embasa o processo de construção e realização da dissertação foi pautado no materialismo histórico-dialético, aquele que compreende a realidade em sua totalidade histórica, em constante mutação contínua e descontínua, e em movimentos solidários e contraditórios, onde as relações de classe e de poder são fundamentais para a compreensão do real (DE ALMEIDA BORGES).

Partindo disso, a leitura, problematização de conceitos, como espaço, espaço urbano, cidade, urbanização, habitação, relações de classe e de poder acompanhou a pesquisa em todo seu processo de desenvolvimento, pois, apenas desta maneira, com leituras, reflexões e análises acerca destes conceitos, torna-se possível construir um conhecimento acerca da temática proposta. Ainda assim, esse método de interpretação existiu ao longo do processo de atividades práticas para a construção da dissertação como mostra a Figura 2 acima.

Desta feita, além da introdução nomeada como primeiro capítulo, a organização textual da pesquisa abarcou outros em três capítulos, a saber: A Produção do Espaço e sua Apropriação pelo Capital: discussões, reflexões e considerações do caso metropolitano de Londrina; A Questão da Moradia no Brasil: histórico de ações dos governos federais brasileiros e de suas políticas públicas; O Programa Minha Casa Minha Vida: considerações e sua aplicação na região metropolitana de Londrina. Esta divisão visa oferecer uma continuidade na organização das ideias e no cumprimento dos objetivos da dissertação.

No segundo capítulo contemplou-se a discussão acerca do espaço pautando-se principalmente em algumas reflexões de três autores, casos de Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos. Objetivou-se compreender a produção do espaço e relacionar, com essas bases teóricas, interpretar e refletir as questões presentes nos processos da urbanização e industrialização brasileira, da formação espacial da região norte novo do Paraná, e da Região Metropolitana de Londrina (RMLO). Acredita-se que por meio dessas discussões que serão proporcionadas as bases teóricas que auxiliem a compreensão das ações e processos históricos geradores da questão da moradia no Brasil e do cooptação espacial pelas elites dirigentes por meio do processo político.

No terceiro capítulo realizou-se uma avaliação dos programas públicos de provisão habitacional desenvolvido pelo governo federal brasileiro pós-1930. Visando, também, pôr em perspectiva o conceito de habitação social, este capítulo realiza uma discussão acerca do conceito e das várias questões a ele envolto. Cabe destacar, que este recorte temporal se deu em decorrência do fato de anteriormente a 1930 não se ter nenhuma ação concreta do poder central

nesta direção, em que pese relevância política, econômica e social.

No quarto capítulo buscou-se arrolar os impactos dos empreendimentos Faixa 1, do PMCMV, financiados pelo FDS e o FAR em escala metropolitana. Nesse capítulo fez-se uma análise política e econômica, e outra socioespacial possibilitando a reflexão acerca do PMCMV, dos agentes produtores do espaço suas intencionalidades, da busca de renda capitalista da terra e do papel político desempenhado pelas elites dominantes e hegemônicas destes processos.

Como diz Harvey (2020), cabe à ciência e os que a fazem, fazer deste campo do conhecimento, um campo de transgressão e insurgência contra *o status quo* e a inércia frente aos problemas sociais existentes. Humildemente, esse é o propósito pelo qual se guia essa dissertação de mestrado e a pesquisa que a mesma desenvolveu. Considerando as transformações revolucionárias um processo construído historicamente, problematizar as relações de classe, sobretudo, na produção do espaço e na aplicação de políticas públicas se torna um meio promotor de ruptura para com a alienação e vícios que essas ações podem conter visando beneficiar a classe dominante.

Portanto esta dissertação de mestrado se apresenta enquanto uma análise crítica acerca do desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Londrina (PMCMV), de 2009 a 2019, considerando neste esforço os empreendimentos e imóveis realizados na primeira faixa de renda, de até R\$ 1.395,00 reais, financiadas via o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Buscando discutir acerca de seus agentes, das intencionalidades e dos impactos espaciais gerados por essa política habitacional o recorte utilizado foram as cidades pertencentes ao aglomerado urbano de Londrina/PR e municípios da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) que tiveram o desenvolvimento de tais empreendimentos do segmento.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E SUA APROPRIAÇÃO PELO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Com o objetivo de pôr em perspectiva a questão habitacional por meio de análises da distribuição espacial dos empreendimentos Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha (PMCMV), financiados via Fundo de Arrendamento Territorial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nas cidades pertencentes ao aglomerado urbano de Londrina/PR entre 2009 a 2019, a discussão acerca da produção do espaço se torna importante. Da mesma maneira trazer esta discussão teórica para análise do recorte espacial destacado na pesquisa se faz necessário.

Compreendido nos prolegômenos da ciência geográfica enquanto algo absoluto, palco passivo no qual a vida se dava, a discussão sobre o espaço recebeu diferentes contornos com autores como, Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos (CARLOS, 2019). Em comum estes autores provocaram reflexões a respeito da produção do espaço não mais como um mero predisposto na realidade, mas considerando sua constituição a partir das relações sociais.

Lefebvre (2006) em suas discussões entendeu que os espaços são criados socialmente no acontecer da vida cotidiana, que o cria e lhe aufere significado através das práticas espaciais. Harvey (2005a) inseriu as relações sociais dentro das relações de poder que são presentes na sociedade moderna e do modo de produção capitalista, problematizando a alienação na qual o espaço é inserido pela lógica do capital. E Milton Santos (2008a) trouxe a discussão da técnica, e das relações de poder que as envolvem, para problematizar a formação espacial.

Com isso em vista, a discussão acerca do espaço neste primeiro capítulo teórico da dissertação se encontra pautado, sobretudo, em algumas reflexões destes três autores. O objetivo deste capítulo consistiu em buscar compreender e relacionar as questões presentes nos processos da urbanização e industrialização brasileira, da formação socioespacial da região Norte Novo do Paraná, da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) e das cidades que constituem o aglomerado urbano de Londrina/PR

São essas discussões que proporcionarão as bases teóricas que fundamentarão a compreensão das ações históricas geradoras da questão da moradia no Brasil e da cooptação espacial pelas elites dirigentes do processo político. Cabe adiantar que a urbanização no Brasil ocorreu de maneira distinta se comparado a países de capitalismo central, isso porquê no processo brasileiro os capitais estrangeiros provindos destes países desenvolvidos tiveram papel essencial para o desenvolvimento dos processos de industrialização e urbanização brasileiros, uma vez que vieram em busca de promover a acumulação de riquezas e por meio do trabalho

nacional.

Colocando em perspectiva a produção do espaço na sociedade capitalista, entende-se ser possível, também, problematizar a construção histórico-social da Região Norte Novo do Paraná, regionalidade onde se encontra a Região Metropolitana de Londrina e o aglomerado urbano de Londrina/PR, e dos processos políticos, econômicos e sociais que estruturaram a construção espacial de toda essa área que serve à pesquisa como recorte espacial. Destaca-se que a realidade será interpretada considerando os fatores históricos e os agentes desses processos, com suas relações de classes que ocorreram com movimentos, rupturas, continuidades e descontinuidades.

O capítulo foi estruturado em quatro itens. No primeiro deles, o item 2.1, buscou-se discutir sobre a categoria espaço, retomando discussões desenvolvidas por autores como Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos, colocando em perspectiva em quais bases a teoria acerca do espaço foi construída e se constitui. No item 2.2, partindo dos pressupostos teóricos trazidos pelas reflexões do item 2.1, tentou-se promover considerações acerca do processo histórico-social que levou a formação espacial e socioespacial da região Norte Novo do Paraná. (re)ocupada após a década de 1930, esta região compreende em si o município de Londrina, a Região Metropolitana de Londrina (RMLO), e as cidades do aglomerado urbano de Londrina/PR, sendo indispensável tecer considerações acerca destes processos, pois, por meio deles tornou-se possível problematizar a realidade atual e histórica de todo o recorte espacial e temporal destacado pela pesquisa.

O item 2.3 resultou de um esforço que visou compreender a formação do Brasil enquanto território, espaço e seus processos de urbanização e industrialização. Por meio destas discussões objetivou-se desenvolver uma compreensão acerca das relações de poder presentes nestes processos, mas sobretudo as bases destas relações sociais que formam o Brasil entre essas diferentes frentes. Para além disso, buscou-se também retratar a influência do capital na formação deste espaço e desse território, das cidades e dos processos econômicos, pois, é essa classe que hegemoniza o processo político nacional cooptando para si o espaço e tempo visando através destes acumular capital.

Essas questões encontram-se apresentadas nas reflexões do item 2.3 no qual, também, discutiu-se os agentes produtores do espaço urbano brasileiro, tendo por base Capel (1974), Corrêa (1989), e como os detentores do capital, historicamente no Brasil, desvalorizam o habitar do espaço para, por meio dele, auferirem renda da terra. Desta forma, evidencia-se as relações de classe que estruturam o espaço e o território brasileiro e como o agente dominante destes processos coopta o espaço para legitimar seus interesses.

Por fim, o item 2.4, tendo como base as problematizações realizadas em todos os itens anteriores, discutiu-se os processos históricos e relações sociais de poder que deram origem a Região Metropolitana de Londrina (RMLO). A intencionalidade o item consistiu em evidenciar que na escala regional e local as relações de poder travadas entre os agentes produtores do espaço foram desenvolvidas, e como a RMLO faz parte de um processo político de legitimação social de uma elite dominante.

2.1 DO ABSOLUTO AO RELACIONAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AS RELAÇÕES DE PODER POR HENRI LEFEBVRE, DAVID HARVEY E MILTON SANTOS

A compreensão a respeito do espaço foi se transformando com o desenvolvimento histórico da ciência geográfica, e até mesmo da Filosofia, na qual foram realizadas discussões acerca da categoria. O marco temporal que delimitou o início destas reflexões no conhecimento científico, se deu com o racionalismo e a especialização da ciência em certos segmentos do conhecimento. Com a sociedade moderna criou-se o que Lefebvre (2006) intitulou de ciência parcelares, em que as discussões foram especializadas e realizadas em partes não dando conta de compreender o espaço em sua totalidade.

Lefebvre (2006) traz a discussão do espaço refletindo sobre estas especializações, que segmentava o espaço em econômico, físico, matemático, geográfico, sideral, enfim, múltiplas especificidades que foram atribuídas a categoria racionalizando o conhecimento pela ciência moderna. A esse respeito Lefebvre (2006) considera que estas especializações não dão conta de desenvolver uma compreensão holística acerca do espaço, muito menos que por meio dele seja possível compreender os fenômenos sociais que o geram e que lhes dão sentido (LEFEBVRE, 2006; 2018; 2019).

O espaço, nesse sentido, não deveria ser analisado apenas considerando sua disposição física, territorial, ou seja, aquilo que é capaz de ser mensurável, como era comumente realizado no início da Geografia como ciência sistematizada. A compreensão do espaço deveria, pelo contrário, considerar as relações sociais que o geram por meio da vida cotidiana da sociedade, e das relações de poder existentes em uma sociedade construída. Assim, o espaço, para Lefebvre (2006; 2018) deve ser entendido enquanto uma totalização das inúmeras relações sociais que o constroem em sua materialidade.

Através de Lefebvre (2006), portanto, o espaço deve ser posto em perspectiva enquanto consequência direta das relações sociais, considerando-as inseridas em disputas de poder que existem em uma sociedade e na vida cotidiana. Mas estes conjuntos de fatores,

relações, interações e disputas, promoveriam ao espaço significado e, assim, o tornaria o resultado da totalização das múltiplas e diferentes relações que se dão em uma complexidade.

O espaço seria formado então, a partir de uma tríade relacional composta por: práticas espaciais, as representações do espaço e o espaço de representações. Por representações do espaço, a prática ocorre dentro de um espaço apropriado, cooptado pela lógica capitalista e pelo capital. Assim, o espaço passa a ser modelado, estruturado, racionalizado para atender os interesses da classe dominante que dele se apropria para seu benefício. Esta prática espacial que constrói o espaço, portanto, o constrói não considerando como base a vida cotidiana da sociedade em seu conjunto e as diferentes relações que as pessoas desenvolvem em suas vivências, como afeto, carinho, sentimentos e significados.

Nas representações do espaço a busca primordial é por acelerar o fluxo da realização capitalista, e contribuir para o aceleração do processo de acumulação do capital. Neste sentido, a prática espacial aqui, por parte da classe trabalhadora, é limitada e racionalizada, na qual o espaço passa a ser considerado produto e meio para a reprodução destas relações de poder e manutenção do *status quo* (LEFEBVRE, 2006; 2019).

Este aspecto é bastante perceptível no espaço produzido pela sociedade capitalista, pois, quando se analisa o espaço por meio da paisagem material que este se apresenta, as formas dos objetos que os compõe, bem como as funções destes objetos espaciais apresentam funcionalidades para a acumulação do capital. Assim, objetos geográficos como grandes rodovias, malhas ferroviárias, grandes aeroportos, enormes portos, grandes construções da engenharia, em conjunto visam atender não uma apropriação destes pela a sociedade, que quem lhe dá significado e que é fruto do seu trabalho social, mas sim a atender, manter, e acelerar o processo de acumulação que é a força motriz do capitalismo (LEFEBVRE, 2006, 2018, 2019).

Porém, caminhando em outra direção que a de um economicismo que pode ser também simplificador da realidade, Lefebvre (2006) e seu entendimento da complexidade de coisas que compõe o espaço traz outra prática espacial, que o constrói, nominada de espaço de representações. Por espaço de representações, são consideradas enquanto práticas diferentes outros tipos de relações e interações sociais, sobretudo, aquelas não capitalistas que também criam espaço, mas em outras bases.

Neste sentido, se por representação do espaço se compreende o espaço criado pelos técnicos, pelo racionalismo que serve ao capital, o espaço de representações, por sua vez, confere ao espaço, e lhe cria, ponderando relações subjetivas, de necessidades, que estão dentro da lógica moderna, claro, mas que são relações sociais estabelecidas em outras bases que a da acumulação capitalista.

Se as representações do espaço prezam pela aceleração da realização do capital, o espaço de representações considera a vida cotidiana dos grupos que o frequentam e acabam por influenciar no significado e modelação do espaço, detendo significados que (re)definem seus contornos, seu substantivo, revelando-se assim, através das representações, o universo simbólico que conforma as ações em seu interior (LEFEBVRE, 2006).

Com isso em vista, compreender o espaço para Lefebvre (2006) é necessário fazê-lo conceituando-o enquanto uma categoria complexa e o analisando a partir das relações sociais e práticas sociais que o geram. O espaço, portanto, é resultado das relações sociais existentes, que lhe dão origem, significado, forma, função e estrutura. Esse espaço, fruto social, contém uma diversidade de objetos, tanto naturais como sociais, incluindo redes e vias que facilitam a troca de materiais, coisas e informações.

Estes "objetos" não são somente coisas, mas também relações. Os objetos possuem peculiaridades discerníveis, como contorno e forma. O trabalho social os transforma, rearranja-os em contextos espaço-temporais sem, contudo, afetar a materialidade e o estado natural dos mesmos. Lefebvre (2006) lembra que a noção de espacialidade seria construída a partir do imbricamento do movimento da tríade do espaço percebido, concebido e vivido, que não são estáveis e nem simples, e suas relações estabelecem conexões distintas e variáveis.

Antes, porém, convém problematizar a noção de espaço absoluto que perde seu sentido na sociedade Moderna. Para Lefebvre (2006), a noção de espaço absoluto, que consistia na apresentação de uma natureza fragmentária, localizada e coisificada por qualidades que lhe são intrínsecas, como os rios, as montanhas, os vales, seria um entendimento limitador sobre o espaço. Esta característica inicial, já admitida, pouco a pouco foi superada por forças de caráter simbólico e de disputa, como a religião, e a política, onde, assim, este espaço natural foi povoado por forças políticas que o alteraram. Desse modo, por exemplo, as classes dominantes no processo histórico se (re)apropriaram do que era natureza, e transferiu para a política através de uma mediação simbólica (LEFEBVRE, 2006; 2018; 2019).

Sendo ao mesmo tempo civil e religioso, o espaço absoluto transpôs estas características para o estado político fundado na cidade. O espaço absoluto, religioso e político em caráter era um produto dos laços de consanguinidade, solo e idioma, mas, além disto, evoluiu para um espaço relativizado e racionalizado na modernidade capitalista. Racionalidade aqui compreendida como forma de caracterizar a atividade econômica capitalista, a maneira burguesa das trocas ao nível do direito privado e a forma burocrática da dominação (LEFEBVRE, 2006).

As práticas espaciais se dão pela vivência desenvolvida em espaços vividos,

percebidos e imaginados são expressões de diferentes modos de pensar e, portanto, viver, perceber, imaginar e conceber os diversos espaços que fazem parte de nossa vida cotidiana e que estão dentro das representações de espaço e espaço de representação acima citadas.

O espaço vivido é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real, aquilo que é concebido. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral (CARLOS, 2019; LEFEBVRE, 2006).

O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O espaço imaginado denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima) está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional (CARLOS, 2019; LEFEBVRE, 2006).

O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social; por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais; desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido) (CARLOS, 2019; LEFEBVRE, 2006).

Lefebvre (2006) entendeu o espaço enquanto totalização das diferentes relações sociais desenvolvidas em uma sociedade, pois, para o autor o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o *locus* de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Contudo, não descarta a ideia de que o espaço também é o lugar dos conflitos, onde a exploração subordina não apenas a classe operária como outras classes sociais. Com Lefebvre (2006) a noção espacial caminha do espaço absoluto para uma compreensão do espaço como algo relacional, construído através das relações.

Harvey (2005a), outro profundo estudioso da obra de Marx, buscou em sua trajetória problematizar a apropriação deste espaço pelo capital. O autor ainda, se esforçou em evidenciar

como espaço tornou-se ao capitalismo essencial para sua manutenção. Esse fato, para Harvey (2005a), aliás, auxilia na compreensão e problematização acerca do espaço na atualidade da sociedade capitalista com as suas formações, sistematizações, organizações, e das disposições dos objetos geográficos que compõe uma realidade espacial.

A compreensão do Espaço para Harvey (2005a) acompanha, em certos aspectos, as reflexões desenvolvidas por Henri Lefebvre (2006), ao ser realizada a partir das relações sociais de poder. Harvey (2005a), assim, refuta a compreensão de espaço enquanto um palco onde a vida acontece, e o compreende como resultado do trabalho humano inserido dentro das relações sociais de poder travada entre as classes.

As estruturas sociais e o modo de produção capitalista têm grande relevância para Harvey (2005a) em suas considerações e discussões sobre o espaço. Se no feudalismo, pela inexistência da noção de propriedade privada individual, o espaço era racionalizado pela lógica comunal, desenvolvido em conjunto e impregnado de relações subjetivas, profanas ou não, mas que lhe davam sentido e significado, ao mesmo tempo em que, também, os davam às pessoas e maneira como elas se situavam no tempo e no espaço, a racionalidade capitalista transforma essa realidade então posta e inaugura outra interação com o espaço no desenvolvimento de seu processo histórico-geográfico (HARVEY, 2005a; 2011; 2015).

Cabe destacar, porém, que Harvey (1992) não ignorou as relações de poder assimétricas entre as classes no modo de produção feudal, a discussão aqui, porém, foi trazida para evidenciar a relevância que as estruturas sociais, os modos de produção e as relações de poder tem ao influenciar diretamente na organização do trabalho e consequentemente do espaço. Isso se evidencia por meio de análises desenvolvidas que consideram a transformação no espaço e na paisagem materializados, de cidades que vivenciaram tanto o modo de produção feudal e que estiveram inseridas nas transformações históricas que levaram ao capitalismo (HARVEY, 2015b).

Em cidades como essas existem uma considerável diferença aparente de cada tempo histórico e das implicações que as relações de poder causaram em cada espaço, uma vez que os interesses da classe dominante de uma estrutura social não eram os mesmos de outra classe dominante em outro período, como o autor problematizou estudando o caso de Paris (HARVEY, 2015b).

Assim, no capitalismo e na estrutura moderna, a alienação também se refletiu ao nível da produção do espaço. Mesmo compreendendo o espaço enquanto fruto do trabalho Humano, Harvey (2005a) colocou em perspectiva a apropriação deste mesmo pelo capital e para a manutenção do *status quo*.

Para Harvey (2005a) o espaço é apropriado pelo capital de várias maneiras, que influenciam na sua produção e nas formas como este se apresenta na realidade material. Esses processos influenciam e são influenciados nas relações dos seres humanos entre si e deles com o espaço. Uma dessas apropriações se dá pela necessidade de acumulação de capital que tem como saída o alargamento das fronteiras espaciais para anexação de novos espaços na lógica racionalista (HARVEY, 2005a; 2011; 2015a; 2019).

O capital depende da acumulação, ou seja, somente o lucro do capital investido pode fazer o capital e o modo de produção capitalista ter continuidade. Todavia, o resultado do trabalho desenvolvido no processo produtivo muitas das vezes pode ter, por inúmeros motivos, um retardo no tempo do seu processo de realização, ou seja, do lucro final com a venda do produto, e o que geraria conforme Harvey (2005a) uma desvalorização do capital pelo seu excedente. Em outras palavras, o excedente de capital é um dos motivos para a desvalorização do capital e do capitalismo (HARVEY, 2005a; 2015a).

Uma das formas de saída deste círculo de crise do capital ocorre com a ampliação das fronteiras, pois, ao anexar novos espaços em sua área de atuação e influência o capital está, na verdade, anexando para si novos mercados consumidores potenciais, que podem lhe auxiliar em sua manutenção uma vez que pelo consumo tem-se a realização do capital investido.

A história da modernidade é constituída com muitas dessas ações, basta lembrar a expansão fronteiriça desenvolvida pelo movimento de colonização do século XV e o neocolonialismo do XVIII, onde o intuito era de encontrar novos mercados consumidores para a realização da mercadoria produzida por estas nações imperialistas, bem como tinham como objetivo se beneficiar do uso de mão de obra barata, quando não escravizada, visando obter maiores ganhos de produtividade e ter o efetivo retorno à alocação de recursos escassos (HARVEY, 2005a; 2015a).

Outra forma que o espaço, fruto do trabalho humano é apropriado pelo capital acontece com a produção do espaço, sobretudo drenado na urbanização. Quando se tem o excedente de capital, e conseqüentemente o excedente de trabalho, a crise capitalista está dada, de forma que outra maneira de saída aos seus detentores é o emprego destes na produção do espaço. Estes, talvez, sejam os acontecimentos mais recorrentes na história da Modernidade, pois, nas crises globais do capital a produção do espaço tem sido a saída constante (HARVEY, 2005a; 2011).

As crises de 1870, 1929, 2008 e a mais recente de 2020 sinalizam nessa direção. A crise do capitalismo no final do século XIX fez com que esses excedentes improdutivos fossem empregados na produção do espaço urbano e de infraestrutura. Como exemplo ocorreu a consolidação da marcha no sentido oeste nos Estados Unidos com um forte investimento em

ferrovias. Aconteceu, sobretudo na virada para o século XX, o mesmo movimento no Brasil quando são criados os primeiros programas de habitação pública, visando aplicar rapidamente esse excedente de capital desvalorizado, e quando ocorre, em decorrência de uma reorganização produtiva do capital global, a transferência de estruturas e tecnologias dos países de capitalismo central para países periférico, implantando, nestes territórios, antigas plantas industriais e estruturas, como ferrovias (HARVEY, 2005a; 2011; 2019).

Após 1929, aconteceu o *New Deal* de Rossevelt, no qual obras públicas, sobretudo de infraestruturas urbanas foram utilizadas para drenar, e por novamente no processo de acumulação, o capital e o trabalho excedente. Esse programa, que tinha várias frentes, se concentrava, sobretudo em um amplo processo de construção de rodovias, portos, habitação, e prédios públicos, visando assim por em circulação novamente o capital antes desvalorizado. O mesmo aconteceu em 2008, quando a crise econômica anunciada carregava potencial letal para o capital no mundo todo, dada a interligação, intercomunicação que adquiriu o capital no século XX e início do XXI (HARVEY, 2011; 2019).

A saída, novamente, foi o emprego na produção do espaço com enormes pacotes de investimento público ocorridos no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, foi além com a estatização de empresas privadas, caso da General Motors e de parte do setor financeiro, além de investimento em construções, edifícios e infraestrutura. A China, no mesmo período, temendo a crise anunciada que poderia colocar na rua mais de 30 milhões de pessoas da noite para o dia, e iniciar um motim de revolta com o *status quo* desenvolve aquele, que é talvez, o maior programa de urbanização da história, onde de 2009 à 2014 a China consumiu o dobro de cimento e concreto que o Estados Unidos em todo o século XX. Impérios do mercado imobiliário foram criados na China neste período, inclusive cidades fantasmas que têm dificuldades de atraírem pessoas e que assiste sua estrutura se deteriorar no tempo (HARVEY, 2011; 2019).

O Brasil também, neste período, desenvolveu uma série de políticas públicas visando interferir na crise com a produção do espaço, criando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e posteriormente com outra versão PAC II, visando investir em infraestruturas urbanas, sobretudo em Regiões Metropolitanas, e o Programa Minha Casa Minha Vida, de 2009, que tinha como intuito a produção de habitação (MARICATO, 2013; HARVEY, 2019).

Em 2020, com a crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus (*Sars-Cov-2*) e a doença *Covid-19*, os Estados Unidos anunciaram um pacote de investimento em programas de infraestrutura na ordem de U\$ 1,9 trilhões de dólares, depois de ter realizado resgates públicos na ordem de U\$ 3 trilhões. Assim, é visto que o espaço, fruto do trabalho

humano, foi apropriado pelo capital, com apoio do Estado, para a sua manutenção (HARVEY, 2020).

Outro fator que Harvey (2019) põe em perspectiva é a forma como isso é feita, pois, esses programas de investimento que visam serem válvulas de escape de crises se tornaram em dívidas públicas, contraídas pelo Estado e sua sociedade. Além de que, pessoas individualmente podem contrair essa dívida se acessar habitações produzidas dentro destes conjuntos de ações que visam sustentar o capital. Desta forma, aconteceu outro conflito de interesse que é a socialização dos riscos do capital com o conjunto da sociedade, enquanto que com os lucros não acontecem a mesma coisa.

Tem-se assim, então um circuito no qual o capital que se apropriou do Espaço e o aliena de quem de fato o produz, o conjunto da sociedade, em prol de si próprio. Como as crises do capital são cíclicas, já que o processo de acumulação não é infinito, essa postura do capital frente ao espaço se tornou constante na estrutura moderna. Isso de fato explica as mega cidades, mega construções, e infraestruturas que muitas das vezes não dialoga com a necessidade do conjunto da sociedade, mas sim, com o capital e sua intencionalidade de acumular e permanecer dominante (HARVEY, 2005a; 2011; 2015a; 2017; 2019).

A discussão de Harvey (1992) acerca da produção capitalista do espaço é muito importante, o autor traz também ao debate sobre a estética no qual este capital materializa o espaço. Pela estética racionalista moderna as construções acabam se tornando homogêneas, de linhas retas, de conteúdo repetitivo, de grandes *boulevards*, atacando também a estética espacial que é construída por cada povo. Aliás, o capital apropria-se desta estética gerada, em busca da renda de monopólio, mas esse assunto será discutido no item 2.3.

Por fim, tem-se então que Harvey e Lefebvre dialogam em muito acerca da concepção do espaço. Ambos os autores definem que o espaço é constituído a partir das relações sociais, rompendo assim com a ideia do espaço como palco neutro onde a vida se dá. A diferença entre as ideias é na consideração das relações sociais que formam o espaço. Lefebvre (2006) tentou compreender a produção do espaço a partir de seus múltiplos agentes e de suas múltiplas relações sociais na vida cotidiana. Harvey (2005a), apesar de não ignorar essas relações, defende que a classe dominante e os detentores do capital, cooptam essa produção aos seus interesses, sendo estas relações, portanto, inseridas na lógica maior de reprodução do capital e que causa alienação do Espaço.

Lefebvre (2006) defende a valorização da vida cotidiana para superação a sociedade capitalista, que geraria aquilo que para ele será/seria uma sociedade urbana, uma sociedade forma e que tem como base relações desenvolvidas sob a lógica da compaixão, na troca, no

encontro e celebração da diferença. Harvey (2005a), por sua vez, defende que ações devem ser tomadas para impedir a loucura da razão econômica, o lucro, e para isso sua defesa vai no sentido de ocupar os espaços, a começar pelos públicos, visando estabelecer relações que prezem pelo bem comum, o que atacaria frontalmente a busca de acumulação do capital. Assim, Harvey (2005b) acredita que os seres serão capazes de construir um novo mundo, e a si mesmos novamente, pois, ao construírem um novo mundo constroem um novo eu, e ao construírem um novo eu, constroem um novo mundo.

Por fim, cabe apresentar as discussões do espaço promovidas pelas ideias do autor Milton Santos. Santos (2008a), outro autor que segue a tendência marxista como Lefebvre e Harvey, problematiza a construção do espaço partindo da técnica. As técnicas, segundo Santos (2008a) são um conjunto de meios instrumentais, e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

A aplicação desta ideia pode ser entendida quando Santos e Silveira (2017) analisam a formação do espaço brasileiro. Nesta obra o autor segue sua divisão acerca do meio técnico, afirmando que no Brasil se constituiu enquanto tal em três períodos: o do meio natural ou pré-técnico; o meio técnico-científico, e o meio técnico-científico-informacional. A partir das relações sociais mediatizadas pela técnica e meios instrumentais foi devolvida a análise da formação brasileira (SANTOS, 2008a; 2009; SANTOS; SILVEIRA, 2017).

O Brasil, para Santos e Silveira (2017), tem o início de seu processo histórico em um período pré-técnico ou natural, como um espaço de tempos lentos, ou em outras palavras, no tempo da natureza. Esse período compreende o recorte temporal de até mesmo antes do século XV até o século XIX. Cabe desatacar que esse período foi constituído de um processo, no qual a técnica e os instrumentos foram elaborados, criados e dominados por uns, servindo também nesta dominação. Mas basicamente a técnica no início desse período era rudimentar, e por assim ser, acessível ao conjunto da sociedade até mesmo pela possibilidade de ser copiada elaborada em materiais paralelos.

Porém, com a dominação colonial portuguesa no Brasil, o conjunto técnico foi tornado mais restrito a determinados grupos e sendo nesse processo que as relações de poder que formam o Brasil começaram a existir. É nesse sentido que moinhos, facões, arados, passaram a ter a propriedade mais restrita em um pequeno grupo, que dominando esse meio técnico conseguiu exercer sobre outros grupos a sua vontade. Evidentemente, cabe ressaltar que, nesse período o Brasil atravessava um grave processo de escravização que tem consequências até os dias atuais, mas as relações sociais que permeiam o meio técnico nesse período auxiliam na discussão acerca da constituição do Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2017).

Além dos tempos lentos, o meio geográfico, que se constituiu a partir do meio técnico, no Brasil de então aconteceu de forma fragmentada e dispersa. Foram criadas ilhas econômicas remotas que não dialogavam entre si neste vasto território, caso das capitais provincianas lindeiras ao litoral. Apesar de precário e lento, tal fato permite compreender essa transição do Brasil de um meio pré-técnico para um meio técnico científico que aconteceu na virada do século XIX e ao redor do século XXI (SANTOS; SILVEIRA, 2017).

Ressalta-se também que no capitalismo a técnica ganhou enorme importância, portanto, a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante no século XVIII, sobretudo na parte ocidental do mundo, ajuda a explicar o desenvolvimento técnico e desigual que atravessaram os países. Esse fator de relevância é que no modo de produção capitalista a técnica também é uma mercadoria, e está dentro da lógica de mercado, de forma que o seu aprimoramento, desenvolvimento e elaboração reverbera também realização do capital (SANTOS 2008a; 2009; 2019).

Com isso em vista, o Brasil atravessou o meio técnico científico em um período principiado no início do século XIX e que se estendeu até os fins do século XX, quando o país passava por uma profunda integração e o seu meio geográfico foi fortemente construído com objetos técnicos (SANTOS, 2008a; 2019).

É neste período que o Brasil apresentou um amplo desenvolvimento de infraestruturas, como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hospitais, escolas, habitações, saneamento, infraestrutura física de telecomunicações, infraestrutura e geração de energia, a formação de um complexo industrial, formação de um complexo acadêmico e universitário ou seja, o aprimoramento técnico auxilia na formação do espaço brasileiro que agora conseguiria estabelecer vínculos pois possuía fixos necessários para aumentar os fluxos (SANTOS, 2008b; SANTOS; SILVEIRA, 2017).

Neste período o Brasil alavancou um amplo processo de industrialização e urbanização, no qual a maior parte de sua população passou a viver nas grandes cidades e metrópoles. As cidades médias começaram a crescer também, iniciando um processo de relações entre si não visto antes devido ao aperfeiçoamento das comunicações. Frente ao desenvolvimento desse meio técnico científico, o espaço brasileiro passou a ser estruturado com objetos que visavam cumprir e operar funções, em prol, claro, da classe dominante que é quem detém a técnica, gerando relações desiguais e desigualdade socioespacial entre os membros de uma sociedade (SANTOS, 2008a; 2008a; 2019).

Por fim, a cabo século XX, o Brasil passou para a etapa do meio-técnico-científico-informacional, na qual, devido a revolução que aconteceu com os objetos técnicos da

informação, o mundo inteiro parece interligado em uma coisa só. A globalização, aliás, vem trazer esse ideário de aldeia global, no qual pessoas dos rincões de determinado país poderiam estar conectadas e ter o mesmo acesso as técnicas de informação que pessoas de grandes capitais globais (SANTOS, 2021). Milton Santos (2021) critica esse fator e coloca esta globalização como fábula, sendo que a realidade se constituía apenas na globalização e penetração do capital pelas partes do globo, de forma que o mesmo poderia extrair uma mais-valia global.

Esse meio técnico-científico-informacional, extremamente concentrado nas mãos de poucos países e de suas grandes corporações resultou na pressão e força exercida no mundo inteiro, por seu largo potencial de alcance. O espaço passou a ser assim, o do instantâneo, do *just in time*, do movimento rápido e da busca pelo lucro. Os centros urbanos então, dentro dessa divisão técnica, organizadas em redes, nas quais determinadas cidades possuem certos tipos de objetos técnicos que outras e exercem sobre essas uma dominação e dependência. Isso se coloca de pessoa para pessoa, cidade para cidade, e país para país. Internamente, nos países subdesenvolvidos foram criados setores da economia, um circuito superior e outro inferior, que interagem entre si desigualmente e beneficiam a exploração do grande capital frente a uma sociedade que tenta sobreviver do trabalho precário e informal (SANTOS, 2008a; 2019).

Aliás, o domínio da técnica hoje se mostra cada vez mais importante para compreender a realidade e as relações sociais que são travadas por de trás dela.

Neste sentido, Santos (2008a) define Espaço como:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2008a, p. 39).

Para o autor, como na formação geográfica brasileira, no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que foram sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Neste sentido, chama atenção para a força do lugar, que apesar de atacado pela globalização e o meio técnico-científico-informacional pode se tornar *locus* de resistência ao capital, justamente por ser neste local que são estabelecidas relações diferentes da racionalidade capitalista (SANTOS, 2008a; 2008b; 2013; 2019).

Conforme discutido até aqui, objetivou-se debater as ideias destes três autores que em muito contribuíram para a discussão acerca do Espaço e de como compreendê-lo no âmbito da Geografia. Apesar da diferença de enfoques e interpretações cabe dizer que a combinação dos

apontamentos dos três é muito pertinente para compreensão espacial.

Santos (2008a) e sua problematização da técnica na produção do espaço colocou em perspectiva que esse conjunto de ações e relações tem impactos nas formas e funções que constituem o espaço. Harvey (2005a) evidenciou a importância deste espaço para o capital, que se aliado a ideia de Santos (2008a) contribui para visualizar a materialização do espaço destas relações e interações capitalistas que causa sua alienação do conjunto da sociedade. E por fim, Lefebvre (2006) trazendo uma complexidade na forma de compreender a formação do espaço, evidenciou que o mesmo é produzido pelas relações sociais capitalistas ou não, e que aquelas consideradas não capitalistas têm potencial subversivo para com o capital, sendo o caso dos espaços de bem comum que Harvey (2014) problematiza e bem como os lugares horizontais dos quais Santos (2008a) coloca em perspectiva.

Outro ponto importante acerca das ideias discutidas é que as mesmas, se relacionadas, podem proporcionar uma visão holística acerca da produção do Espaço. Se por um lado, Milton Santos (2008a) foca em discutir a produção do espaço a partir da técnica, Harvey (2005a) faz a mesmas discussões a partir da classe dominante dessa técnica, e como usa deste conjunto técnico para manter sua dominação e evitar revoluções que os tirem da classe dominante. Porém, visando compreender o espaço, também, a partir de outras relações, já que o mesmo é produzido por múltiplos agentes, e que será discutido no item 2.3, Lefebvre (2006) chama atenção justamente para essas relações e produção do espaço, também, pela vida cotidiana algo que Harvey (2005a) considera enquanto tal, mas também o vê permeado pela relação de poder que o aliena.

Ressaltando as diferenças entre as ideias, ao que parece Lefebvre (2006) tem uma visão mais complexa, como que falto é chamada, acerca da produção do espaço, pois, para ele acontece por diferentes grupos, agentes, tempos, compreensões e perceber, que na totalidade compõe o Espaço. Santos (2008a) por sua vez pode deixar transparecer a ideia do espaço como receptáculo do meio técnico, mas sua problematização vai além pois considera os diferentes tempos e suas relações, suas técnicas, as relações de poder, causando uma percepção de espaço também ativo na relação sujeito-objeto. Harvey (2005a) contribui para compreensão do Espaço dentro da lógica capitalista, bem como das relações de poder que permeiam a produção deste espaço alienado de parte da sociedade.

Assim, pode se compreender como espaço aquele que é resultado direto das relações sociais de poder, leia-se relações de classe, no qual a classe dominante visa impor sobre a classe dominada o seu domínio, que acontece, sobretudo, com o domínio da técnica. Este domínio do meio técnico influencia diretamente na disposição pela qual se constrói o espaço e com quais

intencionalidades, no qual Harvey (2005a) evidencia ser em prol da classe capitalista. Porém, a complexidade das relações humanas são tão diversas que elas abrem também espaços onde a vida cotidiana pode subverter essa lógica e construir uma outra sociedade com uma outra base.

Estes autores desenvolvem em perspectivas diferentes propostas de compreensão abrangente do fenômeno espacial. Se antes o espaço era considerado hegemonicamente como um espaço absoluto, o desenvolvimento das teses destes três autores, aqui apresentadas contribuíram para promover um conhecimento do espaço que passa a ser compreendido como relacional e inserido nas relações sociais de poder.

O diálogo entre os três pode se dar de diferentes maneiras, mas aqui se valoriza o papel do trabalho humano e das relações sociais desenvolvidas na sociedade capitalista que impactam na produção do espaço. O capital, como destacam os autores, se apropria do espaço e visa estrutura-lo de sua maneira, e como Santos (2008a) coloca, em um aspecto tecnificado para manter seu processo de dominação. Porém, os espaços também são construídos considerando as relações sociais que tem outras bases que não somente esta capitalista que preza apenas pela acumulação.

Desta maneira, essa discussão auxilia o desenvolvimento desta pesquisa para análise do espaço de ocorrência do seu objeto de estudo a Região Metropolitana de Londrina (RMLO). Da mesma forma, estas discussões auxiliam a compreender como os sujeitos e classes que produzem o espaço estão em continua disputa entre si visando materializar neste espaço os objetos, com formas e funções, que contribuam com a suas intencionalidades e para sua dominação.

Com isso em vista, a seguir discutiu-se sobre o processo de formação da região Norte Novo do Paraná, na qual encontra-se localiza a RMLO, sendo, portanto, necessário a sua problematização. O processo de realização desta abordagem analítica leva em consideração as discussões postas e as reflexões feitas por estes três autores acerca da produção do espaço, em uma tentativa de unir teoria e prática nestas análises.

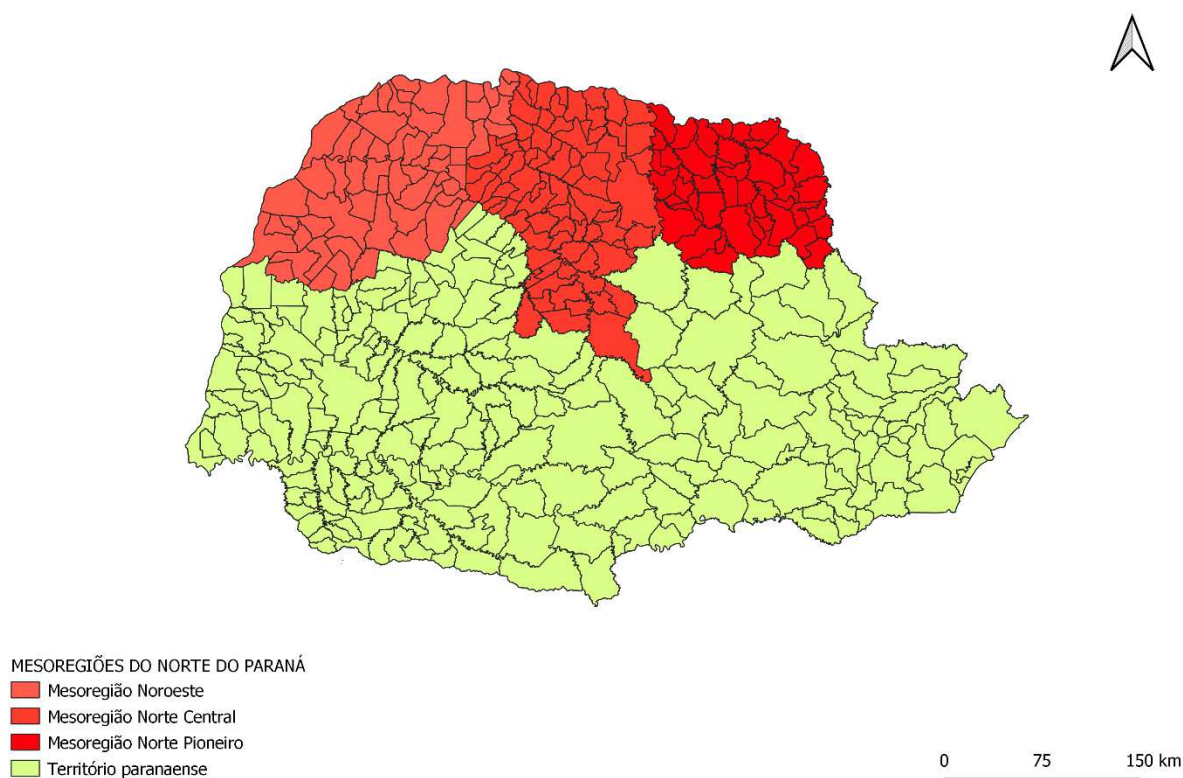
2.2 A FORMAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO NORTE NOVO DO PARANÁ: PROCESSOS FORMADORES E RELAÇÕES DE PODER

O debate acerca da formação espacial e territorial da região Norte Novo do Paraná é uma atividade complexa. O processo de formação teve origem em meio ao conjunto de fases econômicas produzidas por agentes diversos, que resultaram em ajustes espaciais a partir de deslocamentos e realocações de capitais realizados pelo capital estrangeiro em partes do estado

do Paraná, do Brasil e dos países periféricos do capitalismo moderno.

Nesse sentido, para melhor compreensão do debate de ideias a serem realizadas, cabe destacar a divisão realizada pelo IBGE (1990) da região Norte paranaense em três outras sub-regiões, a saber: Norte Pioneiro, popularmente conhecido como Norte Velho; o Norte Novo também reconhecido como Norte Central; e, por fim, o Norte Novíssimo conhecido da mesma forma como o Noroeste Paranaense (Figura 3).

Figura 3. E destaque a divisão regional do Norte do Paraná pelo IBGE (1990) em três mesorregiões



Fonte. IBGE, 1990. **Org e arte final.** O autor, 2022.

Esse processo de regionalização subdividiu a região Norte do Paraná entre estas outras três sub regionalidades, e ocorreu pelo fato de que o processo do desenvolvimento socioespacial da região Norte do Paraná foi efetuado de diferentes maneiras em cada segmento espacial desta regionalização. Isto é, com diferentes atores e intencionalidades conforme cada realidade espacial e o tempo histórico. Como o objeto do trabalho é a Região Metropolitana de Londrina (RMLO), as análises e considerações aqui que se centram no recorte espacial da região norte novo.

O processo de (re)ocupação de toda área do Norte do Paraná teve início após a emancipação política do Estado do Paraná, em 1853, de sua condição de província do Estado de São Paulo². Como um dos limites fronteiriços entre os estados abarcava o Rio Paranapanema, os cursos d'água, ou seja, os elementos físicos da natureza, foram os importantes fatores para a organização e delimitação do território de ambos estados. Aliás, cumpre destacar o importante papel dado aos rios na demarcação territorial que subdividiu a Região Norte em outras três regiões.

Isso fica evidenciado pois os limites territoriais que separam cada subregionalidade são demarcados pelos rios. Os limites espaciais do Norte Velho (Norte Pioneiro) se localizam entre os rios Paranapanema e o Rio Tibagi. O Norte Novo (Norte Central) é demarcado considerando os limites do Rio Tibagi ao Rio Corumbataí e deste ao Rio Ivaí, e por fim o Norte Novíssimo (Noroeste Paranaense) que tem seus limites entre Rio Ivaí e o Rio Piquiri. Tem-se então uma regionalização do espaço que foi realizada considerando aspectos físico-territoriais, e também o processo histórico do desenvolvimento econômico de cada porção do território norte paranaense com suas características e dinâmicas próprias.

Pela proximidade espacial com São Paulo e a dinâmica das relações sociais existentes, o Norte Novo do Paraná recebeu migrantes em grandes contingentes oriundos de Minas Gerais, São Paulo e do nordeste do país. Cabe destacar que essa migração sentido Norte do estado recebeu mais pessoas de outras localidades do país do que outros paranaenses, seja oriundo de Curitiba ou demais localidades do estado.

O cenário de fragilidade econômica e política dos Estados brasileiros, e do Brasil como um todo, no processo histórico que abarca o Império e sua transição para a República, e considerando as problemáticas geradas pelos esforços de guerra realizados para a Guerra do Paraguai, auxiliam a compreensão do assentamento de pessoas de origens diversas na região Norte Novo do Paraná, e da mesma forma em seu processo de (re)ocupação desenvolvido no século XX com um aprofundamento das relações entre capital privado e o poder público (PERARO *et. al*, 1978; TOMAZI, 1997).

A região conhecida como Norte Novo do Paraná, portanto, é um território recente do

² A porção denominada Norte Pioneiro corresponde aos municípios de Abatíá; Andirá; Assaí; Bandeirantes; Barra do jacaré; Cambará; Carlópolis; Congonhinhas Conselheiro Mairinck; Cornélio Procópio; Curiúva; Figueira; Guapirama; Ibaiti; Itambaracá; Jaboti; Jacarezinho; Jataizinho; Japira; Joaquim Távora; Jundiá do sul; Leópolis; Nova américa da Colina; Nova Fátima; Nova Santa Bárbara; Pinhalão; Quatiguá; Rancho Alegre; Ribeirão Claro; Salto do Itararé; Santa Amélia; Santa Cecília do Pavão; Santa Mariana; Santana do Itararé; Santo Antônio da Platina; Santo Antônio do Paraíso; São Jerônimo da Serra; São José da Boa Vista; São Sebastião da Amoreira; Sapopema; Sertaneja; Siqueira Campos; Tomazina; Uraí; Wenceslau Braz.

ponto de vista de sua (re)ocupação, e do ponto de vista histórico, datada deste final do século XIX, sendo alvo de ações do poder público e do capital privado em contextos de crises políticas e econômicas. Essa porção, porém, foi consolidada como área em processo de (re)ocupação a partir da década de 1930, do século XX, com a expansão da fronteira agrícola em direção ao noroeste e norte central do estado paranaense, a tornando uma das regiões do estado mais importantes e influentes do ponto de vista político e econômico do estado (TOMAZI, 1997).

A exemplo de parte de países da Europa, da África, e de outros lugares das Américas deste período, pode se dizer que o Brasil e a região Norte Novo do Paraná, dado seu modelo capitalista de propriedade e produção, foram utilizados para a aplicação em seus espaços dos capitais excedentes, que se parados causariam crises de acumulação ao capital. Tornando-se, assim, *locus* da aplicação excedente do capital estrangeiro buscando valorização.

Como já colocado, em crises de acumulação, a produção e (re)produção do espaço se tornou uma das saídas encontrada pelo capital, pois, como diz Harvey (2005a; 2019) a produção do ajuste espacial auxilia o fluxo de mercadorias e capitais, uma vez que se fora do circuito produtivo estes se desvalorizam. Essas ações acontecem, porém, utilizando-se de expropriações promovidas pelo Estado, o disciplinamento fiscal dos governos, do mercado fundiário, da especulação imobiliária, e da distribuição de solo para os usos que gerem as mais altas taxas de renda e lucros possíveis, visando com isso proteger o modo de produção capitalista e o capital.

A expansão da fronteira do Norte Novo paranaense, neste sentido, encontra-se inserida nesta lógica de busca por acumulação. O processo de ocupação desta porção do território está atrelado a reprodução capital privado, em seu início, estrangeiro. Sendo o Paraná governado por uma elite conservadora e defensora dos princípios capitalistas e proprietaristas³, o governo do Estado adotou o discurso de que com seus recursos não tinha como promover a ocupação e desenvolvimento do território norte do Estado.

Como a região Norte Pioneira já tinha desenvolvido sua (re)ocupação com base em modelo de ocupação capitalista da terra, na porção do Norte Novo da região (a oeste do rio Tibagi), que ocupava a faixa central do Estado, foi também preconizada a necessidade de ser adotado um modelo semelhante⁴. Essa terra seria utilizada para auxiliar na produção de excedentes e de capital de origem exterior ao Brasil com a anuência e ajuda do estado

³ Proprietarista é um conceito desenvolvido por Piketty (2020) no qual trabalha o capitalismo e o capital em sua perspectiva também simbólica. Ideologia proprietarista, desta forma, é a compreensão da realidade a partir da lógica da propriedade privada individual.

⁴ Semelhante pois preconizava-se por um desenvolvimento regional pautado na produção capitalista da mercadoria e produção de excedentes visando atender o mercado externo.

paranaense (PERARO et. al, 1978).

Assim, em uma visita a região Norte do Estado em 1924, Lord Lovat, que fora conduzido do Norte Pioneiro, foi apresentado a diferentes planos de investimento, sobretudo relacionados a propriedades e negócios ferroviários e imobiliários, pelas elites de São Paulo. Nenhum acordo foi firmado, todavia, ainda no mesmo ano o grupo inglês ao qual Lovat fazia parte fundou a Brazil Plantations Syndicate Ltd., posteriormente renomeada para Paraná Plations Syndicate Ltd. com sede em Londres (PERARO et. al, 1978).

No Brasil, sua subsidiária recebeu o nome de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), criada em 1925. Essa empresa adquiriu do Estado do Paraná, por valor simbólico, uma enorme porção espacial do Norte Central do Paraná, com área aproximada de 415 mil alqueires (quatrocentos e quinze mil) e se tornou responsável por coordenar o processo de (re) ocupação deste espaço e realizar a ligação ferroviária entre esta região à São Paulo, interesse este tão importante para os interesses paulistas e paranaenses (PERARO et. al, 1978; TOMAZI, 1997).

Cumprir destacar que a intencionalidade inicial de Lovat e da empresa inglesa era utilizar da terra comprada no estado paranaense para a produção de algodão, uma vez que este era o principal setor econômico a indústria inglesa na época. Todavia, com a crise de 1929 esse setor de produção inglesa entrou em colapso, e retorno ao investimento feito pelo capital inglês em terras paranaense passa a ser, então, o comércio de terras e empreendimentos imobiliários (OLIVEIRA, et. al, 2016).

Desta forma, evidencia-se a intencionalidade do capital estrangeiro na promoção do ajuste espacial, com as terras do Norte Novo paranaense, para acelerar em maior escala seu processo de acumulação. Isso porque a expansão das fronteiras espaciais de atuação do capital, com a compra das terras visando a produção de algodão, dilatava a área de circulação e influência do capital. E da mesma forma, mesmo que com a interrupção da intencionalidade inicial de produzir algodão, a criação de uma empresa para comercialização de terras e a criação de um mercado imobiliário, promoveu o retorno ao investimento desenvolvido na região oriundo de um processo de acumulação excedente anterior (OLIVEIRA, et. al, 2016).

Esse processo de (re)ocupar promovido pelo capital inglês, aliás, deve ser entendido no sentido literal do termo, uma vez que apesar da narrativa oficial afirma que a região Norte do Estado era um grande sertão vazio, e que eram terras devolutas e inabitadas. Todavia, há comprovações históricas que nas terras da região Norte Novo do Paraná já viviam posseiros e povos indígenas como os Xetá, Guaraní e Kaingáng, que viviam neste interior do território brasileiro. Criou-se, pelos meios de comunicação da época a serviço da classe dominante, uma história romantizada na qual os migrantes europeus foram os sujeitos que por meio de seu

trabalho desenvolveram a região (TOMAZI, 1997).

A criação desta historiografia na versão oficial deve ser posta em perspectiva inserida em relações de poder que visam beneficiar os ideais da classe dominante, uma vez que ela busca desenvolver a ideia de que foi a companhia, o capital privado, e a imigração europeia que trouxeram o “progresso” e a “civilização” a esta porção do território, mas ignoram a violência e usurpação realizada por estes mesmo para com aqueles que aqui antes se encontravam (TOMAZI, 1997; CANCIAN, 1977).

Mas analisando o processo de colonização do espaço, promovido pelo capital inglês por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁵, o mesmo se deu com a criação por parte da empresa, de pequenos núcleos urbanos onde visavam criar entrepostos para comercialização entre o que era produzido em glebas de lotes pequenos, e promover sua circulação para o mercado formal. Esses lotes, que quando idealizados seriam voltados para a produção algodoeira, passaram a ser destinados para cafeicultura.

Sendo uma das principais *comodities* globais à época, e ganhando força após a crise de 1930, o café era um importante para a balança comercial brasileira, e a região Norte Novo do Paraná concentrou em seu território a sua produção (OLIVEIRA, et. al, 2016; PERARO et. al, 1978). Isso se deu uma vez que os intermediários que dominavam esse processo de (re)ocupação já eram ligados a esse setor econômico agroexportador antes em declínio, mas que nesta região tinha um importante fator aliado que era a permissão exclusiva de produzir este produto.

A forte ligação com o interior de São Paulo foi decisiva para este acontecimento. Essa influência e relação já se evidenciavam com da ligação viária e ferroviária com o interior paulista para estabelecer para o escoamento deste produto ao porto de Santos no estado de São Paulo. Além, claro, da relação existente entre a CTNP e os então barões do café do interior paulista. Da mesma forma como o estado paulista concentrava poder e influenciava diretamente a política do café do país, pois era até então o maior produtor, o mesmo e seus barões forte influência nas decisões da República de então, e estes fatores históricos beneficiaram a produção de café na região norte novo do Paraná, fazendo a ganhar escala de produção e relevância em níveis nacionais e internacionais (OLIVEIRA, et. al, 2016).

⁵ Inicialmente a empresa foi denominada de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a instituição passa a se chamar Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em 1943, quando o capital inglês é obrigado a retornar a Inglaterra. O Governo Getúlio Vargas autorizou a negociação da empresa com a condição da entregar ao poder público a estrada de ferro. A totalidade das ações da CTNP foi adquirida por Arthur Bernardes Filho, Irmão Soares Sampaio, Gastão de Souza Mesquita Filho e Gastão Vidigal. Posteriormente, Vidigal e Mesquita adquiriram todo o controle acionário.

Desenvolveu-se, assim, economia regional ao redor do café neste pós-1930/40, tendo em vista que a partir desta década o esforço passou a ser voltado para a produção deste produto para a exportação. Para não gerar colapsos sociais e políticos, decorrentes de monocultura de exportação, e de desabastecimento interno, a Companhia de Terras Norte do Paraná, desde seu início, incentivava a produção de alimentos nas propriedades rurais visando com isso a diversificação da produção regional e do seu consumo (OLIVEIRA, et. al, 2016).

O Norte Novo do Paraná, bem como o Brasil, cresceu economicamente enormemente na época, mesmo que por fatores distintos. O número populacional e seu ritmo de produção de riqueza da região cresceu vertiginosamente, porém, concentrada em poucas mãos (OLIVEIRA, et. al, 2016).

Grandes grupos econômicos, sobretudo de capital internacional, estavam com suas ações voltadas para a região, e não à toa, a aplicação de um capital excedente em uma região até então inexplorada pela lógica capitalista era garantia de retorno a alocação de recursos excedentes. E de outro lado a região atraiu a partir de 1930 a migração de inúmeros contingentes de pessoas, desde nacionais oriundos do nordeste e do sudeste, a europeus e asiáticos, que iam para as terras do Norte Novo em busca de melhoria na qualidade de vida (BARBOSA, et. al, 2013).

Chama atenção o ordenamento territorial e as intencionalidades por de trás do mesmo. Ao dividir o território em pequenos lotes e possibilitar seu acesso a pessoas de renda média, e média baixa, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) instaurou na região a ideologia proprietarista em sua sociedade (PERARO, et. al, 1978; BARBOSA, et. al, 2013). Em outras palavras, ao promover a uma parte da sociedade a propriedade privada, foi difundida, também, a ideia de que a mesma só é alcançada por meio do trabalho árduo e se torna para o trabalhador explorado um sinônimo de seu êxito social, que deve ser preservado acima de qualquer questionamento ou dúvida, o que Harvey (2005a) e Thomas Piketty (2020) mostram ser um apoio importante para legitimidade do capital.

Nesta porção do território as glebas foram divididas em pequenos lotes com até 100 hectares; média propriedade de 101 a 400 hectares; médias grandes de 401 a 1000 hectares e grandes propriedades acima de 1000 hectares (BARBOSA, et. al, 2013). Do total vendido de lotes, que correspondia a 260 mil alqueires (rurais e urbanos) em apenas sete anos, sendo que de 1944 a 1950 mais da metade eram de lotes rurais de pequena propriedade.

Esse fato auxilia a explicar o motivo de ao fim da década de 1950 a pequena propriedade compor 65% do total de terras ocupadas, as médias 26%, as médias grandes 5,75% e as grandes 2,52. Todos esses números, com o passar dos anos se alteraram mudando a

disposição entre os números das grandes e pequenas propriedades, havendo uma concentração de terras e um aumento nos percentuais de grande propriedade (PERARO, et. al, 1978).

Porém, ainda na época, os planos de pagamento também permitiam tal ingresso à terra, sobretudo para aqueles de renda média. Apesar de existir a negociação entre as partes envolvidas, havia condições especiais para aquisição de terrenos urbanos e rurais, no qual se exigia 30% do pagamento do terreno de forma imediata, e se financiavam os outros 70% em prazos de 2 à 4 anos, variando para se urbanas ou rurais, com taxas de juros variáveis entre 5 a 7% (PERARO, et. al, 1978).

Em relação a disposição espacial das cidades da região Norte Novo do Paraná em muito relembram a concepção funcionalista de cidades jardins. A proposta destas cidades foi realizada no contexto de colapso econômico, social, político e de qualidade de vida que atravessavam muitas cidades da Inglaterra em fins do século XIX e início do século XX. A vida em grandes centros urbanos, como Londres, era mal vista uma vez que a vida cotidiana destas realidades era tida como degradantes e impossíveis de serem gerenciadas pelo Estado, tamanha a escala (SZMRECSANYI, 2000; REGO et. al, 2013).

Como dito, nos planos da CNTP cada cidade teria a produção de alimentos próprios em sua área e a malha urbana destas cidades seria racionalizada por linhas horizontais e verticais com grandes campos, praças e *boulevards* abertos. A busca destas cidades eram impor uma qualidade de vida aos habitantes e evitar as aglomerações urbanas vistas como a causadora dos colapsos urbanos, econômicos, políticos e sociais da realidade onde fora formulada (SZMRECSANYI, 2000; REGO, 2015).

Não pretendendo adentrar nas discussões pertinentes a essa temática, mas apenas ressaltar o caráter racionalizador desta proposição em relação ao desenvolvimento do espaço e do território, pois, a cidade era compreendida não enquanto resultado das relações sociais desenvolvidas entre os seres, como mostra os espaços de representações de Lefebvre (2006) discutidos acima, mas sim como aquela que deveria proporcionar maiores rentabilidades ao capital e garantir certos padrões de vida e de consumo aos moldes da representação do espaço.

Londrina e Maringá podem ser entendidas assim como exemplos evidentes destas cidades cujas projeções prezaram em seu desenvolvimento territorial por um planejamento imposto de cima a baixo pelas empresas colonizadoras e que seguiam as racionalidades das ideias de cidades jardins (SZMRECSANYI, 2000). Esses aspectos auxiliam na compreensão do desenvolvimento de uma formação socioespacial e de um território nos quais a classe dominante impôs seu ideário proprietarista frente às outras concepções de tempo e espaço, sobretudo, daqueles que compõe os povos originários da região.

Essas disputas pelo espaço, inclusive, aconteceram com inúmeras contestações acerca da posse e propriedade da terra, em muitos casos mediados pelo expediente da violência, com o uso de matadores e jagunços de aluguel que serviam aos interesses dominantes (TOMAZI, 1997).

Desta maneira, criou-se um ideário dominante na região acerca da propriedade, do trabalho na terra voltada para o interesse capitalista, e isso como geradores do progresso e do êxito social, produzidas intencionalmente pelas elites dominantes. Tomazi (1997) discutiu exatamente esse processo e como o emprego dessas ideias resultou na criação de fantasmagorias acerca da região Norte Novo do Paraná, como sendo aquela detentora de virtudes únicas, de progresso, de trabalho e de desenvolvimento econômico capitalista.

Do ponto de vista histórico, a região em tela passou por um rápido crescimento, sobretudo na porção de Londrina, que inicialmente em 1929 fora planejada para 20 mil moradores e passou a ser uma cidade com mais de 50 mil pessoas na década de 1960, evidenciando assim o rápido desenvolvimento econômico pelo qual atravessava a região (OLIVEIRA, et. al, 2016; TOMAZI, 1997).

O café, que entre os anos 1940 e 1960 apresentou um crescimento de seus preços de maneira vertiginosa e que contava, também, com uma série de ações governamentais para sua valorização, se firmou como principal produto produzido na região. Trata-se de uma época na qual são criadas pelas elites londrinenses, e transmitidos através de seus meios de comunicação os mitos do ouro verde, do café e de toda a sua pujança econômica (BARBOSA, et. al, 2013; TOMAZI, 1997).

Todavia, o contexto pós-guerra e suas consequências na Europa causaram impactos região Norte do Paraná e no seu processo de (re)ocupação, pois, ocorreram alterações no perfil de seu capital. Se inicialmente a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) fora fruto de capital estrangeiro, isso foi alterado quando a Europa seguiu parte de suas divisas econômicas visando financiar sua reconstrução, e até mesmo a importância que o capital nacional passou a ter para o desenvolvimento brasileiro que começou a sobretaxar o capital internacional (BARBOSA, et. al, 2013; DENEZ, et. al, 2018; OLIVEIRA, et. al, 2016; TOMAZI, 1997).

Esses fatos resultaram na venda da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que passou a ser administrada por um grupo de capital nacional, nas pessoas de Arthur Bernardes Filho, Irmão Soares Sampaio, Gastão de Souza Mesquita Filho e Gastão Vidigal, e passaria a se chamar Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP) (OLIVEIRA, et. al, 2016).

Porém, para além da parte sócio-histórica aqui destacada e que dá origem a uma produção do espaço capitalista, convém abordar a constituição histórica deste Norte Novo. Com a Europa e o mundo capitalista atravessando uma crise econômica, e até mesmo a crise paradigmática que atravessava o liberalismo econômico desde o fim do século XVIII, a colonização empreendida neste período pode ser definida como um processo de ajuste espacial promovido pelo capital em parceria com o Estado, que têm impactos na produção do espaço e do território da região.

Isso porque esses empreendimentos se deram com os excedentes de capital dos países capitalistas avançados, direcionados e aportados, nos países de capitalismo periférico, como já colocado acima. Assim, neste sentido, a região Norte do Paraná se tornou um grande atrativo para os capitalistas internacionais e nacionais e cujo símbolo deste conjunto de ações se deu com a produção de café e com a produção de um vasto mercado imobiliário da região. Essa lógica de instituir a “colonização”, todavia, deve ser compreendida também como colonizadora, da própria consciência e instala um imaginário local, legitimando a relação de classe que produziu este território (TOMAZI, 1997).

Em outros termos, com a produção de uma memória romantizada do trabalho dos “pioneiros desbravadores”, do capital estrangeiro, assimilada como marco zero de “instalação” da região as elites dominantes conseguem impor a sua concepção de espaço e de tempo para o conjunto da população local. É curioso notar que nos três momentos de sua (re)ocupação (Norte do Paraná, Norte Velho e Norte Pioneiro), as suas representações eram desenvolvidas assentadas na lógica da propriedade, progresso, trabalho, consumo e acúmulo de capital. Os discursos empreendidos, sobretudo em veículos de comunicação das elites da época, como jornais e revistas, foram também empregados no esforço de colonização em desenvolver a sua hegemonia territorial no imaginário social de forma a garantir o *status quo* (TOMAZI, 1997).

Essa construção territorial e espacial da região Norte Novo do Paraná, teria consequentemente, influenciado em processos políticos, econômicos e sociais que envolvem a região. Um destes processos diz respeito a própria criação da Região Metropolitana de Londrina (RMLO), que como será discutido adiante no item 4.1, sua criação por políticos ocorreu assentada no imaginário social, através de discursos como a grandeza que tinha Londrina, de sua importância e de seu valor (DA CUNHA, 2011).

Como pode ser visto então, as elites londrinenses e do Norte paranaense historicamente se valem do discurso político de progresso, trabalho, capital e grandeza para conquistar corações e mentes do conjunto da sociedade, visando assim obter maiores lucros privados, e receberem dividendos políticos. Além de constituírem um espaço propício ao desenvolvimento

de seu capital e que seja *locus* de sua reprodução sem maiores barreiras e resistências sociais.

Como resultado de todos estes processo históricos, a região Norte do espaço se constitui enquanto um espaço e um território dominado por uma elite defensora dos ideais proprietaristas, detentora do capital, que romantiza a história de (re)ocupação da região ressaltando somente chegada de diferentes povos, sobretudo, europeus e de democratização do acesso da terra. Isso, porém, em outra via escondendo as barbáries de muitos trabalhavam em condições degradantes, de colonos e funcionários explorados em seus trabalhos, e, sobretudo, que este processo “ocupação”, “colonização” ou “urbanização” da região do Norte novo paranaense se deu com a ameaça, violência e morte de inúmeros povos tradicionais, como posseiros e indígenas (BARBOSA, et. al, 2013; DENEZ, et. al, 2018; TOMAZI, 1997).

Pelo exposto, pode compreender que as representações do espaço impostas pelas elites que dirigiram o processo de colonização da região Norte Novo do Paraná se fizeram muito presente, o que pode ser percebido até mesmo nas características dos desenhos urbanos de muitas cidades da região que seguiram esse processo de colonização. Todavia, essa perspectiva de espaço se insere em uma disputa pelo domínio do espaço pelas classes dominadas, que de alguma forma tentam habitar o espaço, seja de Londrina e/ou de seu entorno, impactando assim a forma com a qual a população concebe, percebe e planeja o espaço e como nele desenvolve sua vida cotidiana (SZMRECSANYI, 2000).

Para além disso, fica evidenciado que os fatores impulsionadores do desenvolvimento da colonização da região Norte Novo do Paraná ocorreram em decorrência de uma crise do capital. Com o intuito de produzir na porção Norte Central do Estado a cultura do algodão, o capital inglês visava com isso trazer para suas fronteiras de atuação novos espaços. Porém, com a ingerência causada pela crise de 1929 essas terras são utilizadas para a promoção imobiliária, pois, com isso o capital inglês investido poderia obter alguma forma de retorno, exibindo, desta forma, a importância que possui o espaço para o capital e para a manutenção do capitalismo moderno.

Assim, as expressões acerca do Norte do Paraná, foram construídas em função da expansão agrícola e domínio dos proprietários e capitais para a sua realização, evidenciando que as relações de classe que fundaram este território ocorreram entre aqueles detentores do capital e aqueles que para estes primeiros deveriam ser aniquilados da terra e deixarem de serem obstáculos para a acumulação capitalista, dando origem, assim, ao mito que remete ao estágio inicial do desenvolvimento econômico local que preconiza e ressalta as virtudes do capital e suas concepções de tempo e de espaço tendo influência no processo de desenvolvimento da região Norte Novo, de Londrina e das cidades que compõe seu aglomerado urbano, bem como

da Região Metropolitana de Londrina.

2.3 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL: A DESVALORIZAÇÃO DO HABITAR E A BUSCA DA RENDA DA TERRA URBANA

As relações que fundam o território nestas terras mudaram radicalmente após a ocupação dos portugueses, pois, se antes os conflitos e disputas aconteciam entre os diferentes, e diversos, povos indígenas de diferentes etnias, após a chegada dos europeus os indígenas passam a ser vistos como todos iguais e potenciais inimigos comuns do império português, caso fizessem frente aos seus interesses. Outro fator é que as ações desenvolvidas no que viria ser território brasileiro encontram-se inseridas em uma lógica de extração e exploração das riquezas aqui produzidas, trazendo, desta forma, outras relações, compreensões da realidade e concepções do tempo e do espaço no processo de constituição do território brasileiro.

Aliás, a definição de território compreende-se aquela em qual este é formado a partir das relações travadas entre diferentes classes, leia-se relações de poder. Para Harvey (1992), cada grupo social, de determinada realidade, se compõe enquanto agrupamento desenvolvendo e consolidando uma concepção própria acerca do tempo (sua temporalidade) uma sobre o espaço (espacialidade) fundando, assim, uma visão de interpretação da realidade. Desta maneira, estes grupos também produzem uma concepção própria a respeito da organização no tempo e no espaço.

Neste sentido, o território, então, seria criado a partir das relações de poder na qual uma classe impõe a sua concepção de tempo e espaço sobre as demais, passando estruturar e modular a realidade social para o cumprimento de seus interesses e legitimação de seu poder. Esse processo é o que acontece com a sociedade moderna, onde o tempo e o espaço do capital formam os territórios onde o mesmo é a força dominante, e assim o moldam impondo sua concepção temporal e espacial (HARVEY, 2005a; 1992).

Lefebvre (2006) compreende a formação territorial partindo de duas perspectivas distintas, mas que acontecem conjuntamente, a unifuncional e, a outra, multifuncional. Mesmo que contraditórias ambas dialogam entre si sem anular uma à outra, mas agindo em totalidade.

Pela perspectiva unifuncional se compreende aquele território composto de uma única lógica, ou de uma lógica hegemônica, como o caso dos territórios formados estruturados segundo a lógica do capital, que atuando sobre um determinado espaço o institucionaliza, dando origem assim a um território. Desta feita, é consolidado o território em sua forma físico-territorial, ou seja, seus limites físicos, e também é onde neste espaço se é empregado enquanto

lógica dominante, no caso da sociedade moderna, a lógica do capital (LEFEBVRE, 2006).

Já a perspectiva multifuncional, traz o oposto. A lógica multifuncional é aquela na qual o território se compõe a partir da perspectiva de múltiplos povos, que possuem entre si variados olhares e compreensões acerca do tempo e do espaço, o que dificulta sua inserção e ruptura com a lógica dominante no curto prazo. Aliás, essas diferentes concepções da realidade e os grupos se inserem em relações de disputa de poder.

Considerando a sociedade moderna, na qual a lógica capitalista é hegemônica, a inserção e a interação entre essas diferentes perspectivas acontecem na lógica da exploração para a produção de excedentes, o que na prática é o emprego e a reprodução do capital a partir dos demais grupos. Todavia, a vida cotidiana destes grupos, que acontecem para além da lógica de acumulação e da propriedade privada, criam as possibilidades de criação de novos grupos e novas concepções do território, do tempo e do espaço (HARVEY, 2006; LEFEBVRE, 2006).

Com essas considerações acerca do território desenvolvidas por Lefebvre (2006) e Harvey (1992), seria possível promover reflexões acerca do processo de formação territorial brasileiro, e compreender o seu processo de urbanização. Todavia, é primordial para a reflexão destas questões pôr em perspectiva conjunta o processo histórico brasileiro, aliás, problematizar a formação territorial tem como fundamental esta necessidade, e porque, como já citado acima, a urbanização a formação territorial do Brasil são, sobretudo, fenômenos de classes que trouxeram impactos diretos na questão da moradia brasileira.

Com a modernidade, devido as relações de poder estabelecidas entre aqueles que sobrevivem das rendas do trabalho e os que vivem da renda do capital, as concepções de tempo e espaço orientadas para/pelo o capital se fizeram dominantes e hegemônicas em diferentes localidades. A ideia apresentada por Harvey (2005a) buscando explicar as maneiras pelas quais o capital busca cooptar tempo e espaço para si, e como isso é fundamental para sua manutenção enquanto *status quo* e de seus interesses auxilia na compreensão do processo necessário a construção desta hegemonia do capital.

Essa homogeneização do tempo e do espaço, segundo a lógica capitalista, é fundamental para que o ciclo da mercadoria seja realizado mais rapidamente possível. Ao mesmo tempo influencia diretamente a concepção de tempo e de espaço das demais classes e lançam as bases na quais se constituem a sociedade em diferentes frentes (HARVEY, 2005a).

A formação territorial brasileira, assim, desde a ocupação (invasão) portuguesa pode ser compreendida a partir das relações de classes e inserida nas mesmas, na qual uma classe dominante, formada pela elite econômica amiga do reino e do poder se fazia hegemônica no então Brasil colonial, e as dominadas compostas, sobretudo, de negros e indígenas

marginalizados e escravizados pela elite, a elas obrigados a servir. Essa mesma lógica de dominação, utilizando a linguagem da violência, teve continuidade no Brasil em suas fases política Imperial e Republicana, alterando, claro os sujeitos e os personagens históricos, mas com a elite permanecendo com a mesma mentalidade de subserviência aos interesses externos e exploração do trabalho internamente (SOUZA, 2019).

Visando promover uma discussão que dê subsídios a uma compreensão holística da formação territorial brasileira convém nomear o sujeito dominante deste processo, que por vezes o nível de abstração realizado nas discussões não permite identificar. Saquet (2019), ao falar sobre a modernidade e da produção do território brasileiro, caracteriza o sujeito dominante destas relações de poder entre diferentes classes como o homem branco, por regra detentor do capital, detentor da propriedade privada individual, heterossexual, religioso, latifundiário, acumulador e concentrador de riqueza, que utiliza da violência enquanto linguagem uma vez que tem como intuito a exploração do trabalho alheio, ou seja, acumular o fruto do trabalho produzido coletivamente. Com base na lógica da acumulação e com este sujeito como dominante em seu processo histórico a formação do Brasil enquanto território se faz de maneira desigual.

É com esse sujeito histórico e dominante, que comanda o processo de formação territorial do Brasil tendo por base a violência, o racismo, a misoginia, a xenofobia, a intolerância religiosa, e dentro de um regime proprietarista, que a lógica da propriedade privada passou a ser dominante e subordinando os interesses políticos nacionais para a consolidação do poder dessa elite (BRUM, 2020; PIKKETY, 2020). Esse conjunto de fatores e relações influenciaram diretamente, também, no processo de urbanização brasileiro que aconteceu no século XX, refletindo na materialização de abissal desigualdade que se faz presente na sociedade até os dias de hoje (SOUZA, 2019).

É com esse conjunto de valores e relações de classe que aconteceu o processo de urbanização brasileiro. Santos e Silveira (2019) retratam esse processo por meio de sua obra *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*, atrelando esta urbanização brasileira ao desenvolvimento do período que instaura o meio técnico-científico no Brasil que ocorreu em fins de século XIX e início do XX.

Evidente que este processo não é homogêneo ao longo do espaço nacional, nem ocorreu ao mesmo tempo nestes lugares, aliás, esses processos em sua totalidade devem ser considerados em seus movimentos, rupturas, desordens, avanços e retrocessos. Porém, é neste período que foram produzidas as conjunturas históricas nas quais o Brasil deixa de ser um país onde a população vive e tem um estilo de vida agrário, para se torna um país predominantemente

urbano, todavia de capitalismo periférico.

Em seu período pré-técnico o Brasil é um país com ilhas econômicas isoladas, o meio natural impera neste intervalo temporal e predominante até em fins do século XIX, quando foi iniciada uma integração econômica e do espaço nacional brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2019). O comércio e as atividades entre as grandes e médias cidades, sobretudo aquelas assentadas lindeiras ao litoral, começam a ganhar força e relevância nesse período. Bem como a cidade em sua totalidade e o estilo de vida urbana, no início do século XX, passaram a ser um atrativo de vida, mas não pelas oportunidades de auferirem crescimento em níveis econômicos, mas sim, e, em muitos casos, para sobreviver.

Aqui se faz pertinente trazer Engels (2015), pois, ele compreende que no processo capitalista de industrialização – que estava se iniciando no Brasil da época – com a lógica da propriedade privada e o trabalho transformado em mera mercadoria o conjunto populacional tende a ir de encontro ao capital, pois, com os meios de produção concentrados nas mãos de uma classe, seria relegada a classe trabalhadora a venda da sua força de trabalho para sobreviver.

Neste ínterim, o número de pessoas nas cidades brasileiras começou a ascender, mas evidentemente que ainda a maioria não vivia nas cidades – o que viria ocorrer após 1970 – mas o capital começava a ser concentrado nas mesmas. São Paulo e Rio de Janeiro despontaram neste processo. Isso é fundamental para o estudo do processo de urbanização brasileira, pela razão de que apesar de feito seu processo de acumulação primitiva com a exploração do campo, por oligarcas e barões donos de grandes áreas de terras, o capital acumulado se encontrava localizado nas cidades e sua localização nestas propiciou o capital inicial necessário ao desenvolvido do processo de industrialização e concomitantemente ocorrendo a urbanização do país (MARICATO, 2013; 2019; SANTOS, 2009; 2013).

Esse período técnico-científico brasileiro no qual aconteceu a urbanização faz com que o Brasil transforme sua primeira natureza em segunda natureza, para trazer aqui uma conceituação de Milton Santos (2008a). É nesse processo que aconteceu a interligação da economia nacional e a ocupação de espaços antes não habitados pela sociedade burguesa, além do desenvolvimento de um aparelhamento técnico espalhado pelo país com hidroelétricas, portos, rodovias, telefonia, locais de aviação, ferrovias, indústrias de construção de bens duráveis e não duráveis. Essas ações e realizações fizeram com que o Brasil realizasse sua urbanização com uma concentração populacional nas grandes metrópoles (MARICATO, 2013; 2019).

Como a sofisticação técnica da época não era tão complexa, e nem existia as

burocracias hoje existentes como regras de propriedade intelectual, o país conseguia se inserir na competição internacional, mesmo que muitas vezes sem atingir a fronteira do conhecimento e ter o domínio da técnica. Um exemplo prático dessa questão se materializa nas indústrias automobilísticas brasileiras, na qual montadoras de carros de origem alemã, estadunidense e/ou europeia instaladas no país traziam, muita das vezes, sua planta antiga industrial antiga de suas localidades de origem, conseguindo produzir aqui no território nacional o mesmo automóvel que produzia em seu país de origem, mesmo que em escalas diferentes e com custos de trabalho distintos.

Isso ocorria como já assinalado, devido um conjunto de fatores que à baixa sofisticação tecnológica da época criando a aparência que os países de capitalismo periférico produziam o mesmo carro, em razão de que não se consideravam os ganhos de produtividade e escala no mercado internacional. Todavia, esses estados de coisas sofreram mudanças com a evolução ao meio técnico-científico-informacional, na qual técnica passou a ser mais concentrada e não democratizada, e o domínio destas são cada vez mais elementos de poder de uma nação sobre a outra e do capital sobre os outros.

Esses fatores aliados ao paradigma neoliberal – que será discutido mais adiante – e o impulsionamento do processo de globalização promovido pelo capital de matriz financeira faz com que o trabalho industrial perca relevância em partes em determinadas localidades, como o caso do Brasil. E da mesma forma a revolução técnica ocorrida no setor de telecomunicações e informática standardizam muitos processos do trabalho alterando as relações sociais desenvolvidas entre as pessoas, entre as nações e entre capitais. Essas alterações passam a permitir ao capital explorar o trabalho e extrair mais-valia em níveis globais (BRUM, 2020; SANTOS, 2008a; 2021).

Com a industrialização concentrada em grandes metrópoles como São Paulo, posterior a 1970 – quando o meio técnico-científico-informacional ganha centralidade – no Brasil ocorreu mudanças em um curto intervalo de tempo. Vale ressaltar que a economia brasileira anterior ao processo de industrialização iniciado em 1930 era predominantemente agrária, e em quarenta (40) anos o país desenvolveu uma economia industrial e de população majoritariamente urbana, chegando em determinados momentos a produzir quase $\frac{1}{4}$ de seu Produto Interno Bruto da Indústria (PIB) da atividade industrial. Cabe destacar, que sendo um país de capitalismo periférico, o capital estrangeiro ganha centralidade no processo de industrialização como produtor de mercadoria e de excedentes, espoliando, assim, os cidadãos brasileiros (BRUM, 2020; MARICATO, 2013; 2017; 2019; SANTOS, 2009; 2019; 2021).

É possível considerar a urbanização brasileira enquanto um fenômeno de classe, com

repressão, ditadura e golpes nesse período. A classe dominante que se beneficiava de todo esse processo consolidou ainda mais seu poder, e em muitos casos até os dias atuais (BRUM, 2020; SOUZA, 2019).

Souza (2019) afirma que a elite brasileira historicamente e na atualidade segue com a lógica de espoliação e da escravidão até os dias atuais, alterando apenas os meios e formas de atuação. Essa concentração de poder e ação para o cumprimento dos interesses dominantes gestou no país cidades que evidenciam em sua paisagem a desigualdade e pobreza de muitas pessoas, em detrimento da concentração de riqueza nas mãos de algumas (SANTOS, 2008a; MARICATO, 1982; SINGER, 1998). Um dos setores acometidos pela busca de acumulação das elites dominantes foi o setor de habitação que não foi democratizada na sociedade brasileira mesmo com tal necessidade (MARICATO, 2019).

Como discute Engels (2015) a lógica da propriedade privada, em outras palavras a lógica capitalista, não tem nenhum interesse em resolver a questão da moradia, até porque essa classe dominante se beneficia desta problemática. O autor assinala que no modo de produção capitalista, o capital não possui interesse em resolver a problemática da falta de acesso e vulnerabilidade de moradia que atinge muitos trabalhadores por isso ir de encontro aos seus interesses.

Ao capital não é interessante o assentamento fixo da classe trabalhadora próximo ao local de trabalho, pois, assim, esta teria potenciais trunfos em relação ao capital o que poderia aumentar os custos desta força de trabalho. Outro ponto identificado é que, para o capital, pouco importa a situação do imóvel em que vive à classe trabalhadora, pois, para a busca do capital em relação a terra é capitalizar a renda da terra (ENGELS, 2015).

Neste contexto de renda da terra e de não ser do interesse do capital resolver a questão da moradia, autores como Santos (1999) defendem que caberia ao Estado o papel de provisão habitacional à população urbana desprovida de recursos para o seu acesso, e está por três fatores: 1º por habitação ser um bem caro e de difícil acesso a uma parcela da população; 2º por ser uma necessidade básica do ser humano; 3º por sua produção ser intensiva em trabalho e em capital, contribuindo, assim, diretamente para o aumento da produção.

No mesmo período em que assistiu uma hipertrofia de sua malha urbana, a sociedade brasileira sofria da impossibilidade de acessar uma habitação própria, pelo contrário, naquela época em São Paulo, por exemplo, apenas 25% da sua população residia em moradia própria, o resto da população vivia do aluguel. Inicialmente o Estado nacional não desenvolveu grandes ações no setor, até mesmo pela concepção liberal dominante na Primeira República. Após 1930, porém, a habitação passa ser um elemento muito importante para a política econômica brasileira

(MARICATO, 2013; 2019; BONDUKI, 2017; BONDUKI; ROLNIK, 1982; SINGER, 1998).

Um exemplo concreto deste fato aconteceu na década de 1940, com a política de congelamento de alugueis. Como visto, o setor de habitação no Brasil era bastante rentável aos proprietários fundiários e promotores imobiliários, justamente porque o país se industrializava e grande parte da população ia se assentar na cidade necessitando de moradia. Sem recursos para acessar a terra urbana em sua forma de propriedade privada individual muito deles, 75% no caso de São Paulo dos anos 1940, residiam mediante aluguel. Muitas empresas e corporações, construíam suas vilas operárias onde seus trabalhadores residiam, ganhando assim a mais-valia no processo de trabalho e na renda terra com o pagamento do aluguel (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019; SANTOS, 2013).

Visando alavancar o processo de investimento no circuito produtivo industrial, as elites brasileiras apoiaram o congelamento dos alugueis na década 1940 para que o montante investido em propriedade de habitação para recolher renda com aluguéis fossem direcionadas ao financiamento do setor produtivo, sobretudo, à indústria (BONDUKI, 2017; SANTOS, 2013). Criou-se um mecanismo na sociedade brasileira onde o acesso a habitação pela sociedade era ditado pelos interesses da classe dominante e sua economia política. A lei de congelamento de aluguéis foi perdurando no Brasil até quase o final da década de 1940, e contribuiu para que houvesse de fato uma quebra na produção rentista de moradia, porém, não evitou a elevação de preços de alugueis (BONDUKI, 2017).

Havia nessa lei subterfúgios que permitiam o proprietário reajustar os alugueis com novos inquilinos, onde informalmente tornou-se prática dos proprietários, após o término dos contratos, a sua não renovação para que assim em novos contratos fossem elevados os preços dos aluguéis para os novos inquilinos. Com a produção rentista em queda criou-se, também, uma real escassez de moradia no país a ponto de gerar protestos e descontentamentos públicos (BONDUKI, 2017). E aí entra outro fator a ser considerado pela sociedade brasileira acerca da habitação, pois, no Brasil, pode se dizer que a mesma é também utilizada como meio de legitimação política e econômica pelas elites dominantes.

Como visto o capital exerceu sobre o espaço brasileiro um domínio e controle de forma que, convém debater a respeito dos agentes produtores deste espaço urbano brasileiro e de sua busca pela renda da terra, destacando seus impactos no espaço das cidades brasileiras e na questão da moradia. O espaço urbano pode ser compreendido sua totalidade, em movimento, com símbolos e disputas, com influência de diferentes grupos e agentes, e com resultados de ações acumuladas no tempo, que resumidamente pode ser definido como um produto das relações sociais.

Porém, deve ser problematizado quem são estes agentes produtores deste espaço urbano brasileiro e quais suas intencionalidades, além de implicações na produção deste espaço, na renda da terra urbana e na questão da moradia. Roberto Lobato Corrêa (1989) traz ao debate a formação complexa que é oriunda das relações sociais de inúmeros agentes e as disputas de classe que emergem disso.

Estes agentes possuem estratégias e desenvolvem ações concretas que influenciam diretamente na (re)produção do espaço urbano brasileiro. Corrêa (1989) partindo de Capel (1974) dividiu esses agentes produtores no Brasil em: (a) os proprietários dos meios de produção; (b) proprietários fundiários; (c) promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos. Desta feita, cabe realizar a discussão acerca de cada um destes agentes e suas ações e buscas através do espaço urbano brasileiro, mas convém problematizar que estes fatores mostram que processo de urbanização no país historicamente se deu como um fenômeno de classe.

O processo de urbanização brasileiro teve sua ocorrência concomitante a sua industrialização nos moldes do modo de produção capitalista, sendo desde sua origem um fenômeno de classe, em razão que se deu em função da concentração geográfica e social de um excedente de produção em posse e propriedade de certas frações das classes sociais (HARVEY, 2011; 2014; MARICATO, 2013; 2017). Torna-se possível afirmar, assim, que as cidades brasileiras que se urbanizaram dentro desta estrutura se desenvolveram e ainda em grande parte são planejadas segundo a lógica do capital e para a (re)produção, com as formas urbanas com suas funções e as estruturas das cidades e seus espaços sendo diretamente cooptadas pelo capital e submersas à sua lógica de (re)produção de desigualdades (MARICATO, 2013; SOUZA, 2016).

Compreende-se que todos estes agentes produtores do espaço urbano estão inseridos nesta lógica da sociedade brasileira, cada qual com suas intencionalidades e anseios para com o espaço. Os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais que por sua própria dinâmica são grandes consumidores do espaço urbano tem forte atuação na produção destes.

Para instalar grandes indústrias, fábricas ou balcões de comércio, se torna necessário o acesso a amplos terrenos a preços acessíveis, sem contar que estas terras necessitam possuir proximidade com vias férreas, aéreas ou rodoviárias. Ou seja, necessitam de ser espaços dotados de infraestrutura que diminuam o tempo de circulação do capital e aumentem a efetividade de sua realização em um curto lapso temporal (CORRÊA, 1989; SINGER, 1998).

Desta forma, para os proprietários dos meios de produção a terra urbana tem o papel

de ser suporte físico às suas atividades e de expressar requisitos locacionais específicos para o desenvolvimento sistematizado destas. Estes proprietários visam, assim, não sofrerem com a especulação imobiliária que pode ter efeito duplo em suas atividades como o aumento do preço dos imóveis que ocupam.

Esse fator se faz enquanto consequência do preço da terra que se ampliado pode impactar nos custos de sua força de trabalho causando pressão para aumento dos salários dos trabalhadores. Desta forma, especulação imobiliária não atende os interesses destes agentes, todavia a concentração de terra por parte dos proprietários fundiários os permite ganhar com a sua especulação (CORRÊA, 1989; MARICATO, 2013; 2019).

Algumas questões podem ser contraditórias na ação destes agentes, como ao incentivarem a instalação de infraestrutura urbana para o desenvolvimento de suas atividades. Geralmente localizadas distantes dos centros urbanos e de prestação de serviços das cidades, e estando principalmente em pontos estratégicos para saídas de fluxo rápido tanto para a cidade quanto para fora, a instalação de bens públicos e infraestrutura urbana nestes locais podem ter o efeito de gerar especulação imobiliária nas áreas ainda não ocupadas.

Movimentos assim aconteceram em São Paulo, onde grupos de proprietários fundiários incentivavam a ocupação irregular, para depois de regularizado e dotado de infraestrutura urbana, se apropriarem dessas e auferirem maiores capitalizações de renda da terra urbana (BONDUKI; ROLNIK, 1982; MARICATO, 2013). Em Londrina, a construção de um centro comercial em forma de shopping center nos anos 1990, o Shopping Catuaí viria a contribuir para um processo de valorização e especulação imobiliária em áreas do entorno (BEIDACK et. al, 2012; FRESCA, 2013).

Evidenciam-se as intencionalidades dos proprietários fundiários das terras urbanas, que atuam no sentido inverso dos proprietários dos meios de produção, mas que perseguem a capitalização da renda da terra. Esse grupo de agentes atua neste sentido, para capturarem o máximo possível de renda da terra com as propriedades, e para tal anseia que estas tenham o uso que os remunerem, seja através de atividades comerciais ou residenciais.

O grupo dos proprietários fundiários tem o interesse, então, da expansão da malha urbana da mesma forma que os proprietários dos meios de produção, todavia por motivos diferentes. Os segundos buscam essa formação para desenvolverem seus investimentos no espaço e realizarem suas atividades produtivas explorando o trabalho, já os primeiros visam captar o maior nível possível de renda da terra pela especulação (CORRÊA, 1989; SINGER, 1998).

Estes grupos, portanto, podem travar conflitos com as demais classes para validarem

suas intenções ou exercer pressões junto ao poder local para tal objetivo. A busca pelos proprietários fundiários gira em incentivar a expansão urbana em todas as direções visando com isso aumentar a possibilidade de seus rendimentos, como mostram os exemplos citados acima. Em suas atividades, portanto, esse grupo cria espaços segregados onde alguns detêm infraestruturas e outros nem as têm, pois é assim que podem capitalizar renda em todo o processo (CORRÊA, 1989; MARICATO, 2013; 1982).

O grupo dos promotores imobiliários está compenetrado nas operações de incorporação imobiliária, se importando com a localização, o tamanho e a qualidade dos imóveis. Fazendo a gestão da compra e venda, de quem vai construí-lo e a qual será o preço, eles atuam, também, no processo de financiamento dos imóveis seja individual ou via uso de fundos privados e públicos, visando com isso promover a realização do capital investido pela compra da terra urbanizada e com a construção do imóvel. Os processos incluídos nestas ações devem contar com estudos técnicos realizados por diferentes áreas do conhecimento para viabilização das obras, além, claro, de construir e comercializa-la na forma de mercadoria. Sua busca, além do lucro ao capital investido, sua intencionalidade é, também, a capitalização da renda da terra urbanizada (CORRÊA, 1989; SINGER, 1998; MARICATO, 2013).

Essa busca faz com que este setor historicamente no país, os promotores imobiliários atuassem na produção de habitações para atender a demanda solvável da população – aquela que tenha alguma condição de arcar com os riscos assumidos – pela via de mercado. Na intenção de atrair aos seus empreendimentos o maior número possível de compradores, nessa atração os promotores desenvolveram e desenvolvem uma série de ações no espaço das cidades brasileiras com destaque na intervenção da paisagem prezando pelo espetáculo e pelo discurso através dos meios de comunicação e do *marketing* (CORRÊA, 1989).

Propagandas que incluem forte discurso de segurança, felicidade e harmonia, da mesma maneira que a espetacularização da habitação como propriedade e mercadoria auxiliam na compreensão deste processo. As cidades e as habitações, assim, deixam de ser, nos discursos, fruto do trabalho humano e passa ser o local de experiências felizes daqueles que podem pagar para acessar, muita das vezes apelando para simulacros de paisagens e espaços, casos de condôminos fechados de alto padrão e também daqueles horizontais que em sua estética tentam reproduzir elementos de culturas estrangeiras a brasileira (CARLOS, 2019; HARVEY, 1992).

Todo esse conjunto de ações acaba por influir na definição do preço da terra, e alterar o *status* do bairro perante a realidade da cidade. Por sua vez, este processo influencia diretamente qual será o nível de renda dos potenciais compradores, pois, se forem abastados estes bairros e empreendimentos tendem a ser comercializados a preços elevados, e a atuação

aqui é para transformar esses espaços em únicos e diferenciais para maior capitalização, da mesma maneira que o inverso é verdadeiro (CORRÊA, 1989; SINGER 1992; MARICATO, 1982).

Fundado nessa estrutura racionalista cujo capital é a classe dominante o Estado moderno tem atuação fundamental na organização espacial das cidades brasileiras. Aliás, no Brasil é o Estado, em suas diferentes esferas e repartições, que tem o poder jurídico institucional, e o monopólio da violência, para moldar e planejar o espaço urbano visando cumprir seus interesses e, particularmente, da classe que o domina (CORRÊA, 1989; SINGER 1992; MARICATO, 1982).

Poulantzas (2019) acerca do Estado moderno problematiza que, apesar de ser uma instituição com a aparência de propor mediação entre os conflitos distributivos de uma sociedade, o Estado moderno nunca foi um agente neutro, como não o é. Isso deve ser entendido pelo próprio processo responsável pela gênese que criou o Estado moderno, que ocorre no século XVIII, sobretudo com as revoluções americana e francesa, mas que vinha sendo desenhado pelo processo histórico europeu de transição do Feudalismo e Idade Média para o Capitalismo e a Modernidade.

Nestas revoluções o que ocorreu foi o processo de tomada do poder do Estado pela burguesia. Tanto na França como nos Estados Unidos da América, que vieram a se tornar um ideal copiado pelas demais nações dadas imperialismo direto e indireto, o que de fato aconteceu no decorrer do século XIX e XX, sobretudo com bastante violência, foi a burguesia acendendo como detentora do poder político dos estados nacionais, se locupletando deste para o cumprimento de seus interesses. Os Estados passaram assim não atuar como mediador de conflitos entre classes, mas sim subjugar o Estado para fazer valer os interesses da burguesia.

Neste sentido, o Estado é um agente aos interesses do burguês, orientado para, quando não pela, burguesia. Pode-se ser indagado o fato de que em países com o Estado moderno presente existe alternância do poder, podendo assim a burguesia ser destronada de seu poder. E aí novamente cabe a compreensão de Poulantzas (2019), autor afirma que mesmo com alternância de poder, e possíveis lapsos de tempo em que a burguesia não comande o poder do estado, essa classe política fez uma inovação em relação as outras em outros tipos de organizações sociais, que foi introduzir um regime jurídico-político institucional que faz com que independentemente de quem esteja no poder, a burguesia seja sempre beneficiada. Caso mais concreto disso é a legitimação da propriedade privada, nunca rompida por qualquer governo nestes países citados e mesmo no Brasil depois de institucionalizada (POULANTZAS, 2019).

Assim, o Estado burguês vai agir em benefício da classe dominante. Ele até pode atuar visando beneficiar os mais desprovidos no conflito distributivo, porém, a classe dominante nunca deixará de ser dominante, nem a lógica que a mantém no poder será interrompida. O Estado neste caso pode sim, fazer ações que auxiliem grande parte da sociedade que é dominada, todavia nunca promoverá a libertação da população, o que somente ocorreria com a ditadura do proletariado (LÊNIN, 2017).

O Estado burguês possui um grande aparato institucional, e de instrumentos para realizar ações no espaço urbano e ser um de seus construtores. O Estado brasileiro e os demais têm, por exemplo, a faculdade de desapropriar, regular o uso do solo, controlar os preços de terra; controlar o mercado imobiliário; criar impostos fundiários; taxar terrenos ociosos; construir habitações para população de baixa renda; promover a construção de infraestrutura viária, sanitário e de infraestrutura para as pessoas da cidade. Entre todos os agentes o Estado é que detém o poder de alterar o Espaço conforme seus interesses, ou o daqueles que o ocupam dependendo da conveniência da classe dominante (HARVEY, 2005a; 2011; 2014; CORRÊA, 1989; MARICATO, 1982).

Por fim, outro agente produtor do espaço urbano brasileiro é o grupo formado pelos grupos sociais excluídos. A gênese destes grupos ocorre pela resistência das ações empreendidas pelo capital geradas pela sua incessante busca por lucro e pela capitalizar, cada vez em quantias maiores, da renda da terra urbana brasileira. Isso gera na sociedade situações de miséria, pobreza, e o mais visível com um alto grau de desigualdade. Neste sentido, os grupos sociais excluídos resistem e lutam pelo direito de planejar, pensarem, e poderem ocupar determinadas porções do espaço urbano, sobretudo, aquelas de interesse dos grupos acima citados (CORRÊA, 1989).

Com isso em vista, estes grupos sociais entram nas relações sociais que produzem o espaço urbano brasileiro com outro viés, prezando pelo valor de uso ao valor de troca, com o interesse pelo habitar o espaço urbano. A busca, portanto, destes grupos excluídos é por uma cidade justa, inclusiva, participativa e democrática, onde o espaço, que é produzido por todos seja para todos e não somente o meio para que os proprietários fundiários capitalizem a renda da terra como historicamente tem ocorrido nas grandes e médias cidades brasileiras. Cabe, porém, problematizar o conceito de renda da terra urbana e como esses agentes produtores do espaço urbano brasileiro a buscaram e quais seus impactos na produção deste e da cidade.

A renda da terra pode ser entendida como um pagamento feito ao proprietário da terra pelo uso do direito de usufruir sua uma propriedade, como é definida em sua concepção clássica. Esse pagamento pode ser feito em dinheiro, produto e trabalho, todavia, na concepção marxista

renda da terra passa a ser compreendida enquanto uma parcela do excedente coletivo gerado pelos trabalhos que é apropriada pelos proprietários fundiários, tornando-se, assim, na prática um tributo apropriado pelo capital.

Na prática a sociedade é obrigada a transferir o fruto acumulado através de seu trabalho aos proprietários de terras para acessar a terra seja pela posse e ou/a propriedade privada, e assim, transferindo para outrem o direito à renda ou mediante alugueis, é que se materializa o à renda da terra que pode ser retirado de maneira fracionada ao longo do tempo ou de maneira absoluta em um único ato. Cabe destacar que o acesso à terra irrestrito à toda sociedade pode causar entraves ao processo de exploração ampliada do trabalho que tão importante para a acumulação do capital (BONDUKI; ROLNIK, 1982; HARVEY, 2005a; MARICATO, 2013; 2019; SANTOS 2009).

Conceitualmente renda da terra não pode ser entendida como lucro, pois, não existe na formação da capitalização da renda o processo de trabalho que acontece na lógica capitalista que gera o valor apropriado pelo capital que por sua vez se torna lucro ao capitalista. Renda da Terra Urbana então se apresenta em três modalidades: renda diferencial I e II, renda absoluta (SINGER, 1982; 1998).

Quando um agente produtor do espaço urbano brasileiro, como os discutidos acima, procura se instalar em alguma localidade do espaço urbano, sobretudo, se forem os proprietários dos meios de produção ou promotores imobiliários, estes priorizam lugares que sejam dotados de alguma base de infraestrutura. Infraestrutura. Equipamentos de lazer, de saúde, de educação, locais de prestação de serviço, saneamento básico, rodovias, ciclovias, pontos para meio de transporte, além de garantia de energia elétrica, estão nas questões necessárias às ações destes agentes.

É essa infraestrutura atua na capitalização da renda da terra urbana quando transferido seu direito a outrem. A renda diferencial I, se constitui pelas características intrínsecas a tal localidade urbana que faz com que a capitalização da renda da terra seja elevada frente a outras localidades com outras condições. Para os proprietários dos meios de produção essa renda diferencial I é de suma importância para os seus negócios e a aceleração de seu capital investido.

No caso dos proprietários fundiários e dos imobiliários a renda diferencial I permite as estes auferirem maiores quantias de capitalização da renda em seu ato de venda da propriedade privada ou do aluguel. Nota-se, porém, que a infraestrutura presente em um lugar é fruto do trabalho social coletivo construído ao longo do tempo em um determinado espaço, e quando ocorre a capitalização da renda pelo proprietário da terra este apropria individualmente do trabalho coletivo historicamente desenvolvido socialmente (SINGER, 1982).

A modalidade de renda é a renda diferencial II ocorre quando no processo de apropriação do trabalho coletivo os elementos presentes no espaço desenvolvidos por relações de trabalho precedentes são criados coletivamente, mas apropriada individualmente. Essa modalidade se manifesta nas relações em que lugares antes desvalorizados por não possuírem infraestrutura e vantagens comparativas entre os demais, ao passarem a ter – dado ao trabalho desenvolvido socialmente - possibilitam maiores rentabilidades no processo de capitalização da renda da terra urbana.

Um exemplo desta ação foi apresentado por Bonduki e Rolnik (1982) que narram as ações de muitos proprietários fundiários de São Paulo que incentivavam a ocupação irregular para posterior regularização dos lotes, em terrenos próximos aos seus. Faziam isso, pois, dotados de infraestrutura para o poder público a valorização dos terrenos também valorizavam os seus, pois, aí estes donos das áreas vizinhas a infraestrutura conseguia vender estes imóveis acima do preço anterior, capitalizando com esse processo um nível de renda da terra muito maior ao planejado. Esse motivo explica o porquê de muitos defenderem a ampliação da malha urbana.

A renda absoluta da terra vai se apresentar no processo de venda do imóvel, onde o possuidor do direito de capitalizar a renda da terra repassa este a outrem. Neste processo de venda do direito acontece a capitalização de renda absoluta, pois, o imóvel é vendido pelo preço equivalente ao nível de renda que ele geraria ao longo do tempo. Essa renda também pode ser capitalizada de maneira fracionada mediante o aluguel, já que o preço no qual este é estabelecido se considera a renda absoluta da terra, porém, de maneira fracionada ao longo do tempo. Como dito, os promotores imobiliários e os proprietários imobiliários buscam capitalizar este tipo de renda (SINGER, 1982).

Outra modalidade de renda capitalista da terra urbana é a renda de monopólio. Ela se manifesta quando os sujeitos detentores do direito de capitalização de renda da terra procuram capitalizar o máximo possível com aquela terra, exaltando suas características únicas. Nessa modalidade a busca é capitalizar a renda se utilizando das características únicas que possui tal área, seja ele cultural, do plano físico, da região que ele se localiza, a renda de monopólio é aquela caracterizada pela unicidade que tem no tempo e no espaço.

Apropriação desta renda se dá com apropriação conjunta do trabalho social. Neste sentido, lugares onde muitas vezes o aspecto cultura é muito forte, tornando aquele espaço com características únicas, o mesmo tende a ser apropriado pelos sujeitos buscando capitalizar altas quantias com esse lugar. Harvey (2014) evidência o caso da cidade de Barcelona, riquíssima em aspectos culturais, da cultura catalã, com obras magníficas construídas pela cidade, que

demoraram gerações, anos, para se apresentarem da forma que as pessoas a veem.

Essa busca por capitalização da renda da terra urbana, porém, gera uma contradição, pois, ao buscar a capitalização por suas características únicas, o capital molda o espaço através de sua estética, reproduzindo o racionalismo moderno que muitas das vezes é distinto do processo gerado das características únicas. Harvey (2014) nomeia esse processo de *Disneyficação*, que ocorre quando esses espaços construídos ao longo do tempo e do espaço e por múltiplas relações sociais, tendo valores inestimáveis, vão sendo cooptados pelo capital para capitalização da renda de monopólio. Porém, ao se apropriar das relações que lhe deram origem o capital acaba com essas relações em sua essência, ou seja, ele mesmo provoca o fim da renda de monopólio que ele próprio busca capitalizar.

Neste sentido, pode-se afirmar que os agentes produtores do espaço brasileiros aqui retratados buscam sempre capitalizar a renda da terra urbana em suas ações, ou mesmo o lucro, no caso dos promotores imobiliários. Os movimentos sociais brasileiros, historicamente, visam também a renda da terra, porém, em outras bases já que possuem outra concepção do espaço e do tempo, pautados, sobretudo, na ideia de um habitar onde a busca é construir no espaço uma extensão da vida, como local do encontro, da troca de sentimentos subjetivos que estão na outra ponta da racionalidade capitalista (LEFEBVRE, 2006; 2019; HARVEY, 2014).

Desta forma, tem-se assim, como que o espaço urbano brasileiro é construído influenciado por seu processo de industrialização que envolve as relações de disputa entre as intencionalidades de seus múltiplos agentes construtores, o que poderá ser visualizado no caso específico da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) quando avaliada a distribuição territorial dos empreendimentos desenvolvidos na linha de crédito Faixa 1 e financiados pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) .

Com as discussões apresentadas, pode se concluir que o processo de industrialização brasileiro e da consequente urbanização se deu com o império da propriedade privada no país, fazendo com que suas cidades fossem, e ainda sejam, alvo da busca de capitalização da renda da terra entre suas diferentes modalidades por aqueles que detêm o capital. Esses fatores fortalece uma sociedade desigual e com cidades desiguais produzindo espaços com alto índice de vulnerabilidade onde pessoas não conseguem acessar a terra e a moradia digna.

Ressalta-se que essas relações sociais que compõe a produção do espaço urbano brasileiro geram a cidade enquanto produto humano e das relações sociais, porém, apropriadas pelo capital. Dominando o processo político o capital consegue estruturar esse espaço, criando instituições e institucionalidades, delimitando, também, fronteiras, para assim fazer valer seus interesses. Um destes fenômenos espaciais produzidos socialmente que em alguns casos é

apropriado para a lógica capitalista é o fenômeno metropolitano.

Como será apresentado no item 2.4 a seguir, o fenômeno metropolitano é uma produção desenvolvida historicamente pela sociedade moderna onde a maior parte da população passa a se concentrar em cidades. Porém, a estruturação de instituições como as Regiões Metropolitanas, sem romper com a hegemonia da lógica capitalista, em muitas das vezes pode ser cooptada para a legitimação dos interesses da classe dominante através destas organizações. No próximo item, para finalizar este capítulo, será discutida a construção do fenômeno metropolitano e os processos históricos que produziram a criação da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) e as objetivações das elites dirigentes desse desenvolvimento.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO METROPOLITANO E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Com capitalismo em sua fase mercantil é inaugurada essa nova fase das cidades, que propiciaria as condições históricas que viriam a dar gênese ao fenômeno metropolitano. As cidades, inseridas nessa lógica, começam a assistir o fenômeno de urbanização em maior escala com milhares de pessoas se dirigindo as mesmas. Todavia são os cercamentos e a instauração da propriedade privada no século XVII na Inglaterra, e que se espalha em mais países europeus até o século XX, que vão de fato dar impulso a esse processo de urbanização das cidades, onde também se assiste a emergência do poder do capital industrial (HARVEY, 1992; SINGER, 1998; SPÓSITO, 1988).

Os centros metropolitanos, dessa forma, surgem por estas relações desiguais entre capital e trabalho, na qual a capital influencia a vida cotidiana e o desenvolvimento dos trabalhadores. Esse processo também pode ser compreendido pelo fato de que a aglomeração populacional tende a seguir a aglomeração do capital (ENGELS, 2015; MARX, 2017). Isso é decorrência direta da propriedade privada e do cerceamento da população de acessar a terra e através dela subsistir com seu trabalho. Desta maneira, o capital cria as suas instituições visando cumprir sua institucionalidade última que é se reproduzir e manter o *status quo* (HARVEY, 1992; 2015b).

Esse fenômeno vai se espacializar por todo o mundo capitalista na sociedade moderna. Todavia de maneira desigual e com peculiaridades locais, exemplo prático pode ser visualizado considerando a realidade brasileira. Em países como o Brasil, dominado e espoliado pela colonização europeia as cidades brasileiras, desde seu surgimento asseguram certo poder

político e econômico. Afinal, os bens expropriados e tornados mercadorias, utilizavam-se das cidades e vilas para seu escoamento (MARICATO, 2013; 2017; SINGER, 1998).

Desta maneira, o processo de urbanização das cidades brasileiras foi também influenciado pela aglomeração do capital, mas as mesmas já eram a sede do poder político e econômico. Deve ser considerado também que o processo de metropolização que passou partes da Europa no século XVII e XVIII, nas terras brasileiras só passou a ocorrer nos séculos XIX e XX, e com peculiaridades e características distintas dos anteriores assistidos (MARICATO, 2013; 2017; SINGER, 1998).

Assim, historicamente, o capital estrangeiro é muito importante no processo de industrialização e urbanização de países de capitalismo periférico como o Brasil. Isso, porém, não facilita o desenvolvimento técnico, social e econômico destes países, pelo contrário, lhe impõe atraso e submissão aos interesses do capital externo. Porém, as cidades brasileiras de tal período vivenciaram, como discutido no capítulo 2, um alto nível de aglomeração de capital e de urbanização, gerando assim o fenômeno metropolitano em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (LENCIONI, 2015; 2020; SANTOS 2013; 2019; SINGER, 1998).

Estas cidades concentraram na primeira metade do século XX mais da metade da produção industrial do Brasil, que na época era também os países com as maiores taxas de crescimento econômico industrial do mundo. Porém com essa força do capital estrangeiro, gestou-se no país um alto nível de espoliação do trabalho e um alto nível de desigualdade socioespacial, já que aqueles trabalhadores que não tinham acesso a rendas altas não conseguiam acesso a cidade formal (LENCIONI, 2015; 2020; MARICATO, 2013).

Outro fato a ser considerado nas metrópoles de países subdesenvolvidos e de capitalismo periférico como o Brasil, é que em decorrência destes elevados níveis de desigualdade tem-se a formação de dois circuitos da economia. O primeiro circuito, nominado por Santos (2019) como circuito superior é aquele onde existe uma alta concentração de capital, sobretudo internacional, e que produzem atividades altamente sofisticadas e com elevados níveis de concentração de capital, com farto acesso à crédito, grandes estoques e capacidades de armazenamento, e conta com forte aparato técnico para o desenvolvimento de suas atividades. Esse circuito da economia das metrópoles periféricas faz a ligação desta com as metrópoles estrangeiras, bem como tem uma produção em larga escala e com grande rapidez de rotatividade.

Todavia, por inúmeros motivos não são todos os setores da população que conseguem acessar esse circuito superior da economia, e necessitando de renda para sobreviver, surgem então pequenos negócios, que são a antítese do circuito superior, ou seja, possuem alto nível de

concentração de trabalho em suas atividades, baixo nível de acesso à crédito, baixa sofisticação técnica, produzindo em pequenas quantidades e com baixos estoques (SANTOS, 2019).

Esse trabalho informal, que fica a margem da regulamentação da lei, é muito presente nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, justamente pela desigualdade criada pelo modo de produção capitalista, e compõe parte importante da produção de riquezas das metrópoles uma vez que passa a ser o mercado direto de um grande contingente de pessoas, por oferecerem mercadorias e serviços mais baratos. Esse setor da economia, porém, não se repetia em países desenvolvidos dado as características e peculiaridades sociais, políticas, e econômicas destes em relação aos países subdesenvolvidos. Sem contar a dominação e o imperialismo imposto por esses países de capitalismo avançado aos países de capitalismo periférico (BRUM, 2020; SANTOS, 2019; SINGER, 1998).

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento da técnica, porém, promove uma nova fase as metrópoles no mundo todo. Com o desenvolvimento das telecomunicações após os anos 1970, e o neoliberalismo, que promoveu a descentralização do poder do Estado para atuação privada, as metrópoles capitalistas tiveram seu perfil conhecido alterado. Se antes as mesmas centralizavam a produção industrial e a informação, atualmente a produção não necessariamente se localiza na metrópole (LENCIONI, 2015; 2020; SANTOS, 2017; 2021).

O rápido fluxo de dados e informações que foram possibilitados pelo meio técnico-científico-informacional, promoveu a possibilidade de o capital migrar de um espaço para o outro em questão de poucos segundos. A desregulamentação do Estado e a regulamentação direito privado aumentam ainda mais a atuação e o poder deste capital frente a sociedade e aos trabalhadores (SANTOS, 2017; 2021). Milton Santos (2017) problematiza que esse conjunto de ações como a possibilidade de extração de mais-valia em nível global.

Se antes, como já colocado, essas metrópoles apresentavam alto nível de especialidade produtiva, esse processo de descentralização permite que a mesma receba outros tipos de atividade, ao mesmo tempo em que atividades produzidas nela anteriormente passam a ser desenvolvidas em outras cidades menores, que contam com a oferta de mão de obra mais barata. Sem contar que alto nível técnico do fluxo de mercadorias permitem que várias partes de uma mesma mercadoria seja realizada em diferentes porções do mundo, mas montadas em uma só. O capital passou, desta forma, a ter influência no mundo todo e o gerencia em questão de segundos (LENCIONI, 2020; SANTOS, 2017; 2021).

As metrópoles assim, apresentaram uma transformação do seu papel. Se antes as mesmas eram a sedes da produção, agora, tornaram-se a sede das informações e das gestões. Isso trouxe vários impactos para estas cidades, que assistiram um alto nível de desemprego pela

retirada e migração de postos de trabalho, um alto nível de desigualdade social e da pobreza em decorrência destas ações, sem contar a segregação socioespacial que se viu ampliada uma vez que o capital privado se apropriou das cidades promovendo infraestruturas em apenas certas áreas que são importantes para sua realização e a continuidade de seus fluxos de maneira ininterrupta.

Desta forma, gesta-se uma sociedade onde as cidades se relacionam em redes de forma hierarquizada e as metrópoles, mesmo perdendo habitantes e produção industrial, centralizam em si as informações e a gestão da produção em outras localidades. Essa discussão acerca do fenômeno metropolitano é importante para promover reflexões acerca do processo de metropolização que passa a Região Metropolitana de Londrina (RMLO).

Com o golpe militar e a instauração da ditadura a partir de 1964, o Brasil atravessou naqueles próximos vinte e um (21) anos um governo autoritário e centralista, e como comprovado posteriormente promotor da torturadora. A ideia, porém, deste centralismo das mãos dos militares golpistas, envolviam a necessidade de montar uma estrutura de Estado que garantisse a manutenção desta nova ordem imposta e do *status quo*.

Exemplos que evidenciam essas questões se apresentam pelo fato de que, os golpistas de 1964, proibiram de imediato o voto direto para Presidente da República, e, também posteriormente, para representantes de outros cargos eletivos como governador, prefeito e senador. Desta maneira, o voto da população era contabilizado apenas deputados federais, estaduais e de vereadores. Houve também, pelo AI-2, a extinção de todos os partidos existentes, criando um sistema do bipartidarismo. Os dois partidos legalizados, eram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia partidários do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que consistia na oposição. Em 1972, senador e prefeito tiveram eleições diretas restauradas, exceto para as capitais (MARICATO, 2013; 2017; 2019).

Esses fatores evidenciam alguns motivos da necessidade do centralismo e autoritarismo dos governos golpistas dos militares e a estrutura que o Estado brasileiro passa a ter após o golpe. Sendo repressivo e autoritário, os militares visavam através destes controles locais inibir insurgências e garantir o seu poder sem qualquer perturbação. Desta maneira, surgem pela ditadura as Regiões Metropolitanas (RM's) como instrumento de planejamento e gestão do território criadas pela Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de julho de 1973, conferindo ao governo central o poder de interferirem nestes territórios (DE FREITAS FIRKOWSKI, 2001; MARICATO 2013).

Foram estabelecidas por essa lei as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza e cumpre destacar que

nesta época, o governador do Estado era indicado pelo Presidente militar, e este por sua vez, indicava o prefeito das capitais de forma que a institucionalizações deste instrumento de gestão e planejamento do território estava diretamente correlacionado à busca militar de controlar o território, sobretudo, das grandes cidades (LENCIONI, 2015).

A criação tinha, portanto, também, esse caráter centralizador e autoritário, pois, eram os principais núcleos urbanos que davam aos militares golpistas o receio de surgirem insurgências revolucionárias, já que concentrava um elevado número de pessoas e em uma época que a desigualdade social e os baixos salários causavam certa indignação por parte da população (MARICATO, 2013; SANTOS, 2008a; SOUZA, 2016).

Desta maneira, pode-se dizer que as Regiões Metropolitanas no Brasil, enquanto instrumento de planejamento e gestão do território integrado por diferentes cidades, é mais resultado de intencionalidades políticas do que propriamente da própria dinâmica do processo de urbanização na sociedade capitalista moderna que gera o fenômeno de metropolização. Porém, alguns autores, como Lencioni (2015) ressaltam que apesar de a regionalização feita em São Paulo e Rio de Janeiro terem sido feitas com essas intencionalidades, as mesmas poderiam ser consideradas como Regiões Metropolitanas de fundamento, enquanto fenômeno urbano, uma vez que elementos como conurbação e fluxos de pessoas em larga escala eram/são presentes na realidade cotidiana e local.

Algumas problemáticas surgiram em decorrência deste processo de criação de metrópoles no papel e de intencionalidades meramente políticas. Mesmo sendo um instrumento possível de se planejar e gerir cidades interconectadas, e com questões que interagem entre si, a inexistência de um verdadeiro sistema de governança metropolitana no país foi, e ainda é, um dos pontos que dificultaram e ainda dificultam, a resolução dos problemas urbanos nas metrópoles brasileiras (LENCIONI, 2015).

É evidente que, pela ditadura, as Regiões Metropolitanas não eram encaradas como uma unidade política e administrativa, sendo possível visualizar essa questão no fato de seu serviço à manutenção do governo autoritário, bem como dado que as mesmas não tinham prerrogativas político-institucionais de uma unidade federativa mesmo existindo como espaços de grande, e fundamental, importância na dinâmica econômica, política e social brasileira. Essas regiões, antes de 1988, podem ser classificadas, portanto, como um meio de legitimação política das elites governantes de então (GROSTEIN, 2001; MARICATO, 2019; SANTOS, 2008a; SINGER, 1998).

Com o fim da ditadura militar em 1985, os debates existentes no processo de formulação da Constituição de 1988, evidenciaram que os formatos institucionais disponíveis

para a organização, gestão e planejamento do espaço regional, sobretudo o metropolitano, se apresentavam como fábula. Surge então a necessidade de sua substituição, e a construção de uma nova concepção do espaço urbano, das cidades e das metrópoles (LENCIONI, 2015).

Nesse contexto começou a ganhar relevância a política um conjunto de ideias e valores na defesa de uma reforma urbana e do direito à cidade, que foram apropriadas e encampadas por vários movimentos sociais, mas sendo o primeiro a defender sua aplicação prática, e a sistematizá-lo, o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) que deu, por sua luta, à sociedade brasileira inúmeras conquistas para a construção de uma sociedade mais democrática na gestão e planejamento urbano (MARICATO, 2013; 2017; 2019; SOUZA, 2016).

O ideário de reforma urbana, apesar de não ter a força política no Brasil se comparado à da Reforma Agrária naquela data e até atualmente, começou a ganhar relevância no debate público na década de 1960. João Goulart, então Presidente da República, antes do golpe militar de 1964, foi o primeiro chefe do poder executivo nacional a evidenciar a necessidade de realizar uma reforma na estrutura fundiária das cidades brasileiras aos moldes do que era defendido para o campo. Sua principal proposta era desconcentrar a tão concentrada estrutura fundiária, e democratizar o acesso à terra nas cidades (MARICATO, 2013; 2017).

O curso da história como já trazido, porém, foi implacável tanto com Goulart quanto com o MNRU. Goulart fora deposto ao arrepio da lei, em 1964 e o MNRU foi empurrado à clandestinidade por ser considerado subversivo no mesmo período, uma vez que atentava contra os interesses dominantes. Ganhando forma, e força política, nessa época de clandestinidade, a crítica do Movimento se pautava, sobretudo, na necessidade de promover justiça social pela transformação da estrutura fundiária urbana, que era concentrada na mão de poucos detentores de capital e que usavam da terra urbana para capitalizarem a renda da terra urbana, mas não só (MARICATO, 2019; SINGER 1998; SOUZA, 2016).

A proposta de uma reforma urbana nas cidades foi inicialmente trazida ao debate público em 1963, franqueada, sobretudo, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil. Mas com o golpe temas como reforma urbana reapareceriam somente em fins dos anos 1970, quando começou um leve processo de abertura política gradual, em que os movimentos sociais aos poucos ganhavam mais visibilidade e relevância no debate público. Cabe destacar que a crítica principal do MNRU se apoiava, na época, no fato de que a maioria das residências no Brasil era ocupada por locatários, e não por donos dos imóveis, além de que as terras urbanas, sobretudo as centrais, eram concentradas na mão do capital imobiliário. Além de questões inerentes ao planejamento e gestão urbanos serem dialogados e promovidos democraticamente (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; SOUZA, 2016).

O movimento fazia, também, críticas ao ideário desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. Esse desenvolvimento, tão forte no pós-1930 a 1970, contribuiu para que as cidades fossem hipertrofiadas, onde sua crítica principal repousava na racionalização do espaço urbano para servir ao capital e não às necessidades coletivas da sociedade. Cumpre destacar que a questão aqui não é a concentração espacial da sociedade, e sim, do capital (SINGER, 1998). Numa época de grande expansão urbana e de aceleração do número de pessoas nas cidades, eram criticadas também as condições de penúria em que viviam os trabalhadores e dos que eram empurrados a viver fora da cidade formal por conta do capital imobiliário rentista (MARICATO, 2013; 2017; 2019; SOUZA, 2016).

Em fins da década de 1970 e início da década 1980, com anistia e fim de algumas restrições impostas aos opositores do regime, o MNRU ganha corpo e força na discussão política nacional agora na legalidade, e assenta seu lugar no debate público sobretudo por suas contribuições e luta política ativa na Assembleia Nacional Constituinte da década de 1980, que resultaria na Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 fez com que o Brasil adotasse em sua estrutura estatal o federalismo de cooperação entre União, Estados e Municípios, lhe conferindo o *status* de autônomos política e economicamente. Desta maneira, houve na prática uma nova distribuição do quadro de competências entre estas três níveis de governo visando com isso promover uma descentralização da governança, da administração, do planejamento e gestão do território (CORDEIRO, 2019; SANTOS, 2016).

Essas mudanças no pacto federativo brasileiro impactaram diretamente as cidades e as metrópoles, pois, dando autonomia para os estados e municípios, o tema metropolitano em seu Art. 25, § 3º, a Constituição Federal (CF) de 1988 transferiu as atribuições e prerrogativas aos Estados pela criação de regiões metropolitanas:

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988).

Passados alguns anos desta alteração da competência no que concerne as Regiões Metropolitanas, pode se dizer que, apesar das transformações, pouco se caminhou na transformação do *modus operandi* da gestão criada pela ditadura. Isso porque, mesmo havendo a descentralização da administração destes instrumentos de planejamento este centralismo passa a ser efetuado pelos governos estaduais, agora responsáveis técnicas, financeira, e

administrativamente, do planejamento e gerenciamento das metrópoles, e isso mesmo com maior ou menor participação dos municípios (CORDEIRO, 2019; MARICATO, 2013; SOUZA, 2016).

Outra crítica que pode ser realizada se dá no fato de que com a adoção da político-econômica neoliberal no Brasil após os anos 1990, houve um verdadeiro sucateamento, quando não privatização, de organizações públicas importantes para o processo de gestão metropolitano, graças a interdição ideológica de consolidação de um Estado mínimo pela via neoliberal (CORDEIRO, 2019; MARICATO, 2019).

Pode-se dizer que existe então, desde 1990 um verdadeiro conjunto de ações que promoveram o desmonte das instituições metropolitanas, que perderam espaço, importância, e relevância quanto a gestão e planejamento, sendo muitas as vezes utilizadas para o investimento de recursos públicos e como meios de preferências de ações governamentais (CORDEIRO, 2019; DA CUNHA, 2005).

Surge também neste cenário de descentralização do poder central, o ressurgimento das elites locais e de seu poder no controle do território. Sendo agora centralizadas pelos governos estaduais, as Regiões Metropolitanas em muitas das vezes, e em Londrina não foge a essa regra, foram utilizadas para a legitimação destas elites locais (CORDEIRO, 2019; DA CUNHA, 2005).

Em muito dos casos, criaram-se verdadeiras metrópoles de papel, ou seja, Regiões Metropolitanas decorrentes não do fenômeno metropolitano, mas sim da intencionalidade destas elites locais de auferirem ganhos políticos e econômicos por este instrumento de gestão e do território. Aliás, como mostrado na formação territorial da região Norte do Paraná, também na criação da RMLO o uso do discurso foi realizado pelas elites para cumprir suas intencionalidades e obter ganhos políticos (CORDEIRO, 2019; DA CUNHA, 2005).

Esse cenário começou a ser alterado nos anos 2000, com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), a aprovação da Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005) e a Campanha Plano Diretor Participativo (2005-2006), pois, é aí que o tema metropolitano volta a ribalta das discussões e proposições de um planejamento integrado entre os diferentes entes da federação. Foi uma época em que os debates e ações eram visíveis que muitos dos problemas municípios brasileiros não podiam mais ser resolvidos isoladamente, e não por incapacidade técnica, financeira, mas por serem questões que atingiam dois ou mais entes de maneira integrada.

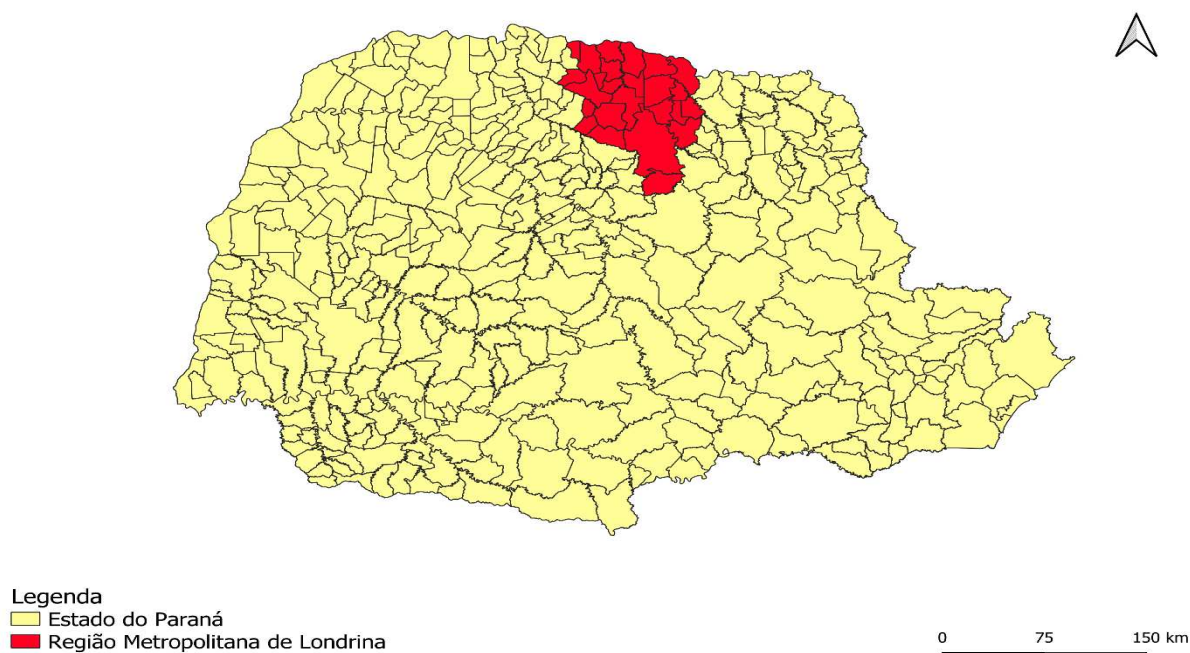
Porém, essas ações e discussões, aliadas a ações governamentais, como por exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, que privilegiavam o investimento

nas metrópoles, fez aumentar consideravelmente o número de novas Regiões Metropolitanas no Brasil e/ou mesmo promover o inchaço das RM's com a introdução de novos municípios. Isso porque, essas políticas desenvolvidas e materializadas no espaço poderiam também - como de fato foram- serem utilizadas politicamente pelas elites locais.

Processo esse, sem debates e discussões comunitárias sobre o tema e sem um projeto, de fato, para o planejamento e gestão da metrópole. Mais uma vez eram os interesses políticos se sobrepondo as necessidades metropolitanas e espaciais. Aliás, cumpre destacar que, o crescimento do número de regiões não foi acompanhado de uma retomada da estruturação de novos órgãos ou da reestruturação dos já existentes na mesma proporção, reforçando a ideia de que se realizaram processos de regionalização metropolitana sem outros interesses que não fossem colher dividendos políticos e econômicos para as elites locais e regionais (CORDEIRO, 2019; DA CUNHA, 2005; MARICATO, 2017; 2019).

Criada pela Lei Complementar Estadual 81, de 17 de junho de 1998, a Região Metropolitana de Londrina (RMLO) foi instituída primeiramente com os municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana. Como é apresentado pelo Mapa 3 abaixo, a RMLO ocupou desde sua criação o espaço norte central paranaense no qual a formação socioespacial e econômica e social é influenciada diretamente pela produção e relações sociais desenvolvidas na região norte novo do Paraná em seu processo de colonização (Figura 4).

Figura 4. A localização da Região Metropolitana de Londrina no Estado do Paraná.



Fonte. IPARDES, 2022. **Org e arte final.** O autor, 2022.

Como mostra o Quadro 1, posteriormente a isso, foram incluídos outros municípios como os de Alvorada do Sul, Arapongas, Primeiro de Maio, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Florestópolis, Assaí em 2010, e em 2013 os de Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Prado Ferreira, Miraselva, Rancho Alegre, Sertaneja e Uraí, fazendo com que a RMLO hoje possua vinte e cinco (25) municípios.

Quadro 1. Aspectos gerais sobre os municípios inseridos na Região Metropolitana de Londrina

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO/ANO DE INTRODUÇÃO NA RMLO	POPULAÇÃO (2018)	DISTÂNCIA À LONDRINA (KM)
<u>Alvorada Do Sul</u>	LCE 129/2010	11.306	65,9
<u>Arapongas</u>	LCE 129/2010	121.198	24
<u>Assaí</u>	LCE 129/2010	15.289	42,5
<u>Bela Vista Do Paraíso</u>	LCE 81/1998	15.395	39,6
<u>Cambé</u>	LCE 81/1998	105.704	12
<u>Centenário Do Sul</u>	LCE -/2013	10.891	69,50
<u>Florestópolis</u>	LCE 147 /2011	10.646	86
<u>Guaraci</u>	LCE 164/2013	5.473	61,76
<u>Ibiporã</u>	LCE 81/1998	53.970	14,5
<u>Jaguapitã</u>	LCE 147 /2011	13.494	63

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO/ANO DE INTRODUÇÃO NA RMLO	POPULAÇÃO (2018)	DISTÂNCIA À LONDRINA (KM)
<u>Jataizinho</u>	LCE 81/1998	12.536	29,17
<u>Londrina</u>	LCE 81/1998	563.943	-
<u>Lupionópolis</u>	LCE 164//2013	4.894	79,15
<u>Miraselva</u>	LCE 164//2013	1.816	49,61
<u>Pitangueiras</u>	LCE 144/2012	3.185	70
<u>Porecatu</u>	LCE 144/2012	13.084	98
<u>Primeiro de Maio</u>	LCE 129/2010	11.114	69,2
<u>Prado Ferreira</u>	LCE 164//2013	3.726	40,95
<u>Rancho Alegre</u>	LCE 164//2013	3.832	37,03
<u>Rolândia</u>	LCE 81/1998	65.757	21,8
<u>Sabáudia</u>	LCE 81/1998	6.760	56,7
<u>Sertaneja</u>	LCE 164//2013	5.355	45,63
<u>Sertanópolis</u>	LCE 81/1998	16.323	47,1
<u>Tamarana</u>	LCE 81/1998	14.548	67,4
<u>Uraí</u>	LCE 164//2013	11.356	40,09

Fonte: Portal Leis Estaduais, < <https://leisestaduais.com.br/>>. Org. O autor, 2022.

Com os artigos da lei estadual de criação a RMLO, competências, objetivos e delimitações e instâncias públicas foram criadas: o Conselho Deliberativo e o Conselho Consultivo. Incumbiria ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Cabe, como regulado em lei, ao Conselho Deliberativo promover a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns entre seus entes. Além de promover a coordenação de execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, dando preferência a unificação de serviços comuns aos municípios. Já ao Conselho Consultivo, competia opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana, além de sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns (PARANÁ, 1998).

Os interesses metropolitanos comuns aos municípios da RMLO foram estabelecidos o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública; uso do solo metropolitano; transportes e sistema viário; aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Chama a atenção a aparente preocupação de integrar problemas comuns aos municípios como transporte, saúde e questões de infraestrutura. Todavia, deve ser considerada a distância presente entre os núcleos urbanos dos respectivos municípios, pois, em muito dos casos eles não dialogam diretamente de questões urbanas comuns, podendo descaracterizar, assim, a finalidade da Região Metropolitana de Londrina enquanto institucionalidade (CASTRO, 2006; DA CUNHA, 2005; 2011; 2014).

Outro ponto a ser considerado diz respeito as integrações realizadas entre os entes municipais posterior a criação da RMLO que foge, muitas vezes, do propósito de uma RM. Ocorreu de fato, a criação, de uma integração de transporte entre os municípios da RMLO, todavia, não entre todos. Os municípios mais distantes de Londrina não contam com o fluxo frequente de transporte como os mais próximos. E chama ainda mais atenção que essa integração de transporte inclui municípios próximos a Londrina, como Apucarana, que não fazem parte da metrópole, aliás, é núcleo urbano central de outra metrópole a Região Metropolitana de Apucarana.

Pautando-se nas discussões de Lencioni (2020) é difícil realizar uma análise da metrópole atual considerando a ideia de hierarquia urbana, uma vez que dado os avanços das tecnologias da informação muitas vezes cidades pequenas, e médias, conseguem desenvolver fluxos imateriais, através de meios digitais e eletrônicos, com grandes cidades e metrópoles

independente das distâncias. Ou mesmo cidades médias e pequenas conseguem se conectar com grandes cidades através de rede materiais como de transportes que realizam fluxos contínuos entre elas.

Todavia, é possível afirmar que Londrina, enquanto uma cidade média concentra em si o capital regional e é o *locus* de um poder político que interfere na dinâmica dos demais municípios da Região (DA CUNHA, 2011; 2014; SPÓSITO, 2016).

Aliás, uma cidade média, ainda, exerce sobre as demais de seu entorno certa influência, seja ela política, econômica, social, ou mesmo de um estilo de vida e cultural. Isso pode ser verificado em Londrina, por concentrar em si a sede de objetos geográficos que atuam em áreas da saúde, transporte, do setor bancário, industrial, de serviços e industrial (SPÓSITO, 2016).

Mesmo envolta em uma rede de cidades, verifica-se que essas cidades médias exercem maior a influência sobre os demais municípios, sobretudo em setores de os serviços produtivos na composição produtiva do país como um todo, que tendem a concentrar-se nos lugares de maior coordenação da rede como cidades médias. Com relação às cidades médias, os resultados mostram, então, que com o meio técnico-científico-informacional houve alteração do padrão espacial desses centros na rede urbana, mas ainda assim não deu fim ao papel de centralidade que a cidade média exerce (DA CUNHA, 2014; SANTOS, 2021).

Isso pode ser analisado partindo da experiência prática de Londrina concentrar centros de gestão, gerenciamento e decisão de empresas que atuam na região. Ou mesmo de Londrina ser um entre posto entre mega cidades e cidades pequenas por concentrar em si mais serviços e infraestrutura. Os equipamentos de saúde são o retrato desta dinâmica, havendo até mesmo consórcio intermunicipal para realização de tal dinâmica. Porém, deve ser ressaltado que esse processo é alheio a RM, e faz parte da regulamentação existente de consórcio entre municípios (DA CUNHA, 2014; FRESCA, 2013; MODA, 2017).

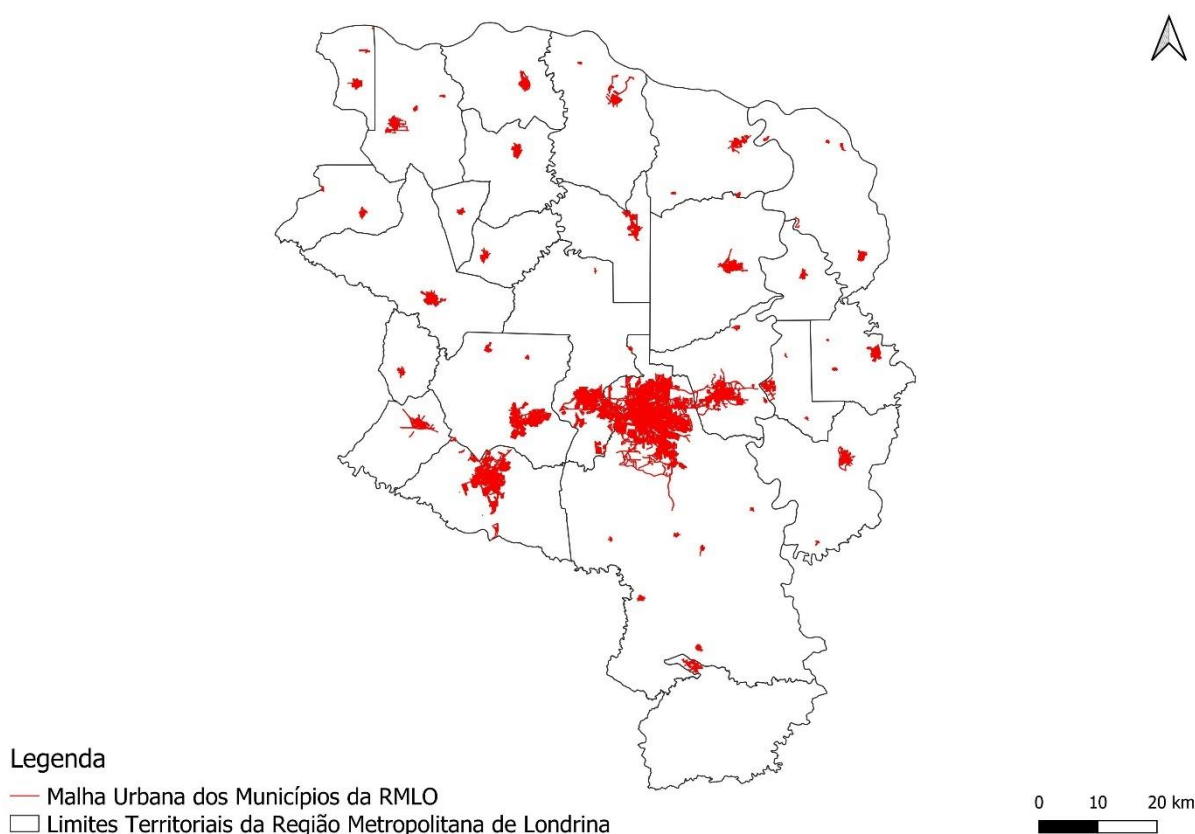
No setor de habitação, Londrina, também exerce nos demais municípios influência e também desenvolve ações. Graças a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB Londrina), cidades de municípios vizinhos, e pertencentes a RM, receberam ações e projetos desenvolvidos pela Companhia no setor de moradia. O maior conjunto de ações, porém, se localiza em Londrina, Cambé e Rolândia, que são municípios cujos núcleos urbanos encontram-se conurbados com Londrina, como Cambé, ou são próximos como é o caso de Rolândia (POLIDORO; TAKEDA, 2009; ZANON, et. al, 2015).

Apesar disso, deve ser ressaltado que essas ações fogem do escopo de um planejamento sistêmico do setor de habitação, ou mesmo integrado. Aliás, o planejamento urbano e municipal dos municípios não foi discutido de forma sistêmica e holística

considerando a realidade da metrópole e sim a realidade municipal, dificultando assim o diálogo de políticas urbanas entre os municípios que compõe a RMLO (DA CUNHA, 2011; 2014; ZANON, et. al, 2015).

Estas dificuldades são originadas da quase inexistência de conurbação urbana considerando Londrina e os demais municípios da região metropolitana, com exceção de Ibiporã, Cambé e Rolândia, como pode ser visto na Figura 5. Londrina pode ser considerada um lugar de influência para esses municípios, mas também o é para muitos outros da região Norte do Paraná que não fazem parte da RMLO, e outros municípios não estão localizados na região Norte do Paraná. Demarcando assim que esta influência foi construída mais por questões históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas, do que propriamente pela instituição da RMLO (DA CUNHA, 2005; 2011; 2014).

Figura 5. A malha urbana dos municípios da RMLO e suas integrações



Fonte. IPARDES, 2022. Org e arte final. O autor, 2022.

Ainda pode ser reafirmada essa ideia se considerado o caráter político que a RMLO teve para as elites locais. Como analisado por Da Cunha (2005; 2014), as elites londrinenses em muito ganharam a simpatia local ao trazer por meio do discurso da necessidade da RMLO,

da grandeza que tinha Londrina, de sua importância e de seu valor. Como analisado no tópico anterior as elites londrinenses e do norte paranaense se valeram do discurso político para propagar ideias de progresso, trabalho, capital e grandeza para o conjunto da sociedade visando assim terem maiores lucros privados e receberem dividendos políticos.

Na prática a RMLO deixa a desejar em questões como integração de ações nos setores de transporte, saúde, habitação, segurança, educação, ficando a cargo isoladamente dos municípios, ou mesmo consórcios públicos que podem fugir do escopo das Regiões Metropolitanas uma vez que possui regulação e legislação própria (ZANON, et. al, 2015). Esses fatores fazem considerar e reforçar a ideia defendida por Da Cunha (2005) que a Região Metropolitana de Londrina se faz enquanto uma metrópole de papel, e afirmar que na realidade espacial regional têm-se um fenômeno espacial de aglomeração urbana entre cidades médias que pode ser visualizado na porção central do mapa presente na Figura 5 apresentada acima.

As aglomerações urbanas são realidades presentes em interações de cidades médias, e ocorrem como consequência do rápido crescimento da população urbana destas cidades e concomitante à dinamização que alguns setores da economia local, como a agropecuária, indústria, comércio e serviços; passam a ter. A análise do processo que gera a aglomeração urbana permite compreender as interações e articulações que se dão entre diferentes centros urbanos, estas interações espaciais entre as cidades decorrem da necessidade de atendimento às necessidades de consumo de bens e serviços das populações (BRAGUETO, 2007; LENCIONI, 2015; 2020).

Em sua, o processo de aglomeração urbana resulta da expansão de núcleos urbanos distintos, que decorrem diretamente da produção e intensificação de fluxos que extrapolam os limites políticos/administrativos dos municípios próximos. Na prática, aglomerado urbano diz respeito a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos urbanos relativamente pequenos ou médios. Assim, estes aglomerados ao se expandirem em maior escala, e ultrapassando limites e tamanhos, formariam uma outra unidade territorial, a aglomeração urbana. Esta categoria pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas (LENCIONI, 2015).

A aglomeração designa espaços urbanos integrados que congregam mais de uma cidade. Esta noção refere-se a áreas urbanas e não áreas rurais. Quando integradas, as cidades aglomeradas realizam relações de dominação ou interdependência em espaços cada vez mais contínuos territorial e espacialmente. Em consequência surge uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político (BRAGUETO, 2007).

Considerando o desenvolvimento histórico de Londrina, e da Região Norte Novo do Paraná, a partir das atividades comerciais, a distância de algumas atividades econômicas no modo de vida urbano, na dinâmica e possível vocação comercial. O início deste processo histórico de atividades comerciais, em Londrina e seu aglomerado, estão ligados a própria fundação da cidade principal (BRAGUETO, 2007).

Com seu desenvolvimento complexificam-se os tipos de estabelecimentos comerciais. Em conjunto, o desenvolvimento do meio construído possibilitou que tais atividades se consolidassem. As atividades comerciais se dispersaram pela cidade, ocupando outros espaços além do centro principal, criando outras centralidades e constituindo parte do processo de reestruturação urbana em escala local, e, também, regional (FRESCA, 2013).

Em Londrina se encontrar em uma localização vantajosa no momento de construção dessas cidades, graças ao seu modelo de colonização o município londrinense se tornou-se um importante ponto de conexão entre as escalas local, nacional e internacional na divisão do trabalho e, por conseguinte, do desenvolvimento socioeconômico em nível regional. Londrina assume assim o posto de cidade mais importante e de centro urbano mais dinâmico de toda região (OLIVEIRA, 2011).

A produção agrícola também se modificou, com a especialização para culturas como a soja, trigo e milho, e o estabelecimento das agroindústrias e cooperativas que cada vez mais são subordinadas ao espaço urbano e a cidade (OLIVEIRA, 2011). A mudança da cafeicultura para lavouras temporárias intensivas em mecanização proporcionou o aumento no êxodo rural, transformando trabalhadores rurais em possíveis assalariados urbanos. Desta forma, pode se colocar que a concentração do capital precedeu a concentração da população (OLIVEIRA, 2011).

Desta maneira, com o aumento da população urbana houve a oferta de mais mão de obra para a economia urbana, estratificada de acordo com os potenciais de consumo pela renda disponível. Neste contexto de diferenciação socioeconômica urbana, a expansão do meio construído ganha destaque, materializando no espaço as desigualdades econômicas e a própria complexidade crescente da economia urbana em escala local e regional (OLIVEIRA, 2011).

Exemplo prático deste processo ocorreu na porção Norte londrinense, com a política habitacional dos anos 1970, no qual recursos federais financiaram aproximadamente 32 conjuntos habitacionais. Este processo promoveu um crescimento periférico na cidade, e toda esta complexidade dos espaços urbanos com fortes centralidades intra e interurbanas, a partir da formação de aglomerações (como é o caso de Arapongas, Rolândia, Cambé, Londrina e Ibiporã), intensificam o consumo e promovem incentivos para a disseminação de variados

estabelecimentos comerciais

Atualmente, por exemplo, muitas empresas de consumo cotidiano estão instaladas em Londrina. Destacam-se as Casas Buri, Lojas Americanas, Hermes Macedo, Riachuelo, Lojas Arapuã, Armarinhos Paulista, Casas Fuganti, Viscardi, Pernambucanas, da rede Muffato e Condor. Segundo Oliveira (2011), o shopping Com Tour se junta a estas lojas, representando uma tendência espacial de concentrar atividades comerciais e de serviços; mesma atração exercida pelos super e hipermercados. Fresca (2013) problematiza processo que os shoppings centers tem na dinâmica espacial de descentralização/centralização que ocorre em Londrina e suas influências regionais, como o caso do Shopping Catuaí.

Entende-se que Londrina exerce o papel de centralidade da Região Norte do Paraná e da Região Metropolitana de Londrina, uma vez que atrai consumidores em um amplo raio espacial e consegue influenciar a dinâmica econômica dos municípios ao seu entorno como os casos de Arapongas, Rolândia, Cambé e Ibiporã que compõe tal aglomerado. Economicamente destaca-se a importância dos estabelecimentos comerciais varejistas, indústrias e de atividades relacionadas agroindústria neste aglomerado urbano (IPARDES, 2022).

Encaminhando para a finalização do capítulo cabe destacar questões. Como fica evidenciado, a partir da discussão de autores como Lefebvre, Harvey e Milton Santos era necessário problematizar a produção espacial por outro viés que o espaço absoluto. Influenciado pelo paradigma racionalista esse espaço considerando hegemonicamente na ciência geográfica como algo neutro, sem vida, mero palco onde a vida se dava (CARLOS, 2019).

As discussões destes autores contribuíram para a compreensão do espaço através de suas complexidades físico-naturais e das relações socioespaciais. Essas relações sociais de poder entre as diferentes classes sociais condicionaram (e tem condicionado) a materialização na realidade deste espaço delimitado e dotado de instrumentos técnicos e objetos geográficos. E dentro da sociedade moderna essa organização espacial é tem como agente hegemônico o capital, que visa através do espalho (re)produzi-lo e organizá-lo para legitimar seus interesses (CARLOS, 2019).

Analisando os processos históricos do Brasil, da região Norte Novo do Paraná e, também, da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) fica evidenciado que há um desenvolvimento espacial, comandado por processos políticos, que vão organizar, construir, estruturar, delimitar e regionalizar o espaço, produzindo o território, segundo as concepções de tempo e espaço da elite dominante deste processo político, a elite capitalista. O objetivo dessa elite é promover a acumulação e aceleração dos fluxos de seu capital, e as intervenções no

espaço visando diminuir o tempo de circulação do processo que lhe proverá acumulação se faz como condição necessária (CARLOS, 2019).

Desta maneira, nas diferentes escalas espaciais é perceptível que o processo político, e a classe dominante nesse processo, atuam diretamente na produção do espaço. Na sociedade brasileira, onde a lógica capitalista é a hegemônica do processo político, os diferentes agentes produtores do espaço disputam entre si o controle da renda da terra influenciando o acesso as cidades e ao espaço produzido socialmente. Esse controle espacial acontece a partir de instituições e institucionalidades políticas criadas por essas elites e por elas utilizadas para manutenção de seus interesses e poder (HARVEY, 2006).

No recorte espacial delimitado desta pesquisa – no caso a RMLO – é possível visualizar esses processos ocorridos entre os grupos sociais. Historicamente, com o processo histórico que promoveu a colonização da região Norte Novo do Paraná por uma companhia privada de capital inglês, a lógica proprietarista se fez hegemônica e protagonista do processo político da região, com muito destaque para o município e para a elite de Londrina.

Os eventos e processos elencados nos textos acima evidenciam, então, como os espaços analisados foram estruturados influenciando a lógica da classe dominante, retratando, mais uma vez, que a construção espacial da região Norte do Paraná e da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) ocorreram influenciadas diretamente por essas intencionalidades dominantes e por sua hegemonia no processo político, estruturando o espaço com a criação de uma metrópole que não se sustenta na realidade material, porém atende a vontade política de sua elite (DA CUNHA, 2005).

Com isso em vista, fica evidente que a produção do espaço se insere na lógica de disputas políticas que ocorrem entre as classes sociais, e na presente sociedade moderna o capital é um ator hegemônico deste processo. Assim, as intencionalidades desse ator condicionam diretamente a produção e a apresentação do espaço na materialidade real como aconteceu nos recortes espaciais analisados.

Outra questão importante a ser destacada é que o império da propriedade privada na esfera política e institucional, e da mesma forma a legitimação das relações sociais de base capitalista, ou seja, aquelas que primam pela acumulação produziram no Brasil a questão da moradia. Com a terra urbana transformada em mercadoria, e com seus possuidores buscando através dela auferir a capitalização da renda desta terra, produziu-se no país um cenário no qual há mais casas e imóveis sem pessoas do que pessoas buscando habitar uma moradia em condições dignas.

A geração dessa questão, porém, teve a intervenção do Estado visando minorar os

impactos destas questões na realidade espacial vivenciada ou mesmo, através da construção da moradia, influenciar o processo político e econômico de determinado período histórico. Com isso em vista, o terceiro capítulo desta dissertação traz uma análise histórica dos programas habitacionais desenvolvidos pela esfera federal no Brasil. Cabe destacar, porém, que com a lógica capitalista dominante dos processos político e produtor do espaço se desenvolveu na história brasileira as condições geraram uma sociedade onde a questão da moradia se faz presente até a atualidade, pois, tornada mercadoria, o seu acesso só é possível mediante compra da propriedade.

3. A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL: HISTÓRICO DE AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAIS BRASILEIROS E DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o objetivo de pôr em perspectiva a questão da moradia no Brasil se faz necessário realizar uma análise das políticas públicas de moradia desenvolvidas pela esfera federal no país antes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), bem como do processo histórico que formou a realidade de déficit habitacional que se vive no Brasil atualmente.

Desta maneira, objetiva-se neste capítulo discutir os importantes programas de moradia promovidos no século XX pela esfera federal brasileira destacando em tais programas a sua organização, o contexto histórico da época de sua elaboração e aplicação, suas marcas e feitos importantes, e também os cenários anteriores e posteriores a essas políticas públicas.

Os programas analisados foram: Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAP's); Fundação Casa Popular (FCP); Banco Nacional da Habitação/Sistema Financeiro da Habitação (BNH/SFH). Evidencia-se que todas estas políticas públicas tiveram em comum o fato de terem sido desenvolvidas no decorrer do processo de urbanização brasileira, discutido no capítulo anterior, possuindo em si intencionalidades políticas que relacionadas ao tempo histórico de sua aplicação e a conjunta histórica, política, econômica e social de cada época. Outro fator determinante para a escolha destes programas é que os mesmos foram políticas públicas de provisão habitacional promovidos pela esfera federal com maiores escalas de atuação, seja considerando níveis de investimentos, bem como de relevância histórica e social.

Com isso em vista, neste capítulo buscou-se desenvolver uma avaliação dos programas públicos de provisão habitacional realizados pelo governo central brasileiro pós-1930. Visando, também, pôr em perspectiva o conceito de habitação social, realizou-se uma discussão acerca do conceito e das várias questões a ele envolto.

Para melhor organização das ideias o capítulo foi dividido em cinco (5) itens. No primeiro, o item 3.1, buscou-se discutir a questão da moradia no Brasil problematizando as (ina)ações⁶ das elites brasileiras até o século XX. Ainda neste primeiro item discutiu-se acerca da habitação e como a mesma pode ser encarada na realidade pelos diferentes agentes produtores do espaço e com quais intencionalidades.

No segundo item, o 3.2, abordou-se a respeito do primeiro grande esforço empreendido

⁶ O uso do termo (ina)ações é decorrente de que as elites nacionais pouco fizeram para provisão habitacional daqueles que não tinham acesso, mas, ainda assim, a negligência ou insuficiência de ações fazem parte de um processo político dotado de intencionalidades.

pela esfera federal brasileira composta por conjunto de ações visando a provisão habitacional. Também se teceu considerações sobre o caso dos Institutos de Aposentadoria e Previdência institucionalizados no governo Getúlio Vargas, que foram utilizados como fundo para a produção habitacional em larga escala por mais de vinte (20) anos.

No quarto item, o item 3.4, discutiu-se sobre a promoção a moradia como impulsionador econômico e meio legitimador da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Para tal as análises põe em destaque considerações acerca das ações desenvolvidas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e das Companhias de Habitação (COHAB's) após 1967 quando as mesmas foram criadas.

Apresenta-se a seguir, uma discussão acerca da produção da questão da moradia no Brasil, o papel das elites nacionais nesse processo e as diferentes formas que a moradia pode ser encarada em uma realidade econômico-social.

3.1 A ELITE BRASILEIRA DO ATRASO E A NEGLIGÊNCIA SOCIAL ACERCA DA QUESTÃO DA MORADIA

O fato de apenas terem sido desenvolvidas após o início do século XX no Brasil, não se pode afirmar a questão na moradia no país tenha tido origem com a República, pelo contrário, já no período de exploração colonial, passando pelo Império, os elementos históricos que constituíram a questão da moradia brasileira já eram evidentes. Porém, ressalta-se que a problemática ao redor de existirem pessoas sem acesso a moradia tinha como solução apenas a atuação da iniciativa privada não sendo considerado, portanto, um problema social de Estado. Historicamente no Brasil, as problemáticas urbanas na maioria das vezes, eram e ainda são tratadas como tema de polícia (BONDUKI, 2017).

A questão da moradia no Brasil foi produzida no desenrolar do próprio processo de formação socioespacial da sociedade brasileira e do país enquanto um território. Um marco importante deste desenvolvimento rememora ao Brasil ainda colônia da metrópole portuguesa. Esse fato ocorre na transição da sede territorial da Corte, que fugia de Portugal, pelo imperialismo napoleônico, e ao chegar a terras brasileiras, trouxe consigo mais de vinte (20) mil membros com necessidades de assentamento novo.

Todavia, isso não era possível considerando o desenvolvimento urbano e a estrutura urbana do Rio de Janeiro, e com base nisso a Coroa expropriou das casas existentes os seus residentes conforme suas necessidades. Este fato, mesmo circunscrito na cidade do Rio de Janeiro faz com que a falta de moradia no Brasil ganhe relevância na época, pois, uma cidade

pequena – se seguido os padrões atuais de classificação do IBGE – passou a possuir um número considerável de pessoas desabrigadas e no desalento, bem como comprova o olhar superior que possuíam a elite portuguesa para com os aqui viviam, e evidencia a relação de poder existente na produção do espaço e do território.

Com o retorno de Dom Pedro I a Portugal, a demanda por moradia apresentou certa complexidade como resultado de poucas medidas tomadas a fim de solucionar as questões urbanas que ganhavam centralidade e relevância na esteira do crescimento urbano da cidade Rio de Janeiro. Da mesma forma, mesmo com a declaração de Independência por Pedro II, os problemas urbanos e de moradia da então sede do Império eram tratados como se não existissem. O Brasil ainda vivenciaria o fim da escravização, na letra da lei, do povo negro em 1888 e a proclamação da República em 1889, porém, sem discutir ou até mesmo considerada, pelas elites dirigentes, as questões urbanas e da moradia que cada vez mais se agravavam (AZEVEDO; ANDRADADE, 2011; MARICATO, 2019).

Pode se afirmar que neste período anterior a 1930 poucas ações foram desenvolvidas pelas autoridades competentes dos governos centrais de cada época. Seja no Império ou no início do Brasil República, as intervenções urbanas, sobretudo na capital Rio de Janeiro, eram focadas em intervenções sanitaristas do espaço e da habitação daqueles que eram marginalizados pelo sistema político e econômico (GOMES, 2013; 2015; MARICATO, 2013; 2019).

Gomes (2015) em suas reflexões acerca do Brasil enquanto sede da Corte portuguesa, evidenciou certa preocupação com a falta de infraestrutura nas residências da maioria dos brasileiros que viviam nas cidades. Praticamente inexistiam nesse período infraestruturas como a de saneamento básico, nem mesmo aquelas orientadas ao tratamento e armazenagem dos dejetos humanos que acabavam expostos ao ar livre causando doenças.

Todavia, esse processo não pode ser visto sem considerar a sociedade da época e quem vivia na cidade de então, pois, essas considerações e problemas urbanos afetavam principalmente os pequenos círculos das elites que viviam na cidade carioca, e que eram vítimas de doenças e intoxicações originadas pela falta de saneamento. Somente com isso, iniciou-se o processo, focalizado no Rio de Janeiro, de intervenções em moradias com a intencionalidade de controle sanitário e higienista.

Essas questões evidenciaram uma das faces das elites dominantes nacionais, que materializavam no espaço a sua dominação em relação a outras classes. E que sua intervenção no espaço dominado era feita apenas quando as problemáticas urbanas atingissem a si e seus interesses (GOMES, 2013; 2015; MARICATO, 2013; 2019).

Se a questão da moradia é pouco trabalhada nestes momentos, a República Velha (1891-1930) agrava as contradições da questão urbana por suas (ina)ações. Visando transformar o Brasil, começando pela capital do Rio de Janeiro, o poder republicano financiou um processo de modernização urbana como cópia daquilo que antes aconteceu na Europa, e especificamente Paris no fim do século XIX no início do século XX, com a Reforma Passos. Todavia, as ações realizadas tiveram como base a negligência destes governos para muitas questões que já se apresentavam na realidade urbana brasileira, em específico aquelas que causavam impactos na população negra recém “liberta” e que agravaram mais ainda a falta de moradia (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019; SANTOS, 2013).

Ações como o Movimento Bota Baixo de cortiços, realizado via projeto urbanizador de base modernista Reforma Passos e o descompromisso dos governantes militares que prometeram, e não cumpriram, vários dos acordos firmados com os soldados – na época era formado especialmente por negros recém “libertos” – que foram envolvidos em vários dos conflitos que movimentaram o processo de construção da República contribuíram para a produção de questões urbanas ainda atualmente não solucionadas. Entre estas promoveram no Rio de Janeiro as primeiras ocupações irregulares, dando origem ao que popularmente se conhece no Brasil como favelas. O principal retrato disso foi materializado no Morro da Providência, criado a partir de uma ocupação irregular ao lado do prédio do então Ministério da Guerra, pelos combatentes que lutaram na defesa da República e que exigiam a providência dos governantes militares para o rápido cumprimento da promessa de que receberiam moradia em caso de vitórias nas batalhas (BONDUKI, 2017; SANTOS, 2013; MARICATO, 2019).

A Reforma Passos realizada no Rio de Janeiro na gestão do prefeito Ferreira Passos, visava, também, implantar na então capital brasileira a estética modernista que havia ganhado relevância na Europa de então. Com isso, as casas e cortiços onde residiam os trabalhadores e que se localizavam na centralidade da cidade foram destruídos, e transformados em largas avenidas e novos prédios públicos e privados. Toda essa situação, aliado ao que já fora colocado promoveu o agravamento das ocupações irregulares e da questão da moradia no país, retratando quais os interesses que as elites brasileiras, econômicas e políticas, tinham em relação ao conjunto da sociedade e especialmente da população negra, que resistia para não ser aniquilada do território como sempre se tentou fazer no Brasil (TRIANA FILHO, 2006; MARICATO, 2019).

Seguindo o ideal de frações da elite europeia, a marginalização provocada por essas ações pode ser compreendida na perspectiva de ser de fato uma maneira de aniquilar e retirar do território parte de uma população que era indesejada pelas elites dirigentes, a população

negra. Neste sentido, a ocupação irregular ou a origem da favela neste Brasil, assumiu, também, um caráter de resistência acerca das questões urbanas, da moradia, e da sobrevivência do povo que é historicamente negligenciado neste país em suas políticas públicas do ataque promovido por essas elites.

Essas elites brasileiras, que detinham o porte político do país não possuíam, também, nenhum compromisso para com as necessidades da população que naquele momento iniciava o processo de transformação para uma sociedade urbana, e em especial com aqueles que eram e seriam afetados com a falta de moradia (AZEVEDO; ANDRADE, 2011). Essa negligência acerca do papel do Estado em problemas sociais pode explicar porque os programas de moradia de grande escala e promovidos pelo governo central brasileiro, foram criados apenas no decorrer do século XX, após a Revolução de 1930.

Apesar de ser propor enquanto uma revolução, essa movimentação histórica brasileira rompeu, mas não totalmente com as frações de classe que constituíam as elites dominantes que promoveram a República e monopolizaram seu poder até esta insurgência. Ressalta-se, que a ruptura não deve ser compreendida num sentido positivista do surgimento de um novo pacto de classe sem a presença de frações classes dos pactos anteriores, pelo contrário, mas é somente com o Governo Vargas (1930-1945) que as questões urbanas e da moradia em especial seriam relevantes para o poder central do país.

Considerando o caso brasileiro nas questões habitacionais, por meio de políticas públicas promovidas pelo poder central, fica evidente certa negligência das elites nacionais desde o período colonial e imperial acerca da promoção de uma verdadeira democratização do espaço citadino e do acesso a moradia pela população. O que ocorreu, pelo contrário, foi a concentração destes meios para servir aos interesses da classe dominante. Da mesma forma, que a provisão destes meios fundamentais pra vida, como será visto no próximo capítulo, foram realizados, também, visando atender os interesses da classe dominante brasileira para assegurar o *status quo* pela subordinação dos interesses nacionais aos seus.

Falar em habitação ou em moradia enquanto conceito, porém, é um desafio em suma complexo, pois, a mesma pode ser considerada a partir de diferentes pontos. Podendo ser compreendida como uma necessidade humana, como uma necessidade do capital, como uma mercadoria, como um direito humano fundamental ou mesmo como um objeto de políticas públicas. E ainda, assim, pode estar envolta de diferentes relações sociais que a vejam e a promovam de diferentes maneiras.

A habitação pode ser entendida como uma necessidade humana para a manutenção e (re)produção social da vida, independente da classe social. Isso se dá uma vez que moradia é,

sobretudo, uma necessidade para a proteção e reprodução natural humana, e assim é, também, para uma reprodução social. Ela sofre influências da cultura local e questões socioespaciais e históricas, por esses motivos, a partir do desenvolvimento capitalista na estrutura moderna, a mesma pode entendida desde a satisfação das necessidades para a manutenção da vida e sua reprodução, bem como considerando as novas necessidades que são geradas pelo processo histórico do capitalismo que visam visando impulsionar a expansão e reprodução do capital e da força de trabalho (BUONFIGLIO, 2018; SIMBO, 2010).

No capitalismo, as necessidades são ampliadas e produzidas muitas vezes pelo capital que visando realizar novos tipos de mercadorias, passa a promover mercadorias para serem consideradas socialmente como necessárias e importantes a satisfação humana.

Neste processo também ocorre a construção e legitimação de um *status* social que tem como base o nível participação em um padrão de consumo. Desta maneira, necessidades mesmo que naturais podem ser compreendidas como processos históricos de realização social, e que dentro do modo de produção capitalista as necessidades são também orientadas a acumulação, à busca insaciável do capital que passa a criá-las e orientará-las para além das necessidades reais da sociedade (BUONFIGLIO, 2018).

A moradia, porém, passa a ter uma complexidade maior que outras necessidades humanas, pois não são -e nem é importante que sejam- satisfeitas enquanto necessidade humana dentro do modo de produção no capitalista. Como já dito, pela lógica da escassez, e mesmo o não interesse em promover o acesso a esse bem essencial à vida humana, a moradia não pode ser analisada como qualquer mercadoria pela ótica do capital (ENGELS, 2015).

Porém, deve ser compreendido que a necessidade não satisfeita segue sendo uma necessidade, mas no capitalismo a mesma passa a ser encarada enquanto uma demanda. Sendo demanda, somente os consumidores que podem pagar, ou seja, somente aqueles com capacidade de consumo, conseguem acessar suas necessidades e quem não tem estes meios se fazem enquanto uma demanda não solvável pelo mercado (HARVEY, 2015). Desta maneira, a lógica da mercadoria e da propriedade privada da terra promove a desigualdade no acesso à terra e a moradia, e permite a aferição de renda da terra por aqueles que são donos da terra.

Assim se estabelece no capitalismo essa relação entre a oferta e a demanda da mercadoria, independentemente da natureza. No segmento habitacional, os consumidores com capacidade de consumo conseguem acessar essa necessidade humana tornada mercadoria, já não possuem as rendas necessárias ficam à mercê da lógica do mercado e da propriedade privada. A peculiaridade é de que enquanto mercadoria produzida, seu consumo não se dá em qualquer lugar, em qualquer terreno, uma vez que necessita de porção de terra e solo edificável

(BUONFIGLIO, 2018).

Sendo colocada enquanto uma mercadoria, a habitação apresenta características complexas, e encontra-se envolta de implicações profundas em sua forma de produção e consumo. O próprio preço desta mercadoria habitação é formado considerando o seu valor agregado e o valor da terra sobre a qual a moradia se assenta, sendo indispensável certo nível de renda para acessá-la, se considerada a propriedade privada individual como a única forma de acessá-la. Esse processo contribuiu para no capitalismo ocorrer a difusão da segregação e da marginalização dos sujeitos com menor poder aquisitivo, sem condições de comprar lotes das melhores áreas das cidades (BUONFIGLIO, 2018).

Como um direito humano, porém, a habitação está relacionada a promoção da dignidade da vida humana, pois, garante certa proteção e pode evitar certas circunstâncias degradantes a qualquer pessoa, sobretudo, se comparadas a pessoas que vivem em situação de rua. Portanto, o direito à moradia é direito fundamental, seja civil, político, social ou econômico. No Brasil, moradia é colocada enquanto um direito constitucional garantido aos brasileiros e às brasileiras, conforme o artigo 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1998).

E como direito humano a habitação ocupa certo espaço de relevância no debate público, em especial ao do século XX, onde instituições e movimentos sociais passaram a problematizá-la enquanto tal, da mesma forma que a mesma pode ser promovida considerando diferentes lógicas e formas de propriedade e posse. (SIMBO, 2010). Tal relevância pode ser observada pelo Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos referendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que diz:

Art.25º: Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis... (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

A habitação ainda é objeto de ações e políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, como as citadas acima. A construção e execução de uma política pública requer certa racionalidade acerca do conjunto de ações e da capacidade de execução, mas, sobretudo, na definição dos interesses que envolvem tais ações. Desta forma, o Estado é responsável por

incluir em suas medidas os fundamentos e instrumentos jurídicos, as funções sociais da propriedade, além de mediar os interesses de grupos beneficiários, e os que se sente lesados, pela política social (BUONFIGLIO, 2016).

A provisão de moradia por meio de políticas públicas governamentais não significa necessariamente a promoção da justiça social ou da democratização da moradia, como já apresentado, uma vez que a essas ações podem ocorrer mediante a busca do fortalecimento do capital. Ressaltando o que foi colocado por Santos (1999), a provisão habitacional por parte do Estado, é essencial por alguns motivos, entre eles, por ser uma medida relevante para o crescimento econômico no setor da construção civil, gerando empregos e elevando o Produto Interno Bruto (PIB), evidenciando assim que a habitação e o processo de urbanização do espaço podem ter como finalidade, apesar de ser por meio de política pública, a finalidade de auferir ganhos ao capital.

Isso quer dizer que a política pública possui retórica, discurso, intencionalidades políticas e econômicas, e com grande poder de sensibilização e legitimação do *status quo*. A habitação, como visto, é utilizada pelo discurso político graças ao seu poder de promover legitimidade indiscutível ao governante do dia, uma vez que, perante a necessidade social e um direito humano fundamental, possui visibilidade e importância em sua promoção (BUONFIGLIO, 2018).

A habitação de interesse social (HIS) deve, portanto, ser encarada como um direito humano fundamental assegurado às pessoas que não tenham renda para acessá-la enquanto uma mercadoria provida pelo mercado. As políticas públicas desenvolvidas com este intuito, porém, deve visar à democratização do acesso a moradia em condições dignas, e de promoção do direito à cidade, e não apenas aos ganhos do capital ou legitimidade de classe política governante da vez.

Com isso em vista, fica evidente que no Brasil foi construída uma problemática urbana e da moradia diretamente relacionada ao processo de urbanização brasileira, das intencionalidades das classes dominantes e do processo histórico de constituição da sociedade nacional. As classes e frações de classe, por meio de suas ações criaram problemáticas com alto grau de complexidade para serem resolvidas no que diz respeito aos setores de moradia e das cidades. Como pode ser visto nas discussões presentes neste primeiro capítulo o espaço é formado a partir das relações de poder onde uma classe consegue impor sobre as demais suas percepções da realidade e estruturar esse espaço conforme suas intencionalidades.

Esse processo pode ser visualizado na compreensão da formação da região Norte do Paraná como um todo, e especificamente da região Norte Novo paranaense onde se localiza

Londrina e sua Região Metropolitana (RM). O espaço socialmente produzido foi (e ainda é nos dias atuais) cooptado pelas elites dirigentes que o (re)produzem tendo a lógica da propriedade privada como a hegemônica e dominante no processo político. Estas questões não se encontram desconectadas do processo de industrialização e urbanização brasileira, no qual as classes dominantes e os agentes produtores do espaço brasileiro prezaram pela capitalização da renda da terra e do lucro do capital do que propriamente por um desenvolvimento econômico e social democratizado e incluyente.

A elite dominante brasileira realizou sua dominação buscando excluir do processo de seu desenvolvimento certos setores da sociedade brasileira. Esse processo e suas ações produziram inúmeras questões nas cidades brasileiras e em especial produziu a questão da moradia, e mesmo a moradia sendo passível de ser encarada por diferentes ângulos e percepções tem se ainda na sociedade brasileira uma chaga ainda não cicatrizada, que ao contrário parece longe de ser solucionada.

No processo de compreensão da questão habitacional no Brasil no próximo subitem discutiu-se acerca das políticas públicas e ações no setor de moradia que foram desenvolvidas pelo governo central brasileiro ao longo do século XX. Como foi colocado, com o desenvolvimento da urbanização e o aumento das complexidades que envolveram a realidade brasileira, que se industrializava e assistia a migração em massa de pessoas da zona rural para a cidade, foram realizadas no país ações visando atingir o problema da moradia que cada vez mais crescia. Cabe agora compreender cada um deles e as intencionalidades daqueles que os fizeram.

3.2 O PRIMEIRO GRANDE CONJUNTO DE AÇÕES VISANDO A PROVISÃO HABITACIONAL: O CASO DOS IAP'S NO GOVERNO GETÚLIO

As primeiras políticas públicas ou iniciativas para a provisão de habitação através do Estado, promovidas, sobretudo, pela esfera federal, tomam forma apenas após a Revolução de 1930. A chegada de Getúlio Vargas ao poder, resultado de um novo pacto das elites dominantes brasileiras que escamotearam a política do Café com Leite, propunha ao Brasil a gestação de um projeto de país urbano-industrial visando promover a entrada do país na modernidade capitalista como um *player* industrial (BRUM, 2020; MARICATO, 2013; SANTOS, 2013).

Esse projeto de Getúlio tinha então a cidade como ponto importante. É bem verdade que o campo, e a elite latifundiária, não ficou de lado nesta história, vide a ocupação a oeste do território que fora empreendida no mesmo período. Mas a busca por industrializar o país que

fora pactuada, tinha na cidade seu centro fundamental, pois, estavam geograficamente concentrados nela o excedente de capital e de trabalho que foram empregados em prol da produção de valores industrializados e que influenciaram diretamente no dilatamento das cidades brasileiras, tanto em perspectiva físico-territorial, quanto populacional, política e economicamente (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BRUM, 2020; MARICATO, 2013; 2019).

Concentrando-se, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o governo Vargas aproveitou-se das estruturas já criadas pela incipiente indústria dos anos 1920 aprofunda uma política de urbanização, principalmente, nestes centros. Aliás, esse momento contexto histórico da época, aqui narrado, deve ser compreendido enquanto um processo, com descontinuidades e rupturas, que começam entre o fim do século XIX e início do XX. O que se busca retratar aqui é como a conjuntura política e econômica que deu sustentação a subida ao poder de Vargas tinham como intuito a promoção desta industrialização (BRUM, 2020; MARICATO, 2019; NETO, 2014).

Com a cidade tomando centralidade neste projeto de país, a mesma começa a ser alvo de problemáticas que antes não eram vistas em tamanha escala, sobretudo quanto ao seu inchaço demográfico e dispersão territorial, que concomitantemente eram agravados pelo êxodo rural que já se iniciava nos auspícios deste processo. O avançar do desenvolvimento capitalista urbano-industrial brasileiro, trouxe as estruturas urbanas existentes questões centrais a serem lidadas, como falta de infraestrutura física, material, e o difícil acesso à terra urbana que começa a ter um caráter rentista visando a acumulação (BONDUKU, 2017; BRUM, 2013; SANTOS, 2013).

É neste contexto de ebulição da sociedade brasileira que Getúlio Vargas assumiu uma série de medidas visando minimizar a questão da moradia que se tornava presente e no país. O aumento da concentração demográfica nas cidades, sobretudo no trabalho fabril e na prestação de serviços, fez com que o problema habitacional, antes ignorado pelas elites brasileiras, se tornassem evidente (SANTOS, 2013). Destacam-se nesse período um elevado número de ocupações irregulares em São Paulo, centro deste desenvolvimento capitalista brasileiro, que não dando conta de prover habitação digna a seus residentes – e não por falta de moradia – assiste também os primeiros cenários de descontentamento popular, criando cenários de instabilidade política (BONDUKI, 2017; MARICATO, 1982; SANTOS, 2013).

A primeira medida, entre as que Vargas realizou interferindo na questão habitacional, diz respeito a administração federal, que regulamentou e permitiu já em 1930, que as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's) pudessem atuar como financiadora de habitações, sobretudo, aquelas adquiridas pelos contribuintes das mesmas. Em 1937, o governo central

transforma as antigas CAP's nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), permitindo a utilização de seus recursos para capitalização no financiamento de habitação, pelo decreto nº 1.749/1937 (BONDUKI, 2017; AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

A mudança, mesmo que a ocorrida na estética do nome, trazia consigo uma mudança estrutural no sistema previdenciário, pois, se antes o trabalhador tinha seu benefício vinculado à empresa de seu trabalho, agora as regras faziam seu benefício/direito ser vinculado a uma carteira de maior abrangência de associados por categorias de trabalho, ou profissões. Neste sentido a soma de todos os recursos, e a centralização dos mesmos e carteiras específicas, fez com que pela soma de todos os recursos os IAP's se tornassem grandes *players* do mercado habitacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; 2019).

Sendo também parte do processo de modernização das relações de trabalho, foram criadas seis (6) categorias IAP's, a saber: Instituto de Aposentadoria e Previdência Marítimos (IAPM); Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Bancários (IAPB); Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Comerciantes (IAPC); Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários (IAPI); Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Condutores de Veículos e Empregados de Empresas de Petróleo (IAPETEC); e o Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Estivadores. Cada um destes tinha seu estatuto redigido por lei, onde era estabelecidos os critérios de funcionamento, e até mesmo dos empréstimos para financiamento de habitação, e passaram a ser controlado pelo governo que elegia o presidente gestor de cada IAP, aumentando assim o poder do governo em interferir em duas áreas importantes a da previdência e da habitação (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017).

Vargas conseguiu, desta forma, regular um capital fictício – em processo de valorização – que antes era posto a serviço de especulação financeira, e ao direcioná-lo na produção do espaço – a habitação – conseguiu um retorno tanto social promovendo acesso a moradia a uma classe trabalhadora que por si, e seus recursos individuais, não teriam acesso, ao mesmo tempo um ganho político, pois, reprimia na raiz possíveis descontentamentos com a questão da moradia, e, sobretudo, ganhos econômicos uma vez que retirava os capitais da especulação financeira os direcionando para a indústria da construção civil fazendo da moradia, assim, uma política econômica do governo federal (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; 2019).

Para além de fazer habitação e amenizar um problema para as cidades que cresciam rapidamente na época, como São Paulo, Getúlio usava da produção do espaço para evitar a acumulação de capital excedente, em poupança, e de trabalho uma vez que as cidades recebiam em cada vez maiores quantidades um grande contingente de pessoas. Política, e

economicamente, essas medidas em muito beneficiavam o governo central, bem como a imagem de Vargas aos olhos dos trabalhadores do mercado formal que beneficiados por essas políticas desenvolviam pelo governante o sentimento de gratidão.

Outro importante fator social a ser considerado, é que Vargas e as elites brasileiras, utilizando-se da provisão habitacional, difundiam também os ideais proprietários aos trabalhadores explorados pelo capital, mas, que pela propriedade conquistada passam a defender a legitimidade da propriedade privada, justamente pelo sacrifício em que consistiu o processo de sua conquista, porém ignorando fato de que essa dificuldade é resultante do capitalismo e da lógica do capital (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; 2019).

O ponto aqui é compreender que a busca por de trás destes conjuntos de medidas que impactavam frontalmente o acesso à habitação, tinham a mesma enquanto um subproduto, pois, a busca real era a aplicação do excedente de trabalho e do excedente de capital no setor produtivo de modo a fortalecer o desenvolvimento capitalista. Vargas conseguiu estancar, com essas ações e no conjunto de outras, os problemas do capital e ganhava dividendos políticos com a classe trabalhadora, uma vez os beneficiários dos recursos dos IAP's reconheciam o papel do governante na moradia adquirida (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Cabe ressaltar, entretanto, que os IAP's não se valeram de nenhum órgão específico de atuação em política urbana ou de moradia, como viria ocorrer posteriormente com a Fundação da Casa Popular, mas sim, eram, fundos privados dos trabalhadores que eram usados pelos contratantes dos financiamentos. E como todo fundo privado, a sua busca principal é a maior capitalização no curto prazo. Como cada Instituto tinha seu regimento, é muito difícil precisar o parâmetro escolhido por cada um para o oferecimento de empréstimos e suas modalidades. Porém, como a importância dos IAP's ganhou centralidade para política urbana, e habitacional, homogeneizou-se, partindo do regimento do IAPI, alguns dos parâmetros para a oferta dos recursos dos fundos. Em suma, os IAP's atuavam em três planos de financiamento (quadro 2).

Quadro 2. Planos de Financiamento dos IAP's

PLANOS	INTENCIONALIDADE/CONDIÇÃO DE FINANCIAMENTO (além de garantias monetárias de financiamento)
Plano A:	locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna;
Plano B:	financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio.
Plano C:	empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica.

Fonte: AZEVEDO; ANDRADE, 2011. **Elaboração:** Autor, 2021

Conforme assinalado por Bonduki (2017) os planos A e B priorizam o valor de uso para a construção das moradias, onde os principais beneficiados eram os associados das carteiras. Mesmo sendo um regime de capitalização dos recursos empregados, os Planos A e B tinham como intuito a produção da moradia para o uso do mutuário fazendo o mesmo gozar ainda em trabalho de benefícios a futuros. Já no caso do Plano C visava, sobretudo, a produção privada da habitação tendo como objetivo a capitalização da renda absoluta da terra. Por exemplo, os recursos do IAPI, dos industriários – o segundo maior em volume de recursos na época – teve 90% de seu fundo empenhado no Plano C, financiando, sobretudo uma população de renda média, média-alta (BONDUKI, 2017).

Desta feita, não é possível afirmar que o objetivo de Getúlio fosse promover moradia digna a todos os setores da sociedade, ou, sobretudo, aos mais pobres e necessitados, que não conseguiriam alcançar a moradia pela oferta do livre mercado. Aliás, esse desenho institucional que viabilizava a construção de moradia tinha como alvo uma população que predominantemente era, ou se tornou, eleitor/admirador de Getúlio, ou seja, o operário branco, chefe de família, e de renda média, média-baixa com trabalho formal e mais seguro que uma grande parcela da sociedade que viviam de prestação de serviços de maneira informal.

Desta maneira, as pessoas pobres marginalizadas, não eram. e não foram, os beneficiados deste conjunto de ações. As grandes exigências para a realização dos empréstimos, e se tratando de fundos privados sob a administração pública, dificultavam do acesso às pessoas

que não conseguiam comprovar níveis suficientes de renda. Alguns fundos, como o dos industriários, focaram seus empréstimos junto a construtoras e empreiteiras privadas, pois, assim podiam capitalizar maiores volumes e de maneira mais segura. (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019).

Outro fator a ser considerado na avaliação destes conjuntos de ações com impactos na política habitacional consiste em analisar a sua distribuição territorial dos empreendimentos pelo Brasil. Sendo aplicadas em um processo de grande transformação da sociedade brasileira, majoritariamente, as habitações construídas pelos recursos dos IAP's se localizavam em grandes centros metropolitanos brasileiros, cidades médias e médias. Uma característica presente nas análises do IAPI – dos industriários – indica que no caso deste instituto os empréstimos de Plano A e B se concentravam em cidades médias, de até duzentos mil (200.000) habitantes, enquanto os empréstimos via os planos C se concentravam em grandes cidades com mais de um milhão (1.000.000) de habitantes, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, na construção de condomínios verticais, o que deixam evidente, assim, o intuito do grupo e seu foco de atuação (BONDUKI, 2017; TRIANA FILHO, 2006).

Apesar de não ser um órgão público definido para a produção de moradia, mas beneficiando, especialmente uma classe média, por meio dos recursos dos IAP's foram construídas algo ao redor de cento e vinte e três mil, novecentas e noventa e cinco (123.995) habitações pelos Planos A e B de 1937 à 1964) e trinta e sete mil, setecentos e vinte e cinco (37.725) habitações pelo Plano C no referido período conforme quadro 3 (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Quadro 3. Quantidade de habitações produzidas pelos IAP's por plano

PLANOS	QUANTIDADE DE HABITAÇÕES (de 1937 à 1964)
PLANOS A e B	123.995
PLANO C	37.725
TOTAL	161.720

Fonte: AZEVEDO; ANDRADE, 2011. **Elaboração:** Autor, 2021.

Esse exposto torna ainda mais evidente quando se discute o uso dos IAP's para a produção de edifícios, e casas, para as classes de alta renda no Brasil, pois, devido à lógica de capitalização dos fundos, muitos dos recursos dos mesmos eram orientados a emprestar a quem tinha e asseguravam maiores garantias de retorno ao financiamento adquirido. Torna-se evidente que a intencionalidade desta regulação governamental no setor de moradia, não carregava como princípio a universalização e promoção do acesso à habitação por todos os segmentos da sociedade brasileira, mas sim uma classe de renda média baixa, média e média alta, um forte eleitorado varguista – já citado acima – e, sobretudo, em benefício do setor industrial, seja da construção civil – aplicando grandes somas de recursos no desenvolvimento do setor – seja, também, de outros, pois, está provisão habitacional auxiliaria na redução dos custos do trabalho daquele Brasil que se industrializava.

A administração federal de Vargas tinha assim colocado em prática um mecanismo de produção de moradia, onde a habitação se fazia como um subproduto e não o objetivo central das ações. E no qual o público alvo não eram os segmentos mais desprovidos de recursos para acessar a moradia via mercado formal, mas sim a uma classe trabalhadora formalizada, e que na época conquistava seus primeiros direitos trabalhistas, a uma classe média alta que considerando o abissal nível de desigualdade brasileiro não se encontrava em nada próximo a base da pirâmide social. Reforça-se aqui a conotação político-econômica que ganhou a habitação nas ações da esfera federal varguista.

Outras medidas adotadas por Vargas que tiveram impacto direto no setor de moradia foram a Lei do Inquilinato, que pelo Decreto/Lei Nº 4.598, de 20 de agosto de 1942 congelou os alugueis a um nível pré-estabelecido não podendo o mesmo ser reajustado nos anos posteriores. O reajuste era permitido somente no intervalo de desocupação do imóvel e uma nova ocupação, mas medidas como essas ajudam a reforçar a conotação que a habitação desempenhava em suas ações públicas e os interesses que haviam por de trás delas, já que grupos patronais e reacionários como a FIESP apoiavam a medida na data (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; 2019).

O congelamento dos alugueis fragilizou os IAP's, e influenciou diretamente seu fim, pois os fundos de aposentadoria e pensões que tinham imóveis alugados, e eram vários, assistiam, assim, seu ativo ser desvalorizado com a não correção da renda do capital. Da mesma forma que devido à grande inflação no período, que, aliás, impulsionou a ação de congelamento dos alugueis, teve impacto direto nos IAP's que emprestaram e concentravam suas ações em empréstimos privados via Plano C, uma vez que a alta inflação comprometia o valor do imóvel, e da mesma forma tornava o pagamento dos empréstimos insustentáveis uma vez que os

mesmos, e suas parcelas, eram corrigidos pela mesma (BONDUKI, 2017; MARICATO, 2013; 2019; TRIANA FILHO, 2006).

Foi nesse contexto que os IAP's entraram em um processo de deterioração de seus ativos, e diminuição dos recursos investidos em habitação, e tendo parte considerável de seus ativos transformados em passivos podres pela falta realização. Vargas, todavia, no início da década de 1940, ainda idealizava um plano de centralização dos recursos dos IAP's em um órgão público, sendo este voltado especificamente para a produção de moradia a um financiamento de custo acessível, visando assim mitigar a questão da moradia em outras bases, porém, antes de qualquer proposta a ser concretizada mesmo é deposto (BONDUKI, 2017).

Vargas tornou-se o primeiro Presidente brasileiro a centralizar no Estado o papel de produção de habitação, o que tem muito relevante para a história brasileira e para o “mito” criado na figura de Getúlio, além, evidente, de impacto na produção e provisão habitacional para uma parte da população (BONDUKI, 2017). Mesmo que não seja possível dizer que a habitação produzida por esse conjunto de ações fosse voltada ao interesse social e em benefício da demanda não solvável, essas medidas evidenciam o entendimento de que a questão da moradia é um problema de Estado, e isso inaugura o início de um novo paradigma na história brasileira acerca da moradia.

A habitação pode ser visualizada por diferentes prismas e concepções, mas quando Getúlio em sua prática política assume a provisão habitacional como política de Estado ele rompe com a inércia que a classe dominante de então tinha a respeito de oferecer soluções para a questão da moradia. Com isso em vista, apresentou-se a seguir a discussão sobre o primeiro órgão público brasileiro de nível nacional a centralizar a questão da moradia, a Fundação da Casa Popular (FCP), criado em 1946 com Dutra após a deposição de Vargas do poder, ocorrida em 1945.

3.3 A FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR (1946-1964): REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES

A Fundação da Casa Popular (FCP) possui, antes de sua consolidação enquanto um órgão de política urbana, um importante processo que é de fundamental importância para compreensão da política habitacional que o país iria desenvolver com a própria FCP e, posteriormente com o Banco Nacional de Habitação (BNH). O funcionamento dos IAP's consolidou a importância de existir um órgão centralizador que consolidasse em uma única instituição os recursos previdenciários e atuasse na construção de moradia, este fator importante impulsionou a discussão, e vontade política, por parte do governo central em criar e gerir este

tal novo órgão de alcance nacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; TRIANA FILHO, 2006).

Os antecedentes a criação do órgão de política urbana e habitacional centram-se na relevância que começa a existir acerca deste tema centralização dos recursos provenientes dos IAP's, para o financiamento de tal instituto responsável pelo desenvolvimento de ações no setor. Vargas é quem, antes do fim do Estado Novo, iniciou as discussões acerca da necessidade de tal centralização e reforçava essa necessidade junto aos trabalhadores, pois, o então governante ressaltava que esse era o caminho para promover moradia digna aos trabalhadores brasileiros à um custo acessível (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MARICATO, 2019).

Evidentemente, que a centralização de recursos financeiros em um único órgão, que responsável pela política urbana e habitacional, viabilizaram ao governante do dia importante vantagens políticas, sociais e econômicas, como já discutidas com os IAP's. Mas devido a isso, essa ideia Vargas não prosperou, pelo contrário encontrou uma resistência muito forte. Essa resistência no Brasil de então se deu fundamentalmente por dois grupos, até mesmo antagônicos nas relações de classe os donos do capital imobiliário e financeiro e os donos do trabalho, mas que se opunham frontalmente a ideia de centralização dos recursos e criação de tal instituição (BONDUKI, 2017; MARGUTI, 2018).

A semelhança da resistência, todavia, se dava apenas na contrariedade do projeto, mas a fundamentação das posições aconteceu por motivos distintos. O capital imobiliário resistia a ideia e a sabotaram no limite do possível, já que para eles a centralização dos recursos em um único órgão público diminuiria a oferta de crédito nas praças, o tornando assim mais caro. E sendo eles, altos contratantes de empréstimos, a diminuição da oferta do juro aumentaria os custos de suas operações fazendo assim com que os mesmos fossem contra a ideia (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MARICATO, 2019; TRIANA FILHO, 2006).

Já a classe trabalhadora se colocava contra o projeto, pois Dutra, já Presidente, utilizava da proposta para fins puramente eleitoreiros e de docilização das insurgências dos trabalhadores – uma vez que a habitação era vista como meio legitimador do governante e de contenção de insurgentes revolucionários pela alienação da propriedade – ao mesmo tempo, e aqui residia parte importante da resistência trabalhadora, é que todas as pensões dos todos/as trabalhadores assalariados estariam, então, totalmente fora de seu domínio, pois, se nos IAP's existiam conselhos públicos, com representantes dos trabalhadores e do governo federal, neste novo órgão esses grupos não existiriam mais (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; TRIANA FILHO, 2006).

Assim, com a enorme resistência, tanto do capital e quanto do trabalho, a ideia de centralização dos recursos nesta nova, e única, instituição pública foi ao fracasso já ao fim do Estado Novo – e aí somada a crise política que Vargas enfrentava nesta época – e não saiu do papel e das perspectivas da administração pública. Foi no governo do Presidente Dutra – alçado ao poder após o fim do Estado Novo pelas eleições de 1945 – que tal proposta volta a ter força, mas encontrou uma resistência maior, pelos mesmos setores já citados, porém, o governo Dutra insistiu na criação de tal órgão, e fundou a Fundação da Casa Popular (FCP), já em 1946 – primeiro ano do governo – porém, totalmente fora dos moldes idealizados, primeiro por Getúlio e em posterior pelo próprio Dutra. Esta nova instituição, tinha como intuito a produção de moradia, porém, não sem mecanismos de financiamento, dependendo apenas e diretamente ao orçamento da união.

Mesmo sem tais fundos de financiamento, a Fundação da Casa Popular foi lançada enquanto órgão federal de política habitacional, adotando, com o passar do tempo, funções até de intervenções na política urbana, de maneira tímida e com baixa atuação na construção de moradias. Se quando idealizada visava atender, sobretudo programas de provisão habitacional, a FCP acabou em determinados momentos concentrando o desenvolvimento de estrutura de política urbana, sendo o órgão responsável também pelo desenvolvimento de infraestrutura em saneamento básico, ordenamento urbano e no desenvolvimento de técnicas a serem empregadas no desenvolvimento de novas formas de habitação. Esse processo, que acabou sendo incluído na FCP com o passar do tempo, foi causa e consequência direta de seu enfraquecimento (BONDUKI, 2017; MANOEL, 2004; MARICATO, 2019; TRIANA FILHO, 2006).

Consequência, pois, com os IAP's ainda sendo bastante ativos no momento, muitos, daqueles que podiam, preferiam usar linhas de financiamento dos IAP's e não os da FCP. Aliás, ressalta-se, que a falta de critérios objetivos para provimento de moradia para atender a população de baixa renda, fez com que a FCP se prestasse a construir moradias para classe média e classe média alta, mas ainda assim, em comparativo, a FCP era pouco competitiva com os IAP's, em especial para um setor de renda média baixa que tinha nos IAP's mais fácil acesso aos empréstimos imobiliários (TRIANA FILHO, 2006; AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

E causa, pois, sendo inicialmente um órgão de política habitacional, e já com poucos recursos, ao adotar em si atuação em política urbana, fez com que a FCP se descaracterizasse, em muitas das vezes sendo usada preferencialmente para intervenções urbanas, como construção de infraestrutura física e saneamento básico, do que as habitacionais. Assim, a administração pública, até pelo enfraquecimento pelo qual já passava a FCP, enfraqueceu ainda mais a instituição ferindo a razão pela qual a mesma tinha sido criada, e perdendo cada vez mais

espaço no setor habitacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MANOEL; 2004; MARGUTI, 2018; MARICATO, 2019).

Assim, a FCP toma forma como órgão com ações em diferentes frentes, mas em baixa intensidade – até pelo baixo nível de recursos disponíveis – o que ajuda a explicar até mesmo seu fracasso, ou seu fraco desempenho se comparados a outros programas e instituições. Todavia, para compreender melhor os cursos de suas ações e a importância histórica do órgão, ela pode ser analisada por dois períodos, o primeiro de 1946 à 1955 e o segundo de 1956 à 1964.

Neste primeiro período, as ações da Fundação ocorriam com recursos provenientes de dotações orçamentárias, ou seja, partes do orçamento da união federal segregado para a FCP. Assim, os aportes de recursos da União é que deveriam dar conta das ações da fundação nas diferentes frentes que a mesma se propunha a atuar. Diferentes ações são realizadas neste período, sobretudo no eixo Rio-São Paulo e Belo Horizonte, não muito diferente dos IAP's, pois, centravam suas ações em cidades médias e grandes e áreas metropolitanas, e com as construções priorizando condomínios verticais e conjuntos habitacionais (BONDUKI, 2017; MANOEL, 2004).

O mais emblemático dos casos, foi o residencial no bairro de Guadalupe, conhecido como iglus de Guadalupe, Rio de Janeiro que – sendo também responsável pelo desenvolvimento de técnicas de moradias mais baratas – a FDP construiu habitações em formatos de iglus, mostrando claro viés funcional em seus projetos e a racionalização dos recursos visando construir habitações econômicas, sobretudo aqueles projetos orientados às pessoas de baixo poder aquisitivo. (BONDUKI, 2017; MANOEL, 2004).

Como não dispunha de mecanismos de solidariedade ou mesmo orientação para financiar uma demanda não solvável do mercado, a FCP, infelizmente, centrou seus esforços atendendo famílias com até 12 salários mínimos de rendimento. Desta forma, a demanda do órgão se concentrou em quem – dentro deste intervalo de renda – dispunha de mais garantia para financiar a casa própria, descaracterizando a iniciativa de promover acesso à habitação por pessoas de baixa renda e renda média baixa que dificilmente conseguem acessar financiamento pelo mercado privado (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017).

O segundo momento do órgão foi o seu direcionamento para a construção de Brasília no período JK. Como Brasília demandava de grandes empenhos da União em sua construção as ações da FCP foram, em muito, reorientadas na construção da capital. Deste período, destaca que Brasília foi a principal cidade na qual os recursos da Fundação foram empenhados, com larga diferença em relação à outras. Esse período, aliás, foi o de maior participação do órgão no

desenvolvimento de projetos e financiamento de habitações em todo o seu período de existência, o que mostra que apesar de ser uma ideia generosa, ao menos na ideia, a FCP foi cooptada, desde seu início, aos interesses políticos (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MANOEL, 2004).

Aliás, com Dutra, a FCP, consistiu em desenvolver ações que o legitimasse enquanto governante. Dentro do “medo da ameaça comunista” – que inclusive levou Dutra a colocar o Partido Comunista Brasileiro na clandestinidade em 1947 – Dutra criou políticas sociais compensatórias, para beneficiar minimamente a classe média e pessoas de renda baixa, não para solucionar e dar fim as desigualdades, mas para evitar qualquer crise de legitimidade política, de descontentamentos e de insurgência.

Outro ponto que reforçou a falta de empenho em criar uma política habitacional séria, foi o fato de os IAP's ainda continuarem atuando mesmo com a Fundação da Casa Popular, ou seja, institucionalidades públicas atuando separadamente na política habitacional e com interesses distintos, sendo, aliás, concorrentes, mostrando a falta de planejamento e de empenho do governo federal em enfrentar as pressões de classe acerca do tema e propor uma política habitacional ampla, sérias, que alterasse o paradigma da estrutura fundiária urbana brasileira (MANOEL, 2004).

O uso político da temática habitacional, pode ser analisado considerando o uso da FCP pela administração de Juscelino Kubitschek. Com a busca de JK em fazer o país crescer, fez o mesmo tirar do papel o projeto que levava a capital federal para o centro-oeste brasileiro – ainda não totalmente integrado a lógica capitalista de produção (BRUM, 2020).

Neste ínterim, o órgão nacional de política urbana e habitacional, basicamente foi orientado a atuar na construção da capital, cabendo destacar, que nesta época, coincidentemente, é o período que a FCP recebe suas maiores dotações orçamentárias, ao mesmo em tempo que é o período de maiores gastos e de realização de ações do órgão (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MANOEL, 2004).

Fatores como estes evidenciam que a FCP fora posta em funcionamento com o foco na produção de uma democratização habitacional, e sim para trazer benefícios e dividendos políticos e econômicos para o governante do dia, como foi o caso também dos IAP's com Vargas.

Fundação da Casa Popular, porém deixa importantes ensinamentos com sua criação e sua atuação. Com o órgão, foi possível identificar a necessidade de centralização de fundos, em maiores escalas, para o desenvolvimento de políticas habitacionais em maior alcance, bem como a necessidade de maior independência política do órgão para a implementação de ações

mais efetivas.

E reforçou também a necessidade de criação de um órgão público focado na intervenção do setor habitacional. Essas, aliás, foram as críticas utilizadas pelos militares para acabar com o órgão em 1964, e criar o Banco Nacional de Habitação (BNH), que centralizou todos os IAP's que antes ofereciam resistências a ideia, e que concentrou suas ações basicamente no financiamento de projetos de habitação (BONDUKI, 2017; MANOEL, 2004).

A seguir, discutiu-se sobre o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o desenvolvimento das ações desse órgão surgido após o golpe militar de 1964. A FCP, por sua vez, foi encerrada em 1964, tendo sido utilizada em muita das ocasiões segundo uma política clientelista, sobretudo, para beneficiar os interesses dominantes que viam na provisão habitacional pelo setor público como um meio de acesso a moradias com menores custos. Da mesma maneira, seu período de maior atuação efetiva se deu com a construção de Brasília, a então nova capital, evidenciando que a instituição pública não estava alheia aos interesses políticos dominantes.

Com um baixo número de construções realizadas, menos de dezoito (18) mil habitações produzidas no total e localizadas, principalmente em médias e grandes cidades (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MANOEL, 2004; MARGUTI, 2018). Apesar disso, a Fundação da Casa Popular tem uma relevância histórica, pois, se tornou o primeiro órgão brasileiro federal a atuar no desenvolvimento de políticas urbanas e habitacionais.

3.4 A MORADIA COMO IMPULSIONADOR ECONÔMICO E MEIO LEGITIMADOR DA DITADURA: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO E O SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

O golpe militar de 1964 e o autoritarismo político imposto pelos gendarmes golpistas propiciou a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a centralização de todos os recursos dos IAP's no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) colocando em materialidade aquelas que eram as ideias iniciais de Vargas e Dutra. Como já colocado, a ideia ansiada pelos presidentes brasileiros de então era de centralizar em um único órgão os recursos de financiamento, como aqueles dos IAP's, e materializar uma instituição de fomento a produção moradia no país para setores de menor renda. Porém, pela falta das condições históricas e políticas, ou mesmo pela vontade de determinados setores da classe dominante, freou-se por mais de vinte (20) anos a materialização deste anseio. E neste ínterim, apenas um regime autoritário seria, e foi, capaz de colocar, impondo, as condições necessárias para consolidar tais ideias, bem como criar as instituições imperativas a tal processo (AZEVEDO; ANDRADE,

2011; MARICATO, 2013; 2019).

Recapitulando, Vargas foi deposto com o fim do Estado Novo antes mesmo de apresentar uma proposta sistematizada acerca de um órgão federal responsável por construir habitação à classe de menor poder aquisitivo, ficando estas ideias apenas no debate e proposições. Dutra, sucessor de Getúlio, propôs em 1946 a Fundação da Casa Popular (FCP), mas sofrendo com a pressão política – seja dos trabalhadores titulares dos fundos e do empresariado que se utilizavam os recursos – não teve êxito em criar tal órgão responsável por tais ações.

A incapacidade de Dutra em consolidar a FCP da maneira que foi idealizada criou um órgão público totalmente limitado em suas atividades e esferas de atuação, pois, dependia exclusivamente de dotações orçamentárias do governo entrando na disputa do orçamento com outros recursos. Nesse contexto de conflitos de interesses, o regime autoritário acabou impondo suas intencionalidades, conseguindo romper com todas as resistências existentes e forçando a criação de um sistema de financiamento centralizado como idealizado, bem como de um órgão responsável por financiar a produção de habitação o BNH.

Com isso em vista a ditadura militar criou em 1964 o SFH que teria seus recursos provindos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) que centralizava as carteiras prediais dos IAP's, e que controlaria também os recursos vindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), imposto que incidia sobre a folha de pagamentos dos trabalhadores. Esse sistema financeiro, então, seria o fundo usado pelo BNH para o financiamento de projetos de habitação apresentados pelo poder público municipal e estadual, ou até projetos privados, mas em parceria com órgãos públicos (MARICATO, 2013; TRIANA FILHO, 2006).

Criou-se, assim, uma grande institucionalidade em nível de financiamento e possibilidade de ação, para ser utilizada na construção de moradia a preços módicos, destinados daqueles do mercado que por sua dinâmica excluída uma demanda não solvável. O BNH tinha, desta maneira, como missão, portanto, financiar os projetos habitacionais a ele apresentados para atender a carência de moradia para pessoas de baixa renda, ao menos em tese (AZEVEDO; ANDRADE, 2011).

Neste período, foram criadas as Companhias de Habitação – popularmente chamadas de COHAB's – pelo Brasil, em níveis estaduais e municipais, pois, caberia as mesmas a elaboração dos projetos e buscar o financiamento dos mesmos junto ao BNH. Em Azevedo e Andrade (2011) e Triana Filho (2006) é evidenciado que apesar de ter sido um programa amplo, e possuir o maior em número de contemplados em uma política pública de moradia no século

XX, o sistema de financiamento do BNH apresentava falhas, servindo principalmente à uma classe média brasileira que vivia com renda média de cinco (5) a doze (12) salários mínimos da época

Focalizando as intencionalidades políticas, a ditadura militar buscava por meio da produção habitacional, legitimar o seu regime autoritário e docilizar a sociedade inibindo, assim, motins contrários ao regime. Aliás, assim como Vargas, visavam difundir o ideário proprietarista perante a uma classe de renda média e média baixa e criar uma classe que vivia, sobretudo, das rendas do trabalho, defensores da ideia de propriedade privada e do capital. A ideologia proprietarista é aquela que tem a propriedade privada individual como a base das relações sociais, e que busca, graças a sua inserção para variados setores da sociedade, a difusão do ideário presente na lógica da propriedade privada, sobretudo, o individualismo e a defesa do *status quo* (PIKKETY, 2020).

Essa intencionalidade política de legitimar o regime e influenciar as posições políticas da sociedade, se apresentaram de maneira flagrantemente quando o BNH impõe às Companhias de Habitação (COHAB's) criadas por Estados e Municípios que elaboravam e executavam os projetos de construção habitacional – um sistema de fiscalização de “cidadania” para os beneficiários do programa. Este se dava basicamente, com um acompanhamento das famílias beneficiadas por assistentes sociais, durante período mínimo entre três (3) e quatro (4) meses, para o ensinamento de comportamentos tido “como corretos” a serem adotados pelos beneficiados, sobretudo, na idealização de uma família patriarcal, uninuclear, que era o tipo de família imposto, e a serviço, do capital (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; MARGUTI, 2018).

Azevedo e Andrade (2011), relatam que pessoas que não cumprissem os padrões estabelecidos poderiam perder o benefício. Toda essa engenharia institucional visava impor, assim, toda uma compreensão de tempo e de espaço da classe dominante, a do capital, para o conjunto de seus beneficiários dos empréstimos imobiliários. Apesar de parecer neutra, essa imposição influenciava diretamente nas percepções e concepções de mundo das pessoas e de suas orientações políticas, econômicas, sociais, ideológicas, culturais, artísticas, ideológicas e filosóficas.

Estes fatores, segundo Harvey (1992) fundam o território, e legitimam as ideias e concepções da classe dominante, e no caso da sociedade capitalista, ao homogeneizar a concepção de tempo e de espaço conforme a visão capitalista, os detentores do capital conseguem cooptar a sociedade, e a classe trabalhadora, para atender seus interesses e legitimar o *status quo*.

Sobre os aspectos práticos que envolvem a aplicabilidade do BNH, e de todo este aparato institucional, o beneficiamento de uma demanda não solvável prometido pelo BNH não aconteceu, sobretudo, em consequência do momento histórico brasileiro de alta inflação que penalizava duramente as famílias de baixo poder aquisitivo, mas também pela vontade política de as elites políticas militares darem o afago necessário para inibir insurgências, especialmente, das classes de renda médias que se tornaram as principais beneficiadas do sistema.

Para compreender a inviabilidade de tomada do crédito imobiliário feito pelo SFH, pelas pessoas mais pobres, o índice inflacionário anual de 1964 à 1986, giravam entorno de um mil (1000) à dois mil (2000) pontos percentuais, e como os empréstimos contavam com o mecanismo de correção monetária das parcelas do financiamento contratado, inviabilizava a permanência de qualquer contratante de baixa renda, ao mesmo tempo que inviabilizava o funcionamento do BNH dado o déficit devido a desvalorização dos empréstimos e dos imóveis (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; TRIANA FILHO, 2006).

Tratando especificamente do funcionamento destas instituições, a aquisição de moradia pelo BNH acontecia segundo a lógica de mercado, mas realizada pelo aparato estatal. Como dito o SFH, consolidavam os recursos dos IAP'S – agora SBPE – e do FGTS, e serviam de fundos ao Banco Nacional de Habitação. As Companhias de Habitação, municipais ou estaduais, elaboravam os projetos de habitação, e os executavam, com empréstimos feitos ao BNH. A população interessada na compra dos imóveis então, negociava a compra junto às COHAB's, e ao comprá-la assumia, assim, a dívida destas empresas com o BNH.

Havia planos de financiamento, ao longo dos 22 anos de existência da política, para famílias de rendas baixa, médias, e médias altas, porém, a aplicabilidade dos mesmos dependia diretamente das ingerências políticas pelas quais passavam as COHAB's, influenciadas pelas elites locais, e até mesmo a pressão política exercida pela administração federal em mãos dos militares.

Ao contratar o financiamento, por prazos médios entre 20 e 30 anos, o reajuste de preço das parcelas, sobretudo, das rendas mais baixas acontecia trimestralmente, ou seja, a cada trimestre os preços eram corrigidos pela inflação do período. Para faixas de renda maiores o reajuste acontecia de forma acumulada à cada semestre. O que acaba por penalizar a população mais pobre, e a subverter totalmente o intuito, ao menos o oficial, de promover a democratização da moradia para todos os setores da sociedade (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MARICATO, 2019).

Deve ser considerado neste contexto, que pela política econômica da ditadura militar, os salários base não eram corrigidos pela inflação vigente, de forma que o pagamento em seu

fluxo se torna insustentável ao longo do tempo para todos, mas principalmente os mais pobres. A renda do trabalhador perdia poder de compra, ao paço que, concomitantemente, aumentava trimestralmente, ou semestralmente, o preço da parcela do financiamento contratado (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MARICATO, 2019).

Estes fatores econômicos e, sobretudo políticos, vieram a inviabilizar o funcionamento do BNH por completo, pois, aqueles que viviam das poucas rendas do trabalho, não conseguiam arcar com o financiamento e o ativo podre, e desvalorizado, voltava a se concentrar nas mãos do Banco e das COHABs. Neste sentido, o BNH atingiu, principalmente, pessoas de classe média, média baixa conseguiam se manter apesar da conjuntura econômica da época deixando evidente, mais uma vez, que a saída para a questão habitacional não seria o Estado, reproduzir, a lógica do capital para o setor, uma vez que a lógica do capital não promove, nem nunca promoverá a democratização da moradia (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; BONDUKI, 2017; ENGELS, 2015; MARGUTI, 2018; MARICATO, 2019).

Outro importante fator de ser destacado ao programa é a mudança de sua atuação. Inicialmente o BNH foi constituído para construção de moradia, pura e simples, aliás, o Banco chegou a financiar projetos onde a habitação era entregue somente em sua estrutura, cabendo ao contratante inserir elementos como janelas e portas, o que mostra a atuação do Banco na produção de moradias mais baratas, ou seja, uma habitação econômica. Todavia, foram se alterando, até pela busca de sobrevivência da instituição, ao passo que já próximo ao término do programa, o BNH financiava moradias de padrão médio e boa infraestrutura, até mesmo como forma de garantir retorno ao empréstimo contratado e solvência econômica ao banco.

Se em sua formalização o banco financiava apenas a moradia, no fim da década de 1970 e início da de 1980 o banco financiava até mesmo a estrutura dos conjuntos que antes eram contrapartidas das COHABs, atuando, também, nas políticas urbanas municipais. Aliás, muitas COHABs foram orientadas a atuar, estadual ou municipalmente como verdadeiras empresas de intervenção em políticas urbanistas como desenvolvimento de infraestrutura urbana física, e de saneamento básico (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MARICATO, 1982; 2013; 2019).

Essa situação, aliás, deu sobrevivência ao BNH, uma vez que esses custos eram pagos com recursos das COHAB's ou diretamente por Estados e/ou Municípios, de forma que garantiu ao banco certo fluxo de caixa importante para sua manutenção e sobrevivência em um momento que a ditadura militar estava desmoralizada, e a economia brasileira sofrendo com a crise da dívida pública que explodiu no mesmo período.

Quanto às questões econômicas, a ditadura militar se serviu do BNH para a produção

do espaço e o desenvolvimento industrial brasileiro, em especial da indústria da construção civil que fora muito beneficiada neste período. E que aliás, mantinham relações bastante promiscuas com o generalato governante. É neste período, que grandes empreiteiras brasileiras, verdadeiros impérios, alcançam relevância política e econômica no cenário nacional, e graças aos pacotes de investimento em infraestrutura urbana que faz a ditadura militar a produção habitacional que emprega no espaço urbano o capital e o trabalho excedente.

Aqui fica, mais uma vez evidente, a problemática da habitação, ou a moradia em específico, sendo tratada enquanto um subproduto pela política pública. Pois, primeiramente ela não atende a falta de moradia pela demanda não solvável pelo mercado, e sim, reproduz na esfera pública a lógica mercadológica. E em segundo, a moradia, e a produção do espaço, eram utilizadas como política econômica por essas elites para fazer a economia brasileira crescer e beneficiar apenas poucos poderosos do regime autoritário vigente, sobretudo, as elites econômicas.

O BNH apresenta, todavia, números interessantes acerca de sua aplicação. Foram construídas por meio deste sistema mais de cento e trinta mil (130.000) habitações localizadas, em especial, em Regiões Metropolitanas – as quais foram criadas pelos militares e governadas segundo sua tutela – como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba (AZEVEDO; ANDRADE, 2011; MARICATO, 2019).

Porém, ao mesmo tempo em que se centrou em regiões ricas economicamente, as habitações serviram aos militares na sua busca de ocupar o vasto território brasileiro, ocorrendo uma grande interiorização da produção de moradia em cidades de população pequena, pelo objetivo de ocupar o espaço e sedimentar o poder político brasileiro nestes espaços. A moradia, desta forma, no BNH serviu, sobretudo, para legitimação política do regime autoritário, para o auxílio da política econômica brasileira em direção ao crescimento econômico cooptado pelas pequenas elites econômicas e para a consolidação do território nacional pela ocupação de espaços antes não ocupados, ou não ocupados, pela lógica capitalista de ocupação do espaço.

Cabe ressaltar que o BNH cumpriu um importante papel na produção habitacional, pois, na prática foi o primeiro órgão a consolidar em si um mecanismo de financiamento amplo e a construir moradias (MARICATO, 2013; 2019). A falta de construção de moradias para população de baixa renda foi decorrente de vontades políticas e da própria engenharia econômica do programa, mas o mesmo transmite importantes ensinamentos para a consolidação de uma política pública em habitação.

3.5 O NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA ECONÔMICA DOMINANTE E A QUESTÃO DA MORADIA NO BRASIL PÓS-86 (1986-2009)

Passível de ser problematizado por diferentes frentes, o neoliberalismo e suas ideias de organização das relações sociais, que definem como se estabelecem as relações entre capital e trabalho, direito e questões sociais, será discutido nesta pesquisa por meio de seus impactos nos grandes preços macroeconômicos e na atuação do Estado.

Os grandes preços macroeconômicos podem ser compreendidos enquanto taxa de juros, de câmbio, de inflação, taxa de salário, taxa de lucro. Sua organização e gerência, pelo capital e/ou pelo Estado têm impactos sensíveis na vida cotidiana de uma população. Afinal, apesar de não serem evidentes nas relações entre as pessoas de uma sociedade, esses preços, e a forma como são geridos, causam impactos sensíveis nos níveis de consumo, do padrão de vida, de desigualdade, e do nível de dignidade, além de outras questões sociais e políticas, de cada população.

O neoliberalismo, que se constitui enquanto uma teoria político-econômica e ideológica, no pós-Segunda Guerra, foi criado e gestado no bojo da crise paradigmática que o liberalismo vivia desde a segunda metade do século XIX. Todavia, a mesma não se tornou, logo de início, o paradigma dominante e hegemônico preconizado pela sociedade capitalista moderna e a classe dominante (DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2005b).

Pelo contrário, relegada a marginalidade nas discussões acadêmicas, dada a força política do keynesianismo, o neoliberalismo se constituiu tendo nesse processo de construção importantes personagens como Milton Friedman, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek que defendiam essas ideias através de fóruns de debates, seja em universidades ou grupos paralelos. Ao redor deste último autor, sobretudo, que as ideias neoliberais vão se construir, e influenciar seus orientandos que, também, desenvolveram as concepções neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2005b; SAFATLE, et. at. 2020).

Para John Maynard Keynes, principal nome do keynesianismo, caberia ao Estado intervir diretamente na política econômica fiscal de um país, ou seja, promover uma expansão do gasto público por meio de endividamento ou mesmo investimento direto, fazendo com que o Estado assumisse uma posição de provedor de serviços essenciais para a manutenção da vida como saúde, educação, habitação, segurança pública, previdência e assistência social (BRESSER PEREIRA, 2007; BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2019; DARDOT, 2021).

Para este autor, essas ações teriam um efeito multiplicador na economia, e promoveriam a superação das crises políticas, econômicas, e sociais que o paradigma liberal

não dava mais conta de responder e solucionar. Desta maneira, Keynes defende uma ativa intervenção do Estado na produção e gestão dos preços macroeconômicos acima citados (BRESSER PEREIRA, 2007; DARDOT, 2021; DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 1992; 2006; 2015).

Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias de Keynes ganharam relevância política, cujo símbolo máximo se dá com o *Tratado de Bretton Woods*. Este acordo firmou uma série de ações que tiveram a assinatura de 45 países em julho de 1944. O objetivo do acordo era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial, e os ideais de Keynes foi a base de ideias que sustentou as propostas. Esse tratado também criou instituições de alcance econômico global, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (BRESSER PEREIRA, 2007; BROWN, 2019; DARDOT, 2021; DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2005b).

É neste cenário que o neoliberalismo se constituiu enquanto teoria e recebeu o apoio das elites nacionais destas nações. Foram formados nesse período grupos importantes pelos quais as ideias neoliberais acabaram gestadas como a Mont Pelerin Society, de 1947, e posteriormente outros como o Institute Of Economic Affairs e a Heritage Foundation (HARVEY, 2005b; 2015; DARDOT; LAVAL, 2019; SAFATLE, et. at. 2020).

Todos esses grupos foram financiados por essas elites nacionais descontentes com a perda de privilégios na sociedade keynesiana e financiavam também a formação de professores, grupos neoliberais em outros países, além de congressos, fóruns de discussão e *think tanks* com o objetivo de propagar suas ideias. Assim, quando o keynesianismo, a modernidade e capitalismo entraram em crise na década de 1970 no mundo ocidental, as elites globais impõem essa agenda neoliberal a sociedade como forma de superação (DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2005b; 2015; SAFATLE, et. at. 2020).

As eleições de Ronald Reagan como Presidente dos Estados Unidos da América e de Margaret Thatcher como Primeira Ministra da Inglaterra personificam em ambos essa virada neoliberal que passa a economia global. Com assessores e uma equipe que defendia essas ideias, além dos próprios governantes, a política econômica destes países passam a ser orientadas sob a égide neoliberal. Aliás, a economia global passou a ter como base essa concepção da realidade, uma vez que as instituições de *Bretton Woods* acima citadas são também reorientadas ideologicamente para a concepção neoliberal (BRESSER PEREIRA, 2007; BROWN, 2019; DARDOT, 2021; DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 1992; 2005b; 2015).

Em suma o neoliberalismo na prática passou a defender e a fazer uma política fiscal retraída. Aconteceu aí, o que Harvey (2005b) passou a chamar de privatização da vida cotidiana,

na qual os serviços essenciais para a promoção de uma vida digna são retirados do Estado e entregues a iniciativa privada, fazendo com que o nível de renda das pessoas seja o fator primordial de acesso a esses serviços. Os grandes preços macroeconômicos são retirados, também, da esfera do controle político, com a promoção de autonomia de instituições financeiras e dos Bancos Centrais nacionais e a regulamentação das ações das instituições financeiras privadas com maior liberdade, que passam a ser orientados a uma política econômica de retração e não de expansão como a de Keynes.

Assim, no piloto automático do mercado, ambos os governos promoveram corte de impostos para as elites dominantes. Impostos como renda, heranças e patrimônio, que nos Estados Unidos, chegavam ao redor de 70% para as rendas mais altas foram dramaticamente reduzidas para baixo dos 30%, impossibilitando o financiamento do Estado de Bem-Estar Social de Keynes. Houve também mudanças nas legislações trabalhistas, precarizando as relações de trabalho e dificultando as ações de associações de trabalhadores. E dado a defesa do direito privado, essa é uma época pela qual as ideias proprietaristas voltam a ter relevância no cenário político em favor, claro, dos dominantes (HARVEY, 2006; 2015; DARDOT, 2021; DARDOT; LAVAL, 2019; PIKETTY, 2020).

Na prática, portanto, o Estado neoliberal é retraído das ações fiscais e monetárias e regula esses setores para a ação privada que aí atuará pelas relações de mercado. Isso, porém, não significa que o papel do Estado deixa de ser importante, ou que o mesmo passa a ser mínimo, pelo contrário, o Estado passa ser o instrumento das elites nacionais de regulação das relações de trabalho e de das liberalizações das ações do mercado, atuando na defesa do direito privado e da legitimação das relações capitalistas (DARDOT, 2021; DARDOT; LAVAL, 2019; HARVEY, 2005b).

As instituições de *Bretton Woods* passam também orientar suas políticas nessas bases, fazendo com que os países parceiros, que lhe solicitassem empréstimos, dessem como contrapartida a adoção das políticas econômicas neoliberais, como verdadeiras terapias do choque. Países emergentes como México, Argentina e Brasil foram alvos dessas imposições. Tendo financiado seu desenvolvimento industrial por meio de empréstimos com credores privados internacionais e com empresas de capital internacional, quando o *Federal Reserve* (Banco Central dos Estados Unidos) aumentou as taxas de juros, esses países assistem suas dívidas públicas explodirem, e suas moedas, dada a fuga de capital para o país americano, se desvalorizarem.

Por escolhas políticas, esses países solicitaram empréstimos junto ao FMI, e foram obrigados a implementarem suas ações orientadas segundo essas ideias. O Brasil iniciou esse

processo em 1986, com as famosas cartas ao FMI, nas quais diziam da necessidade do empréstimo e das medidas que se propunham a aceitar para que o mesmo fosse confirmado. A eleição e os governos de Fernando Collor em 1989, e o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), viram então, confirmar a adoção dessas medidas (MARICATO, 2017).

Para além da onda de privatizações, bastante questionáveis pelo que ocorreu. O setor de habitação nesse processo é envolto dessas ideias. Com o fim do BNH em 1986, no governo de José Sarney, Collor e FHC promovem ações nos setores de moradia, não visando promover a criação de programas públicos visando a expansão da oferta de moradias, mas sim com a regulamentação dos mercados privados (MARICATO, 2013; 2017; 2019).

O desmonte do BNH deixou na política habitacional brasileira um grande vazio. Mesmo sendo uma década onde os níveis de pobreza e desigualdade em muito aumentaram no país, o setor de habitação, foi e muito negligenciado nesse período. A produção habitacional por meio do Estado ficou restrita praticamente as ações das COHAB'S, estaduais e municipais, mesmo sendo um período no qual a falta de moradia se fazia presente e muito evidente (MARICATO, 2013; 2017; 2019; SHIMBO, 2010).

Como dito, somente o governo de FHC que trouxe de fato a volta do setor habitacional como uma preocupação do governo. Antes dele, Sarney, Collor e Itamar promoveram ações bastante tímidas no setor, e nenhuma ação de grande impacto. Com FHC essa problemática retornou, porém, incentivando e visando regulamentar a ação privada no setor.

Foram criados no governo de FHC regulações do funcionamento do mercado privado, sobretudo, aqueles voltados para as faixas de renda superior a doze salários mínimos. Foi impulsionada, por meio de mecanismos e reformulação de legislações, o apoio e fomento de desenvolvimento de tecnologias para o setor imobiliário e construção civil. Além de que, é com FHC que o Sistema Financeiro de Habitação é alterado e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) é criado. Porém, pode se dizer que diretamente esses programas, ações e regulações não visavam a promoção de habitação para segmentos de baixa renda (BONDUKI, 2017; MARICATO, 1998; SHIMBO, 2010; SOUZA, 1999; VASCONCELOS, 1996).

Essa intencionalidade pode ser verificada em programas criados por FHC em seu segundo mandato, como o Pró-Moradia e Habitar Brasil, que tinha como intuito financiar a construção de moradias através de recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (OGU). As vias, portanto, tirando o segundo caso, se davam pelas relações de mercado e busca por capitalização de investimentos. Cumpre destacar que as dotações orçamentárias para o programa Habitar Brasil mesmo sendo a fundo perdido nunca se fez em volume significativo (MARICATO, 1998; SOUZA, 1999; SOUZA, et. al, 2019; SHIMBO, 2010).

Foram criados ainda o Programa Carta de Crédito (PCC), e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O primeiro programa se fazia enquanto um apoio a produção residencial com recursos majoritariamente do FGTS, o PAR era direcionado a famílias entre três e seis salários mínimos que contava com uma inovação jurídica pelo fato de que promovia o arrendamento de imóveis as famílias que poderiam, ao fim do tempo de contrato, comprar o título de propriedade com o valor já utilizado no arrendamento. Ainda se destaca o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), o qual concedia subsídio para famílias de até três salários mínimos (MARICATO, 1998; SHIMBO, 2010; SOUZA, 1999; SOUZA et. al, 2019).

Desta forma nas décadas de 1990 e 2000, o governo Federal brasileiro promoveu a questão da moradia pela regulação das ações da iniciativa privada no setor, cumprindo as ideias neoliberais de regulação dos mercados para ação privada e da busca pelo lucro. Como de esperar, o impacto social deste conjunto de ações pode ser considerado reduzido em tamanho de ação e a escala de abrangência da população, sobretudo, as de mais baixa renda. A questão da moradia no Brasil, assim, sofre alterações, porém longe de ser solucionada.

Eleito em 2002, com um discurso de conciliação com o mercado financeiro, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em pouco altera essa lógica em seu primeiro mandato, pelo contrário, deu continuidade às políticas de FHC. Os programas sofrem sim alterações, visando atender pessoas de baixa renda, porém a magnitude de ação dos programas não foi alterada. Outro fator relevante a ser considerado é que foi no primeiro mandato de Lula que ocorreu as regulamentações necessárias para que o mercado financeiro passasse a atuar no mercado imobiliário, tornando possível ao setor imobiliário brasileiro captar recursos junto as instituições financeiras e junto ao grande capital internacional.

4. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NAS CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA

Como discutido anteriormente, o cenário nacional de falta de participação ativa do setor público na oferta e demanda de moradia só foi alterado a partir de 2007, quando os efeitos da crise de 2008 já começavam a ser sentida no Brasil. O governo de Lula, já em seu segundo mandato, mudou em relação ao primeiro no que diz respeito ao papel do investimento público. Vários motivos podem ser arrolados nessa discussão, porém o foco de análise nessa pesquisa será a sistematização de uma política pública nacional de habitação o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009.

Instituído já após a eclosão da crise, o PMCMV, carregava consigo a proposta de atuar tanto na oferta quanto na demanda por moradia. Formalizado pela Lei Complementar Federal nº 11.977/2009, o PMCMV, institucionalizou o financiamento de empreendimentos e imóveis via bancos públicos, atuando na oferta. Ao mesmo tempo, por meio destes mesmos bancos e com a institucionalização dos fundos públicos em conjunto com fundos privados e de dotações orçamentárias, o programa passou a atuar no setor da demanda por habitação.

Assim, objetivou-se realizar o mapeamento da distribuição espacial dos empreendimentos realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Faixa 1, financiados via Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)⁷ e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)⁸, entre as cidades do aglomerado urbano de Londrina tendo por base reflexões acerca dos movimentos políticos, econômicos e sociais que são importantes para compreender a dinâmica pela qual se deu e ocorreu o PMCMV em tal localidade.

Como já colocado, a pesquisa realizou o desenvolvimento de suas análises considerando a totalidade de municípios da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) que receberam tais empreendimentos, todavia, como será possível visualizar no decorrer deste capítulo, as considerações são realizadas considerando, sobretudo, as cidades do aglomerado urbano londrinense, ou seja, Araçongas, Cambé, Ibiporã, Rolândia e Londrina. Este processo

⁷ Regido pela Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e pelo seu regulamento interno, o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) tinha como objetivo prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com as finalidades de financiar a moradia e a de dar garantias aos mutuários.

⁸ O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) é um fundo destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários. Tem como função reunir recursos para garantir o investimento em políticas públicas para populações de baixa renda. Seus recursos são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU).

não ocorreu por escolha deliberada da pesquisa, mas, sim, devido ao fato de os empreendimentos do PMCMV, objetos das análises, serem localizados em sua grande maioria nestas localidades. Além destas cidades citadas, os municípios de Lupionópolis e Prado Ferreira, em suas áreas urbanas, foram as outras únicas localizações da RMLO a receberem tais empreendimentos. Assim, com isso em vista, tem-se uma reorganização do recorte espacial delimitado da RMLO para as cidades do aglomerado que serão aqui apresentadas.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO PMCMV E ANÁLISE COMPARATIVA COM SEUS ANTECESSORES

Com a crise do capitalismo global de 2008 ocasionada por questões relacionadas a habitação nos Estados Unidos, a saída encontrada pelos detentores do capital em acordo com seus respectivos Estados nacionais foi recorrer mais uma vez a (re)produção e urbanização do espaço.

Na esteira destes acontecimentos, ocorreu um grande impulso a processos de urbanização em diferentes países, como por exemplo, o caso chinês e a criação de programas governamentais anticíclicos como caso no Brasil, na Índia, Rússia, gerando assim processos e ações públicas em espaços como economia, promovendo ações de pré-privatização⁹ em diferentes países (HARVEY, 2011; 2019; MARICATO, 2013; 2017; SILVA, 2016; ABRÃO, 2014).

No Brasil foram desenvolvidas, em especial pela esfera federal, políticas contracíclicas – ações econômicas que atuam contra os ciclos de crise do capital – atuando na criação e produção de novos espaços urbanizados. Seguindo o objetivo de absorver o capital e o trabalho excedente, ou seja, por em produção o capital não aplicado na produção, e, assim, evitar que o país sentisse os efeitos da grave crise global capitalista (VEIGA, 2014).

Dessa maneira, foram desenvolvidas políticas públicas governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007. Esse programa visava a aplicação dos capitais excedentes na (re)produção de infraestruturas no espaço, em especial atuando em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos em habitação (VEIGA, 2014).

Como a habitação era uma necessidade nacional para um considerável contingente da

⁹ Pré-privatização é um conceito oriundo da prática adota por Estados nacionais após a crise de 2008, onde desenvolveram a prática de estatizar ativos financeiros, e partes de corporações, visando com isso garantir a saúde financeira dos mesmos para depois vender esses ativos no mercado. Para mais discussões ver HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Trad: João Alexandre Peschanski. – São Paulo: Boitempo, 2011.

população brasileira, isso evidenciado em indicadores sociais que retravam um elevado déficit e sendo sua produção altamente rentável ao capital – sem contar que o governo atuaria no lado da oferta – em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa aparecia como o maior programa de política habitacional da história do país sobre qualquer ponto de vista a ser analisado (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2013; 2017; 2019).

O PMCMV formalizado pela Lei Complementar Federal nº 11.977/2009, tinha como intuito fazer com que a União Federal atuasse diretamente na relação de oferta e demanda por moradias no país. Assim, desenvolveria uma ação social cumprindo o *script* dos períodos de crises do capitalismo onde os riscos são sempre socializados e os lucros não.

Como discutido por Harvey (2011) a promoção de urbanização do espaço é um importante recurso de saída de crises econômicas, e o PMCMV ao institucionalizar o financiamento via bancos públicos, caso do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), criou meio para a realização da produção e consumo dos empreendimentos imobiliários desenvolvidos pelas empreiteiras, atuando, assim, no lado da oferta (BRASIL, 2009).

Ao mesmo tempo o programa, por meio destes mesmos bancos e com a institucionalização de fundos públicos - prática essa consideravelmente realizada antes com FHC e também no Governo Lula -, promovia-se o financiamento aos compradores das moradias com taxas de juros mais baixas que as de mercado – casos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – e até mesmo com garantias, quando não, a subvenção de até noventa por cento (90%) dos imóveis, atuando assim ao lado da demanda. Desta forma o programa durante sua execução teve forte impacto na produção de habitação em todo seu circuito produtivo, ou seja, desde a produção da habitação até a sua comercialização para diferenciados segmentos de renda (BRASIL, 2009; SHIMBO, 2010).

Apesar de ter sofrido alterações, com a modificação de requisitos que foram modificados ao longo do tempo, desde sua sanção presidencial em 2009, o PMCMV focou no lado da demanda e no financiamento em três diferentes faixas de renda, a saber: Faixa 1, que financiava famílias com renda até R\$ 1.395,00 reais; Faixa 2 que financiava famílias com renda até R\$ 2.790,00 reais; e Faixa 3 que financiava famílias com renda até R\$ 4.650,00 reais (BRASIL, 2009).

O objetivo do programa era promover a redução do déficit habitacional que no ano de 2009, tomando por base Regiões Metropolitanas, encontrava-se nos seguintes patamares: as famílias que recebiam até 03 salários mínimos (88,2%), de mais de 03 a 04 salários mínimos (8,1%), de mais de 05 a 10 salários mínimos (3,1%) e acima de 10 salários mínimos (0,6%)

(FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009). Chama-se a atenção para a demanda por moradia entre as famílias que recebiam até 03 salários mínimos.

Para tal o PMCMV trouxe em seu arcabouço condições inéditas para o atendimento das famílias de menor poder aquisitivo, ou seja, que recebiam mensalmente menos que 03 salários mínimos (inclusive aqui até mesmo aquelas sem renda mensal e que dependiam de políticas públicas), via subsídio financeiro do governo federal para as famílias enquadradas na linha Faixa 1 e Faixa 2. Quando contratado para a compra de um imóvel as três faixas tinham acesso ao Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), fundo responsável por viabilizar garantias de compensação financeira no caso de instabilidade de renda dos mutuários (BRASIL, 2009).

As linhas de financiamento do programa envolviam diretamente fundos públicos ou privados a elas vinculados. Na linha Faixa 1 os trabalhadores adquiriam sua moradia por meio financiamento garantido por recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), ou, caso sendo membro de uma entidade organizadora (EO) esse financiamento era realizado por meio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Já para as famílias de trabalhadores da Faixa 2 e 3, os mesmos tinham acesso às linhas de financiamento habitacionais da CEF, garantidos pelos recursos financeiros que tinham como origem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (BRASIL, 2009).

Os financiamentos habitacionais eram contratados pelos possíveis mutuários junto a agências da Caixa Econômica Federal (CEF). Especialmente na linha Faixa 1, envolvia-se neste processo a participação das prefeituras municipais que eram responsáveis por promover o cadastramento e sortear as famílias que poderiam adquirir a moradia pelo PMCMV. Porém, caso o empreendimento se destinasse a uma entidade organizadora (EO), mesmo sendo da Faixa 1, não havia a participação da prefeitura, pois, a seleção e indicação das famílias que seriam beneficiadas pelo programa ficariam a cargo da própria EO, uma vez que na prática os beneficiários eram as próprias famílias participantes da entidade (BRASIL, 2009).

Os reajustes nominais destes valores ficavam a cargo do Poder Executivo Federal, porém, com a limitação de não poder exceder determinados níveis em relação ao salário mínimo nacional. Cabe ressaltar, que o PMCMV, era composto de outros dois subprogramas de habitação, no caso o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Esses programas atuavam considerando as mesmas faixas de renda e possuindo a mesma política de financiamento, porém com prazos diferentes, no campo¹⁰

¹⁰ O Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR) era voltado aos agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais, como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas. Esta modalidade possuía três grupos de renda, que variavam até

e na cidade (BRASIL, 2009).

Neste sentido, é possível afirmar que o Estado brasileiro retornou como importante *player* da produção do espaço urbano, mesmo que visando com isso promover a resolução, ou amenização, da crise econômica do capital. A questão da moradia em si, ao que parece, ficou à margem desta política pública considerando sua intencionalidade, isso pode ser dito uma vez que até mesmo a sistematização do PMCMV ocorreu sem a atuação relevante da secretaria de habitação e do Governo Lula nas discussões e proposições (ABRÃO, 2014; KRAUSE, 2013; MARICATO, 2019).

Cabe destacar que na época o governo possuía em sua estrutura ministerial o Ministério das Cidades e a Secretária Nacional da Habitação, porém o PMCMV foi gestado e planejado pelo então Ministério da Casa Civil e em conjunto com o Ministério da Fazenda, evidenciando, assim, seu cunho político e econômico, e não precisamente ser unicamente uma política pública que visava pôr fim a questão da moradia (ABRÃO, 2014; KRAUSE, 2013; KRAUSE, et. al. 2014; SANTANA, 2021; SILVA, 2016).

Vivendo em uma estrutura social de alienação – própria do modo de produção capitalista e que desumaniza o ser humano de sua relação com o trabalho e a natureza – a intervenção estatal do setor da moradia, para além de ser importante medida para superação das barreiras causadas à circulação do capital e evitar as insurgências, cria o fetichismo pela propriedade privada, fazendo, assim, com que esta seja idealizada e naturalizada como a natureza do ser humano (MARX, 2017; PIKKETY, 2020).

O PMCMV tinha o intuito oficial de reduzir o déficit habitacional, seguindo a definição conceitual sistematizada pela Fundação João Pinheiro e adotado em outras políticas públicas do Estado. Essa sistematização era composta por quatro componentes, a saber: I) precariedade habitacional; II) coabitação familiar; III) ônus excessivo com aluguel; e IV) adensamento excessivo em domicílios locados. Quando criado o PMCMV o déficit habitacional brasileiro era elevado e o programa de 2009 tinha como meta a construção de 3 milhões de novas moradias até 31 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2009).

Para tal feito, o programa financiaria a aquisição dos imóveis utilizando fundos públicos e privados, como o Fundo de Assentamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Ainda atuaria utilizando do expediente de Ofertas Públicas, aquelas ações desenvolvidas com a utilização direta dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Esses mecanismos e instrumentos de financiamento garantiam a liquidez do

R\$ 78.000,00 por ano. Seu atendimento permitia tanto construção de novas casas quanto reforma de unidades já existentes.

sistema, além diminuir os valores de juros pois davam a garantia àqueles que tentassem acesso à moradia pelo programa (BRASIL, 2009; KRAUSE, 2013; SHIMBO, 2010).

Comparando o PMCMV com os programas habitacionais anteriores desenvolvidos pela esfera federal e que foram discutidos anteriormente, o PMCMV foi criado após de intervalo espaço temporal de vinte e três (23) anos sem políticas públicas, especificamente, voltadas para a produção e acesso a habitação no Brasil. Essa questão pode ser explicada pelo contexto histórico brasileiro na qual passou a prevalecer de forma hegemônica a ideologia neoliberal, que ganhou força no país na década de 1990 e 2000 sendo adota pelo Estado e por seus governantes e, como já salientado anteriormente, o neoliberalismo preconiza pela diminuição do papel do Estado de sua intervenção direta no contexto social (MARICATO, 1998).

Assim, sendo uma política recente do ponto de vista histórico, a análise do PMCMV deve ser feita com certos cuidados e ressalvas. Pode ser considerado para crítica que o PMCMV teve atuação importante em um processo, mesmo que pequeno e apenas pela lógica da propriedade privada, de democratização de moradia no país, no qual mais de 4 milhões de habitações foram produzidas e com parte considerável dos beneficiários pertencendo ao segmento populacional não solvente no mercado imobiliário (ABRÃO, 2014; BALBIM, et. al. 2015; DIAS, 2012; MARICATO, 2017; PORCIONATO, 2016; RIZEK, et. al. 2015).

Ao mesmo tempo, porém, esse aspecto demonstra certa contradição do programa em sua própria concepção e proposição, uma vez que no texto da Lei, a 11.977/2009, que o sistematizou o PMCMV se apresenta enquanto uma política de combate ao déficit habitacional. Entretanto, se este era de fato era o propósito das ações, o programa deveria promover acesso a habitação para além da lógica da propriedade privada, isso porque o conceito de déficit que orienta a política pública não responsabiliza o não acesso a propriedade privada como a causadora da uma carência habitacional e nem mesmo a traz como a única possível solução (BALBIM, et. al. 2015; MARTINS, 2006).

As ações do programa na construção e financiamento de acesso a moradia significaram que um considerável número de famílias brasileiras, com rendas de até 03 salários mínimos, tiveram pela primeira vez na história do Brasil consideráveis níveis de acesso a moradia. Todavia, esse acesso é promovido pela produção de novas habitações e não na reforma e reabilitação de edificações já existentes e não utilizadas, em especial aquelas localizadas nos centros das grandes e médias cidades, o que evidencia que a ação primordial do programa foi de democratizar a propriedade privada e não a moradia em si (BALBIM, et. al. 2015; MARICATO, 2019; MARTINS, 2016).

Outra questão gira em torno da orientação de suas ações serem voltadas,

especialmente, para regiões metropolitanas desconsiderando, assim, o fato de que uma considerável parte da população brasileira também sofre de vulnerabilidade habitacional em cidades pequenas e médias que não estão inseridas em RM's. E cabe considerar que no Brasil há metrópoles que apresentam o fenômeno metropolitano em sua realidade, como o caso de Londrina, servindo muito mais aos interesses da classe dominante do que a integração dos problemas urbanos em escala metropolitana (ABRÃO, 2014; BALBIM, et. al. 2015; DIAS, 2012; KRAUSE, 2013; MARICATO, 2013; RIZEK, et. al. 2015; SILVA, 2017).

Assim, as ações desenvolvidas pelo programa, mesmo priorizando essas áreas, em muitos dos casos não se deram com uma política habitacional integrada entre os diferentes municípios. A Região Metropolitana de Londrina (RMLO), a título de exemplo, quando criado o PMCMV não estabeleceu nenhuma diretriz ou programa considerando a realidade conjunta de seus municípios para o desenvolvimento de ações e promoção de habitação considerando a totalidade de seus municípios e seus problemas urbanos integrados.

Dentre as críticas ao programa, uma que se faz é sobre a sua atuação e outra acerca da sua não atuação. Historicamente em nível nacional, o programa destinou 47% dos seus recursos financeiros para a linha Faixa 1, chegando a ser pós-2011 60% do total (BRASIL, 2009). Porém o déficit habitacional da época para famílias que recebiam até 03 salários mínimos e se enquadravam na primeira faixa era de 89%.

Consequentemente, mesmo com considerável parte do volume do total de recursos empregados no setor Faixa 1, o PMCMV poderia reduzir o déficit habitacional deste segmento populacional em aproximadamente 7%, enquanto que na Faixa 2 do programa o déficit poderia ser reduzido em quase 99% beneficiando em certa medida segmentos de classe com renda média da população brasileira. Desta forma, têm-se a crítica que o PMCMV acabaria por gerar a garantia de mercado para o setor privado, com risco reduzido e que sua atuação estaria voltada aos interesses do capital e não propriamente dos trabalhadores (MARICATO, 2017).

Outro ponto do programa que chama a atenção é o grande protagonismo dado às empreiteiras de capital aberto, ou seja, de empresas sofriam influências, diretas ou indiretas, do capital internacional que atravessava o seu período de maior desvalorização e buscava essa realização dos empreendimentos para valorização. Isso evidencia, também, que o programa beneficiou o capital internacional não realizado, que se desvalorizava, e o fez por meio de seu emprego na produção espacial no Brasil visando minorar os efeitos da crise. Essa aliança com o capital privado, e em especial o capital internacional, em muitos dos casos deixaram de lado o caráter nacional da política pública e da importância de ações de Estado, preconizando o lucro e a valorização do mesmo (BALBIM, et. al. 2015; MARICATO, 2017; 2019; MARTINS,

2016).

O ponto crítico do programa a ser destacado se assenta, porém, na visualização, em diferentes pesquisas, que atestam que as ações do PMCMV realizaram, em níveis consideráveis, uma grande parte de seus empreendimentos em regiões periféricas das grandes e médias cidades. Isso contribuiu, segundo Rolnik et. al (2015), para o aumento das distâncias urbanas dentro de uma mesma cidade, sobretudo, no que se refere ao local de moradia e local trabalho. Contribuindo, em grande parte dos casos, para a criação de vazios urbanos em áreas localizadas no entorno dos empreendimentos desenvolvidos pelo programa.

A contradição fica assim evidenciada, pois, se é especulação imobiliária uma das auxiliadoras na produção do déficit habitacional existente, o propósito do PMCMV era promover a diminuição, total ou parcial, deste déficit. Porém, com sua execução seguindo em grande medida os interesses do capital, principalmente o imobiliário, o PMCMV, considerando determinados casos com as suas especificidades, pode ter contribuído para a continuidade da especulação imobiliária mesmo sendo a antítese de seu propósito oficial (ABRÃO, 2014; MARICATO, 2017; SHIMBO, 2010).

Todavia, considerando a escala de sua atuação e o volume de recursos investidos é possível afirmar que o PMCMV é um marco na política habitacional brasileira. O programa beneficiou, também, a mulheres chefes de família e a famílias que tinham pessoas com deficiências, uma vez que dava preferência a famílias com essas especificidades. Isso chama a atenção, pois, as três políticas públicas anteriores focalizavam suas atuações em uma classe média específica, como já destacado e com um padrão de família delimitado, já PMCMV também atuou nesse segmento da população com renda de até 10 salários mínimos, mas tinha ações voltadas a setores de rendas inferiores dentro de uma mesma política pública (DIAS, 2012; MARICATO, 2013; 2017; PORCIONATO, 2016; RIZEK, et. al. 2015; SILVA, 2017).

Trata-se de um movimento e uma ação fundamental dentro da realidade da formação histórica econômica e social brasileira para o acesso a moradia. Com o capitalismo sendo o modo de produção hegemônico, e os detentores do capital os atores políticos predominante do processo político, no Brasil não se tem ainda as condições históricas para qualquer mudança, ou para superação do capital e do capitalismo até os dias de hoje e muito menos na época de sistematização do PMCMV. Se tratando da moradia dentro desta lógica hegemônica, a redução de custos para o acesso da mesma pela população de baixa renda passa pela promoção de habitação para o segmento de renda média da sociedade brasileira (MARICATO, 2013).

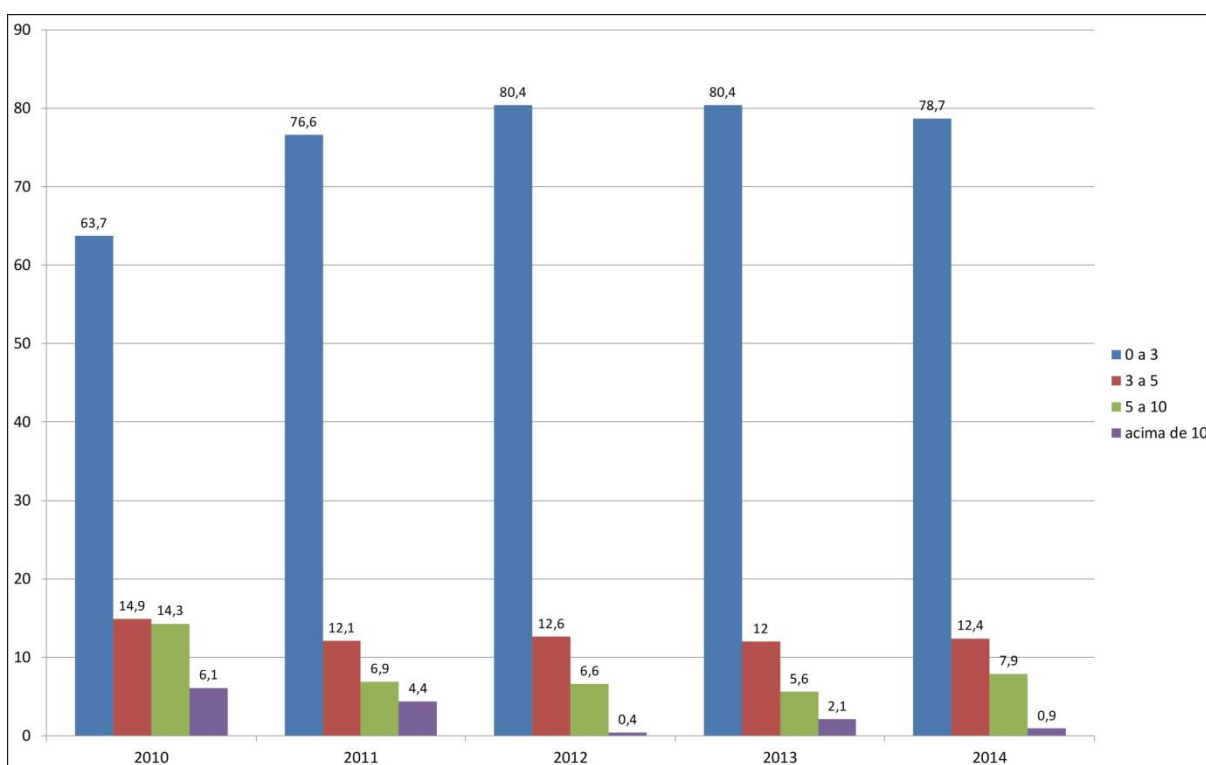
4.2 A APLICAÇÃO DO PMCMV NAS CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA E EM SUA REGIÃO METROPOLITANA: CONSIDERAÇÕES E ANÁLISES DE SUA CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

Conforme discutido anteriormente, o PMCMV instituído em 2009 e com financiamento em três faixas renda, a saber: 1º R\$ 1.395,00 reais; 2º R\$ 2.790,00 reais; e 3º R\$ 4.650,00 reais, com reajuste de valores a cargo do Poder Executivo Federal, o PMCMV atendeu diferentes faixas de renda no país, principalmente no intervalo de tempo compreendido entre 2009 e 2014. Contudo, ocorreu nos anos seguintes uma redução na quantidade de empreendimentos, em particular para a faixa 1 (FERREIRA, 2012).

Essa diminuição ocorreu em virtude da recessão enfrentada pelo Brasil, no período de 2014 a 2017 e a intensificação de medidas políticas e econômicas de cunho neoliberais adotadas pelo Governo Federal após 2016.

Ao se tomar como base os anos compreendidos, entre 2010 e 2014 no Paraná, verifica-se que a produção de moradias no estado contribuiu para redução do déficit habitacional de forma distinta, quando observadas as faixas de renda (gráfico 1).

Gráfico 1. A renda mensal em salários mínimos por grupos e o déficit habitacional no Paraná de 2010 a 2014.



Fonte. Gandin (2016). **Org.** O autor, 2022.

Para Nascimento Neto et al (2019) e Gandin (2016), as políticas habitacionais têm atendido a população com poder aquisitivo acima de três salários mínimos, em detrimento da faixa de 0 a 3 salários mínimos. Conforme o estudo de Gandin (2016), pautado nos dados do IBGE (2016) para os anos de 2010 a 2014, verificou-se que o déficit habitacional para o grupo de renda de até três salários mínimos continuou crescente, mantendo-se em 80,4% nos anos de 2012 e 2013, com leve redução em 2014.

O que sobressai nos dados é que, em 2010, a demanda por moradia nesta faixa de renda era 64,7%, ou seja, ocorre um caminho contrário do que se esperava deste programa habitacional, no momento que não fomentou uma dinâmica pensando em cidades inclusivas, como salientam Antonello e Veiga (2022, p.38), a “[...] negação ao direito de moradia se agrega a negação dos demais direitos [...]”. O que demonstra a necessidade de atuação da sociedade organizada e das instituições para alterar essa situação de injustiça social que formata as cidades da exclusão”. E para os demais grupos de renda, o déficit apresentou redução, em particular entre os grupos de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

Em 2019 verifica-se que o déficit habitacional para o grupo de renda de até três salários mínimos continuou crescente, atingindo o percentual de 91,32%, com maior concentração de demanda por casas entre as famílias que recebem até 01 salário mínimo (31,65%) e de 01 a 02 salários mínimos (43,92%) (PARANÁ – COHAPAR/PEHIS/PR, 2019).

Essa concentração de investimentos do PMCMV em empreendimentos destinados aos grupos com poder aquisitivo maior que cinco salários mínimos e com condições de aderir a um financiamento, evidencia a continuidade da lógica mercantil de produção habitacional no país via políticas públicas de habitação, mantendo a exclusão de famílias com baixo poder aquisitivo.

Nascimento Neto et al (2019) destacam que, entre 2009 e 2019, o PMCMV atendeu no Paraná 20,2% do grupo de 0 a 3 salários mínimos, 70,0% de 3 a 6 salários mínimos e 9,8% do grupo que recebe renda mensal de 6 a 10 salários mínimos.

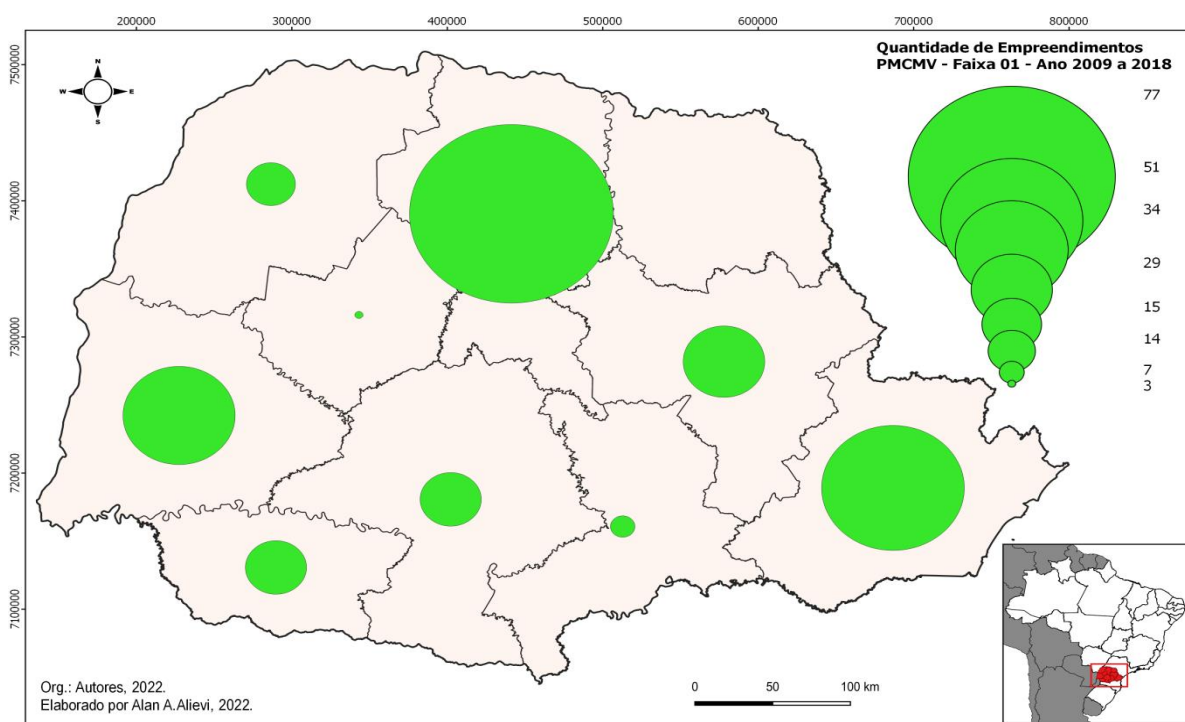
Esse atendimento foi maior na demanda solvável, intensificada a partir de 2014, quando os recursos do PMCMV foram direcionados em grande parte a produção habitacional de mercado, consolidando-se assim a produção de habitação social de mercado, conforme é discutido por Shimbo (2012), em detrimento das habitações de interesse social.

Em se tratando das moradias de interesse social, aquelas contidas na faixa 1, entre os anos de 2009 e 2018, verifica-se que a área metropolitana de Curitiba e de pólos econômicos

no interior do Estado receberam maior número de empreendimentos (figura 3), acentuando as diferenças entre as mesorregiões no Estado.

A figura 5 evidencia que dentre as demais mesorregiões paranaenses, a Centro Oriental Paranaense, a Sudeste Paranaense e a Norte Pioneiro Paranaense foram as que receberam menor quantidade de empreendimentos faixa 1 do PMCMV.

Figura 5. Quantidade de empreendimentos realizados pelo PMCMV Faixa 1, via FDS e FAR, entre 2009 e 2018.



Fonte. BRASIL - FDS e FAR, org. Alan A. Alievi, 2022.

A Mesorregião Norte Pioneiro recebeu 07 empreendimentos, ficando abaixo de outras cinco mesorregiões das 10 do Estado do Paraná. Destaca-se o grande volume de empreendimentos realizados na Mesorregião Norte Central do Paraná, que tem como grande polo urbano a cidade de Londrina e a Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, cuja principal cidade é a capital paranaense.

Na Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba, a maior quantidade de empreendimentos até 2018 encontrava-se em Curitiba com 33 conjuntos MCMV faixa 1; seguida por Pinhais, com 07; Campos Magro, com 03; e Lapa, com 02. As demais cidades Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Fazenda Rio Grande e Piraquara tiveram apenas um empreendimento. Ou seja, 64,8% dos empreendimentos estavam concentrados em Curitiba.

Já na Mesorregião Norte Central do Paraná, a distribuição dos empreendimentos até 2018 encontrava-se da seguinte forma: 23 empreendimentos em Londrina, 08 em Rolândia, 07 em Cambe, 05 em Arapongas, 03 em Ibiporã 02 em Lupionópolis e 01 em Prado Ferreira. Em Londrina estava concentrado 47% dos conjuntos MCMV construídos na referida mesorregião.

Importa destacar que essa quantidade de empreendimentos não supriu a demanda por moradias nessas duas mesorregiões. Isso porque, dentre os municípios com maior necessidade habitacional no Paraná, em 2019, Curitiba ocupou o primeiro lugar, com déficit de 88.876 domicílios, e Londrina, o segundo lugar, com déficit de 56.417 domicílios. Mas em termos de cadastrados segundo a renda, em Londrina havia 45.699 (famílias ou domicílios) com renda até 03 salários mínimos e em Curitiba, o número era de 32.000 cadastrados que recebiam até 03 salários mínimos (PARANÁ – COHAPAR/PEHIS/PR, 2019).

Esse fator indica que mesmo com o desenvolvimento do programa para segmentos de mais baixa renda, com políticas de subsídios e outras medidas socioeconômicas o déficit habitacional não foi finalizado. Não sendo válida a justificativa que a baixa atuação do MCMV no Brasil e na RMLO se deu em decorrência dos impactos desta política na realidade espacial. Outra questão se refere a lógica da propriedade privada, que nega qualquer argumentação neste sentido.

Conforme explicita Engels (2015) pela contradição interna posta pelo capital de centralização e acumulação dos recursos nas mãos da burguesia, a questão da moradia e o déficit habitacional não tem como ser resolvidos fora da lógica da oferta e da demanda. Porém, na lógica da oferta e da demanda essa mesma também não é resolvida, pois, para tal é necessário que os que não tem casa tenham rendas mínimas e garantias para oferecer ao mercado financeiro e imobiliário, o que não acontece dada a desigualdade de distribuição de recursos. Portanto, é inerente a lógica da propriedade privada a questão da moradia e o déficit habitacional, mesmo que tenha o desenvolvimento de ações promovidas pelo Estado (ENGELS, 2015).

Com base nos dados, pode-se afirmar que a concentração de recursos em determinadas mesorregiões paranaenses, bem como nos maiores núcleos urbanos e regiões metropolitanas, é um indicativo de que as políticas públicas habitacionais no Brasil, ao longo do tempo, têm sido desenvolvidas para atender interesses políticos e econômicos, visando legitimar o *status quo* político e econômico, ao invés de suprir a demanda por moradia junto às famílias de menor poder aquisitivo.

Deve ser reconhecido que o déficit em médias e grandes cidades no Brasil é historicamente elevado (MARICATO, 2019), todavia, as pequenas e médias cidades também possuem proporcionalmente importantes números neste quesito. Assim, cabe uma reflexão

sobre as intencionalidades do poder público e da iniciativa privada de desenvolverem esses empreendimentos em médias e grandes cidades. Isso ocorre uma vez que a concentração populacional tende a caminhar em direção onde há a concentração de capital.

Sendo a força de trabalho a única mercadoria pertencente ao trabalhador e o meio pelo qual ele mantém sua vida, a sua migração para grandes e médias cidades se dá em função da concentração do capital, seja industrial, comercial, entre outros, com o intuito de se inserir no mercado de trabalho, por conseguinte vender a sua força de trabalho (ENGELS, 2015).

Dessa maneira, a concentração destas ações em regiões metropolitanas, bem como em médias e grandes cidades, faz-se também pela necessidade imperativa de absorver o capital e o trabalho excedente que se concretizam em maior volume, nessas áreas, portanto, abordando novamente a questão das intencionalidades políticas e econômicas que atravessavam o PMCMV.

No tocante a construção de moradias via PMCMV em municípios da Região Metropolitana de Londrina, conforme os dados levantados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), do total de xx municípios inseridos na RML, apenas 07 foram contemplados com PMCMV, sendo construídos e financiados 49 empreendimentos pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e 02 pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). A instituição financeira responsável pelo financiamento dos imóveis em ambas as linhas de crédito era a Caixa Econômica Federal.

As prefeituras, o Estado ou mesmo a União, elaboravam o projeto e abriam licitação via oferta pública para a construção dos empreendimentos. A construtora contratada poderia - se quisesse ou julgasse necessário - obter financiamento junto a instituições financeiras públicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mesmo a própria CEF, ou privadas para a construção dos empreendimentos. Além da forma de oferta pública, mais utilizada por municípios com menos de 50 mil habitantes, as próprias construtoras privadas poderiam elaborar projeto habitacionais e oferecer ao poder público local ou estadual para ser viabilizado. Esta foi a principal maneira utilizada para a construção de empreendimentos do programa evidenciando uma forte conotação de mercadoria que tinha a habitação para o programa (BRASIL, 2009; CAMARGO, 2020; MARTINS, 2016)

A CEF assim, fazia o pagamento de obra executada utilizando-se dos fundos públicos ou privados utilizados no programa, como é o caso dos dois fundos públicos acima citados. Esse pagamento para a empresa construtora era feito à medida que os financiamentos fossem sendo contratados – como as famílias eram cadastradas Cadastro Único (CadÚnico) e em processos seletivos abertos pelas prefeituras – reduzindo no desenvolver da obra o saldo

devedor da empresa, a integralidade do pagamento, porém, ocorria em até 180 dias após a emissão do Habite-se, que era documento que garante que a construção da sua propriedade foi concluída com êxito (BRASIL, 2009; CAMARGO, 2020; MARTINS, 2016).

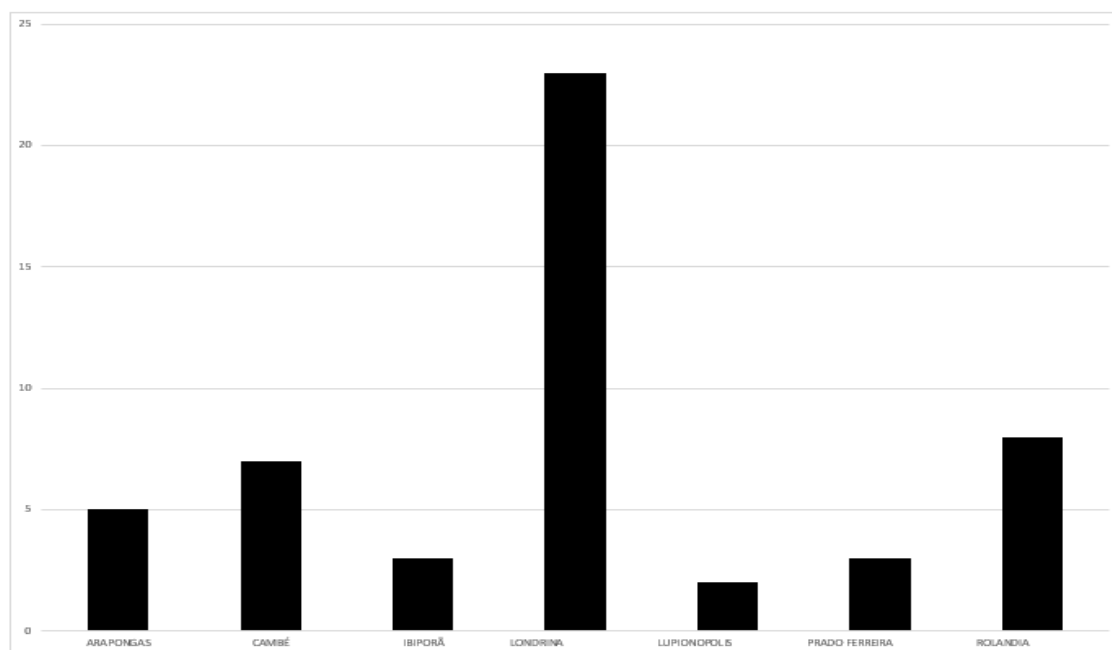
Na RMLO de 2009 a 2019 foram desenvolvidos quarenta e nove empreendimentos por essa lógica de construção e financiamento. Chama atenção, porém, que dois empreendimentos foram construídos utilizando de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), uma vez que faziam parte do MCMV Entidades.

O MCMV Entidades funcionava por meio de concessões de financiamentos, utilizando exclusivamente do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora (EO) (sendo ela associações, cooperativas, sindicatos e outros). Ainda assim, a operação da construção poderia contar com contrapartidas dos estados e municípios por meio de aporte de recursos financeiros ou doação de bens, até mesmo terrenos, para a realização dos empreendimentos (BRASIL, 2009; CAMARGO, 2020; MARTINS, 2016).

O Entidades contemplava diretamente as famílias pertencentes ao Faixa 1 do programa – com renda até R\$ 1.800,00 – organizadas em (EO) As moradias que se inseriam neste programa recebiam as mesmas possibilidades que as demais do programa, ou seja, a moradia poderia ser quase integralmente subsidiada, e a parcela mensal paga pela família beneficiária era determinada pela sua capacidade de pagamento. A grande diferença, porém, é que o MCMV Entidades, utilizando dos recursos do FDS, posicionavam as associações, cooperativas e outras entidades sociais como atores diretos da produção (MARTINS, 2016; CAMARGO, 2020).

Sendo financiado via FAR ou FDS, na Região Metropolitana de Londrina (RMLO) foram construídos, de 2009 a 2019, 51 empreendimentos pelo programa. Considerando a totalidade do programa, ou seja, homogeneizado os dados de ambos fundos, a divisão dos empreendimentos pelos municípios da RMLO é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2. Número de empreendimentos construídos por município na Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019.



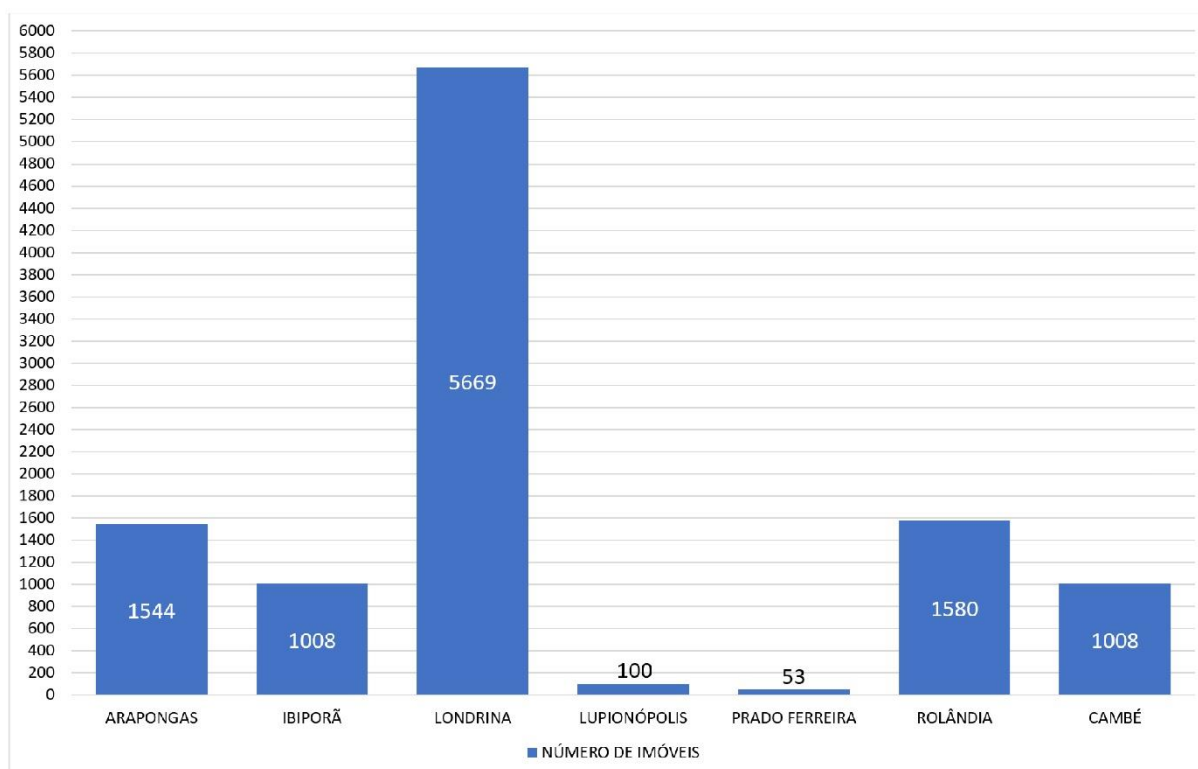
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Conforme gráfico 1 não foram todos os municípios da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) que receberam empreendimentos Faixa 1, financiados pelo FAR ou FDS, de 2009 a 2019. Dentre os receberam destaca-se Arapongas aparece com cinco (5); Cambé com sete (7); Ibiporã com três (3); Londrina com vinte e três (23); Lupionópolis com dois (2) e Rolândia com oito (8). Todos esses citados construídos via financiamento FAR.

No município de Prado Ferreira foram construídos três (3) empreendimentos, sendo um (1) via FAR e dois (2) via FDS. Ressalta-se que esses dois construídos pelo FDS foram os ‘únicos dentre todos os demais construídos em toda RMLO no período destacado.

Porém o número de empreendimentos não oferece a real dimensão dos mesmos e do número de imóveis que foram construídos nesses municípios, e regiões metropolitanas ao longo do período de mais de dez (10) anos. Alguns municípios, sendo de diferentes tamanhos, e cumprindo diferentes papéis na rede urbana da RMLO tiveram o mesmo número de empreendimentos realizados, porém a magnitude dos mesmos pode ser visualizada no Gráfico 2 abaixo que apresenta o número de imóveis construídos por cidade da RMLO.

Gráfico 2. Número de Imóveis por município na Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019.

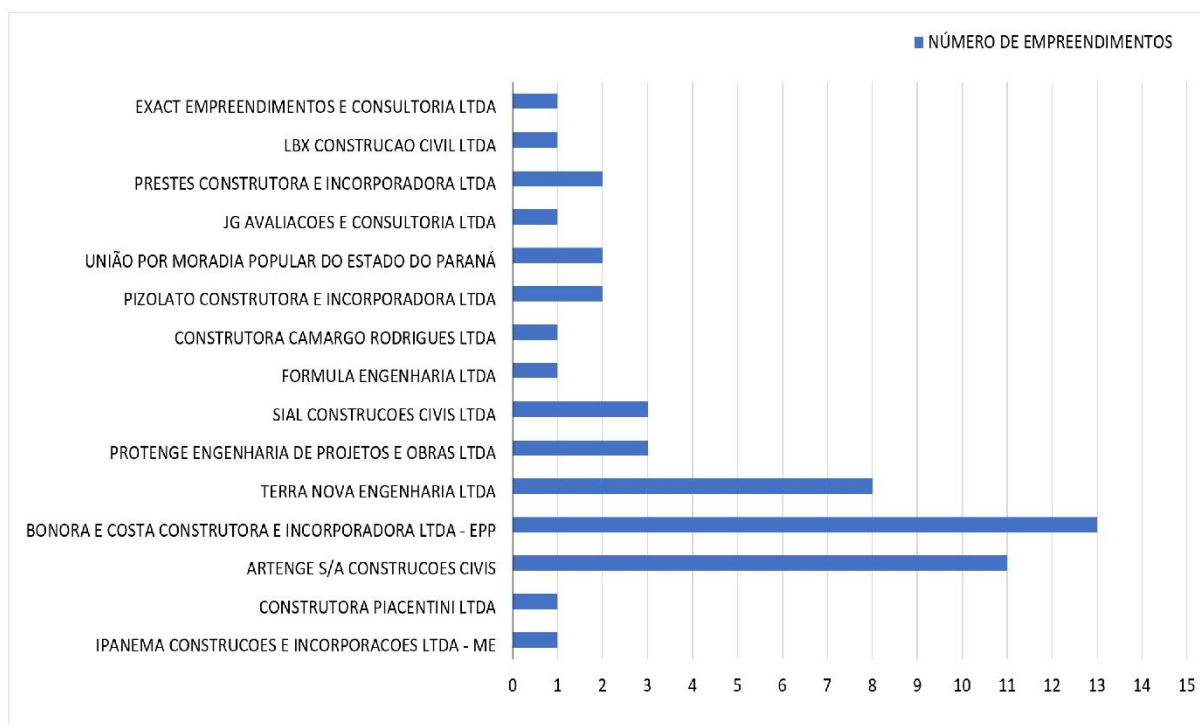


Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Verifica-se que no município de Arapongas foram construídos um mil quinhentos e quarenta e quatro imóveis (1544); em Ibiaporã foram construídos um mil e oito (1008) imóveis; Londrina recebeu a maior quantidade de novos imóveis com cerca de cinco mil seiscentos e sessenta e nove imóveis (5.669); em Lupionópolis construído outros cem (100); tendo recebido empreendimento pelas duas linhas de crédito e modalidades do programa, Prado Ferreira recebeu a construção de cinquenta e três (53) imóveis, sendo vinte e três pelo FDS e MCMV Entidades e outros trinta (30) imóveis pelo FAR. Por fim Rolândia e Cambé receberam a construção de um mil quinhentos e oitenta imóveis (1580) e um mil e oito (1008) imóveis respectivamente. Levando em consideração que em Londrina no ano de 2017 havia 69.062 famílias (VEIGA; ANTONELLO; ALIEVI, 2022) e no ano de 2018 aproximadamente 57 mil (LONDRINA, 2018) famílias inscritas no sistema da Companhia de Habitação de Londrina, o PMCMV não atendeu a maior parte da demanda por moradias em Londrina.

Esses empreendimentos foram construídos por empresas de capital regional (gráfico 3), sendo o total de dezesseis (16) empresas da construção civil que atuaram na construção dos empreendimentos na RMLO durante o período.

Gráfico 3. Número de empreendimentos por construtora construído na RMLO de 2009 à 2019.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Conforme o gráfico 3, as Ipanema Construções e Incorporações Ltda; a LBX Construção Civil Ltda; a Construtora Piacentini Ltda; a JG Avaliações E Consultoria Ltda; a Formula Engenharia Ltda; a Construtora Camargo Rodrigues Ltda; por fim a Exact Empreendimentos E Consultoria Ltda foram responsáveis por 1 empreendimento cada. Entre dois ou três empreendimentos construídos têm-se a Protenge Engenharia de Projetos e Obras Ltda com a realização de três (3) empreendimentos; a Sial Construções Cíveis Ltda com outro três (3) realizados; e com dois (2) empreendimentos construídos têm-se a Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda; a União por Moradia Popular do Estado do Paraná que atuou pelo MCMV Entidades; e a Prestes Construtora E Incorporadora Ltda.

As construtoras que se destacaram no quesito de construção de empreendimentos Faixa 1 na Região Metropolitana de Londrina (RMLO) de 2009 a 2019, foram a Artenge S/A Construções Cíveis com a construção de onze (11) empreendimentos; a Bonora E Costa Construtora E Incorporadora Ltda com a construção de treze empreendimentos (13) e a Terra Nova Engenharia Ltda com (8) empreendimentos construídos.

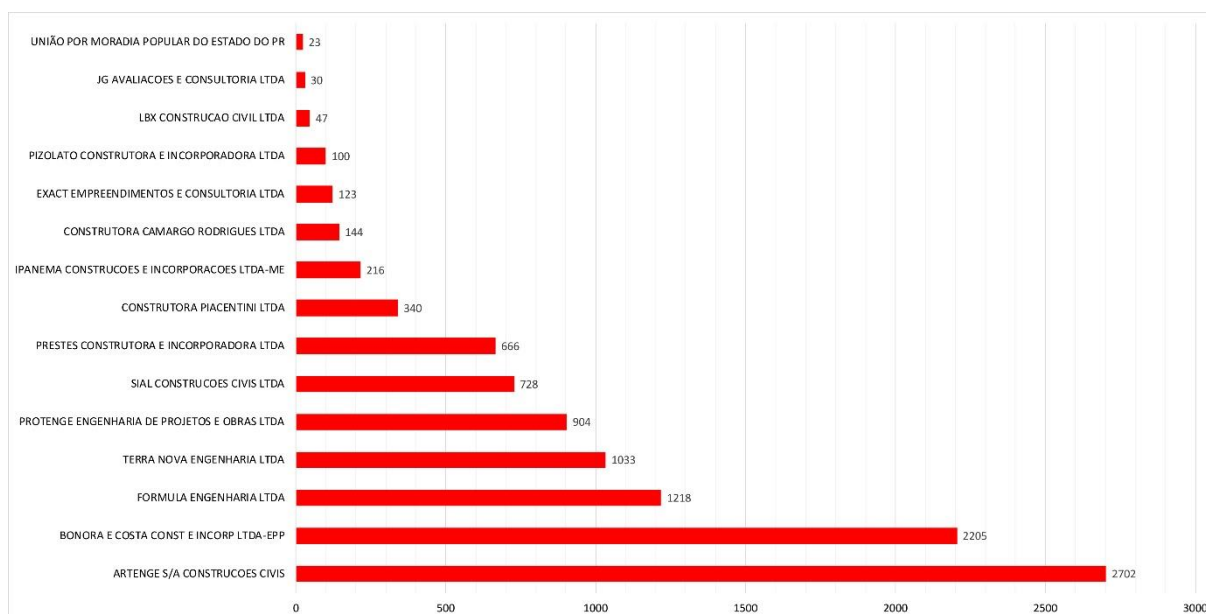
Tem como saber se essas construtoras são todas do Paraná?

Importa destacar que essas construtoras tem capital local e regional, tendo suas sedes

em cidades do Paraná como Londrina, Astorga, Centenário do Sul, Curitiba e Maringá. E de Itaporanga interior de São Paulo.

Em relação a quantidade de imóveis, essas construtoras também se destacam. O gráfico 4 evidencia o número de imóveis construídos por construtora,

Gráfico 4. Número de imóveis construídos por construtora na Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Conforme o Gráfico 3 a Ipanema Construções E Incorporações Ltda. foi responsável pela construção de duzentos e dezesseis (216) imóveis; a Construtora Piacentini Ltda. construiu trezentos e quarenta (340) imóveis; uma das mais atuantes na construção dos empreendimentos pela RMLLO a Artenge S/A Construções Civis ficou responsável pela construção de dois mil setecentos e dois (2702) imóveis; outro caso de destaque na construção de empreendimentos a Bonora E Costa Construtora E Incorporadora Ltda realizou a construção de dois mil duzentos e cinco (2205) imóveis.

Posterior a isso tem-se a Terra Nova Engenharia Ltda com mil e trinta e três (1033) imóveis; a Protenge Engenharia De Projetos E Obras Ltda com novecentos e quatro (904); a SIAL Construções Civis Ltda com setecentos e vinte e oito (728); Formula Engenharia Ltda com um mil duzentos e dezoito (1218); e a Prestes Construtora E Incorporadora Ltda com seiscentos e sessenta e seis (666) imóveis.

Com menos de quinhentos (500) imóveis construídos, têm-se a Construtora Camargo

Rodrigues Ltda com cento e quarenta e quatro (144); a Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda com a construção de cem (100) imóveis; atuando no MCMV Entidades e financiado pelo fundo FDS a União por Moradia Popular do Estado do Paraná foi responsável pela construção de vinte e três (23) imóveis. E por fim, apresentam-se a JG Avaliações E Consultoria Ltda com a construção de trinta (30) imóveis; e LBX Construção Civil Ltda com quarenta e sete (47); e a Exact Empreendimentos E Consultoria Ltda. com cento e vinte e três (123) imóveis.

Como tiveram empresas construtoras que atuaram realizando a construção de empreendimentos em diferentes municípios da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) a tabela 1 apresenta os municípios de atuação destas empresas e quantos empreendimentos foram construídos em cada município.

Tabela 1. Atuação das construtoras pelas cidades da Região Metropolitana de Londrina de 2009 à 2019.

	ARAPONGAS	IBIPORÃ	LONDRINA	LUPIONÓPOLIS	PRADO FERREIRA	ROLÂNDIA	CAMBÉ
IPANEMA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA – ME	1						
CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA	1						
ARTENGE S/A CONSTRUÇÕES CIVIS	3		3			3	1
BONORA E COSTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP		3	7			3	
TERRA NOVA ENGENHARIA LTDA			4				4
PROTENGE ENGENHARIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA			3				
SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA			3				
FORMULA ENGENHARIA LTDA			1				
CONSTRUTORA CAMARGO RODRIGUES LTDA			1				
PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA				2			
UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ					2		
JG AVALIAÇÕES E CONSULTORIA LTDA					1		
PRESTES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA						1	1
LBX CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA						1	
EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA							1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Na tabela 1 é possível constatar que a Ipanema Construções e Incorporações Ltda, e Construtora Piacentini Ltda. tiveram sua atuação limitada ao município de Arapongas onde ambas realizaram cada uma a construção de um empreendimento. A primeira construtora citada tem sede em Apucarana/PR, município vizinho ao de Arapongas, e é de propriedade de Mario Toshiaki Fukuda segundo dados coletados junto a Receita Federal do Brasil (RFB) através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022a).

O Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Construtora Piacentini Ltda informa que construtora tem como sede Curitiba/PR, capital do Estado. A construtora Ipanema é registrada com um capital social de quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00) e a Piacentini Ltda. com sete milhões de reais (R\$ 7.000.000,00), sendo a primeira registrada enquanto microempresa e a segunda como média (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022a; 2022b).

Ambas construtoras atuam e possuem inscrição para a construção de edifícios e incorporação de empreendimentos imobiliários, porém a Piacentini possui licença para atuar ainda em obras de urbanização – como ruas, praças e calçadas, obras de terraplenagem; serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente; compra e venda de imóveis próprios; aluguel de imóveis próprios e corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022a; 2022b).

Na tabela 1 é possível verificar a ação de duas construtoras que foram responsáveis pela construção de um empreendimento cada no município de Londrina, trata-se das construtoras, Formula Engenharia LTDA e da Construtora Camargo Rodrigues LTDA. Em consulta junto ao Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral é possível verificar que a Formula Engenharia pertence a um grupo de três empresários que atuam na construção civil, sendo eles Carlos Roberto Nogueira; Jose Joaquim Soares Pinto da Silva; Gaspar Ferreira da Silva (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022c).

Além dos três sócios compõe sua administração a Vista Alegre Participações Ltda. A Formula Engenharia tem registrado um capital social de cem mil reais (R\$ 100.000,00) e é enquadrada como empresa de médio porte. Possui licença para atuação em atividades como c construção de edifícios, Incorporação de empreendimentos imobiliários, loteamento de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliário e holdings de instituições não-financeiras. A sede da empresa é localizada em Curitiba (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022c).

A Construtora Camargo Rodrigues Ltda. por sua vez tem sede localizada em

Itaporanga/SP, tendo como titular cadastrada Dileusa Rodrigues de Oliveira. O capital social da empresa é registrado em dez mil reais (R\$ 10.000,00) e a empresa é apresentada enquanto uma microempresa, tendo construído um empreendimento de cento e quarenta e quatro (144) imóveis no município de Londrina. A mesma tem licença para os segmentos de construção de edifícios, serviços de pintura de edifícios em geral; comércio varejista de materiais de construção em geral; e atividades paisagísticas (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022d).

Em relação a outras construtoras que atuaram somente em um município (tabela 1), devem ser consideradas a Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda, a União por Moradia Popular do Estado do Paraná, e a JG Avaliações e Consultoria Ltda. A Pizolato desenvolveu a construção de imóveis em Lupionópolis, e a União por Moradia Popular bem como a JG Avaliações desenvolveram atuação em Prado Ferreira.

Pela verificação no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral a Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda. tem sede localizada em Centenário do Sul/PR, município da Região Metropolitana de Londrina e fronteiro a Lupionópolis. A empresa é propriedade de Rodolpho Pizolato, Tiago Godoy Sobral, e Guilherme Francisco Pizolato Neto que são donos, ou sócios, de outras empresas que atuam no ramo da construção civil e em parcerias público privadas (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022e).

A Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda, tem licenças para atuação em diferentes áreas. Pelo que pode ser verificado em seu Comprovante de inscrição a mesma tem licença para atuar na incorporação de empreendimentos imobiliários, na preparação de massa de concreto e argamassa para construção, na construção de edifícios, em obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. Tem licença ainda, para desenvolver outras obras de engenharia civil não especificadas, serviços especializados para construção, corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis, para aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes e como gestora de condomínios prediais (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022e).

Apesar de ser caracterizado por um movimento social a UMP/PR – União Por Moradia Popular do Estado do Paraná é registrada como uma microempresa com sede em Curitiba/PR, capital do Estado do Paraná. Em seu quadro societário se encontra Maria das Graças Silva de Oliveira qualificada como presidente da associação e da empresa. Em suas atividades e licenças a mesma pode desenvolver atividades de associações de defesa de direitos sociais, entre os quais a moradia como desenvolveu em dois empreendimentos no município de Prado Ferreira (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022f).

Por fim, dentre as três construtoras que desenvolveram atividades apenas em um

município da RMLO, tem-se a JG Engenharia e Consultoria, que tem sede em Curitiba, e é cadastrada como uma empresa de pequeno porte e de capital social em oitenta mil reais (R\$ 80.000,00). A empresa possui licença para atuar em serviços de engenharia, em construção de edifícios, na construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação. Atua também em outras obras de engenharia civil não especificadas e serviços de pintura de edifícios em geral, além de obras de alvenaria e serviços especializados para construção não especificados anteriormente (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022g).

Ainda mapeando os agentes produtores do espaço, o grupo dos promotores imobiliário que atuaram na construção dos imóveis Faixa 1 do PMCMV na Região Metropolitana de Londrina (RMLO), têm-se as construtoras Prestes Construtora e Incorporadora Ltda. a LBX Construção civil Ltda. e a Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda. A Prestes Construtora foi a responsável pela execução de dois empreendimentos na RMLO, sendo um em Rolândia e outro em Cambé. Já a LBX Construção Civil e a Exact Empreendimentos foram responsáveis cada uma por construir de um empreendimento respectivamente em Rolândia e Cambé.

A Prestes Construtora e Incorporadora Ltda, tem sede localizada em Curitiba, e apresenta um capital social da ordem de quarenta e sete milhões quatrocentos e oito mil e setecentos e noventa e oito reais (R\$ 47.408.798,00). A empresa tem em seu quadro societário Prestes Sa e Breno de Paula Prestes, dois reconhecidos empresários da construção civil que são donos, ou possuem sociedade, em outras empresas de atuação no ramo da construção civil. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022h).

A construtora possui, também, diferentes licenças para atuações em diversos campos da construção civil. Exerce atividades de construção de edifícios, de serviços de escritório e apoio administrativo, de incorporação de empreendimentos imobiliários, da administração de obras, e de execução de obras de urbanização - ruas, praças e calçadas. Além destas atividades, tem atuado em obras de terraplanagem, loteamento de imóveis próprios, serviços de engenharia, em transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, na construção de rodovias e ferrovias, e em outras sociedades de participação, exceto holdings (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022h).

Com sede em Maringá/PR, a LBX Construção civil Ltda., é uma empresa de capital social de trinta e um milhões, novecentos e noventa e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos (R\$31.999.869,65). É propriedade de Luiz Felipe Egoroff de Vasconcelos Holanda, Alberto Fleith Lemuch e Gustavo Lemos Mori Ubaldin, os quais todo tem sociedade, ou são donos únicos, de outras empresas que atuam no setor de construção civil.

Tem licenças para atuação em Serviços de engenharia, construção de instalações esportivas e recreativas, gestão e administração da propriedade imobiliária, obras de terraplenagem, obras de urbanização como ruas, praças e calçadas, incorporação de empreendimentos imobiliários, compra e venda de imóveis próprios e a construção de rodovias e ferrovias (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022i).

Por fim, deste quadro de empresas que tiveram atuação em Cambé e Rolândia, tem-se a Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda. Com sede no município de Astorga/PR, a empresa é registrada com capital social de um milhão setecentos e vinte mil reais (R\$ 1.720.000). A empresa é propriedade conjunta de Jose Claudio Ruziska Junior, Marcio Bastos Ruziska e Jose Claudio Ruziska Junior, estes não sendo proprietários de outra empresa que não a Exact. A empresa possui licença para atuar na construção de edifícios, na fabricação de estruturas metálicas, na coleta de resíduos não-perigosos, na incorporação de empreendimentos imobiliários, na construção de rodovias e ferrovias, e em obras de urbanização como ruas, praças e calçadas (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022j).

Propositalmente foram deixadas para o fim das apresentações as empresas que mais se destacaram na construção de empreendimentos e de imóveis. Até neste momento, destaca-se que as empresas já apresentadas possuem características em comum, uma vez que são todas ligadas ao Estado do Paraná, e todas tem em seus respectivos quadros societários pessoas que são proprietárias ou sócias de outras empresas que também atuam no setor imobiliário.

Acerca das empresas que se destacaram no volume de produção dos empreendimentos construídos na RMLO, de 2009 a 2019, na linha de crédito Faixa 1 foram a Artenge S/A Construções Cíveis, a Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda, a Terra Nova Engenharia Ltda, a Protenge Engenharia De Projetos e Obras Ltda e a Sial Construções Cíveis Ltda. Com exceção da Sial Construções e a Protenge Engenharia, que executaram a construção de três (3) empreendimentos em Londrina e em Rolândia respectivamente, todas as outras construtoras atuaram em mais de um município na RMLO no referente período.

A Artenge foi responsável por construir três (3) empreendimentos em Arapongas, outros três (3) em Londrina, mais outros três (3) em Rolândia e um (1) em Cambé. A Bonora e Costa Construtora executou a construção de três (3) empreendimentos em Iporã, sete (7) empreendimentos em Londrina e outros três (3) em Rolândia. E por fim, a Terra Nova Engenharia Ltda foi a responsável por desenvolver quatro (4) empreendimentos em Londrina e outros quatro (4) em Cambé.

A Sial Construções Cíveis Ltda. tem sede localizada em Curitiba, sendo propriedade em sociedade de Armando Hiroshi Nonose e Edenilso Rossi Arnaldi, tem ainda entre seus

quadros administrativos Ernandes Rossi Arnaldi e Jan Nowak Junior. Desde a fundação da empresa em 1991, a Sial Construções se tornou uma das principais empresas de construção civil no país a executar projetos de infraestrutura pública. Em 2019, por exemplo, a Sial foi construtora responsável por construir um novo terminal de passageiros para o Aeroporto de Macaé (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022k).

Seu capital social registrado é de vinte e dois milhões, setecentos e setenta mil reais (R\$ 22.770.000,00). Tem licença para atuação na construção de edifícios, rodovias e ferrovias, na construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação. Atuam, também, na instalação e manutenção elétrica, em serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, na administração de obras e na incorporação de empreendimentos imobiliários (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022k).

Com sede registrada em Londrina, a Artenge S/A Construções Cíveis é de propriedade de Cassia Imai e Kozue Imai. A empresa é ligada a Toshio Imai, empresário, dono da Maringá Soldas (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022l). A Artenge historicamente se destacou em Londrina sendo uma das primeiras incorporadoras a atuarem na hoje conhecida região da Gleba Palhano, se tornando uma referência local do mercado de construção civil.

Registrada com um capital social de dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais (2.552.000,00), é uma empresa londrinense que se destaca na execução de projetos de infraestrutura pública. Possui licença para atuar na Incorporação de empreendimentos imobiliários (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022l).

A Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda registrada enquanto propriedade de Mauricio Tadeu Alves Costa, que possui outras empresas de atuação no setor imobiliário. A empresa dispõe de licença para atuar na construção de edifícios, em obras de urbanização e obras de terraplenagem. Além destas atividades encontra-se com registro na atuação em comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente e em compra e venda de imóveis próprios. Segundo seu Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral a empresa é registrada com um capital social de duzentos e vinte mil reais (R\$220.000,00) (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022m).

Sediada também em Londrina a Terra Nova Engenharia Ltda registrada enquanto propriedade de Haroldo Takao Yamaguti e da Hagem Participações e Investimentos Eireli, que por sua vez também é propriedade de Haroldo Takao. A empresa encontra-se registrada com capital social de dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil reais (R\$ 2.759.000,00). Possui licença para atuação nas áreas de construção de edifícios, para a incorporação de empreendimentos imobiliários, na construção de instalações esportivas e recreativas para a

administração de obras e na compra e venda de imóveis próprios e foi responsável pela execução de oito (8) empreendimentos na RMLO (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022n).

Por fim, a última empresa a ser destacada pela atuação na construção de empreendimentos Faixa 1, financiados via FAR e FDS, é a Protenge Engenharia De Projetos e Obras Ltda. Outra empresa com sede em Londrina a Protenge é registrada com capital social de quatro milhões e oitocentos e cinquenta e oito reais (R\$ 4.000.858,00). Os titulares da propriedade da empresa são Vitor Jose Galao e Dante Bellinati Guazzi. A empresa dispõe de licença para atuar na construção de edifícios, em obras de urbanização, obras de terraplenagem, obras de fundações. Além destas atividades, é registrada na atuação em comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente e em compra e venda de imóveis próprios (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2022o).

Em linhas gerais pode-se afirmar que trata-se de um grupo heterogêneo de empresas, com a sede destes capitais instalada em municípios paranaense, estando apenas uma empresa no estado de São Paulo. Cumpre destacar que essas empresas imobiliárias e atuantes na construção civil compõem um importante grupo de agente produtor do espaço urbano, tendo papel importante no processo de urbanização e estruturação do espaço urbano (CORRÊA, 1989) dessas cidades na Região Metropolitana de Londrina, seja incorporando novas áreas a malha urbana seja criando espaços vazios.

Na tabela x é possível verificar que as empresas tendo por base a cidade sede, encontravam-se assim localizadas na RMLO: 1 empresa com sede em Apucarana/PR, 6 com sede em Curitiba, 4 em Londrina/PR, 1 na cidade de Itaporanga/SP, 1 em Centenário do Sul/PR, além de 1 em Astorga/PR e 1 na cidade de Maringá/PR. Com esses dados é possível observar uma relativa inserção de capital oriundo de Curitiba na RMLO, afinal, em números absolutos, no quesito empresas, é a principal sede do capital atuante na RMLO.

Tabela 2. Caracterização das empresas construtoras e sua atuação na RMLO de 2009 a 2019.

EMPRESA	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS	MUNICÍPIO SEDE/ESTADO
IPANEMA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - ME	1	Apucarana/PR
CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA	1	Curitiba/PR
ARTENGE S/A CONSTRUÇÕES CIVIS	10	Londrina/PR
BONORA E COSTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP	13	Londrina/PR
TERRA NOVA ENGENHARIA LTDA	8	Londrina/PR
PROTENGE ENGENHARIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA	3	Londrina/PR
SIAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA	3	Curitiba/PR
FORMULA ENGENHARIA LTDA	1	Curitiba/PR
CONSTRUTORA CAMARGO RODRIGUES LTDA	1	Itaporanga/SP
PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	2	Centenário do Sul/PR
UNIÃO POR MORADIA POPULAR	2	Curitiba/PR

EMPRESA	NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS	MUNICÍPIO SEDE/ESTADO
DO ESTADO DO PARANÁ		
JG AVALIAÇÕES E CONSULTORIA LTDA	1	Curitiba/PR
PRESTES CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	2	Curitiba/PR
LBX CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	1	Maringá/PR
EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA	1	Astorga/PR

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Mas se a maior quantidade de empresas apresentou como sede Curitiba, no tocante a número de empreendimentos construídos, pelas empresas construtoras, aquelas cujo capital tem como sede Curitiba/PR, foram responsáveis por um número menor de empreendimentos realizados em comparação àquelas localizadas em Londrina, que foram responsáveis pela construção de 68% dos empreendimentos entregues na região metropolitana.

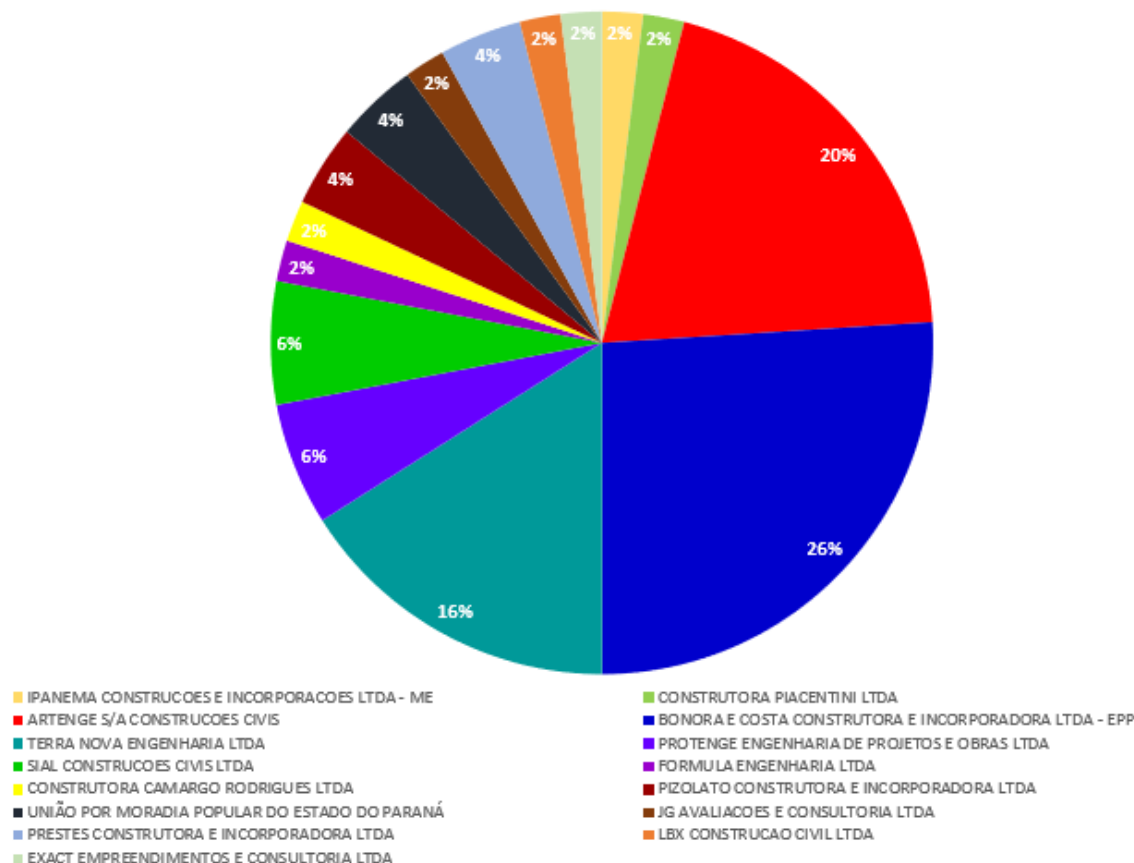
As empresas com sede em Curitiba/PR construíram e entregaram 20% dos empreendimentos realizados, seguido por empresas de Centenário do Sul com 4%, e as demais de Itaporanga/SP, Astorga/PR, Maringá/PR, Apucarana/PR com 2% dos empreendimentos realizados cada.

Entende-se a partir desses dados que se por um lado ocorreu maior inserção de empresas com sede em Curitiba na construção dos empreendimentos da RMLO, as construtoras de Londrina assumiram protagonismo neste processo, sendo as maiores responsáveis pela realização dos empreendimentos. Uma observação a ser feita, que dimensiona essa evidencia na materialidade, é que as empresas londrinenses Artenge, Protenge e Terra Nova foram as responsáveis pela a construção do Residencial Vista Bela que em seu complexo possuía mais de hum mil (1000) imóveis, sendo por tempo considerável a maior construção do PMCMV em

nível nacional por sua magnitude (AMORIM, 2015).

Sistematizando os dados por empresas (gráfico x), é possível verificar a relevância que assumiu o capital oriundo da cidade de Londrina em sua Região Metropolitana (RMLO).

Gráfico 5. Porcentagem de empreendimentos faixa 1, FAR e FDS, construídos por construtora na RMLO de 2009 a 2019



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

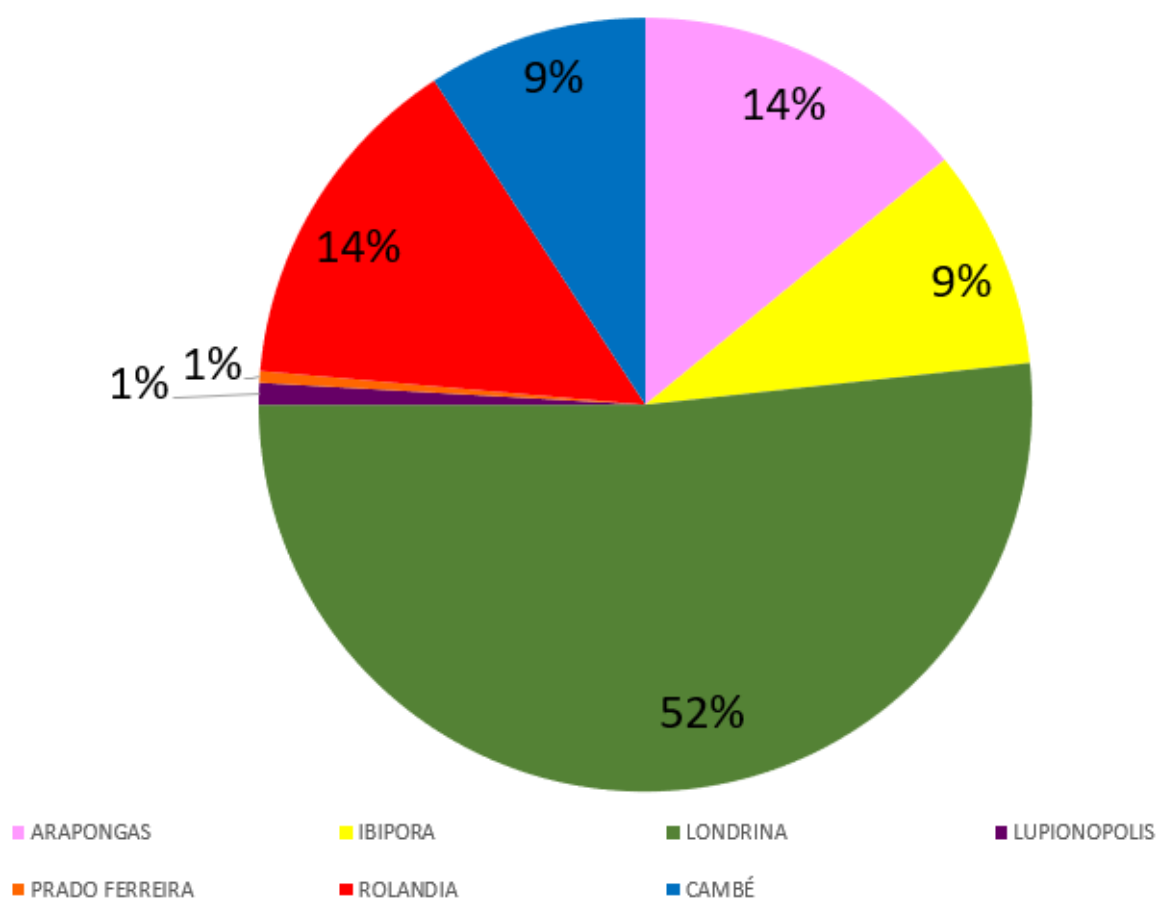
Chama-se atenção (gráfico 5) para a atuação de empresas londrinenses como a Artenge que foi responsável pela a construção de vinte por cento (20%) dos empreendimentos realizados na RMLO, a construtora Bonora E Costa apresenta atuação em vinte e seis (26%) dos empreendimentos desenvolvidos. A empresa Terra Nova Engenharia e a Protenge Engenharia apresentaram, respectivamente, dezesseis por cento (16%) e seis por cento (6%).

A SIAL Construções, com sede em Curitiba, apresentou seis por cento (6%) dos empreendimentos realizados, evidenciando assim a relevância do capital londrinense na execução do MCMV Faixa 1 na Região Metropolitana de Londrina (RMLO).

Importa destacar ainda que que essas empresas seiadadas em Londrina, atuaram em diferentes cidades da RMLO, ao passo que: Londrina recebeu a maioria absoluta dos imóveis

construídos pelo Faixa 1 do PMCMV financiados pelo FAR e FDS, com 52% do total. Além de Londrina, Arapongas recebeu quatorze 14% dos imóveis construído na RMLO, seguida de Cambé e Ibiporã com 9% cada. Rolândia recebeu 14% do total de imóveis construídos. Prado Ferreira e Lupionópolis receberam cada apenas um por cento 1% dos imóveis realizados.

Gráfico 6. Porcentagem de imóveis faixa 1, FAR e FDS, construídos por construtora na RMLO de 2009 a 2019



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

A partir do gráfico x, pode retomar a crítica realizada a Região Metropolitana de Londrina se faz enquanto uma metrópole apenas no papel e no discurso (DA CUNHA, 2005), do que propriamente fruto de um fenômeno de metropolização da região. A distribuição dos empreendimentos e imóveis reforçam essa evidência. Isso porque os empreendimentos e imóveis encontram-se concentrados no aglomerado urbano (BRAGUETO, 2007) composto por Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia e Arapongas e não se encontram nos demais vinte (20) municípios que compõe a Região Metropolitana.

O aglomerado urbano dos cinco (5) municípios formados por Ibiporã, Londrina,

Cambé, Rolândia e Arapongas foram os que mais receberam empreendimentos e imóveis, e foi a porção de maior atuação das empresas de Londrina. Isso reforça que, apesar de ocorrer uma considerável inserção na RMLO de empresas com sede em Curitiba e de se ter empresas com outras sedes, as construtoras londrinenses conseguem se manter a frente da competição nesse processo de construção de espaço e habitação (OLIVEIRA; FRESCA, 2019).

Sendo historicamente um grande empreendimento imobiliário, como discutido no segundo capítulo, o município de Londrina e a região Norte do Paraná em seu processo histórico assistiu o a criação de empresas imobiliárias locais que alavancaram certo crescimento no decorrer das décadas e assumiram na região Norte e em Londrina certo protagonismo político, tornando-se um dos agentes hegemônicos do processo político local. Empresas como a Artenge, Bonora e Costa, Terra Nova e Protenge Engenharia tem em comum o fato de pertencer a famílias londrinenses (AMORIM, 2015; OLIVEIRA; FRESCA, 2019; TÖWS, 2010).

Essas empresas tem atuação destacada no ramo imobiliário londrinense, que é um setor da sociedade civil hegemônico no processo político local, tendo forte atuação no mercado imobiliário (TÖWS, 2010), se fazendo presente junto a conselhos municipais e essa influência também se estende para a execução de políticas públicas habitacionais na região (ZANON et. al., 2015).

Assim, os números evidenciam essa força política que possui as elites locais do setor imobiliário londrinense em sua atuação, por meio do PMCMV na RMLO, no município de Londrina e aqueles que em conjunto com ela compõe o aglomerado urbano, caso de Ibiporã, Cambé, Rolândia e Arapongas. Desta maneira, pode se dizer que os agentes imobiliários londrinenses assumem um protagonismo da execução da política pública em escala local e regionalizada, e isso devido a sua hegemonia política histórica que se destaca em Londrina, bem como as condições históricas que proporcionam essas empresas desenvolver certa relevância de composição técnica que lhe permite competir com empresas de capital externo e aberto (AMORIM, 2015; AYOUB, 2021; DE ABREU, 2017; OLIVEIRA; FRESCA, 2019).

As demais empresas tiveram, por sua vez, uma atuação mais localizada conforme se distanciam do aglomerado urbano do entorno de Londrina. Em Prado Ferreira e Lupionópolis, cidades pequenas na região Norte do Paraná, é possível visualizar esse processo. Em Lupionópolis, dois empreendimentos foram realizados pela Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda, que tem sede em Centenário do Sul/PR um de seus municípios vizinhos.

Esse processo evidencia também, no nível metropolitano de Londrina, a atuação de pequenos promotores imobiliários, que tem dinâmicas próprias se comparados aos grandes construtores, mas que por regra atuam em localidades onde o grande capital imobiliário não se

faz presente. Desta forma, localidades da RM que não sofreram atuação das empresas com sede londrinenses se tornaram propícias para atuação deste pequeno capital imobiliário.

Na cidade de Prado Ferreira foram construídos dois (2) empreendimentos pelo movimento social União Por Moradia Popular Do Estado Do Paraná (UMP) através do MCMV Entidades. O mesmo município recebeu um empreendimento FAR, construído pela JG Avaliações e Consultoria Ltda que tem sede em Curitiba/PR. Reforçando assim, a ideia de que as empresas londrinenses foram hegemônicas do processo de construção dos empreendimentos PMCMV no aglomerado urbano do entorno de Londrina e as empresas com sede em Curitiba se inseriram na competição com as grandes empresas londrinenses e com as pequenas empresas do interior da RMLO.

Já as pequenas empresas imobiliárias compostas por pequeno capital conseguiram desenvolver empreendimentos em municípios mais distantes do aglomerado urbano londrinense, mas também em municípios desta regionalidade como o caso de Cambé e Ibiporã. Chama a atenção o caso da Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda. empresa familiar com sede em Astorga/PR que foi a responsável por construir um empreendimento em Cambé.

Esse processo de concorrência entre pequenas empresas e de maiores capitais pode ser compreendido também como consequência de ações políticas e econômicas, desenvolvidas por FHC e Lula e discutidas no capítulo três, que promoveram o barateamento do crédito imobiliário ampliando, assim, o mercado consumidor e a demanda. As ações criadas da mesma forma promoveram o lado da oferta, proporcionando a pequenos promotores imobiliários conseguirem se inserir, mesmo que de modo reduzido e tímido na construção dos empreendimentos do PMCMV como o próprio caso das cooperativas através do MCMV Entidades (FRESCA, 2015; OLIVEIRA; FRESCA, 2019; SHIMBO, 2010).

Analisando, portanto, as questões que envolvem o processo político e econômico da realidade estudada, cabe destacar que a hegemonia dos promotores imobiliários londrinenses, que são destacados atores políticos da realidade local, se manifesta através do PMCMV em nível mais regionalizado, sobretudo no aglomerado urbano que envolve Londrina. Esse processo já era historicamente existente antes do PMCMV, o que se assiste, portanto, é um cooptação da política pública pelo mercado privado sujeitando essa a seus interesses políticos e econômicos, prática que foi vista em inúmeras realidades que tiveram a execução do MCMV (MARICATO, 2019).

Um fator que corrobora com esta afirmação de cooptação se assenta no fato de quem em todos os municípios da RMLO que receberam empreendimentos do MCMV, casos de Arapongas, Cambé, Ibiporã, Londrina, Rolândia, Prado Ferreira e Lupionópolis, se teve a

construção de empreendimentos ocorridas anteriormente a criação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), ou seja, os interesses da sociedade foram negligenciados, no início da execução programa, frente aos interesses do capital. O caso de Lupionópolis é mais emblemático, uma vez que o município ainda não finalizou seu plano local, e são por meio do PLHIS que a sociedade em seu conjunto desenvolve um projeto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para a política habitacional do município (AMORIM, 2015; COHAPAR, 2019).

No interior da RMLO assistiu-se uma influência entre pequenos produtores imobiliários e o capital oriundo de pequenas empresas da capital Estado Curitiba e do interior de São Paulo, caso da Construtora Camargo Rodrigues Ltda que tem sede em Itaporanga/SP. Essas empresas exteriores a RMLO conseguiram em partes, e com poucos empreendimentos desenvolvidos, se no aglomerado de entorno ao município de Londrina, principalmente Cambé e Rolândia, porém tiveram atuações destacadas em localidades menores.

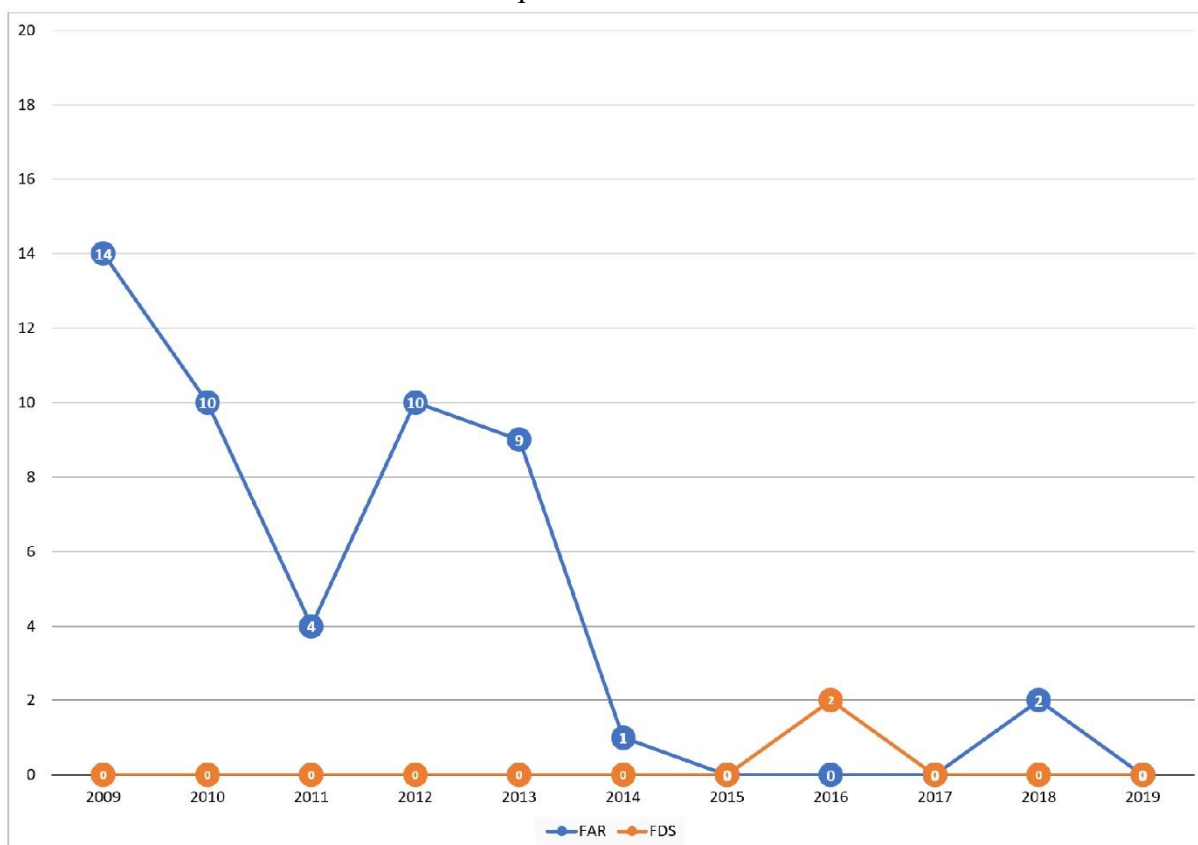
Nesse sentido, evidencia-se que execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1, financiados através dos Fundos de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), se inserem na realidade política local de Londrina e de sua Região Metropolitana. Em tal realidade a elite londrinense é hegemônica do processo político e influencia, assim, decisões que envolvem as relações públicas e privadas visando, por meio delas, cumprir seus interesses. Empresas de outras localidades tentam, e tentaram através do MCMV, se inserir no mercado da RMLO, todavia, sem realmente fazer frente a esse agente produtor do espaço que é hegemônico e consegue controlar processo político e econômico local para si.

Destaca-se, também, o papel do pequeno capital que possuiu destacada atuação em municípios menores com os casos de Prado Ferreira e Lupionópolis. Esse fator reforça a necessidade de investigação da realidade local de pequenas cidades, pois, como problematiza Corrêa (2017) investigar essas realidades existentes em pequenas cidades se faz muito importante, uma vez que nestas localidades os agentes políticos influência política e econômica em especial na administração pública.

Do ponto de vista econômico é possível compreender que em Londrina e em sua Região Metropolitana (RM) há o efeito contracíclico esperado pela política pública, porém, de maneira desigual. Evidentemente, o investimento público se faz importante impulsionador na criação de demanda e como alavanca do processo econômico, porém, conforme o gráfico 7, além destas ações que se concentraram no aglomerado urbano londrinenses compostos pelos municípios já supracitados, o PMCMV tem sua execução concentrada no intervalo temporal de

2009 a 2013 em especial nestas localidades. Em outras localidades da RMLO, as ações são desenvolvidas após esse período, não gerando o impacto econômico de igual maneira nas municipalidades que receberam os empreendimentos do PMCMV.

Gráfico 7. Número de empreendimentos FAR e FDS construídos de 2009 à 2019 na região metropolitana de londrina



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

O gráfico 7 evidencia esse processo de intensidade que o programa assumiu entre 2009 a 2013 e posterior a 2014 (período no qual o país passou a ser governado por Termer e Bolsonaro em uma perspectiva mais ultra-neoliberal) ocorreu a desaceleração de sua produção, com os últimos empreendimentos sendo desenvolvidos em 2018. Entre 2016 a 2018 somente Lupionópolis e Prado Ferreira receberam os empreendimentos, até essa data todos os anteriores se concentraram em Arapongas, Londrina, Cambé, Rolândia e Ibiporã municípios que compõe uma aglomeração urbana. Evidenciando a afirmação acima de que a intencionalidade contracíclica seu de maneira desigual pela RMLO.

Com o gráfico deixa evidente que de 2009 a 2013 o número de empreendimentos Faixa 1, financiados pelo FAR e FDS, passam por um rápido processo de produção neste período tendo como recorte a RMLO. Como já colocado, neste período de 2009 a 2013 Arapongas,

Londrina, Cambé, Rolândia e Ibiporã, municípios que compõe uma aglomeração urbana londrinense, receberam todos os empreendimentos desenvolvido na RMLO no seguimento estudado por este trabalho. Posterior a 2013, porém, nenhum destes municípios recebeu novos empreendimentos, somente Prado Ferreira e Lupionópolis viriam a receber em 2016 e 2018 respectivamente. Isso se deve, em grande parte, a grave crise econômica, política e social que aconteceu no Brasil pós-2013 quando em dois anos o país assistiu uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) em aproximadamente 6,5% (CARVALHO, 2018).

O reflexo da Operação Lava-Jato e das correntes políticas lavajatistas e neoliberais que ganharam força no cenário político brasileiro pós-2014, quando Dilma foi reeleita em 2014 e tomou posse pela segunda vez em janeiro de 2015, produziu um o cenário político e econômico brasileiro diferente daquele outrora, de 2009 e 2010 (LEITE, 2016).

A Operação Lava-Jato que consistiu em um conjunto de investigações, entre muitas controversas, realizadas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal de Curitiba, e que cumpriu mais de mil mandados entre os de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão, foi um importante fator para a mudança deste cenário. A espetacularização dos escândalos de corrupção com a sua novelização por meio dos meios de comunicação de rádio, televisão, e internet promoveram a criminalização da política, das instituições públicas, da esfera pública e das empresas estatais perante a opinião pública, produzindo um cenário de desinvestimento e desmonte de políticas públicas de Estado em prol dos interesses de mercado (CARVALHO, 2018; LEITE, 2016; SOUZA, 2019).

O país, após esse período, passou por uma retração no investimento público com poucas ordens de serviço sendo prestadas pelo Estado brasileiro. Com a opinião pública sendo aliciada pelo discurso lavajatista, o ideário neoliberal de desmonte do Estado ganha centralidade no cenário político brasileiro, ganhando ainda mais relevância com o Golpe de 2016 que retira Dilma injustamente do poder e alça até ao cargo de Presidente da República Michel Temer (LEITE, 2016; SOUZA, 2019).

O governo Temer promoveu um verdadeiro desmonte das políticas públicas de investimento, promovendo privatizações, e regulamentações que inibiram as ações promovidas pelo Estado. A maior evidência apresentada por essas razões foi com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 95, popularmente conhecida como EC do Teto de Gastos. Em termos práticos essa Emenda promovia um desinvestimento do Estado em políticas públicas desenvolvidas no gasto primário – saúde, educação, moradia, segurança pública, assistência social, e investimento – uma vez que restringia seu investimento por vinte (20) anos (CARVALHO, 2018; LEITE, 2016; SOUZA, 2019).

A partir de 2016, portanto, o gasto público brasileiro no setor primário, no qual se encontra a moradia e o PMCMV, passou a receber reajustes apenas considerando os aumentos nominais dado pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior, reduzindo a capacidade do Estado de intervenção na economia, como preconizado pelo ideário neoliberal. Outro fator que corrobora pelo que é defendido nessa explicação ocorre pelo fato de que com a Operação Lava-Jato e o lavajatismo as empreiteiras e imobiliárias brasileiras passam a um rearranjo de suas atividades (CORRÊA, 2021; FERNANDES, 2019).

Como consequência desta criminalização que passou a indústria de construção civil brasileira devido a Lava-Jato e suas consequências políticas e econômicas - lembrando que esse era um setor da economia brasileira que havia alcançado a fronteira do conhecimento e detinha um vasto conhecimento técnico, e que como lembra Santos (2008a) conhecimento técnico é sinônimo de poder na sociedade capitalistas -, as empresas de construção civil deixaram de atuar no setor imobiliário para baixa renda. Como a demanda se retraiu por efeitos da crise econômica, da força do lavajatismo, e do ideário neoliberal que ganhava centralidade no poder, os atrativos promovidos pelo PMCMV que fizeram as grandes construtoras atuarem no programa não existiam, provocando um rearranjo das atividades das empresas, como o caso da MRV-Engenharia que entre 2009 a 2013 era importante construtora do segmento Faixa 1 em nível nacional, mas passa a atuar somente em segmentos acima de três salários mínimos no pós-2014, assim como muitas outras (CORRÊA, 2021; FERNANDES, 2019).

Com todas as discussões e dados apresentados no decorrer deste tópico, é possível afirmar, do ponto de vista político e econômico, que a aplicação do PMCMV na Região Metropolitana de Londrina (RMLO) de 2009 a 2019 no segmento Faixa 1, financiados via FAR e FDS, teve seu desenvolvimento influenciado por condições históricas internas e externas a RMLO. Externas, pois tanto o seu início em 2009 com um grande número de construções era consequência direta de uma crise econômica global, quanto a desidratação que passa o programa pós-2014 é relacionada a uma crise econômica e política que atinge o Brasil e grande parte dos países capitalistas da periferia do sistema, ou seja, exteriores aos municípios da RMLO em sua escala regional, mesmo que as escalas estejam em constante interação.

E internamente a influência das elites locais e do setor imobiliário londrinense na execução do PMCMV em nível metropolitano foi evidenciado pela atuação destas construtoras no aglomerado urbano que compõe Londrina, e pelo papel desempenhado pelo pequeno capital imobiliário e empresas com sede em cidades não pertencentes a RMLO.

Pode se dizer que seguindo o processo histórico que essas empresas possuem no

planejamento urbano londrinense, que em nível metropolitano de execução do programa as condições historicamente produzidas permitem as empresas londrinenses a atuar diretamente, e em maior escala, no aglomerado urbano londrinense. As condições que geram o desenvolvimento destas ações são decorrentes de essas empresas serem agentes políticos hegemônicos no processo de desenvolvimento da região norte do Paraná, de Londrina e da própria RMLO.

Com isso em vista, no próximo item discutiu-se os impactos na produção espacial geradas pela aplicabilidade no PMCMV, nos termos de análise desta pesquisa, nas cidades da RMLO que receberam empreendimentos do programa. O próximo item é consequência direta de trabalhos de campo e análises da paisagem espacial apresentada na realidade.

4.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DO PMCMV NAS CIDADES DO AGLOMERADO URBANO DE LONDRINA

O desenvolvimento do PMCMV as cidades do aglomerado urbano de Londrina e demais RMLO receberam influências de dinâmicas e relações internas a seus limites espaciais e territoriais e, também, externas. Internas, uma vez que é possível visualizar a hegemonia do capital imobiliário local londrinense na realização dos empreendimentos em nível regionalizado. E externos, pois, a dinâmica que influenciava a realização dos empreendimentos estava, também, relacionada a fatores e eventos do cenário político estadual, nacional e global.

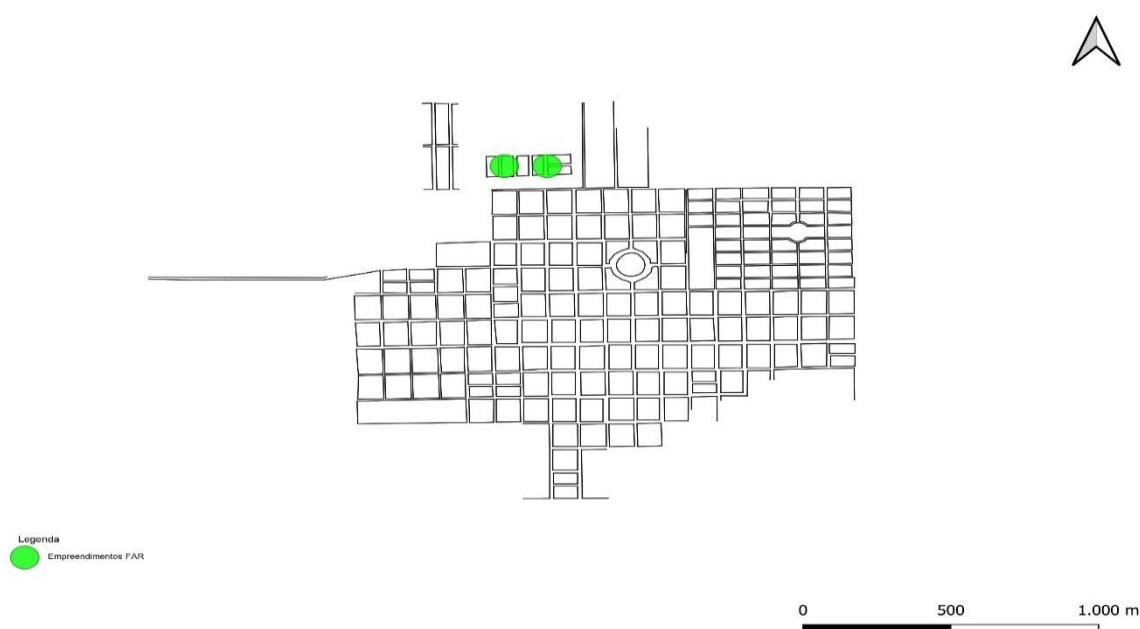
Neste item, as análises seguem focadas nas alterações que estes processos promoveram nos espaços das cidades da RMLO que receberam os empreendimentos. Em nível metropolitano, como já dito anteriormente, não é possível visualizar uma confluência entre os municípios nos desenvolvimentos dos empreendimentos do programa, uma vez que os mesmos não desenvolveram em conjunto um plano de desenvolvimento habitacional conjunto em nível metropolitano, sendo essa uma possível consequência de como a região metropolitana foi criada em Londrina e as relações sociais inerentes a esse processo que influencia sua atuação até a atualidade.

Em relação as cidades da RMLO, tendo por base as especificidades de cada uma, é possível apontar algumas alterações. Sendo um município incluso na RMLO, Lupionópolis é um município de 4.945 habitantes, e tem sua economia ligada a agropecuária, em especial na criação de bovinos, equinos, ovinos e suínos. Em seu núcleo urbano as atividades predominantes é a prestação de serviços (IPARDES, 2022). Neste contexto, a centralidade municipal é localizada em seu núcleo urbano, uma vez que é o lugar que concentra

principalmente essas atividades comerciais e de serviços.

Essas questões, também, foram visualizadas no trabalho de campo desenvolvido na área urbana de Lupionópolis. Como debatido no item anterior, o empreendimento foi construído por responsabilidade da empresa Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda. que tem sede em Centenário do Sul/PR, município que faz limite territorial com Lupionópolis e que também compõe a RMLO. A empresa foi a responsável por construir os empreendimentos denominados de Residencial Topazio I e II, responsáveis respectivamente pela construção de 50 imóveis cada, todos na porção norte da área urbana de Lupionópolis (figura 6).

Figura 6. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV na malha urbana de Lupionópolis



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

Esses empreendimentos, conforme levantado durante o trabalho de campo em 2022, não possuem pequenas atividades comerciais e equipamentos de serviços urbanos em seu entorno. Como é possível visualizar os residenciais tem localizado em seu entorno uma academia pública ao ar livre (figura 7).

Figura 7. Mosaico de Imagens – PMCMV em Lupionópolis.



Legenda: 1 – paisagem do empreendimento Topazio I; 2 – imóvel do empreendimento Topazio II; 3 – ao fundo academia pública; 4 – área do entorno dos residenciais Topazio I e II; 5 – imóvel do empreendimento Topazio I; 6 – entorno dos residenciais Topazio I e II.

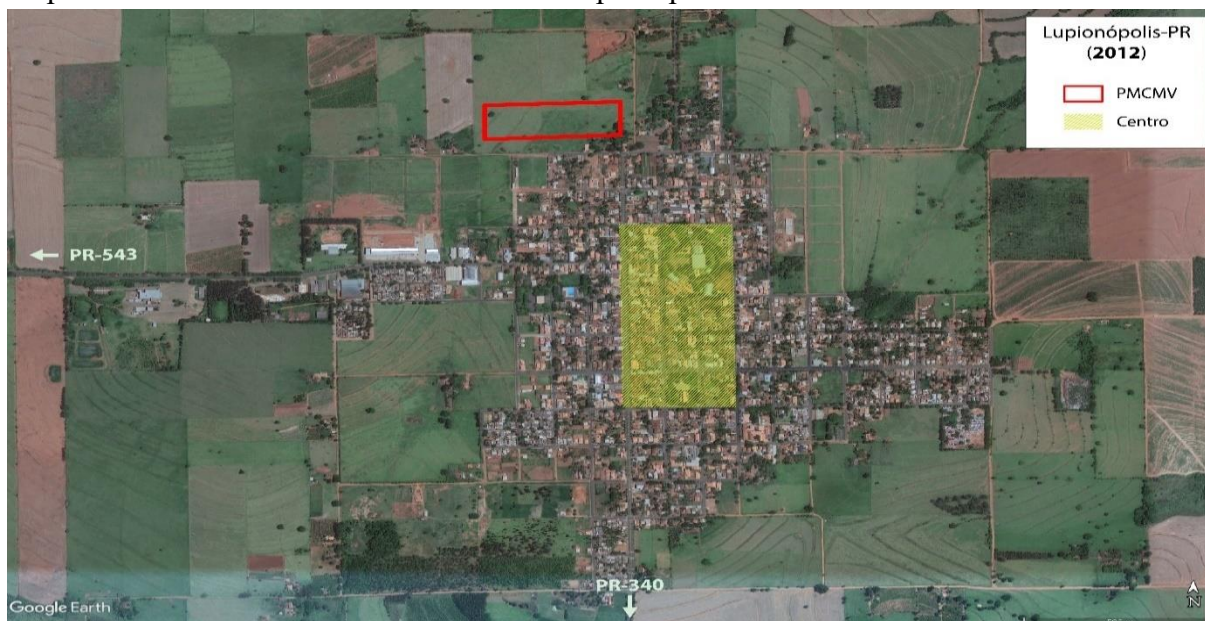
Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** O autor, 2022

Os empreendimentos fazem limite entre si possuindo uma única via de acesso que os conecta ao núcleo urbano. Essa via não possui a pavimentação asfáltica rígida, ainda se encontrando com pavimentação flexível a base de brita graduada e irregular. As condições físicas dos imóveis são variadas entre si, todavia, na observação da paisagem é possível visualizar que grande parte os imóveis já são consolidados, no quais seus residentes já passaram a realizar alterações de melhorias como a construção de muros e construções de anexos.

A distância em relação área consolidada da cidade promoveu a necessidade de realização do deslocamento de infraestruturas urbanas como rede de coleta de esgoto, de abastecimento de água, e de energia elétrica para suprir a demanda de cem (100) famílias que passaram a residir nestes dois empreendimentos.

Pode ser colocado que o desenvolvimento do PMCMV na cidade de Lupionópolis promoveu certo crescimento da malha urbana cidade em sua porção noroeste. Na figura 8 é possível visualizar que a cidade tinha como área consolidação a sua parte central e de seu entorno até 2012. E que a porção que viriam se localizar os dois empreendimentos do PMCMV, não faziam parte da área consolidada, sendo ainda de uso rural.

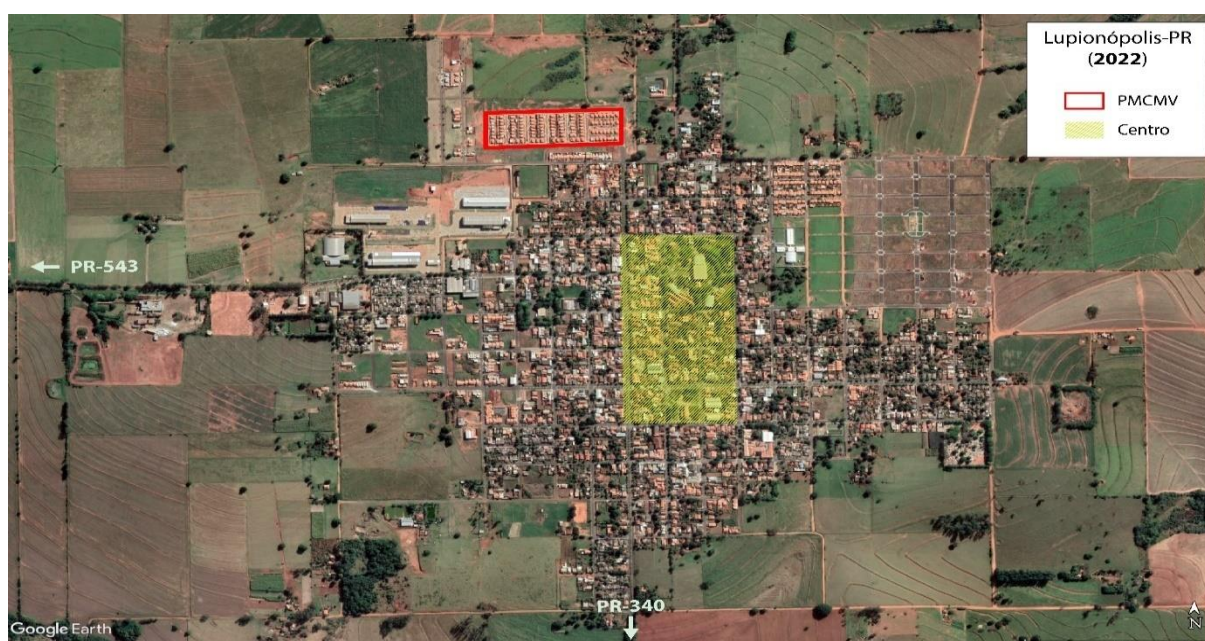
Figura 8. Para o ano de 2012 em destaque a área na qual seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Lupionópolis



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2012. **Org.** O autor, 2022

Após a realização das obras a paisagem e o espaço na porção norte da cidade de Lupionópolis foram alterados. A área rural passou a ser urbana e construção dos empreendimentos promoveu o deslocamento de infraestruturas urbanas inexistentes para os lotes, beneficiando sua área de entorno e auxiliando em seu processo de expansão urbana, com valorização do preço da terra urbana (figura 9).

Figura 9. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Lupionópolis em 2022.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2022. **Org.** O autor, 2022.

Ainda sobre a figura 9, chama-se a atenção para empreendimentos privados construídos próximos, como o residencial a oeste do PMCMV. Da mesma forma no sentido sul do PMCMV foi construída uma fábrica de cimento e pré-moldados, corroborando, assim, com a ocorrência da expansão urbana em decorrência do desenvolvimento das obras do programa que levou a essa parte da cidade infraestruturas mínimas que antes não existiam.

Ainda considerando as pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) que receberam empreendimentos financiados através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em Prado Ferreira foi realizada a construção de três empreendimentos. A empresa União por Moradia Popular do Estado do Paraná construiu os empreendimentos UH Prado Ferreira com 04 imóveis e UH Prado Ferreira II com 19 imóveis. O terceiro empreendimento, o Residencial Prado Ferreira, desenvolvido e proposto pela JG Avaliações e Consultoria Ltda, de sede em Curitiba/PR, responsável por construir neste empreendimento trinta (30) imóveis.

Cabe destacar, que o município tem população de 3.780 habitantes, concentrando sua atividade econômica em comércio e serviços e produção agropecuária e agrícola (IPARDES, 2022). Na área urbana, a localização dos empreendimentos segue o mesmo padrão encontrado em Lupionópolis, pois foram construídos na porção periférica da cidade (figura 10).

Figura 10. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira, 2022.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2022. **Org.** O autor, 2022.

A porção de localização dos empreendimentos apresenta sua consolidação da área a partir da construção dos mesmos, ou seja, em 2009 não era uma área edificada e consolidada antes da execução do programa (figura 11).

Figura 11. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira 2009



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2009. **Org.** O autor, 2022

Pelas observações *in loco* é possível afirmar que por ser o mais recente entre os três empreendimentos desenvolvidos, o Residencial Prado Ferreira aparenta estar ainda em processo de melhorias. Cabe destacar que os imóveis contam com rede de abastecimento de água e esgoto, energia elétrica, porém, não existe em suas proximidades equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social.

Os imóveis desenvolvidos pela União por Moradia Popular do Estado do Paraná apresentam características distintas e áreas construídas menores que os imóveis do Residencial Prado Ferreira, construído pela empresa JG Avaliações e Consultoria Ltda. Essas diferenças podem ser visualizadas na figura 12.

Figura 12. Mosaico de Imagens – PMCMV em Prado Ferreira.



Legenda: 1 – paisagem do empreendimento Residencial Prado Ferreira – FAR; 2 – área do entorno do empreendimento Residencial Prado Ferreira; 3 – habitação do Residencial Prado Ferreira - FAR; 4 – habitação do UH Prado Ferreira I - FDS; 5 – habitação do UH Prado Ferreira II - FDS; 6 – área de entorno dos residenciais.

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** 2022.

Esses empreendimentos foram construídos em uma porção cortada pela PR-170. Sendo os primeiros empreendimentos desenvolvidos nesta porção do território, os imóveis construídos pela Entidade Organizadora popular desenvolveram no local, em parcerias com a prefeitura, as infraestruturas mínimas passaram a atender também outras construções imobiliárias privadas na região de seu entorno.

Como evidenciado na figura 12 essa porção da cidade local antes não era constituído de infraestrutura urbana e era de uso rural, porém, na figura 13 fica evidente que a terra foi convertida em urbana para a construção dos empreendimentos do MCMV e essa porção do território se consolidou como uma área urbana.

Figura 13 A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Prado Ferreira 2019



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2019. **Org.** O autor, 2022

Importa reforçar, que embora nessas duas pequenas cidades, Lupionópolis e Prado Ferreira as distancias em relação a área central não sejam extensas, os empreendimentos se localizam nas porções mais periferias ao centro, mantendo de certa forma o padrão de construção de moradia para trabalhadores nas proximidades dos limites da cidade ou em áreas de expansão urbana, com terras rurais sendo incorporadas ao perímetro urbano. Em ambos os casos uma parte dos limites dos empreendimentos faz limite com a porção rural, ocupada por atividades agrícolas.

Com uma população de aproximadamente 124.810 habitantes, o município de Arapongas é economicamente um dos mais relevantes da Região Metropolitana de Londrina (RMLO). Sendo um importante polo moveleiro do Sul do Brasil, sua economia tem a produção em bases industriais e na prestação de serviços, destacando-se, ainda, a agricultura de alta produtividade (IPARDES, 2022).

Foram realizados no município cinco (5) empreendimentos Faixa 1 do PMVMC, financiados via FAR. A execução do programa em Arapongas contou com a presença do capital com sede em Londrina (tabela 3).

Tabela 3. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Arapongas

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CONSTRUTORA PROPONENTE	NÚMERO DE IMÓVEIS
ARAPONGAS	Residencial Piacenza	Construtora Piacentini Ltda	340
	Residencial Arapongas	Artenge S/A Construções Cíveis	176
	Residencial Arapongas III	Ipanema Construções e Incorporações Ltda.	216
	Residencial Araucária I	Artenge S/A Construções Cíveis	407
	Residencial Araucária II	Artenge S/A Construções Cíveis	405

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Org.** O autor, 2022.

A empresa londrinense Artenge S/A foi responsável pela construção de três (3) empreendimentos. Aturaram também a Construtora Piacentini Ltda de Curitiba/PR e Ipanema Construções e Incorporações Ltda. que tem sede em Apucarana/PR, município que faz limite territorial com Arapongas.

As visitas de campo nos residenciais evidenciaram que a estética e arquitetura dos imóveis os empreendimentos apresentavam características comuns, na qual todas as casas eram geminadas. Na figura 14 foto número 3 é possível visualizar uma casa que mantém o padrão original. A construtora, buscando economizar material, transformou uma casa em duas, ao fazer a repartição no meio.

Figura 14. Mosaico de Imagens – PMCMV em Arapongas.



Legenda: 1 – imóvel do empreendimento Residencial Piacenza; 2 – imóvel do empreendimento Residencial Arapongas I; 3 – habitação do Residencial Araucária I; 4 – Residencial Araucária II; 5 – igreja Congregação Cristã no Brasil no Residencial Araucária I; 6 – imóvel do Residencial Araucária I.

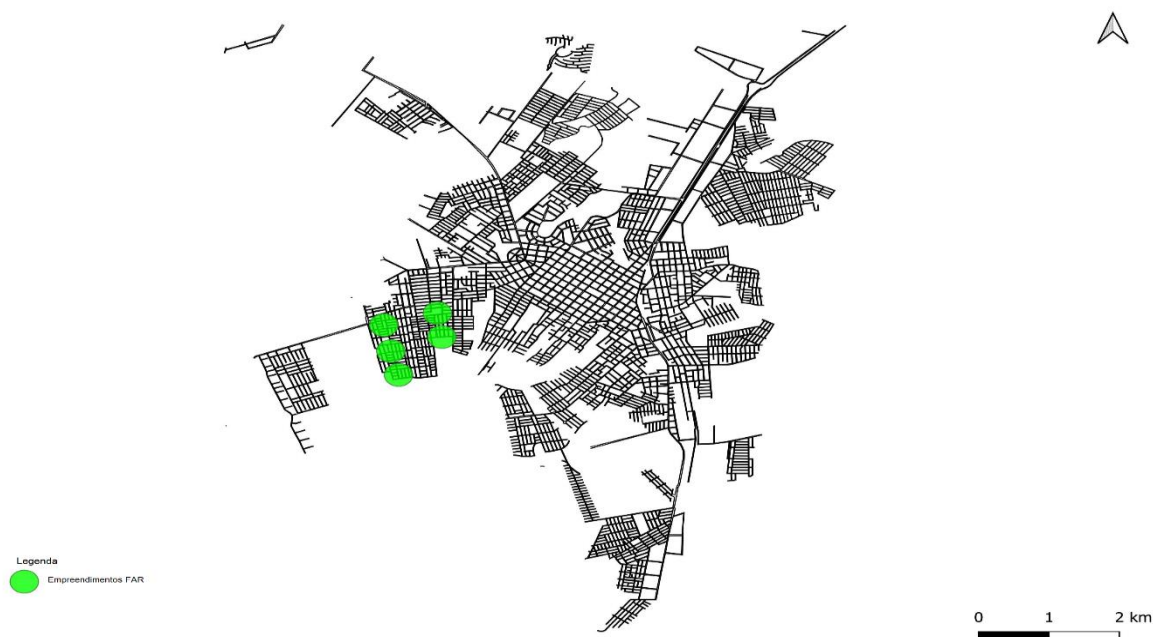
Fonte: Levantamento de campo, 2022. **Org.** O autor, 2022.

Quanto ao Residencial Piacenza e Arapongas III, os mesmos apresentam habitações sem muitas alterações de sua forma original, sendo possível visualizar que são poucas os imóveis que possuem muros, porém, os que contém por regra são sem acabamento. Uma parte considerável das habitações, ainda, não possui qualquer ampliação de cômodos ou arranjos, diferente do padrão percebido no Residencial Arapongas I o Residencial Araucária I e II (figura 14).

Apesar de contar com um pequeno comércio local, os moradores não possuem em sua proximidade equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social. É perceptível, ainda, presença de igrejas neopentecostais como o caso da Congregação Cristã no Brasil (figura 14).

Outro ponto a ser destacado é a distância dos empreendimentos frente ao centro urbano da cidade de Arapongas, além de sua proximidade com as indústrias presentes na rodovia PR-444 que se localiza cerca de dois (2) quilômetros dos empreendimentos, como é apresentado na figura 15.

Figura 15. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Apesar da arquitetura e tipo de edificação semelhantes, observou-se algumas diferenças. Os imóveis do Residencial Araucária I e II, parecem se encontrar em fases mais avançadas de ocupação pelos moradores, pois, nesses empreendimentos é possível visualizar edificações que contam com muros em melhores condições de acabamento, além da presença de pequenos comércios como mercados e farmácias.

Como colocado anteriormente, a localização dos empreendimentos é concentrada na parte periférica da porção oeste da cidade, com distância aproximada de 4,3 quilômetros da centralidade urbana de Arapongas. A figura 16, com uma imagem de satélite de 2005, retrata essa porção que viria a receber os empreendimentos do PMCMV anos depois.

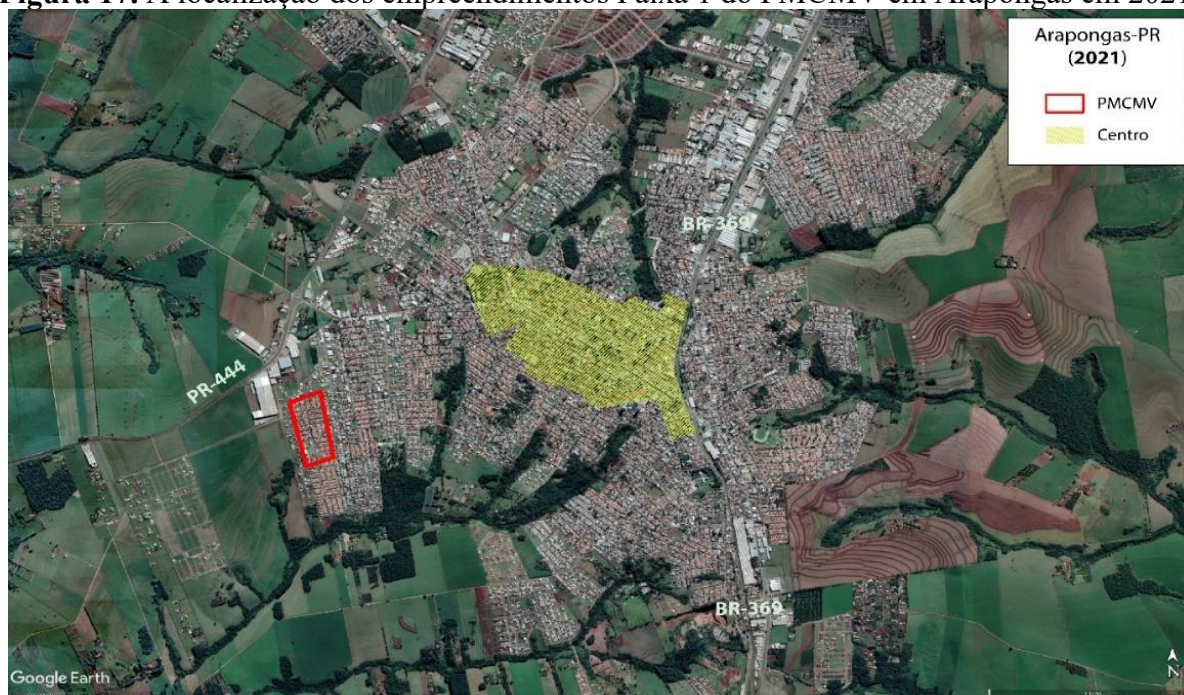
Figura 16. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas em 2005.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022

É possível visualizar que a porção que receberia os empreendimentos apresentava proximidade com a zona urbana local, porém, ainda assim periférica e em 2005 era voltada a produção agrícola. A implantação dos empreendimentos do PMCMV a partir de 2013, apresentados na figura 17, com imagem de satélite de 2021, retratam as alterações espaciais causadas na porção onde os empreendimentos foram construídos.

Figura 17. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Arapongas em 2021.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022

É possível observar que a implantação dos empreendimentos ocorreu concomitante, e/ou influenciando um processo de expansão da malha urbana de Arapongas em seu sentido sudoeste. Comparando as imagens de satélite fica nítida a incorporação do espaço rural no urbano da cidade, bem como a estruturação espacial que passa a porção. As observações de campo, porém, atestam que os empreendimentos em 2022 fazem parte da fronteira entre o rural e o urbano do município, uma vez que é o limite da transição de uma área para outra na porção sudoeste de Arapongas.

Ibiporã, município que faz limite territorial com o município de Londrina e compõe o aglomerado urbano de Londrina, tem sua malha urbana em proximidade com a cidade londrinense. Com população de aproximadamente cinquenta e cinco mil cento e trinta e um (55.131) habitantes, sua proximidade com Londrina faz com uma parte considerável de sua população realize movimentos pendulares para a cidade londrinense em seu dia a dia com diferentes finalidades, porém, em espacial, para o trabalho. A economia municipal tem como destaque o setor de comércio e serviços, seguido da atividade agrícola e agropecuária (IPARDES, 2022).

Por meio do PMCMV, foram desenvolvidos na cidade de Ibiporã três empreendimentos Faixa 1, via FAR, onde todos foram construídos e propostos pela empresa que tem sede em Londrina, a Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda. como mostra a tabela 4.

Tabela 4. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Ibiporã.

MUNICÍPIO	EMPREENDIMENTO	CONSTRUTORA PROPONENTE	NÚMERO DE IMÓVEIS
IBIPORÃ	Conjunto Habitacional Jamil Sacca	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	496
	Conjunto Habitacional Miguel Petri	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	256
	Conjunto Habitacional Said Mustapha Issa	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	256

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Os três empreendimentos possuem características comuns entre si, verificadas no decorrer das observações *in loco*. Há um pequeno comércio com mercearias, salões de cabelo e barbearias na proximidade e no interior dos conjuntos. Sendo próximos entre si foi possível

identificar a existência de escola, caso da Escola Municipal Nelson João Sperandio e de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) La Fontaine Corrêa, localizados no Conjunto Habitacional Said Mustapha Issa. Além disso, os conjuntos também contam com rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, locais de transporte público, e iluminação pública e ruas de pavimentação asfáltica (figura 18).

Figura 18. Mosaico de Imagens – PMCMV em Ibiporã.



Legenda: 1 – rua do Conjunto Habitacional Jamil Sacca; 2 – imóvel do empreendimento Conjunto Habitacional Jamil Sacca; 3 – linha do trem próximo ao Conjunto Habitacional Miguel Petri e Conjunto Habitacional Said Mustapha Issa; 4 – paisagem do entorno dos empreendimentos em Ibiporã; 5 – panorâmica do Conjunto Habitacional Jamil Sacca; 6 – imóveis no Conjunto Habitacional Miguel Petri

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** Autor, 2022.

Os conjuntos habitacionais Jamil Sacca, Miguel Petri, Said Mustapha Issa não apresentam maiores distinções entre si, e dentre os visitados durante atividades de campo, foram os que apresentaram melhores condições infraestruturas. Os conjuntos apresentam ser consolidadas, no qual há um considerável número de imóveis, apresenta a construção de novas edificações, como edículas, ampliação de cômodos e muros nos imóveis recebidos.

Ainda assim, apesar de contar com estas estruturas e condições (figura 18), os três empreendimentos são localizados na região periférica ao sul do centro urbano da cidade de Ibiporã.

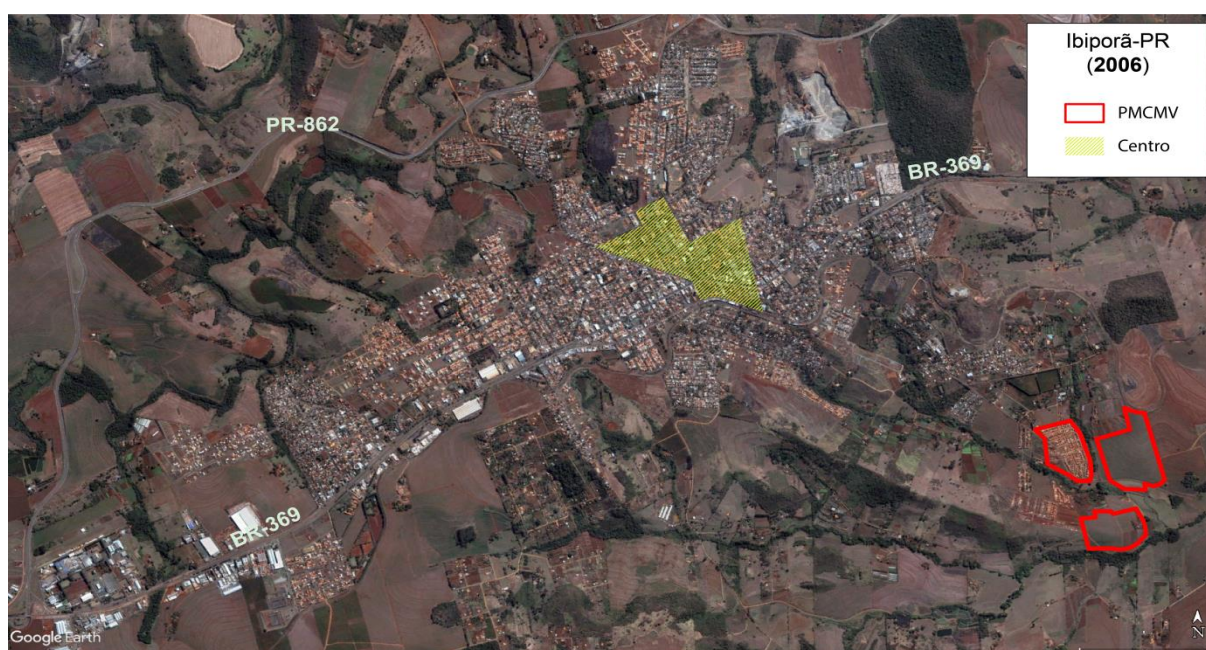
Figura 19. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Como pode ser visualizada na figura 20 abaixo, para além de estarem localizados em uma área localizada na periferia urbana de Ibiporã, os empreendimentos foram construídos em um recorte espacial não consolidado como da área urbana antes de sua construção.

Figura 20. Em 2006 a área onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022.

Após as construções a fronteira urbana é estendida ao sul da malha urbana municipal em decorrência dos empreendimentos. Através da figura 21 fica evidenciado que os conjuntos habitacionais construídos em Ibiporã são localizados no limite fronteiriço entre cidade e campo.

Figura 21. Em 2016 a área onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Ibiporã



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. Org. O autor, 2022

Rolândia tem uma população de 67.383 habitantes e faz parte do aglomerado urbano de Londrina. Assim como os outros demais membros da RMLO o município tem como atividade econômica principal o comércio e a prestação de serviços (IPARDES, 2022).

Como apresentado na tabela 5, o município de Rolândia recebeu a construção de oito (8) empreendimentos Faixa 1, via FAR e FDS, em sua malha urbana. É possível constatar que as construtoras que hegemonizaram as ações no município foram empresas com sede em Londrina, destacando-se a Artenge S/A Construções Cíveis e a Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.

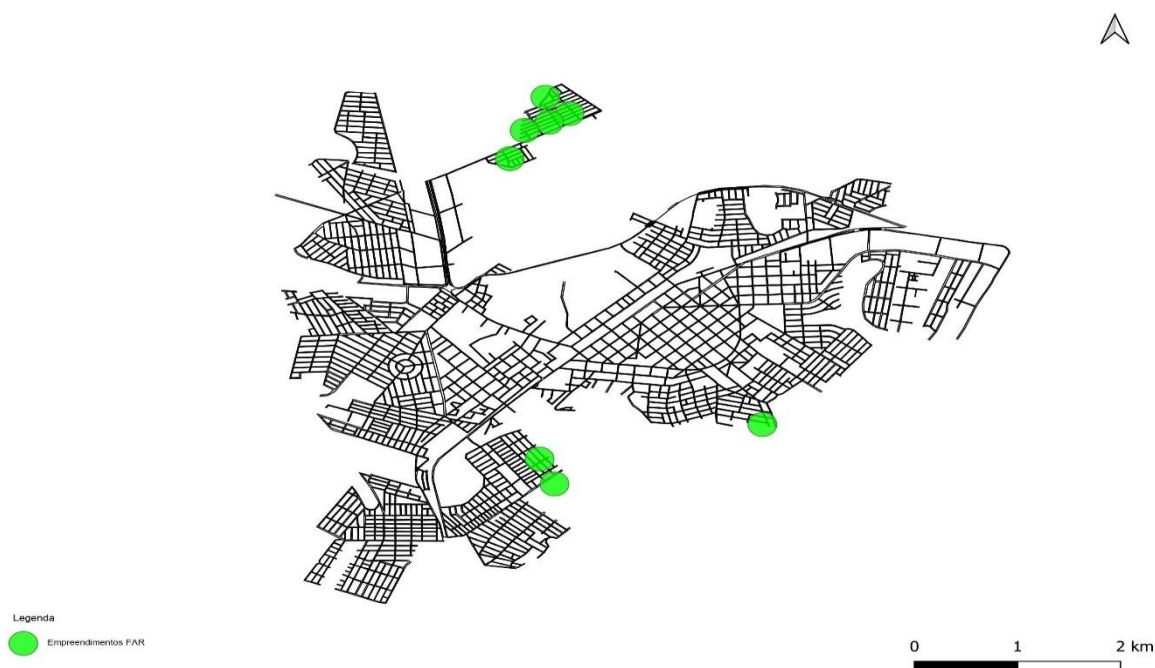
Tabela 5. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Rolândia

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CONSTRUTORA PROPONENTE	NÚMERO DE IMÓVEIS
ROLÂNDIA	Parque Residencial José Perazolo	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	396
	Residencial Anselma Cavequia Coscrato	Artenge S/A Construções Cíveis	22
	Residencial Ernesto Franceschini	Artenge S/A Construções Cíveis	373
	Residencial Europa	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	48
	Residencial João Campaner	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	116
	Residencial Nicola Brunozi	LBX Construção Civil Ltda.	47
	Residencial Rolândia VII	Artenge S/A Construções Cíveis	182
	Residencial Tomie Nagatani	Prestes Construtora e Incorporadora Ltda.	396

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Esses empreendimentos assim como ocorre em outras cidades, foram construídos na porção periférica ao centro da cidade de Rolândia (figura 22). Principalmente aqueles localizados em uma Zonas Especiais de Interesse Social/ZEI, na porção noroeste da malha urbana da cidade.

Figura 22. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Durante o trabalho de campo nos empreendimentos na porção noroeste da cidade (figura 23) foi possível verificar que os empreendimentos se encontram consolidados, com várias reformas e ampliação das casas. Na foto 2 (figura 23) tem-se uma residência ainda no formato original. Todas as casas foram entregues sem muro, aquelas na porção com maior declive com taludes expostos e sem um muro de arrimo de qualidade, a exemplo da cada verde na foto 6 da figura 23.

Figura 23. Mosaico de Imagens – PMCMV em Rolândia

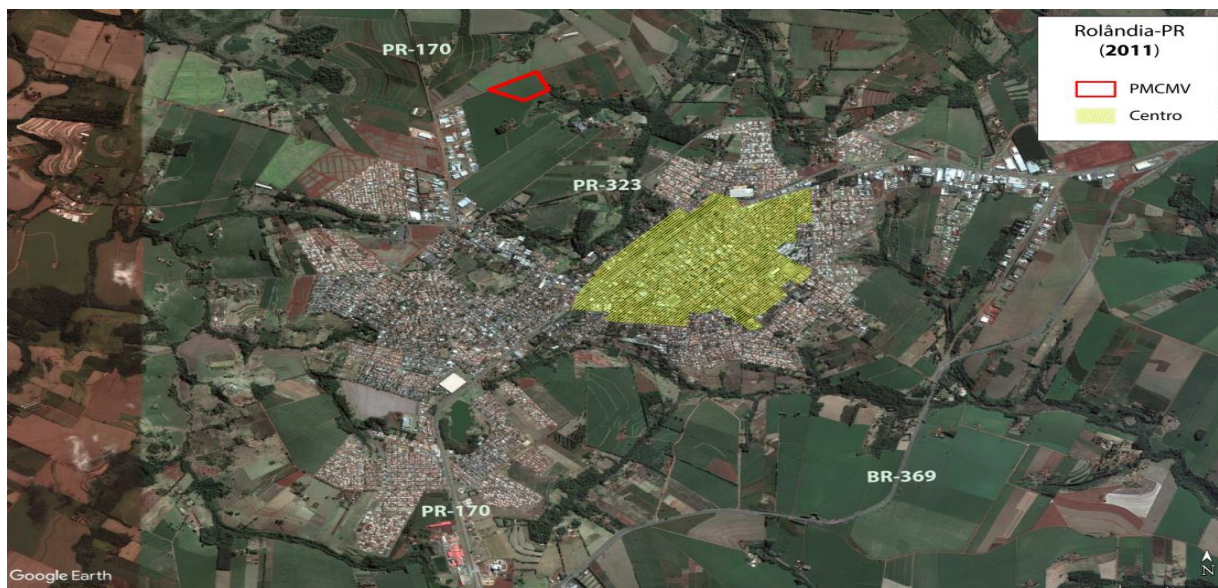


Legenda: 1 – quadra esportiva no Residencial Tomie Nagatani; 2 – imóvel no Parque Residencial José Perazolo; 3 – imóvel no no residencial João Campaner; 4 – visão de fundo dos residenciais Parque Residencial José Perazolo e João Campaner; 5 – igreja no Residencial José Perazolo 6 – casa murada e outra com solo/talude exposto no Residencial Tomie Nagatani;

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** Autor, 2022.

Os imóveis apresentaram, por regra, boas condições de habitualidade. Todavia, os empreendimentos Parque Residencial José Perazolo, Residencial Ernesto Franceschini, Residencial João Campaner e Residencial Tomie Nagatani encontram-se em uma porção distante da área central da cidade de Rolândia e não possuem equipamentos de prestação de serviços de educação e assistência social em seus limites ou mesmo em seu entorno. A figura 24 apresenta a localização dos empreendimentos Parque Residencial José Perazolo, Residencial Ernesto Franceschini, Residencial João Campaner e Residencial Tomie Nagatani Faixa 1, via FDS, em Rolândia.

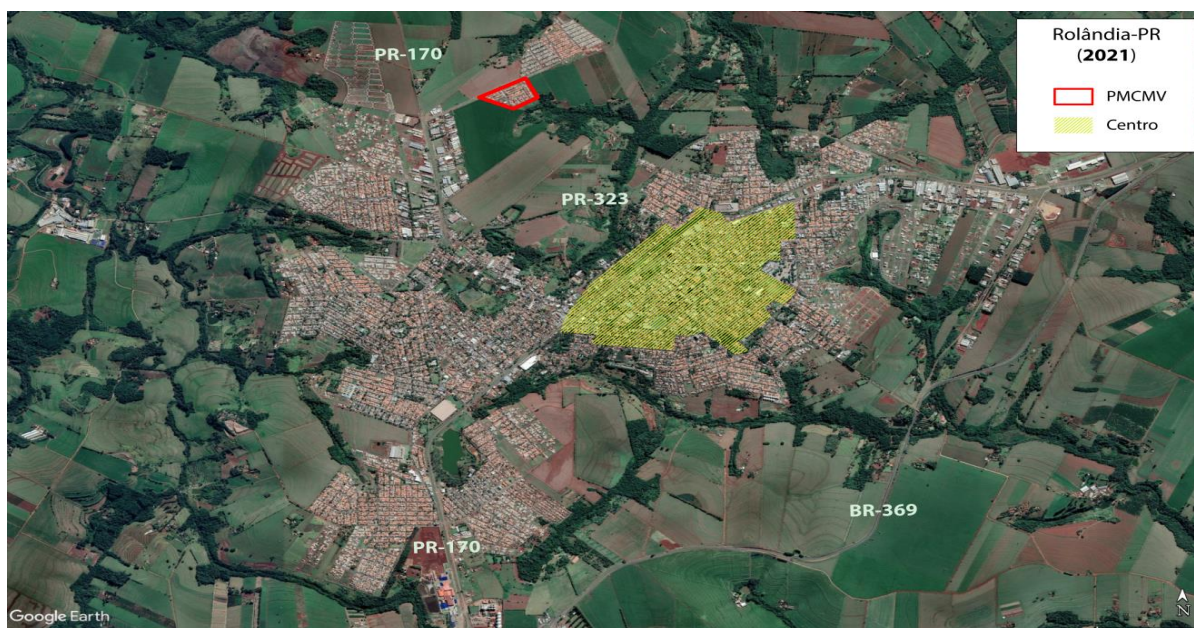
Figura 24. Em 2011 a área onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022.

Na imagem de satélite de 2021, presente na Figura 25, retrata que a área onde foram construídos os empreendimentos Parque Residencial José Perazolo, Residencial Ernesto Franceschini, Residencial João Campaner e Residencial Tomie Nagatani em Rolândia se localizam continuam sem infraestrutura necessária ao seu redor e sua distância em relação ao centro urbano.

Figura 25. Em 2021 a área onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Rolândia



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022

Por fim, como penúltimo município a ser apresentado tem-se o caso de Cambé. Assim como os demais municípios Cambé apresenta relevância econômica no setor de serviços, indústria e produção agrícola. A população do município é de aproximadamente 107.341 habitantes (IPARDES, 2022).

Como indica a tabela 6 apresenta a lista de conjuntos Faixa 1 desenvolvidos na cidade Cambé por meio do financiamento via FAR. Nota-se em Cambé a forte presença de construtoras londrinenses, em especial a Terra Nova Engenharia Ltda. e a Artenge S/A Construções Cíveis. A Preste Construtora e construtora Exact Empreendimentos, de Curitiba/PR e Astorga/PR respectivamente, completa a lista de empresas que atuaram na construção de empreendimentos em Cambé.

Tabela 6. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Cambé

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CONSTRUTORA PROPONENTE	NÚMERO DE IMÓVEIS
CAMBÉ	Conj. Hab. Ulysses Guimarães	Prestes Construtora e Incorporadora Ltda.	340
	Conjunto Habitacional Antônio Euthymio Casaroto	Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda.	123
	Jardim Campos verdes II	Terra Nova Engenharia Ltda.	42
	Jardim Campos Verdes III	Terra Nova Engenharia Ltda.	18
	Jardim Campos Verdes IV	Terra Nova Engenharia Ltda.	26
	Jd. Campos Verdes	Terra Nova Engenharia Ltda.	86
	Residencial Ana Eliza	Artenge S/A Construções Cíveis	192

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Os empreendimentos em sua maioria encontram-se localizados nas porções norte noroeste da cidade de Cambé, estando somente o empreendimento Residencial Ana Eliza na

porção sul da cidade (figura 26).

Figura 26. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Cambé



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

O trabalho de campo junto aos Conj. Hab. Ulysses Guimarães, Conj. Hab. Antonio Euthymio Casaroto e Jardim Campos Verde, todos construídos no de 2012, na porção norte da cidade, verificou-se que os imóveis apresentam boas condições físicas e estruturais (figura 27). As ruas estavam boa pavimentação e condições básicas de habitualidade como rede elétrica, de água e esgoto. Verificou-se a existência de uma horta urbana desenvolvida coletivamente pelos membros do Conj. Hab. Ulysses Guimarães. Todavia, não apresentava equipamentos públicos em seus limites e em seu entorno.

Figura 27. Mosaico de Imagens dos conjuntos visitados do PMCMV, Faixa 1, em Cambé, 2022



Legenda: 1 – rua no Conj. Hab. Ulysses Guimarães; 2 – imóvel no Conj. Hab. Ulysses Guimarães; 3 – espaço vazio entre os empreendimentos; 4 – horta urbana no Conj. Hab. Ulysses Guimarães; 5 – topografia do Conjunto Jardim Campos Verde; 6 – limite rural e urbano nos empreendimentos;

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** O autor, 2022

Analisando a imagem de satélite da área urbana de Cambé, com o recorte temporal 2011 e 2021, é possível verificar (figura 28), que a porção norte no ano de 2011 (onde posteriormente seriam construídos os empreendimentos Conj. Hab. Ulysses Guimarães, Conj. Hab. Antonio Euthymio Casaroto e Jardim Campos Verde era rural e não se encontrava inserida na malha urbana de Cambé.

Figura 28. O município de Cambé a porção norte ano de 2011 onde seriam construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022

Com a imagem de satélite de 2021, porém, fica evidente uma consolidação da área urbana no entorno das áreas dos empreendimentos. Cambé reproduz características encontradas em Ibiporã, Prado Ferreira, Lupionópolis e Rolândia, com a localização de alguns de seus empreendimentos no limite fronteiriço entre cidade e campo. A figura 29 apresenta a imagem de satélite de Cambé em 2021 que demarca essa expansão da área urbana e em vermelho está destacada a localização do Conj. Hab. Ulysses Guimarães, Conj. Hab. Antonio Euthymio Casaroto e Jardim Campos Verde.

Figura 29. O município de Cambé a porção norte ano de 2011 onde foram construídos os empreendimentos Faixa 1 do PMCMV.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2005. **Org.** O autor, 2022

Por fim, em se tratando do município centro regional da RMLO e que exerce influência política e econômica sobre os demais de seu entorno, Londrina tem população aproximada 575.377 habitantes. Os setores de comércio e prestação de serviços são as principais atividades econômicas do município, seguidos de indústria e agricultura de larga escala (IPARDES, 2022).

Cabe destacar a importância econômica e política que tem o capital imobiliário na cidade que historicamente por ser um ator político hegemônico interfere nos processos de desenvolvimento e gestão urbanos da cidade e do município (TÖWS, 2010).

A cidade de Londrina concentrou (tabela 7), o maior número de empreendimentos e imóveis desenvolvidos na RMLO, sendo vinte e dois (22) no total. As empresas que mais realizaram a construção dos imóveis têm como sede, em sua maioria, a próprio município londrinense. Como evidenciado no item anterior, essas empresas também foram hegemônicas entre os municípios que compõe o aglomerado urbano de Londrina.

Tabela 7. Empreendimentos Faixa 1 do PMVMC em Londrina

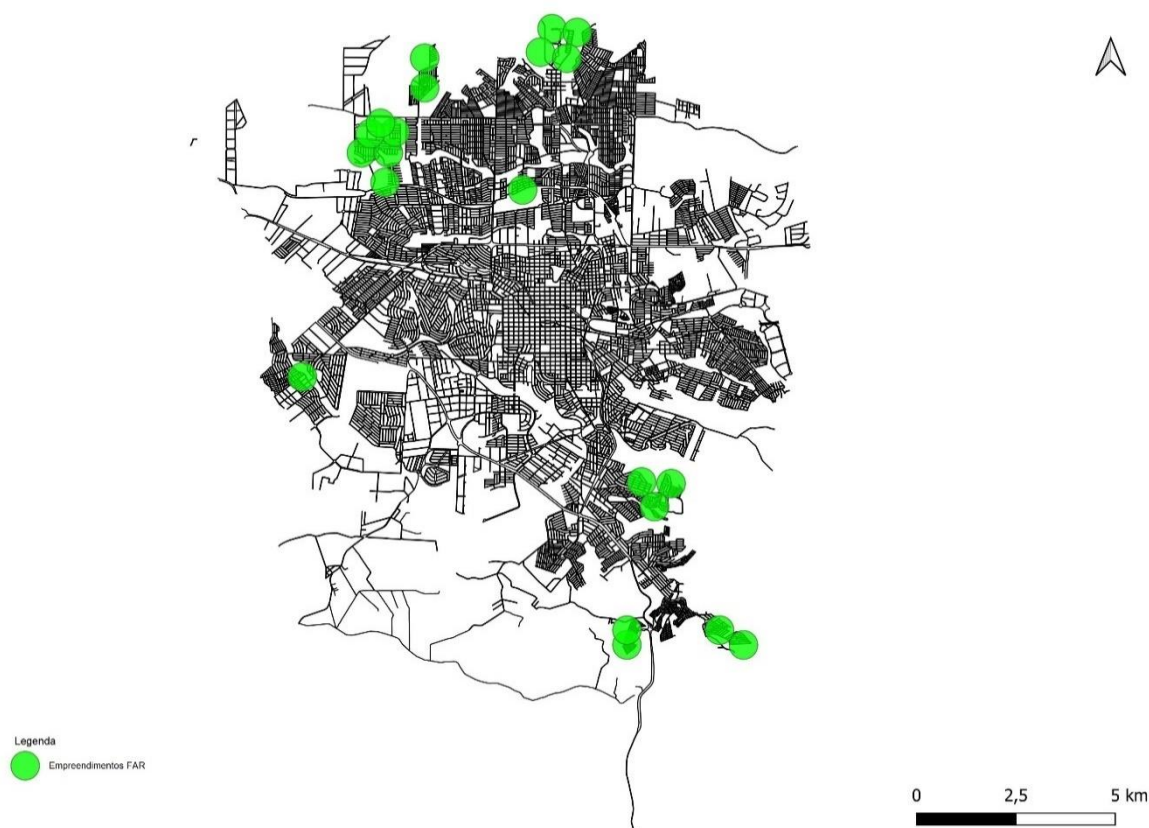
MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CONSTRUTORA PROPONENTE	N. IMÓVEIS
LONDRINA	Conjunto Habitacional Cristal I	SIAL Construções Cíveis Ltda.	248
	Conjunto Habitacional Cristal II	SIAL Construções Cíveis Ltda.	224
	Conjunto Residencial Maravilha	SIAL Construções Cíveis Ltda.	248
	Conjunto Habitacional Distrito Paquere	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	156
	Conjunto Habitacional Jardim Columbia I	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	21
	Jardim Flores do Campo	Formula engenharia Ltda.	1218
	Jardim Nova Esperança II	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	232
	Nova Esperança III	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	61
	Residencial Alegro Village	Construtora Camargo Rodrigues Ltda.	144
	Residencial Anatterra	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	85
	Residencial Elizabeth	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	32
	Residencial Nova Esperança I	Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda.	50
	Residencial Quatro	Terra Nova Engenharia Ltda.	230

Bairros		
Residencial Vista bela I	Artenge S/A Construções Cíveis	305
Residencial Vista Bela II	Artenge S/A Construções Cíveis	208
Residencial Vista Bela III	Artenge S/A Construções Cíveis	208
Residencial Vista Bela IV	Terra Nova Engenharia Ltda.	431
Residencial Vista Bela V	Terra Nova Engenharia Ltda.	224
Residencial Vista Bela VI	Protenge Engenharia de Projetos e Obras Ltda	536
Residencial Vista Bela VII	Protenge Engenharia de Projetos e Obras Ltda	144
Residencial Vista Bela VIII	Protenge Engenharia de Projetos e Obras Ltda	224
Residencial Vista Bela IX	Artenge S/A Construções Cíveis	224
Residencial Vista Bela X	Terra Nova Engenharia Ltda	224

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Assim como nas demais cidades, Londrina apresenta o mesmo padrão de disposição espacial de seus empreendimentos Faixa 1 financiados via FAR e FDS. Conforme a figura 30, a localização dos mesmos é concentrada nas zonas Norte e Sul da cidade em distâncias consideráveis em relação a principal área central da cidade.

Figura 30. A localização dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV em Londrina



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Por ser uma cidade média e com distância consideráveis até a principal centralidade urbana, a localização destes empreendimentos nos extremos sul e norte podem impor desafios a mobilidade urbana de seus residentes. É certo que Londrina, por sua dinâmica histórica e econômica presenciou certa descentralização e a constituição de novas centralidades em suas zonas norte e sul como problematiza fresca (2013), porém, o seu núcleo urbano central principal ainda, assim, apresenta maiores concentrações de equipamentos de serviços públicos como de saúde, educação e assistência social, e privados.

Considerando a quantidade de empreendimentos existentes na cidade de Londrina, não é possível discutir todos em suas particularidades e tão pouco realizar trabalhos de campos em todos. Mas elegemos o empreendimento Vista Bela e o conj. Flores do campo para direcionar as nossas atenções. O primeiro em fases avançadas de consolidação, sendo possível visualizar a presença de escolas, postos de saúde e centros de assistência social. E outro, inacabado e abandonado pela construtora, ambos localizados na porção norte da cidade de Londrina.

Como já apresentado anteriormente o conjunto Residencial Vista Bela foi por determinado período o maior canteiro de obras do PMCMV em nível nacional (AMORIM, 2015). Pela lei que instituía o programa em 2009, a Lei nº11.977, as construções realizadas no âmbito do programa, até 2011 quando foi alterada, não poderiam ultrapassar a quantidade de quinhentos imóveis por empreendimento construído (BRASIL, 2009).

Porém, visando superar as limitações promovidas pelo programa uma das práticas encontradas pelas grandes empresas e pelos grandes grupos empresariais locais, em Londrina e em outros casos pelo Brasil, foi promovida a segmentação em várias partes de um mesmo empreendimento. Assim, essas empresas apresentavam projetos de empreendimentos que faziam limites entre si, muitas das vezes possuindo o mesmo nome caso do complexo Vista Bela, criando uma dinâmica onde um empreendimento desmembrado garantia a atuação de diversas empresas locais (AMORIM, 2015).

Considerando todos os empreendimentos Vista Bela, estas ações provocaram a concentração no espaço de mais de 2.728 imóveis em Londrina, muito dos quais verticais. Esses processos influenciam na demanda e pressão sobre os serviços e equipamentos públicos, dificultando, assim, questões como a mobilidade urbana e a qualidade de vida em diferentes frentes. Muitos equipamentos prestadores de serviços públicos dos tipos citados anteriormente foram inaugurados recentemente, entre 2019 e 2021, em seus limites e áreas de entorno, como caso da Escola Municipal América Sabino Coimbra e da Unidade Básica de Saúde (UBS) Padovani. É possível visualizar nas fotos da figura 31, atividades de pequenos comércios, como

retrata o mosaico de imagens do Vista Bela por meio da Figura X em seguida.

Figura 31. Mosaico de Imagens – PMCMV Vista Bela em Londrina em 2022



Legenda: 1 – empreendimentos verticais do conjunto Vista Bela; 2 – empreendimentos verticais no conjunto Vista Bela; 3 – entulhos a céu aberto no conjunto Vista Bela; 4 – Escola Municipal América Sabino Coimbra; 5 – quadra poliesportiva no conjunto Vista Bela; 6 – empreendimentos horizontais no conjunto Vista Bela.

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** O autor, 2022

Por compreender a construção de dez (10) empreendimentos verticais e horizontais as características das paisagens de cada um são diferentes entre si. Cabe destacar que somente em Londrina se tem empreendimentos da Faixa 1 via FAR, construídos na RMLO, em formas verticais. A verticalização dos empreendimentos imobiliários permite com que o capital imobiliário aufera maiores quantias de renda da terra, uma vez que criam novos espaços para serem comercializados, lógica replicada na execução dos empreendimentos urbanos do Minha Casa Minha Vida em Londrina (AMORIM, 2015; SINGER, 1982).

A imagem de satélite de abaixo (figura 32), apresenta a área incorporada ao espaço urbano londrinense através dos residenciais Vista Bela.

Figura 32. Em destaque a área no ano de 2006 adquirida pelas construtoras para construir o Vista Bela



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2006. **Org.** O autor, 2022

Evidencia-se, assim, como é apresentado na figura 32 que o complexo de dez empreendimentos que envolvem o Vista Bela foi construído em uma área não consolidada como urbana, aprofundando as necessidades das estruturas no local que viria a receber mais de duas mil famílias.

A imagem de satélite de abaixo (figura 33) produzida em 2016 apresenta a anexação de grande magnitude no espaço que antes não era incorporado ao espaço urbano da cidade e como a área de entorno dos empreendimentos Vista Bela não foram totalmente ocupadas. Desta forma, o empreendimento é localizado, também, no limite fronteiro entre cidade e campo na porção noroeste de Londrina.

Figura 33. Imagem de Satélite dos empreendimentos Vista Bela em Londrina após de sua construção.



Fonte: Imagem capturada do GOOGLE EARTH, 2016. **Org.** O autor, 2022.

Outro empreendimento destacado foi o do Jardim Flores do Campo. Iniciado em 2013 suas obras, porém, nunca foram concluídas, sob a justificativa de falta de repasse financeiro pelo governo federal. Quando paralisadas, ainda em 2014, a obra apresentava 48% de sua obra executada (SALIDO, et. al, 2020).

Neste íterim, foi iniciado em setembro de 2016 um processo de ocupação irregular nas estruturas existentes no local. Pelas estimativas a ocupação das casas e apartamentos inacabados teve início com a participação de aproximadamente 400 famílias, e o último dado verificado demonstra que a ocupação se encontra em 2022 com mais de 700 famílias. O empreendimento, após esses eventos, é objeto de disputa entre o governo federal e as famílias que la residem, estando em curso um processo de reintegração de posse por parte da Caixa Econômica Federal (CEF) (SALIDO, et. al, 2020).

Conforme informações obtidas com líderes de movimentos sociais organizados em defesa das famílias que ocupam o Flores do Campo, em setembro de 2022, residem lá famílias brasileiras e não brasileiras. Os imigrantes em sua maioria haitianos e venezuelanos, somavam até setembro de 2022 aproximadamente 200 pessoas. E havia a perspectiva de chegar mais imigrantes. E isso tem gerado certo desconforto no interior da ocupação, tendo em vista que os imigrantes alegam que estão sendo discriminados pelos brasileiros, ou seja, tem-se relatos de

uma disputa territorial nesse empreendimento que segue ocupado.

Conforme figura 34, grande parte das unidades habitacionais apresentam condições mínimas de moradia, uma vez que são imóveis inacabados.

Figura 34. Mosaico de Imagens – PMCMV em Conjunto Flores do Campo em Londrina



Legenda: 1 – ocupação Flores do Campo; 2 – via presente na ocupação Flores do Campo; 3 – visão de entrada ocupação; 4 – imóvel ocupado no Flores do Campo.

Fonte: Levantamentos de Campo, 2022. **Org.** O autor, 2022

Com a inexistência da regularização fundiária dos imóveis presentes no empreendimento não há investimento público destinado a área, aumentando assim a exclusão e segregação de seus ocupantes. Soma-se a isso existe a inexistência de equipamentos públicos, bem como a prestação de serviços como falta de acesso a rede de água e esgoto, da rede energia elétrica e pavimentação.

Em conjunto os municípios da Região Metropolitana de Londrina (RMLO) que receberam os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1, FAR e FDS, apresentam como principal característica comum entre si a distância mediana da os empreendimentos construídos e as centralidades urbanas de cada município (tabela 8).

Tabela 8. Distância mediana entre os empreendimentos do Faixa 1 do PMVMC e as principais centralidades urbanas dos municípios.

MUNÍCIPIO	MEDIANA DE DISTÂNCIA (EM KM)
Arapongas	4,3
Cambé	3,9
Ibipora	4,7
Londrina	7,3
Lupionópolis	1,0
Prado Ferreira	1,0
Rolândia	5,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDS), 2022. **Org.** Autor, 2022.

Fica evidenciado que, com exceção de Prado Ferreira e Lupionópolis, a porção da área central das demais cidades apresentam a distância mediana dos empreendimentos de 4 quilômetros. Como já dito anteriormente, essas distâncias podem dificultar o acesso dos cidadãos aos principais equipamentos urbanos, que por sua vez são os locais onde se concentram grande parte dos serviços públicos e privados ofertados no perímetro urbano.

Acredita-se, porém, ser possível afirmar que no desenvolvimento do PMCMV na RMLO a lógica de mercado imperou sobre as demais maneiras de provisão habitacional. Isso se sustenta pelo fato de suas habitações estarem localizadas nas periferias do perímetro urbano e centralidade principal, e isso pode ocorrer por alguns fatores.

Um destes pode ser na intencionalidade de valorização das áreas de entorno, ou seja, com a busca pelo lucro do investimento posto e a capitalização da renda da terra urbana, a periferização destes empreendimentos desenvolvidos tende a ocorrer. Isso porquê localizados nas periferias os terrenos destes imóveis oferecem menos custos ao promotor imobiliário, que ao construir o empreendimento, e com o poder público promovendo infraestruturas necessárias, tendem a valorizar a terra urbana construídas e dos imóveis (SINGER, 1982).

Com a habitação transformada em mercadoria essas empresas construtoras adotaram como padrão, que pode ser visualizado nos casos elencados, a construção dos empreendimentos em porções periféricas da cidade. Isso ocorre não porque se tem uma busca por integração e desenvolvimento da malha urbana em outra direções, nem somente por baratear a obra ao

consumidor final, mas sim para baratear o custo do imóvel produzido.

Cabe destacar que em empreendimentos FAR e FDS cabia a empresa privada estruturar um projeto e executá-lo, caso aprovado pela CEF e os respectivos poderes municipais. Assim, a habitação social passou a ser considerada pela lógica de mercado, ou seja, esse projeto é estruturado visando proporcionar a empresa o maior retorno pelo investimento feito.

Desta feita, pode se afirmar que a localização em áreas mais limítrofes da cidade tem como interesse fundamental, falando especificamente dos empreendimentos, a redução do custo da terra que a construtora compra para realizar o empreendimento e vender aos beneficiários do programa (AMORIM, 2015; MARICATO, 2017). Esse poder ser uma das justificativas para que na RMLO se assista a repetição e a formação de um padrão estrutural de segregação.

Esse fator, porém, tem o potencial de potencializar a segregação socioespacial na cidade, pois, construindo empreendimentos em áreas distantes do centro urbano, criam-se demandas para o desenvolvimento de infraestruturas públicas dentro dos limites do empreendimento. Todavia, isso beneficia as áreas de entorno, valorizando-as, pois, se não são ocupadas as mesmas passam a contar com infraestruturas próximas ou mesmo dentro de seus espaços (MARICATO, 2013).

Isso quer dizer que esse processo de segregação promovido por uma política pública em sua execução por entes privados, pode auxiliar na compreensão da valorização da renda fundiária em uma cidade.

Os padrões de segregação encontrados no desenvolvimento dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV na RMLO seguem a tendência histórica de segregação das demais políticas habitacionais desenvolvidas (ZANON et. al, 2015). Por regra os empreendimentos desenvolvidos por diferentes políticas públicas habitacionais em Londrina e outras cidades da RMLO, tem se dado com padrões de segregação de seus empreendimentos, sendo que na cidade de Londrina, alia-se a isso a verticalização.

Pode-se inferir, a partir de Maricato (2013; 2017) e Singer (1982) e dos levantamentos realizados no decorrer dessa pesquisa, que as políticas públicas brasileiras de habitação, sobretudo as desenvolvidas pelo governo federal, mantiveram uma atuação muito próxima e aliada aos interesses do capital financeiro, dos proprietários fundiários, do mercado imobiliário privado e de suas construtoras. Assim, a execução das políticas públicas não é planejada, pensada e executada somente pelo interesse social comum de habitar, mas sim do lucro e da capitalização da renda da terra.

Desta forma não pode ser ignorado o papel político das empresas imobiliárias da

RMLO na execução da política pública de Londrina, pois, sua centralidade no processo de desenvolvimento do programa ocorreu (e ainda ocorre) atrelada a outros processos históricos que constituem Londrina e a RMLO. As ações públicas e guiadas para o interesse público também perpassam os seus interesses políticos que são dominantes e hegemônicos no processo político local. Em escala maior os processos políticos se repetem, porém com outras condicionantes, intencionalidades e resultados, mas por regra é o capital imobiliário e seus detentores influenciando e ditando o rumo das políticas públicas de habitação. No caso brasileiro, influenciam até mesmo as demais políticas e ações de governo e de Estado (SOUZA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, as leituras e os levantamentos de informações empíricas e secundárias corroboraram para responder as perguntas delineadas e avançar na hipótese aventada pelo autor. Se de início acreditava-se que os empreendimentos, desenvolvidos na linha Faixa 1, em níveis dos municípios da RMLO, reforçavam o padrão de segregação espacial já existente nas cidades capitalistas, ao final dessa pesquisa pode-se afirmar que os empreendimentos do PMCMV faixa 1 na Região Metropolitana de Londrina, principalmente nas cidades do aglomerado urbano de Londrina, contribuíram para a manutenção do processo de segregação já existente nessas cidades ao buscarem terras com menor preço de mercado na área periférica ao centro, convertendo na maioria das vezes terras de uso rural em urbanas. E os agentes imobiliários e proprietários fundiários exerceram um papel forte junto ao Estado (poder executivo e legislativo) via a manutenção do clientelismo dos interesses mercantis em torno da expansão urbana. Sendo assim, necessário pensar uma política habitacional em outras bases que não as do mercado e do Estado.

No segundo¹¹ capítulo da pesquisa, colocando em perspectiva a produção do espaço na sociedade capitalista, discutiu-se sobre a formação socioespacial da região Norte Novo do Paraná, regionalidade na qual se encontra a Região Metropolitana de Londrina, destacando os processos políticos, econômicos e sociais diretamente correlacionados ao processo de expansão territorial urbana nas cidades em tela e a valorização imobiliária nas mesmas, em particular na cidade de Londrina.

Desta maneira, considerando as diferentes escalas espaciais, a atuação dos agentes do mercado imobiliário conectados ao Estado, adquire grande relevância no processo político constituindo-se em um grupo hegemônico, perpetuando assim a lógica capitalista, na qual a luta de classes faz com que os diferentes agentes produtores do espaço disputem entre a produção do espaço e o controle da renda da terra (SPOSITO, 2014; AMORIM, 2015b).

Com a dominação do capital, criam-se processos sociais que influenciaram (e influenciam) o acesso as cidades e ao espaço que é produzido socialmente. Esse controle espacial que ocorre por meio de instituições e institucionalidades, e aspectos simbólicos como discursos, políticas são criações destas elites e por elas utilizadas para manutenção de seus interesses e poder conforme discutido por Harvey (2005a).

No recorte espacial delimitado da dissertação, a RMLO, confirmou-se que os

¹¹ Importa destacar que a Introdução foi numerada como primeiro capítulo conforme normas para trabalhos acadêmicos da Universidade Estadual de Londrina.

processos sociais estabelecidos no decorrer das décadas desde 1930, com especial interesse na terra, foram os principais responsáveis pela formação da região. O processo histórico que promoveu a ocupação da região Norte novo do Paraná, por uma companhia privada de capital inglês e a lógica proprietarista se fez desde o princípio a racionalidade hegemônica e protagonista do processo político da região, tendo destaque para o município, e a elite, de Londrina.

Os fatores elencados evidenciaram como os espaços analisados foram estruturados e influenciados pela lógica destas classes dominante, retratando, assim, como a construção espacial da região Norte do Paraná, de Londrina, da Região Metropolitana de Londrina (RMLO), e das cidades do aglomerado urbano de Londrina, ocorreu diretamente imbricada por essas intencionalidades dominantes. E como a sua hegemonia no processo político teve historicamente papel fundamental para a construção do espaço e do território local.

Neste sentido, entende-se que a produção do espaço se insere na lógica de disputas políticas que envolvem diferentes frações de classe e como na presente sociedade moderna o agente detentor do capital é um ator hegemônico deste processo. Assim, considerando os processos históricos, na Região Metropolitana de Londrina (RMLO), verifica-se que agentes de posse do capital em suas variadas frentes, têm atuado no sentido de condicionar a produção do espaço na materialidade real, cooptando-o para atender seus interesses se promover a efetivação de seu poder.

Outra questão fundamental para a construção da dissertação a ser destacada diz respeito ao imperativo da ideia da propriedade privada na esfera política e institucional brasileira e londrinense, com legitimação das relações sociais em bases capitalistas, ou seja, aquelas que presam pela acumulação, propiciaram as condições de no Brasil ser constituída a questão da moradia. Com a terra urbana transformada em mercadoria, e com seus possuidores buscando através dela auferir a capitalização da renda, construiu-se um país no qual o cenário que existe é mais casas sem moradores e mais imóveis vazios sem pessoas. Produziu-se no país uma verdadeira subversão do habitar pela lógica da mercadoria.

A geração dessa questão desencadeou a partir de 1930 a intervenção estatal na questão da moradia, sobretudo, porque um país em processo de industrialização e urbanização demandava ações por parte do Estado para atender os anseios dos grupos hegemônicos e arrefecer a pressão da classe trabalhadora. Visando, então, reduzir os impactos destas questões na realidade espacial ou mesmo, influenciar o processo político e econômico para os interesses as classes dominantes desse estado atuaram na construção da moradia para população que não conseguiria ter acesso a mesma pela lógica de mercado.

Entende-se que mesmo assumindo a provisão habitacional como política de Estado, rompendo com a inércia que de oferecer soluções para a questão da moradia, esses programas na realidade não tinham o foco propriamente na produção de uma democratização habitacional, e sim para trazer benefícios e dividendos políticos e econômicos para a classe dominante.

Assim, no terceiro capítulo a dissertação, frente uma avaliação dos programas públicos de provisão habitacional desenvolvido pelo governo central brasileiro pós-1930 e o PMCMV criado em 2009, verificou-se continuidades e um avanço importante.

Com a concentração da demanda por moradia em médias e grandes cidades, O estado, colocou em curso ações que absorvessem o capital e o trabalho, excedentes desvalorizados que se concentram em maior volume nestas cidades. Tem-se assim o retrato de alianças de interesses dentro de programas de habitação no país, com a continuidade de um conjunto de ações governamentais aparelhadas com grupos hegemônicos, prezando pelo pacto de classe no qual o detentor do capital (promotores imobiliários e mercado financeiro) se utiliza das políticas públicas de habitação para auferir lucros.

Apesar dessas continuidades, o PMCMV ao objetivar promover a redução do *déficit* habitacional nacional e desenvolver a partir da construção da habitação o crescimento econômico necessário para a superação da crise, acabou por promover um avanço significativo do ponto de vista da habitação social. Ou seja, ao focar na demanda e com isso disponibilizar financiamento em três diferentes faixas de renda, a saber: Faixa 1, que financiava famílias com renda até R\$ 1.395,00 reais; Faixa 2 que financiava famílias com renda até R\$ 2.790,00 reais; e Faixa 3 que financiava famílias com renda até R\$ 4.650,00 reais (BRASIL, 2009), o programa contemplou um grande contingente de famílias (aquelas sem poder aquisitivo para comprar o lote com a casa) que até então não havia tido essa possibilidade.

As linhas de financiamento do programa envolviam diretamente fundos públicos ou privados a ela vinculados. Na linha Faixa 1 os trabalhadores adquiriam sua moradia por meio financiamento garantido por recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), ou, caso sendo membro de uma entidade organizadora (EO) esse financiamento era realizado por meio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Já para as famílias de trabalhadores da Faixa 2 e 3, os mesmos tinham acesso às linhas de financiamento habitacionais da CAIXA, garantidos pelos recursos financeiros que tinham como origem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (BRASIL, 2009).

Os financiamentos habitacionais eram contratados pelos possíveis mutuários nas juntas a agências da Caixa Econômica Federal (CAIXA). Especialmente na linha Faixa, envolvia-se neste processo a participação das prefeituras municipais que eram responsáveis por

promover o cadastramento e sortear as famílias que poderiam adquirir a moradia pelo MCMV. Porém, caso o empreendimento se destinasse a uma entidade organizadora (EO), mesmo sendo da Faixa 1, não havia a participação da prefeitura, pois, a seleção e indicação das famílias que seriam beneficiadas pelo programa ficariam a cargo da própria EO, uma vez que na prática os beneficiários eram as próprias famílias participantes da entidade (BRASIL, 2009).

Os reajustes nominais destes valores ficavam a cargo do Poder Executivo Federal, porém, com a limitação de não poder exceder determinados níveis em relação ao salário mínimo nacional. Cabe ressaltar, que o PMCMV, era composto de outros dois subprogramas de habitação, casos do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que atuam considerando as mesmas faixas de renda e possuindo a mesma política de financiamento, porém com prazos diferentes, no campo e na cidade (BRASIL, 2009).

E, por fim, no último capítulo da dissertação, evidenciou-se a hegemonia dos promotores imobiliários londrinenses, entendidos como atores políticos da realidade local, por meio da construção dos empreendimentos PMCMV, sobretudo, no aglomerado urbano de Londrina. Esse processo já era historicamente existente antes do PMCMV e pode ser considerado como a cooptação da política pública pelo mercado privado, sujeitando-a para seus interesses políticos e econômicos, e repetindo na escala regional a prática que foi vista em inúmeras realidades que tiveram a execução do MCMV, conforme discutido por Maricato (2009).

Essa afirmação se assenta no fato de que em as cidades da RMLO que receberam empreendimentos do MCMV a construção de tais empreendimentos ocorreram em momento anterior a criação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), ou seja, os interesses da sociedade foram negligenciados no início da execução programa, frente aos interesses do capital.

Reforça-se o caso de Lupionópolis, que parece ser o mais emblemático, uma vez que ainda não foi finalizado seu plano local, sendo por meio do PLHIS que a sociedade em seu conjunto desenvolve um projeto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para a política habitacional do município (AMORIM, 2015b; COHAPAR, 2019).

Nesse sentido, considera-se que execução do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1, financiados através dos Fundos de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), encontram-se inseridos na realidade política local de Londrina e de sua Região Metropolitana. Em tal realidade a elite londrinense é hegemônica no processo político e influencia, assim, decisões que envolvem as relações públicas e privadas visando, por meio delas, cumprir seus interesses.

Empresas de outras localidades tentam, e tentaram através do PMCMV, inserção no mercado da RMLO, todavia, sem realmente fazer frente a esse agente produtor do espaço que é hegemônico e tem conseguido controlar o processo político e econômico local para si. Destaca-se, também, o papel do pequeno capital que possuiu destacada atuação em pequenas cidades da RMLO, casos de Prado Ferreira e Lupionópolis. Esse fator reforça a necessidade de investigação da realidade local de pequenas cidades, uma vez que nestas localidades os agentes políticos acabam por exercer maior influência política e econômica a administração pública local.

No curso do desenvolvimento do trabalho chamou-se atenção para pontos de fricção entre teoria e prática. Pautada especialmente em leituras clássicas de discussões acerca do espaço e as relações que o formam, esse processo de discussão teórica foi de grande valia e de suma importância para a compreensão dos processos urbanos em cidades médias. Entretanto, mesmo não sendo o foco principal das análises desenvolvidas nesta dissertação chama-se atenção para a multiplicidade de fatores que podem compor a realidade de uma cidade pequena, como os casos de Prado Ferreira e Lupionópolis, que em muitos assuntos podem ter suas realidades apresentadas de forma distinta do ponto de vista teórico e reflexivo.

Sendo pequenas cidades criadas sobre outras perspectivas e com outros processos sociais, políticos e econômicos que os predominam em cidades do aglomerado urbano de Londrina, nestas localidades as questões relacionadas a distâncias dos empreendimentos do PMCMV aos centros urbanos, aos equipamentos de saúde, educação e assistência social tomam outra conotação. Como nestes lugares as pequenas distâncias predominam, e no caso de ambos não dotavam de estrutura de transporte público, as noções de distâncias, tempo, espaço, e deslocamento tornam-se relativísticas a realidade dos seus habitantes, no qual em muito dos casos um quilometro pode não ser considerado uma grande distância entre imóvel e centro urbano ou a equipamentos públicos.

Outra questão que deve ser trazida as considerações finais é que com a habitação e seu acesso transformado em mercadoria, as empresas construtoras que atuaram na RMLO adotam como padrão a lógica do capital. Isso pode ser visualizado nos casos elencados, nos quais as construções dos empreendimentos se deram em porções periféricas das cidades. Isso ocorre como forma de baratear o custo do imóvel produzido aumentando a margem de retorno ao investimento feito pelos promotores imobiliários, e não devido a busca por integração e desenvolvimento da malha urbana em outras direções ou para baratear a obra ao consumidor final conforme aventado na mídia local.

Em se tratando da habitação de interesse social, como nos empreendimentos FAR e

FDS era de incumbência das empresas privadas a estruturação dos projetos de conjuntos habitacionais assim como a execução, a habitação social, no PMCMV, deixou de ter o seu sentido apenas social e passou a ser considerada pela lógica de mercado. Nesse sentido, pode-se afirmar que a localização na malha urbana, em áreas mais distantes da porção central da cidade, visava a redução do custo da terra que a construtora compra para realizar o empreendimento e vender aos beneficiários do programa, capitalizando, assim, maiores quantias de renda da terra (AMORIM, 2015b; MARICATO, 2017).

As discussões referentes a renda da terra e a transformação do preço da terra urbana em Londrina e nas cidades de seu aglomerado mereciam um aprofundamento mais detalhado, porém fogem do escopo desta pesquisa. Abrindo espaço para ser problematizada em outros trabalhos. Apesar disso algumas reflexões surgem pelas análises, que mesmo necessitando de maiores investigação, devem ser aqui elencadas. Chama-se a atenção, por exemplo, para a localização dos empreendimentos Faixa 1, que de forma predominante, foram construídos nos limites físicos entre meio urbano e meio rural das cidades do aglomerado.

Pode-se afirmar que este processo é característico da região norte do Paraná e está interconectado ao seu processo de formação socioespacial. Criada sobre a lógica proprietarista e aquisitivista, como discutido no item 2.4, a empresa de colonização da região norte adotou o de loteamento da terra em formas de pequenas glebas. Mesmo sofrendo um processo de concentração fundiária ao longo do processo histórico, este modelo de colonização auxilia a explicação de o porquê os empreendimentos do PMCMV nas cidades da aglomeração foram localizados em áreas contíguas as cidades.

A diminuição do custo e maior aferição de renda da terra já foi destacado, mas em Londrina e as cidades do aglomerado urbano possuem formas diferentes das encontradas, por exemplo, em cidades médias de São Paulo ou mesmo a capital paulista quanto a localização dos empreendimentos. Nas cidades médias paulistas e em sua capital não é raro visualizar a existência de empreendimentos que são afastados do centro urbano da cidade e por grandes áreas de uso rural, o que não acontece na realidade estudada. Isso ocorre em decorrência do processo de colonização de cada região, e como impacto urbano não prejudica, de tal forma como nas cidades paulistas, a mobilidade urbana e acesso a equipamentos públicos e serviços.

Ainda assim, porém, a localização em áreas distantes do centro, porém, tem o potencial de intensificar ainda mais o processo de segregação, pois, construindo empreendimentos em áreas distantes em relação ao centro urbano, criam-se demandas para o desenvolvimento de infraestruturas públicas dentro dos limites do empreendimento. Todavia, isso beneficia as áreas de entorno as valorizando, pois, se não ocupadas as mesmas passam a contar com infraestruturas

próximas ou mesmo dentro de seus espaços (MARICATO, 2013). E também acabam sendo produzidos mais vazios urbanos na malha urbana.

O que pode ser colocado, porém, é que os padrões de segregação encontrados no desenvolvimento dos empreendimentos Faixa 1 do PMCMV na RMLO seguem a tendência histórica de segregação das demais políticas habitacionais desenvolvidas no local (ZANON et. al, 2015). Por regra, os empreendimentos desenvolvidos por diferentes políticas públicas habitacionais na RMLO ocorreram com padrões de segregação de seus empreendimentos, e na cidade de Londrina alia-se a isso a verticalização.

O que pode ser considerado é que a execução do programa MCMV, Faixa 1 FAR, na RMLO teve impactos práticos no desenvolvimento urbano das cidades que receberam esses empreendimentos. Em comum, reproduziram padrões de segregação como já colocado. Em poucos casos, como os de Ibiporã, democratizaram e espacializaram os equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social, assim, acabaram contribuindo para a o aumento dos limites da área urbana que sem o desenvolvimento de ações públicas que promovam esses equipamentos no curto, médio e longo prazo, reforçariam os padrões histórico de segregação socioespacial e consequentemente de novas carências habitacionais.

Pode ser colocado, por fim, que o PMCMV é produto histórico de seu tempo e dos atores hegemônicos do processo político. Como foram, aliás, todos os outros programas de habitação, porém, esse conjunto de ações desenvolvidas trazer reflexões a serem feitas sobre a habitação e a questão da moradia no país. Algumas destas questões a serem problematizadas é a lógica da propriedade privada.

A propriedade privada da terra é uma das institucionalidades criadas pelo capital que priva o acesso de pessoas sem poder aquisitivo a terra, no caso das cidades a terra urbanizada. Como consequência desse processo, tem-se a segregação socioespacial na cidade que aparenta ser insuperáveis pela lógica de mercado que a gera. Essas contradições não retratam a anulações de uma pela outra, todavia se a renda for a condição de acesso a terra e essa mesma alvo de especulação e valorização pelo mercado privado, será reproduzida a lógica dominante de acumulação que segrega e mantém um considerável número de pessoas longe do acesso a moradia.

As reflexões desenvolvidas pelo desenvolvimento do PMCMV na RMLO retratam que a lógica privada não busca promover moradia e democratização do acesso ao espaço, mas sim inserir mais espaços em sua lógica, valorizando seu capital e impedindo as desvalorizações de seus excedentes. Todavia, a um custo de gerar para sociedade problemas urbanos como questões de mobilidade e habitabilidade dos locais e ainda assim manter um número considerável

de pessoas distante do acesso a terra urbanizada e dos serviços urbanos sejam eles públicos e privados.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Gabriel Oliveira. **Programa Minha Casa Minha Vida: política habitacional ou pacote anticíclico**. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Revista Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.

AMORIM, Wagner Vinicius. A produção da habitação social de mercado nas cidades médias de Londrina/PR e Maringá/PR. **Espaço Aberto**, v. 5, n. 1, p. 95-119, 2015.

AMORIM, Wagner Vinicius. **A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias: Londrina e Maringá/PR**. 2015. 413 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015b.

AYOUB, Thamine de Almeida Ayoub. Reflexões sobre a verticalização dispersa e periférica em Londrina-PR. **ANAIS DO SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA**, v. 3, p. 360-369, 2021.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, LAG de. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 2011.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia. **Para além do Minha Casa Minha Vida: uma política de habitação de interesse social?** Texto para Discussão – Ipea. Brasília, 2015.

BARBOSA, Tulio; DE AZEVEDO, José Roberto Nunes. O novo norte paranaense: as transformações do espaço sob a tutela da ética aquisitiva. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 26-38, 2013.

BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos; FRESCA, T. M. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina PR. **Boletim de Geografia (Online)**, Maringá, v. 29, p. 147-163, 2012.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BRAGUETO, Claudio Roberto. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.html. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Dados do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 FAR e FDS Paraná. Destinatário: osmarfabiano980@gmail.com. Londrina, 05 de out. 2021. 1 mensagem eletrônica.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*, v. 20, n. 3, p. 63-96, 2007.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Editora Vozes: Petrópolis, 2020

CAMARGO, Camila Moreno de. MINHA CASA MINHA VIDA–ENTIDADES: Novos arranjos para a operação da política habitacional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970-estudo de conjuntura.** 1977. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Editora, 2018.

COMPANHIA, DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR).** Curitiba, 2019

CORDEIRO, Eduardo Celestino. Da banalização das regiões metropolitanas ao Estatuto da Metrópole: será o fim das “metrópoles de papel”? **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 1, p. 040-058, 2019.

CORRÊA, Bruna Ribeiro. **Produção da habitação e produção de cidades:** a trajetória econômica e espacial da MRV Engenharia e a construção de um grupo econômico de atuação multiescalar. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cidades Médias: temas para pesquisas. In: (orgs) DA SILVA, William Ribeiro; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas Da Urbanização. Reestruturação Urbana e das Cidades.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DA CUNHA, Fábio César Alves da. **A metrópole de papel**: a representação Londrina Metrópole na institucionalização da região metropolitana de Londrina. 2005. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DA CUNHA, Fábio César Alves. De “Novo Eldorado” à região metropolitana: representações e discursos no espaço londrinense. **Formação (Online)**, v. 1, n. 18, 2011.

DA CUNHA, Fábio César Alves. Regiões Metropolitanas Paranaenses: descompasso entre espacialidade e institucionalidade e a necessidade de uma reforma institucional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 35, n. 127, p. 181-203, 2014.

DA SILVA, William Ribeiro; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas Da Urbanização**: Reestruturação Urbana e das Cidades. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

DARDOT, Pierre. **A Escolha da Guerra Civil**: uma outra história do neoliberalismo. Elefante Editora, São Paulo, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2019.

DE ABREU, Marlon Altavini. Cidades médias e a trajetória recente do setor imobiliário brasileiro: problematização a partir das novas formas de cooperação, coordenação e concorrência entre empresas. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

DE ALMEIDA BORGES, Joyce. OS ENFOQUES E OS OLHARES DO GEÓGRAFO: Uma abordagem metodológica sobre método, metodologia e técnicas de pesquisa. **Revista Eletrônica de Geografia**, v.7, n.19, p. 02-21, 2016.

DE FREITAS FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 122, p. 19-38, 2012.

DE FREITAS FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini; MOURA, Rosa. Regiões Metropolitanas e Metrôpoles. Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 5, n. 1, 2001.

DENEZ, Cleiton Costa; QUIEZI, Simone Aparecida. TERRITÓRIO DO UBÁ: conflitos e territorialidades entre os rios Ivaí e Corumbataí/PR. **INTERESPAÇO: REVISTA DE GEOGRAFIA E INTERDISCIPLINARIDADE**, v. 4, p. 218, 2018.

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida**: política

habitacional dos governos Lula e Dilma no período de 2009 a 2014. 2016. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

DIAS, Edney Cielici. **Do Plano Real ao Programa Minha Casa, Minha Vida: negócios, votos e as reformas da habitação**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Gelson Paulo. **Habitação de interesse social: moradia adequada**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FERNANDES, Luís Eduardo. Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. **Entropia**, v. 3, n. 6, p. 180-199, 2019.

FRESCA, Tânia Maria. Agentes que produzem o espaço urbano: discussão sobre pequenos construtores de casas. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, p. 45-61, 2015.

FRESCA, Tânia Maria. O espaço metropolitano de Londrina-PR: novas centralidades e mercado imobiliário. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 30, n. 2, p. 51-78, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76700>. Acesso em: jul.2022.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 13-19, 2001.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Trad: Artur Renzo. – São Paulo: Boitempo, 2019

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: O Direito à Cidade e à Revolução Urbana**; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Trad: João Alexandre Peschanski. – São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

HARVEY, David. **Os Limites Do Capital**. trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2015a

HARVEY, David. **Paris Capital da Modernidade**. trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Boitempo, 2015b

HARVEY, David. **Anticapitalismo em tempos de pandemia: marxismo e ação coletiva**. Boitempo Editorial, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisões Regionais do Brasil: Mesorregiões**, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>

IPARDES, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2022. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-das-Regioes>. Acesso em: nov. 2021.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional?** Texto para discussão – Ipea. Brasília 2013.

LAVAL, C.; **Foucault e Bourdieu: a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original. (La Production de l'Espace, 4ªed. Paris, Éditions Anthipos, 2000). Primeira versão, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Editora Nebli, 2016.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-Jato**. BOD GmbH DE, 2016.

LENCIONI, Sandra. Metrôpole e sua atual lógica capitalista enfrentam o regime de acumulação. **Revista Mercator**, v. 14, p. 149-158, 2015.

LENCIONI, Sandra. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

LONDRINA. Companhia de Habitação de Londrina/COHAB. **Relatório dos dados oficiais sobre a demanda habitacional e programas habitacionais (produção habitacional e regularização fundiária) do município de Londrina**. Londrina/PR, 2018.

MANOEL, Sálua Kairuz. **Fundação da casa popular (1946-1964): projeto frustrado de**

construção de uma política habitacional no Brasil. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Políticas de habitação**. Textos para discussão – Ipea, Brasília, 2018.

MARICATO, Ermínia. AUTOCONSTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL. In: MARICATO, ERMINIA (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MARICATO, ERMINIA. **Habitação e a Cidade**. São Paulo: Atual Editora, 2019

MARICATO, Erminia. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. **Revista Praga**, v. 1, n. 6, p. 67-78, 1998.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

MARTINS, Bruno Xavier. **O Programa Minha Casa Minha Vida**: a mercadoria habitação a serviço da reprodução do capital em contexto de crise. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Boitempo Editorial, 2017.

MODA, Raissa Franco. **Identificação de áreas potenciais para implantação de aterro sanitário na região metropolitana de Londrina/PR**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

MOURA, Diana Malheiros de. A efetivação dos direitos fundamentais pelo estado fiscal: Função social dos tributos. **Anais [...]** do Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul, v.1, n. 11, 2014.

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945)**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo. Editora Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Edilson Luis; FRESCA, Tania Maria. Financeirização Das Empresas Da Construção Civil E Verticalização Em Londrina–Pr, Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em**

Análise, v. 45, n. 1, p. 07-26, 2019.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro Araújo; ESTRASBURGO, Udo. Ocupação territorial e como no norte do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v.1, n.1, p.34-47, 2016.

ONU. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". "Nações Unidas", 217 (III) A, 1948, Paris, art. 1. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: ago.2021

PARANÁ. **Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998**. INSTITUI A REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, CONSTITUÍDA PELOS MUNICÍPIOS QUE ESPECIFICA. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-81-1998-parana-institui-a-regiao-metropolitana-de-londrina-constituída-pelos-municipios-que-especifica>. Acesso em: ago. 2021.

PERARO, Maria Adenir; BALHANA, Altiva Pilatti. **Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970**. 1978. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

POLIDORO, Maurício; TAKEDA, Mariane Mayumi Garcia; BARROS, Omar Neto Fernandes. Análise temporal do processo de conurbação na região de Londrina-PR por meio de imagens Landsat. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 3, n. 1, p. 70-77, 2009.

PORCIONATO, Gabriela Lanza. **Programa Minha Casa Minha Vida: a construção social de um mercado**. 2016. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**: Ipanema Construções e Incorporações Ltda, 2022a. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=78442886000110. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**: Construtora Piacentini Ltda, 2022b. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=76307024000150. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**: Formula Empreendimentos Imobiliários Ltda, 2022c. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=03385744000160. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**: Construtora Camargo Rodrigues Ltda, 2022d. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=525

4697000140. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Pizolato Construtora e Incorporadora Ltda, 2022e. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=4176720000163. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** UMP/PR – União Por Moradia Popular do Estado do Paraná, 2022f. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=11257814000122. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** JG Engenharia e Consultoria, 2022g. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=40400855000124. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Prestes Construtora e Incorporadora Ltda, 2022h. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=11010326000116. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** LBX Construção civil Ltda, 2022i. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=12009120000139. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Exact Empreendimentos e Consultoria Ltda, 2022j. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=08476296000123. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Sial Construções Cíveis Ltda, 2022k. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=80359771000109. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Artenge S/A Construções Cíveis, 2022l. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=78609682000121. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Bonora e Costa Construtora e Incorporadora Ltda, 2022m. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=9480655000189. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Terra Nova Engenharia Ltda, 2022n. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=

76460856000101. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Terra Nova Engenharia Ltda, 2022n. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=76460856000101. Acesso em: novembro. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral:** Protenge Engenharia De Projetos E Obras Ltda, 2022o. Disponível em: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=76733773000149. Acesso em: novembro. 2022.

REGO, Renato Leão et al. Ideias clássicas, aspirações modernas: traçado das cidades novas do norte do Paraná. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 3, n. 1, p. 19-29, 2015.

REGO, Renato Leão; DA SILVA DESTEFANI, Wilian; DE CRISTO, Joice Ellen. Entre os pioneiros do urbanismo do Paraná. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 5, n. 2, p. 5-19, 2013.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno de. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida "entidades". **Caderno CRH**, v. 27, p. 531-546, 2014.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, p. 127-154, 2015.

ROLNIK, Raquel; BONDUKI Nabil. PERIFERIA DA GRANDE São Paulo. **REPRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO ESPEDIENTE DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**. In: MARICATO, ERMINIA (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. **Processo de Metropolização no Brasil**. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil (TT/PCC/028). São Paulo, Escola Politécnica, 2011.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica Editora, 2021.

SANTANA, Edmilson Batista. O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos

socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 34, p. 87-89, 2021.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964-1998**. Informativo Ipea, Brasília 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2008b.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e Concepções de Território**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Giuliano João Paulo da. **Contribuições para a habitação social: uma análise de implementação do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida-FAR**. 2017. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. 1982. In: MARICATO, ERMINIA (org). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982.

SINGER. Paul. **Economia política da urbanização**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 1998.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2019

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Bertrand Brasil, 2016

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Perspectivas Da Urbanização:** Reestruturação Urbana e das Cidades. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 8, p. 178-197, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná:** história e fantasmagorias. 2000. Tese de Doutorado. Tese (doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TÖWS, Ricardo Luiz. **O Processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil:** o Estado e o capital imobiliário na produção do espaço. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

TRIANA FILHO, Antonio. **Habitação popular no Brasil:** análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

VASCONCELOS, José Romeu de; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **O problema habitacional no Brasil:** déficit, financiamento e perspectivas. Textos para Discussão – Ipea. Brasília, 1996.

VEIGA, L. A.; TEREZINHA ANTONELLO, I.; ALVES ALIEVI, A. A questão ambiental e as ocupações irregulares em Londrina: reflexões a partir dos fóruns de participação popular para revisão do Plano Diretor (2018-2028). **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 18, n. 35, 2022.

ZANON, Elisa Roberta; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida; DE ARAUJO JUNIOR, Miguel Etinger. Avaliação das políticas habitacionais na Região Metropolitana de Londrina-PR. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 194-218, 2015.